



CARLA SABRINA FAVARO

Entre o prover, o trabalhar e o cuidar: a participação das mulheres
unidas no provimento doméstico e seus reflexos na organização
familiar

Campinas

2013

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Demografia
Programa de Pós-graduação em Demografia**

CARLA SABRINA FAVARO

Entre o prover, o trabalhar e o cuidar: a participação das mulheres
unidas no provimento doméstico e seus reflexos na organização familiar

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisabete Dória Bilac

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas para a obtenção do
Título de Doutor em Demografia.

Este exemplar corresponde à versão
final da tese, defendida e aprovada no
dia 22/02/2013.

**Campinas
Fevereiro de 2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

F277e Favaro, Carla Sabrina, 1983-
Entre o prover, o trabalhar e o cuidar : a participação
das mulheres unidas no provimento doméstico e seus
reflexos na organização familiar / Carla Sabrina Favaro. --
Campinas, SP : [s.n.], 2013

Orientador: Elisabete Dória Bilac
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Relações de gênero. 2. Mulheres - Emprego.
3. Relações homem-mulher. 4. Mercado de trabalho.
I. Bilac, Elisabete Dória. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Between providing, caring and working : the
participation of united women in household providing and its effects
on the family organization.

Palavras-chave em inglês:

Gender relations
Women-Employment
Man-woman relationship
Labor market

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Elisabete Dória Bilac [Orientador]
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira
Eugenia Troncoso Leone
Paula Miranda Ribeiro
Simone Wajnman

Data da defesa: 22-02-2013

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**ENTRE O PROVER, O TRABALHAR E O CUIDAR: A PARTICIPAÇÃO
DAS MULHERES UNIDAS NO PROVIMENTO DOMÉSTICO E SEUS
REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR**

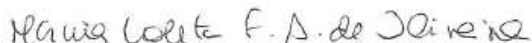
CARLA SABRINA FAVARO

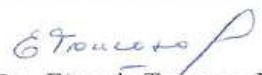
Tese de Doutorado para obtenção do título de
Doutora em Demografia apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a
orientação da Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac.

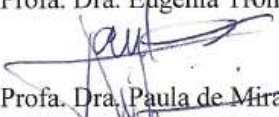
Este exemplar corresponde à redação
final defendida e aprovada em,
22/02/2013.

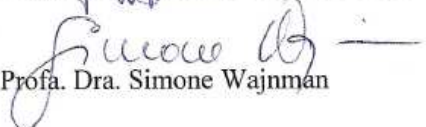
Banca:


Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac


Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira


Profa. Dra. Eugénia Tróncoso Leone


Profa. Dra. Paula de Miranda Ribeiro


Profa. Dra. Simone Wajnman

Profa. Dra. Joice de Melo Vieira – suplente
Profa. Dra. Lília Montali – suplente
Prof. Dr. Geraldo Romanelli

CAMPINAS/2013

Para meus pais, Suely e Hédio.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

Ao CNPq, pela bolsa que possibilitou a realização deste trabalho.

A todas as mulheres que aceitaram participar desta pesquisa. Meu muito obrigada por me abrirem suas casas, seus corações e me contarem suas histórias. A elas meu mais profundo respeito e admiração.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Elisabete Dória Bilac, por todo o apoio, carinho e pela confiança dedicada a mim durante todos esses anos. Por sempre acreditar no meu potencial, mesmo nos momentos mais difíceis e diante dos meus sumiços, e por compartilhar de maneira tão generosa suas ideias.

Aos funcionários e pesquisadores do NEPO, pelo apoio técnico e afetivo.

Aos professores do Departamento de Demografia da UNICAMP, por todos os ensinamentos e discussões, e por estarem sempre tão presentes.

Ao programa de Pós-Graduação em Demografia e, especialmente, às professoras Bete Bilac e Tirza Aidar, por terem me dado a oportunidade de fazer um intercâmbio na Universidad Nacional de Córdoba. E à professora Monica Ghirard, pelo acolhimento durante minha estadia por lá.

Ao professor José Marcos P. da Cunha, pela oportunidade de ser sua monitora na disciplina “Estudos de População” no primeiro semestre de 2010.

Às professoras Tirza e Joice e à Raquel Jakob, pela ajuda com os dados.

À professora Eugênia Leone pela leitura atenta e pelos valiosos comentários que fez ao meu trabalho na banca de qualificação.

À professora Maria Coleta por ter sido presença tão marcante, e por isso tão enriquecedora, em toda a minha trajetória no mestrado e doutorado em Demografia. Agradeço muito a todos os comentários, aulas e discussões.

Aos professores Maria Coleta F. A. Oliveira, Eugênia Leone, Paula Miranda-Ribeiro, Simone Wajnman, Joice Melo Vieira, Lilia Montali e Geraldo Romanelli por terem aceito compor a banca examinadora.

Aos queridos amigos da Demografia: Neiva, Silvana, Julia, Henrique, Francine, Cimar, Igor, Paulo, Monica, Alex, Roberta, Joice, Glaucia, Jack, Rita, Vivian, Rosário, Camila, Graziela, Carol Bertho, Carol Guidotti, Taciana e Tiago. Agradeço pelo carinho, pelas trocas de experiências e pelo companheirismo nessa nossa jornada.

À querida amiga Silvana, pela amizade sincera, pelas palavras de incentivo durante todo esse processo. Por me mostrar o outro lado das minhas infindáveis inquietações e que sempre há luz no fim do túnel. E também por me apresentar os benefícios das corridas!

À Neiva, a quem não tenho palavras suficientes pra agradecer tudo o que fez por mim nesses anos todos. Agradeço pela presença constante, seja fisicamente, seja através das nossas intermináveis conversas online! Por sempre me apoiar, por acreditar em mim nos momentos em que eu mesma não acreditava e por sempre me lembrar de que a vida é muito maior do que a gente pensa.

Aos queridos amigos que fiz nos meus primeiros anos de UNICAMP e que se transformaram em amigos para a vida: Amanda, Grazielle, Pedro e Rafael. Tomamos rumos diferentes, nem sempre conseguimos nos reunir ou nos falar, mas vocês sempre estão comigo. Depois de mais de 10 anos de UNICAMP, é muito bom olhar para trás e ver como vocês foram fundamentais na minha trajetória até aqui.

Aos meus irmãos Rita e Paulo e aos meus cunhados Marcos e Amanda pelo apoio de sempre. Pelas idas à rodoviária quando o melhor era ficar em casa e por terem me dado a oportunidade de ser tia.

Às minhas sobrinhas Maria Júlia, Maria Clara e Maria Sofia, por terem me ensinado outra forma de afeto e por terem resgatado parte de minhas raízes.

E finalmente aos meus pais, Hélio e Suely. Agradeço por todo apoio e carinho. Pela presença constante, mesmo que à distância. Pela paciência por não saberem direito porque eu estudava tanto e mesmo assim me respeitarem por isso. E principalmente porque, apesar de me ensinarem que estudar é muitíssimo importante, me ensinarem também que educação vai muito além da formação escolar e acadêmica.

RESUMO

No contexto das análises sobre a relação entre as dinâmicas familiares e a crescente inserção e permanência das mulheres no mercado laboral, este trabalho tem como objetivo geral o estudo da participação de mulheres unidas no provimento doméstico. De maneira mais específica, a pesquisa procura discutir quais variáveis sociodemográficas seriam importantes para o perfil das mulheres unidas que são provedoras e a maneira como a participação de mulheres e homens unidos no provimento doméstico é afetada pelo modo como se inserem (ou não) no mercado de trabalho. O tempo gasto no trabalho remunerado e nos afazeres domésticos constitui também ponto importante de estudo, já que permite analisar o gasto total de tempo dos indivíduos em um e em outro e como isso pode ou não influenciar a participação no provimento doméstico. Outro objetivo específico da tese foi buscar também analisar a trajetória profissional e familiar do casal, como as mulheres se tornaram provedoras e como isso afeta a organização doméstica. Tentou-se entender se o fato de as mulheres unidas serem provedoras ou não alterou de alguma maneira o tempo gasto nos afazeres domésticos e a participação dos parceiros nesses afazeres. Para cumprir tais objetivos, a pesquisa foi realizada em duas etapas: uma, quantitativa, através da análise dos dados das PNADs de 2001 a 2009 para o Estado de São Paulo urbano, e outra, qualitativa, baseada em 42 entrevistas com mulheres unidas. Dessas, nove com não provedoras, 14 com provedoras complementares e 19 com provedoras principais, todas da Região Metropolitana de Campinas. A principal contribuição deste trabalho é mostrar que a participação feminina no provimento doméstico no Estado de São Paulo urbano é algo consolidado e teve um aumento constante no decorrer da década. Outro ponto importante do trabalho foi verificar que homens e mulheres unidos estão inseridos de maneiras diferentes no mercado de trabalho e isso reflete em suas participações no provimento doméstico. Enquanto a grande maioria desses homens é provedor principal, a maioria das mulheres é provedora complementar. Por outro lado, a participação no provimento doméstico não diminui a jornada doméstica de trabalho feminino, fazendo com que as mulheres provedoras ainda tenham muita dificuldade em articular o trabalho remunerado com os afazeres domésticos. Contudo, o mesmo não acontece para os homens. Entre as mulheres que são provedoras principais há um agravante extra, por mais que participar do mercado de trabalho seja importante para que elas adquiram independência quanto à administração do seu dinheiro, a sobrecarga de trabalho ainda é muito grande. Para elas, assumir parte principal ou o total do provimento doméstico se transforma em uma experiência negativa, já que em sua percepção, tal situação desobriga os homens de assumirem suas responsabilidades familiares, tanto no que diz respeito ao provimento doméstico quanto a uma maior participação nas trabalhas domésticas.

ABSTRACT

In the context of the analysis about the relation between family dynamics and the increasing participation and retention of women in the labor market, this research aims to study the participation of women in union (married or in a consensual union) in household providing. More specifically, the research discusses which sociodemographic variables would be important for the profile of these women in union who are household providers and how the way women and men in union are inserted (or not) in the labor market. The time spent in paid employment and household chores is also an important point of this research, since it allows analyzing the total time men and women together spend and how it may or may not influence their participation in household providing. The data for the analysis of the professional and familiar career of the couple and the household organization are also important to the household providing analysis and were considered. To accomplish these goals, the research was conducted in two stages: quantitative, through the analysis of data from the PNAD from 2001 to 2009 for the State of São Paulo, and qualitative, based on interviews made with 42 women in union, of which nine were non-providers, 14 were complementary providers and 19 were primary providers. All these women were from the Metropolitan Region of Campinas, SP, Brazil. The main contribution of this research is to show that female participation in household providing in the State of São Paulo is something consolidated and had a steady increase during the decade. Another important point of this research was that men and women that are living together in a stable relationship are placed differently in the labor market and this is reflected in their participation in household providing. While the vast majority of these men are the main providers, most women are complementary providers. Moreover, the participation in household providing does not reduce women's workload and the female providers end up having a hard time articulating paid employment with domestic chores. However, the same is not true for men. Among women who are primary providers there is an aggravating point, even though being in the labor market is important for them to gain independence in the management of their money, the workload is still too large. For these women, taking the main part or the total of the household providing becomes a negative experience, since, in their perception, it frees men of assuming their familiar responsibilities in household providing and in their part of the housework.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total e percentual de mulheres não provedoras, provedoras complementares e provedoras principais de domicílios, SP – 2001 a 2009.....	62
Tabela 2 – Total e percentual de mulheres provedoras complementares e provedoras principais de domicílio, SP – 2001 a 2009	63
Tabela 3 – Mulheres unidas pessoas de referência e cônjuges, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009 (%)	67
Tabela 4 – Mulheres unidas por grupos etários, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009 (%)	70
Tabela 5 – Mulheres unidas por raça/cor, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009 (%)	72
Tabela 6 - Mulheres unidas por anos de instrução e média dos anos de estudo, segundo provimento doméstico, SP – 2001 a 2009 (%)	74
Tabela 7 - Mulheres unidas por condição de atividade e de ocupação, segundo participação do provimento doméstico, SP - 2001 a 2009.....	76
Tabela 8 - Homens unidos por condição de atividade e de ocupação segundo participação no provimento doméstico, SP - 2001 a 2009.....	78
Tabela 9 - Mulheres unidas por posição na ocupação, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009	81
Tabela 10 - Homens unidos por posição na ocupação, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009	84
Tabela 11 - Ramos de atividades do trabalho principal de mulheres unidas, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009.....	87
Tabela 12 - Ramos de atividades do trabalho principal de homens unidos, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009.....	89
Tabela 13 - Rendimento médio mensal de todas as fontes de mulheres unidas provedoras complementares e principais, SP – 2001 a 2009	93
Tabela 14 - Rendimentos médios mensais de todas as fontes e do trabalho principal e a razão entre ambos de mulheres unidas provedoras complementares e principais, SP – 2001 a 2009	95
Tabela 15 - Rendimentos médios mensais de todas as fontes e do trabalho principal e a razão entre ambos de homens unidos provedores complementares e principais, SP – 2001 a 2009	96
Tabela 16 - Rendimentos médios mensais de todas as fontes de mulheres e homens unidos, segundo participação no provimento familiar, SP – 2001 a 2009	97
Tabela 17 - Rendimentos-horas médios do trabalho principal de homens e mulheres unidos, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009	98

Tabela 18 - Razões de renda entre mulheres e homens provedores unidos, SP 2001 a 2009	99
Tabela 19 - Realização ou não de afazeres domésticos para mulheres unidas, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009	102
Tabela 20 - Realização ou não de afazeres domésticos para homens unidos segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009	103
Tabela 21 - Média de horas semanais nos afazeres domésticos de mulheres e homens unidos, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009	107
Tabela 22 - Variáveis Dependentes	116
Tabela 23 - Variáveis Independentes Seleccionadas	117
Tabela 24 - Modelo logístico para a análise da participação (provedoras principais e complementares) no provimento doméstico feminino, SP – 2001 e 2009	118
Tabela 25 - Modelo logístico para a análise da participação (provedoras e não provedoras) no provimento doméstico feminino, SP – 2001 e 2009	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Condição no domicílio de mulheres unidas, SP – 2001 a 2009	66
Gráfico 2 - Grupos etários de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009	69
Gráfico 3 - Raça/cor de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009	71
Gráfico 4 - Anos de instrução de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009	73
Gráfico 5 - Posição na ocupação no trabalho principal de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009	80
Gráfico 6 - Posição na ocupação no trabalho principal de homens unidos, SP - 2001 a 2009	83
Gráfico 7 - Ramos de atividades no trabalho principal de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009	86
Gráfico 8 - Ramos de atividades no trabalho principal de homens unidos, SP - 2001 a 2009	88
Gráfico 9 - Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal para mulheres provedoras complementares e principais , SP - 2001 a 2009	90
Gráfico 10 – Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal para homens provedores principais e complementares, SP - 2001 a 2009	92
Gráfico 11 - Média semanal de horas dedicadas aos afazeres domésticos de mulheres unidas não provedoras, provedoras complementares e principais- SP, 2001 a 2009.....	104
Gráfico 12 - Média semanal de horas nos afazeres domésticos de homens não provedores, provedores complementares e principais, SP - 2001 a 2009	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: MULHERES PROVEDORAS: FAMÍLIA, TRABALHO E CONJUGALIDADE.....	9
1.1. Trabalho feminino e articulação trabalho/família.....	14
1.2. Mulheres provedoras principais: dinâmicas familiares e responsabilidades ...	26
1.3. As mulheres e as famílias	30
CAPÍTULO 2: DOS DADOS AO CAMPO: METODOLOGIA QUANTI-QUALI PARA A ANÁLISE DO PROVIMENTO DOMÉSTICO FEMININO.....	39
2.1. Os dados.....	41
2.2. O campo.....	44
2.2.1. A pesquisa qualitativa.....	44
2.2.2. As estratégias de inserção e as impressões do campo	45
2.2.3. Roteiro das entrevistas.....	51
2.2.4. As mulheres entrevistadas	53
2.2.5. Perfil das Entrevistadas	55
CAPÍTULO 3: MULHERES E O PROVIMENTO DOMÉSTICO: QUEM GANHA MAIS COM ISSO?.....	61
3.1. Características sociodemográficas de mulheres unidas provedoras e não provedoras de domicílios no Estado de São Paulo.....	61
3.2. Mulheres e homens unidos e o mundo do trabalho	75
3.3. Homens e mulheres unidos nos afazeres domésticos segundo participação no provimento familiar	102
3.4. Chances de uma mulher unida ser provedora financeira de domicílio	114
3.5. Metodologia para a análise dos modelos logísticos binários	114
CAPÍTULO 4: SER OU NÃO PROVEDORA: AS TRAJETÓRIAS FAMILIARES E PROFISSIONAIS DE MULHERES UNIDAS	127
4.1. As mulheres unidas e o trabalho remunerado	127
4.2. Ser ou estar provedora principal	140
CAPÍTULO 5: AS MULHERES UNIDAS E O LAR: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROVIMENTO DOMÉSTICO E SEUS REFLEXOS NA DINÂMICA FAMILIAR	159
5.1. A administração do dinheiro.....	160
5.2. Os afazeres domésticos e organização dos domicílios	168

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	199

INTRODUÇÃO

Nos contextos das análises sobre as transformações que têm afetado as famílias brasileiras, este trabalho tem como objetivo geral o estudo da participação de mulheres unidas no provimento doméstico.

Embora tanto a Demografia quanto as outras áreas das Ciências Humanas tenham se dedicado bastante ao aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, menor ênfase tem sido dada às possibilidades de participação das mulheres no provimento familiar. Estima-se que elas tenham se tornado provedoras principalmente através dos rendimentos do trabalho, porém, outras fontes de renda também podem fazer com que uma mulher se torne provedora, dependendo muitas vezes dos momentos específicos das trajetórias familiares e pessoais.

O modelo burguês de família, no qual o homem é o provedor principal e a mulher é não provedora ou, quando muito, provedora complementar, ainda é a realidade da maioria dos casais brasileiros (MONTALI, 2012). Contudo, os casos em que as mulheres se tornam as provedoras principais se mostram exemplos bastante interessantes quando analisados no contexto das transformações familiares e do balanço entre as relações de gênero e poder entre os casais. Resta, portanto, não só à Demografia, mas às outras Ciências Humanas, um olhar mais detalhado que vá um pouco além da importante reflexão sobre o trabalho feminino e chegue ao provimento doméstico.

Para Riley (1998), embora a Demografia tenha tido alguns avanços na incorporação da perspectiva de gênero nos seus estudos, ainda há muito para avançar. Nas palavras da autora, “na Demografia, houve uma grande quantidade de trabalhos sobre mulheres, mas muito poucos sobre gênero. Gênero é mais do que um atributo individual, mais do que uma pessoa ser homem ou mulher. Seu efeito mais recorrente é no nível do social¹” (RILEY, 1998: 522). Para tanto, a autora sugere que a Demografia deveria desenvolver mais pesquisas não só com informações sobre as mulheres, como também *insights* sobre gênero.

¹ Tradução nossa.

Nessa disciplina, há uma considerável aceitação da ideia de que os níveis de fecundidade podem ser inversamente relacionados com a melhora das condições de vida das mulheres. E, nesse contexto, a escolaridade e a participação feminina no mercado de trabalho são itens muito importantes. Segundo a autora, os demógrafos demonstram interesse pela participação das mulheres no mercado de trabalho por várias razões. Primeiro, porque tais informações são facilmente coletadas e disponíveis em larga escala e, segundo, porque a relação entre trabalho feminino e fecundidade (uns dos grandes temas da Demografia) se mostra mais claro. Parece não restar dúvidas de que a incorporação das mulheres no mercado de trabalho pode mudar consideravelmente o tamanho das famílias e domicílios. Contudo, outras dinâmicas também são requeridas e as negociações entre homens, mulheres e seus filhos nem sempre é fácil.

Três resultados bastante diretos da entrada das mulheres no mercado de trabalho são apontados por Riley (1998). Primeiro, quando as mulheres trabalham estão expostas a diferentes ideias e contatos com outras pessoas para além do seu círculo familiar, podendo resultar em diferentes percepções e normas de comportamento. Segundo, os rendimentos das mulheres podem influenciar a participação delas nas decisões familiares; e, terceiro, se torna cada vez mais possível que os ditos “papéis femininos” se transformem quando as mulheres começam a trabalhar, ou seja, elas podem ver suas posições no interior das famílias de maneira diferente do que quando não trabalham. Dessa forma, decorrentes da inserção e permanência feminina no mundo laboral, podem surgir algumas transformações que são importantes para a Demografia, como vivenciar as vantagens e desvantagens de se ter poucos filhos e os custos de cuidado e bem-estar dessas crianças. Entretanto, a autora deixa claro que uma das razões do trabalho feminino não ser tema de mais estudos na Demografia pode ser explicado pelos seus efeitos subjetivos (a maneira como as mulheres encaram o trabalho e os resultados disso na vida familiar) e os diferentes contextos vivenciados. A literatura sobre o tema há algum tempo tem mostrado que a inserção das mulheres no mercado de trabalho nos países desenvolvidos se deu de maneira bastante diferente daquelas dos países em desenvolvimento, por exemplo.

No caso brasileiro e a partir dos anos 1970, a inserção cada vez maior das mulheres no mercado laboral, a precarização do trabalho e o aumento dos níveis de desemprego têm tido reflexos bastante marcantes nas configurações das famílias. A renda do trabalho feminino deixou de ser um complemento não essencial, dependendo do ciclo de vida familiar para se tornar um imperativo importante para garantir os padrões de consumo domiciliares. Nesse sentido, um estudo mais sistemático dos arranjos nos quais o homem não aparece como o principal ou único provedor pode se apresentar muito importante como uma tentativa de entender de maneira mais ampla as transformações pelas quais vêm passando as famílias brasileiras.

Segundo Bruschini (2003), o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho seria resultado não só das necessidades e pressões econômicas e das oportunidades que os mercados oferecem, como também das transformações demográficas, sociais e culturais pelas quais o Brasil e as famílias brasileiras vêm passando. A queda nas taxas de fecundidade e a consequente diminuição do tamanho das famílias, o aumento dos domicílios chefiados por mulheres, as transformações nos padrões culturais, muitos dos quais frutos das reivindicações dos movimentos feministas, ajudaram a fazer com que a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua participação nas esferas públicas fossem cada vez maiores.

Todas essas transformações além de acarretarem mudanças no mercado de trabalho, alteraram, em certo sentido, a articulação entre trabalho remunerado e vida familiar (SORJ, 2007). O modelo do homem provedor e mulher cuidadora da família tem sofrido consideráveis transformações, como já dito, sendo substituído pela maior presença da renda do trabalho feminino na composição da renda familiar ou em parte considerável dela. Entretanto, vários estudos (PICANÇO, 2005; SORJ, 2007; MENDES, 2004; LAVINAS, 2006) mostram que mesmo com a maior participação da mulher na esfera produtiva, suas responsabilidades com o trabalho reprodutivo ainda se mantêm. À mulher cabe, em muitos casos, duplas jornadas de trabalho para articular suas várias atividades.

A inserção das mulheres no mundo laboral e, no caso deste trabalho, as mulheres unidas que são provedoras principais, aparece então como um ponto importante no contexto familiar, não só como um componente da subsistência das famílias e das mudanças

demográficas no interior delas (diminuição do número de filhos, aumento da idade ao casar, entre outros), como também uma possível força que pode abalar a hierarquia interna das famílias, pois a mulher pode surgir como a principal (e, em muitos casos, a única) fonte de rendimento². O fenômeno de mulheres que são as únicas ou principais provedoras dos seus domicílios - juntamente com outros tipos de composição do orçamento doméstico - parece ser sintomático de que o modelo predominante de família brasileira está se alterando. E os efeitos demográficos dessas mudanças podem ser sentidos nas dinâmicas e organizações familiares, como os tamanhos das famílias, os números de filhos, a idade em que as mulheres têm seus filhos e o espaço de tempo entre um filho e outro.

Diante do quadro esboçado acima, surge a seguinte questão: como se configuraria o provimento doméstico feminino segundo algumas características demográficas e como ele se reflete nas horas trabalhadas - sejam no mercado de trabalho ou nos afazeres domésticos - e nos rendimentos de mulheres unidas?

Com base na discussão anterior e levando-se em conta que ainda pouco se sabe sobre como se configura a participação feminina no orçamento familiar de domicílios biparentais, esta tese tem como objetivo geral analisar o provimento doméstico de domicílios formados por casais com ou sem filhos e/ou agregados. Por organização doméstica entendem-se as práticas diárias de administração do domicílio, englobando a divisão sexual do trabalho, em termos do trabalho doméstico e remunerado, o cuidado das crianças, a organização do orçamento familiar e como o tempo de homens e mulheres unidos é dividido entre essas atividades. Espera-se, portanto, realizar um estudo quanti-quali de como se dá a participação feminina no provimento doméstico, levando em conta não provedoras, provedoras complementares e principais.

Considerando o aumento da importância da renda feminina para a manutenção financeira dos domicílios, um dos objetivos específicos da tese foi saber se houve transformações na participação das mulheres no provimento doméstico entre os anos de

²Entretanto, um fator muito importante que precisa ser salientado é o fato de que a entrada no mercado de trabalho, principalmente das mulheres das camadas populares, se dá em grande medida no emprego informal e, em muitos casos, com condições precárias de trabalho.

2001 e 2009. A partir daí, foram esmiuçados os pormenores do fenômeno, objetivando entender como o provimento doméstico feminino se configura e quais as diferenças entre mulheres provedoras e não provedoras que contribuem para explicar o fato de, eventualmente, ser a mulher a provedora principal. Características sociodemográficas (como idade, escolaridade, raça/cor) influenciariam a participação de mulheres unidas no provimento doméstico? Buscou-se analisar esses aspectos no sentido de tentar descobrir que condições específicas levariam as mulheres a ser tornarem as provedoras complementares e principais.

Tentou-se também entender especificamente como a forma como homens e mulheres unidos participam do mercado de trabalho e o uso que fazem do tempo podem refletir-se na participação no provimento doméstico. Objetivou-se compreender se essa participação influencia a maneira como homens e mulheres unidos organizam o tempo dedicado aos afazeres domésticos. Participar do provimento por si só seria capaz de contribuir para relações de gênero mais equitativas entre os sexos? Essa maior equidade se refletiria nas horas gastas nos afazeres domésticos e no trabalho remunerado? E, mais especificamente, ser provedora principal ou complementar faz alguma diferença nesses contextos? As desigualdades entre os rendimentos de homens e mulheres se mantêm durante o período, sejam estes provedores complementares ou principais? Estas perguntas foram respondidas utilizando dados das PNADs, para o Estado de São Paulo urbano, entre os anos de 2001 a 2009.

Outro objetivo da tese foi analisar como se configuram as práticas e concepções de poder associadas ao provimento e a organização familiar compartilhada por homens e mulheres. Esse objetivo envolve inúmeras questões que não podem ser respondidas com as fontes de dados mencionadas. Uma delas se refere ao momento das trajetórias familiares em que as mulheres se tornaram provedoras, principais ou complementares, em quais circunstâncias isso aconteceu e como o casal lidou com essa nova configuração. Por outro lado, também é importante entender se teria havido para essas mulheres momentos no ciclo familiar com maior probabilidade de períodos de desemprego ou de algum outro motivo que levem a total ou parcial redução da sua participação no provimento doméstico.

Deste modo, com o objetivo de analisar mais profundamente a participação de homens e mulheres unidos no provimento doméstico, além dos dados quantitativos, recorreu-se também a dados de natureza qualitativa, coletados em pesquisa de campo realizada na Região Metropolitana de Campinas. Na impossibilidade de se trabalhar dados das PNADs para essa região, optou-se pela delimitação do estado para a realização da análise quantitativa. Foram realizadas entrevistas em profundidade com mulheres unidas, principalmente das camadas populares³. Os dados qualitativos permitem captar as histórias desses domicílios e das pessoas que fazem parte deles, como tais famílias se formaram e se mantêm. Obteve-se também informações sobre a trajetória profissional das mulheres unidas, com ênfase nos momentos mais marcantes dessas trajetórias para se tentar entender como surgiu a atual configuração da vida familiar.

A análise da organização doméstica das famílias perpassa toda a análise, principalmente nos aspectos ligados à divisão interna do trabalho (doméstico e remunerado) e das responsabilidades familiares, a organização do tempo, os cuidados com as crianças e a administração do dinheiro. É de importância fundamental o resgate do discurso sobre essa organização e como as decisões são negociadas entre o casal. Também se apresenta muito importante estudar as percepções das mulheres sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e remunerado, tentando apreender as posições que elas e seus parceiros assumem na dinâmica doméstica e na tomada das decisões.

Com tais objetivos, além da introdução e das considerações finais, esta tese está organizada em cinco capítulos. O **Capítulo 1 (Mulheres provedoras: família, trabalho e conjugalidade)** busca apresentar o referencial teórico subjacente aos objetivos e às hipóteses de pesquisa. A princípio, o capítulo está dividido em três grandes partes: na primeira, discute-se o trabalho feminino e articulação trabalho/família; na segunda, o enfoque está baseado na discussão da bibliografia sobre as mulheres provedoras principais; e, na última parte, será feita uma reflexão sobre os arranjos familiares e organizações domésticas.

³ Não foi possível fazer este recorte das camadas populares na parte quantitativa do trabalho. Como a proporção de mulheres unidas provedoras principais ainda é bastante reduzida, optou-se por trabalhar com a amostra sem maiores recortes, na tentativa de evitar correr o risco de surgirem problemas amostrais.

Já o **Capítulo 2 (Dos dados ao campo: metodologia quanti-quali para a análise do provimento doméstico feminino)** apresenta os métodos de pesquisa adotados. Nesse capítulo discute-se a metodologia quanti-quali e o porquê de sua escolha. Para a parte quantitativa do trabalho, apresenta-se o porquê da escolha das PNADs, quais variáveis foram selecionadas e como foram trabalhadas. Já na segunda parte do capítulo, descrevem-se as etapas do trabalho qualitativo e quais estratégias foram adotadas. Nessa parte, também são apresentadas o perfil das informantes e como as entrevistas foram feitas.

No **Capítulo 3 (Mulheres e o provimento doméstico: quem ganha mais com isso?)** analisa-se os dados das PNADs - de 2001 a 2009, para o Estado de São Paulo urbano - procurando entender como variáveis demográficas podem ajudar a explicar o provimento doméstico feminino. Além disso, também foi analisada a inserção de homens e mulheres unidos no mercado de trabalho - com ênfase nas ocupações, nos rendimentos e nas horas trabalhadas - e as horas dedicadas aos afazeres domésticos. O objetivo desta parte do trabalho é investigar como a participação no provimento doméstico se reflete nessas horas trabalhadas pelos indivíduos, tentando entender as desigualdades entre os sexos. Também foi apresentado um modelo de regressão logística binária que visa estimar as chances de mulheres serem as provedoras e provedoras principais segundo determinadas características.

O **Capítulo 4 (Ser ou não provedora: as trajetórias familiares e profissionais de mulheres unidas)** fundamenta-se nos dados qualitativos e buscar refletir os processos através dos quais as mulheres se tornaram provedoras. Para tanto, foram analisadas as trajetórias profissionais dos homens e mulheres envolvidos, as entradas e saídas do mercado de trabalho e se discute como esse processo influencia na posição ocupada pelas mulheres.

E, finalmente, o **Capítulo 5 (As mulheres unidas e o lar: participação feminina no provimento doméstico e seus reflexos na dinâmica familiar)** analisa como as mulheres entrevistadas organizam seu dia a dia e o de suas famílias, focalizando quem se responsabiliza pelo quê, com ênfase no cuidado dos filhos e na administração do dinheiro. Também se investiga como estas mulheres articulam o trabalho remunerado com o trabalho doméstico, suas dificuldades e as soluções adotadas.

CAPÍTULO 1: MULHERES PROVEDORAS: FAMÍLIA, TRABALHO E CONJUGALIDADE

Não é exagero afirmar que a palavra *transformação* está estreitamente atrelada aos dos processos pelos quais as famílias brasileiras têm passado nas últimas décadas. Seja no seu menor tamanho (fruto da queda das taxas de fecundidade), nos seus diferentes arranjos (aumento do número de domicílios unipessoais e monoparentais chefiados por mulheres, e consequente redução do número de famílias nucleares), ou no aumento das taxas de divórcio e das uniões consensuais, as famílias brasileiras têm experimentado mudanças nas suas formas de organização e funcionamento.

Todas essas transformações foram tão profundas que fizeram alguns autores, como Goldani (2007), referirem-se às famílias brasileiras como “famílias reinventadas”. Segundo a autora, as mudanças são tão grandes que o país vive um processo de reorganização e diversificação em suas estruturas familiares não só quanto a sua forma e tamanho, mas também nos seus significados. No nível micro, as mudanças estariam aparecendo com novas práticas sexuais e reprodutivas e o advento das uniões homoafetivas; e, no nível macro, a nova legislação sobre as famílias seria um grande referencial das mudanças. Goldani (2007) ainda mostra que essas transformações não devem ser vistas como crise das famílias ou um sinal de que elas estejam desaparecendo. Tais postulados seriam oriundos de visões conservadoras do que as famílias devem ser e não levam em conta seu caráter histórico e social.

Em torno desse debate, a polarização entre as duas perspectivas - a primeira que aponta a crise das famílias, resultado das transformações no interior delas, e a segunda que encara tais mudanças como fruto de novas formas sociais e culturais que moldam os diferentes arranjos domésticos - dominou as discussões ideológicas sobre o tema.

Segundo Göran Therborn (2005), a família é a instituição social mais antiga e está no meio da batalha entre o sexo (força básica da biologia) e poder (aspecto fundamental da sociologia). Para o autor, não haveria uma crise na família, mas sim uma crise de um tipo específico de forma familiar, a nuclear composta por mãe, pai e filhos. Tal crise seria

resultado do declínio do patriarcado⁴ - o poder exercido sobre as mulheres por pais, irmãos e maridos. O advento da revolução sexual, principalmente nos países ocidentais, abriu espaço para arranjos mais complexos, fazendo com aqueles que antes eram tidos como marginais (como os chefiados por mulheres, por exemplo) apareçam com maior intensidade. O autor enfatiza que as famílias estariam passando por certa mudança institucional, iniciada por processos que desestabilizam o jogo entre direitos e obrigações de um lado e poderes e dependências de outro. As fronteiras entre direitos e obrigações entre homens e mulheres se tornaram mais borradas e a dependência das mulheres em relação aos homens parece ter diminuído, pelo menos em alguns aspectos. O fato de as famílias mudarem não significa que as tensões e conflitos no interior delas deixam de existir. O jogo entre poder e sexo ainda permanece, porém parece exagero afirmar que as famílias deixarão de existir.

Segundo Jelin (1995), a multiplicidade de formas e convivências familiares pode ser entendida como parte dos processos de democratização e como uma extensão do “direito a ter direito”, transformando, assim, a ideia de crise. Para Therborn (2006), a cada vez maior complexidade dos arranjos familiares não permite mais que se faça a associação direta entre família e família nuclear. Antes de Jelin (1995), Therborn (2006) e Goldani (2007), Durham (1982, p. 33) já afirmava que “as exceções podem ser tão numerosas quanto os casos que obedecem ao modelo de família vigente”.

O interessante trabalho de Thorne (1992) resume alguns pontos importantes que as análises sobre as famílias com uma perspectiva mais crítica têm apresentado. A principal mudança elencada pela autora está no fato de a família ter deixado de ser entendida como uma instituição “natural”, cujas bases biológicas constituíam sua principal característica, e se transformado em uma entidade historicamente definida. As famílias são apresentadas como unidades mutáveis, não podendo ser isoladas do mundo social a sua volta. Seguindo essa proposição, conceitos como de gênero, geração, raça e classe subjazem a sociabilidades familiares que, por sua vez, não podem mais ser apresentadas como o lugar por excelência somente do afeto e do cuidado. Violência, descaso e conflitos também estão presentes nas relações familiares (RODRIGUEZ, 2005).

⁴ O conceito de “patriarcado” em Therborn (2005) como se vê é bastante restrito e muito específico.

De acordo com Collier et. al. (1992) os limites e a intensidade com que os laços familiares são formados ou desfeitos não são claros e vêm carregados de uma forte carga ideológica e moral. A importância das famílias na vida social das sociedades contemporâneas pode ser considerada muito nebulosa, porque há uma considerável confusão sobre o que é o ideal e o que é o real. Ou seja, para que haja uma diminuição das frustrações sobre o que se esperar de uma família, seria necessário que as expectativas sobre ela também diminuísse, na tentativa de balancear o que se espera da vida familiar e o que realmente se vivencia no dia a dia (COLLIER et al, 1992).

Para Morgan (1996), quando as pessoas usam o termo “a família”, elas estão se referindo a um arranjo específico de família em um determinado contexto e não a uma entidade política fixa. O autor ressalta que, devido à fluidez do que se entende por família, seria mais adequado – em vez de analisar estruturas familiares – analisar as “práticas familiares” justamente porque parte-se do pressuposto de que elas podem se alterar dependendo do contexto em que se estão inseridas. Casamentos, parentesco e laços familiares também podem ter diferentes significados dependendo dos pontos de vista de análise envolvidos.

Já no campo dos estudos acadêmicos, Bruschini afirma que até a década de 1970, os estudos de família não faziam parte das preocupações das Ciências Sociais brasileira. Os trabalhos anteriores, das décadas de 50 e 60, partilhavam da teoria funcionalista, analisando os dados empíricos à luz do modelo de família conjugal característico da época. Dois expoentes no Brasil desse período são os trabalhos de Gilberto Freyre e Antônio Candido. Esses autores analisam a família patriarcal brasileira e suas transformações ao longo do século XIX mostrando um modelo de família – com um forte padrão de família extensa – que durante muito tempo predominou no ideário do pensamento social brasileiro (BRUSCHINI, 1989).

É somente na segunda metade da década de 1970 que as correntes de inspiração marxista, compostas prioritariamente por feministas, começam a se interessar pelas famílias, principalmente no que diz respeito às estratégias de sobrevivência das camadas populares e a reprodução dos trabalhadores (BILAC, 1978; 1983; OLIVEIRA, 1982; WOORTMANN,

1987). É nesse contexto que uma nova questão é posta, se distanciando da teoria funcionalista. É no interior do marxismo que os estudos de família ganham uma importância muito grande, não só na sociologia, mas também na demografia, principalmente na América Latina. A discussão não era mais baseada nas perguntas se as famílias convergiam ao modelo nuclear, mas sim em dar maior visibilidade às outras formas familiares existentes (BILAC, 2002). Nas palavras de Bilac (2002, p. 22), “no Brasil, ao que tudo indica, a modernização da família não significa a passagem de um modelo ‘extenso’ para um modelo ‘nuclear’, mas sim o predomínio de um padrão de residência nuclear com recorrência sistemática à ampliação.”

Já o interesse pelas famílias nos estudos demográficos, de maneira geral, se desenvolve a partir da revisão crítica dos estudos sobre fecundidade, no final da década de 1960. É nesse período que as famílias começam a ser vistas como cenário nos quais as decisões sobre o comportamento reprodutivo são tomadas. Neste momento, a reprodução humana, ainda pensada em termos de reprodução da força de trabalho, começa a ser estudada nos seus aspectos cotidianos, no nível do grupo doméstico. A Demografia da Família se desenvolve, em um primeiro momento, como o estudo dos determinantes de tamanho e composição da unidade familiar, que abrange tanto aspectos demográficos (fecundidade, mortalidade, nupcialidade e migração) quanto socioeconômicos que atuam sobre as famílias. Entretanto, estudos como o de Goldscheider (1995) pontuam que as relações de gênero e geração moldam os processos demográficos e não podem ser prescindidas nas análises. Da mesma maneira, a autora assevera que para um maior entendimento dos comportamentos demográficos é preciso ir além da análise dos comportamentos individuais. Faz-se necessário, então, incluir as famílias e as comunidades, porque, afinal de contas, são elas que moldam o comportamento das pessoas. Nesse sentido, as famílias e as comunidades estão situadas entre dois níveis em que a pesquisa demográfica costuma se desenvolver: o individual e do Estado-Nação. Para equacionar essa equação, a autora propõe a inclusão de famílias e domicílios nos estudos demográficos, interpolando também as análises dos indivíduos e das sociedades, não esquecendo as clivagens de gênero e geração. Ou seja, Goldscheider reivindica o uso das famílias como referência nas análises

populacionais de maneira geral, pensando os comportamentos individuais mediados por elas (GOLDSCHIEDER, 1995).

E foi no interior das discussões sobre o impacto das variáveis demográficas no interior das famílias que se cunhou o termo Segunda Transição Demográfica (LESTHAEGHE, 1998; VAN DE KAA, 1987). No interior de um novo regime demográfico - caracterizado pela queda constante da fecundidade, chegando a se situar abaixo do nível de reposição - importantes mudanças sociais e culturais teriam alterado significativamente a vida familiar, fazendo com que as uniões fossem baseadas menos em códigos formais e mais em afeto e companheirismo. As tomadas de decisões nesses contextos estariam baseadas em valores mais individualistas (LESTHAEGHE, 1998). O resultado de todo esse processo seria o aumento dos divórcios, as alterações nos padrões de nupcialidade, o aumento das uniões consensuais, dos nascimentos fora das uniões e o adiamento do início da vida conjugal e da reprodução.

Apesar da considerável difusão das ideias da Segunda Transição Demográfica, seus postulados foram bastante criticados. Segundo Garcia e Rojas (2004), apesar de vários dos eventos assinalados pelos teóricos dessa corrente terem uma cobertura ampla ao redor do mundo, adotar a ideia de Segunda Transição Demográfica implica em aceitar que tais eventos são uniformes e possuem os mesmos significados em todos os lugares, ou seja, corre-se o risco de interpretar resultados quantitativos semelhantes, mas de conteúdos totalmente diversos. Um exemplo disso seriam as uniões consensuais e os domicílios chefiados por mulheres. Enquanto nos países europeus tais fenômenos seriam resultados de maiores assimetrias de gênero e autonomia das mulheres, nos países da América Latina aconteceria justamente o oposto. As uniões consensuais e os domicílios chefiados por mulheres seriam resultado do contexto histórico e social da região (GARCIA E ROJAS, 2001; BILAC, 2002; QUILODRAN, 2003).

Outra questão posta nesta discussão é a do quanto as mulheres que vivenciariam a Segunda Transição Demográfica nos países desenvolvidos com fecundidade abaixo do nível de reposição desejariam ou não ter menos filhos. As proposições da Segunda Transição Demográfica sugerem que as mulheres teriam maior controle sobre suas vidas sexuais e

reprodutivas, além do controle sobre suas uniões e sua inserção no mercado de trabalho. Estaria ocorrendo um processo linear de autonomização das mulheres, associado ao desejo de querer ter menos filhos. Entretanto, Oliveira (2008), ao analisar o trabalho de Göran Therborn (2006), se pergunta que tipo de escolha mulheres altamente escolarizadas e com carreiras profissionais consolidadas e que declaram possuir menos filhos do que o desejado possuem. Essas mulheres não seriam constrangidas a terem menos filhos (OLIVEIRA, 2008)? Dessa maneira, mostra-se muito importante relativizar as proposições da Segunda Transição Demográfica e como as relações de gênero incidem sobre as novas demandas demográficas.

Nesse sentido, parece não restar dúvidas de que a perspectiva da exploração feminina, em um primeiro momento, e depois a do gênero, se mostram fundamentais nas análises dos contextos familiares. Foi somente com a incorporação desta primeira vertente de pensamento que o modelo dominante de família e o patriarcado começaram a ser criticados. A partir dessa crítica foi possível consolidar uma nova maneira de se analisar as famílias e, principalmente, a inserção das mulheres nelas (Pinelli, 2004). Nas últimas décadas consideráveis transformações nas condições de vida das mulheres (aumento da escolaridade, da participação no trabalho, da idade ao casar, entre outros) têm abalado as hierarquias familiares mais tradicionais, podendo alterar a maneira como as mulheres se inserem nas famílias e na sociedade. Nesse sentido, mais estudos sobre as condições de vida das mulheres se fazem necessários, na tentativa de tentar entender as possíveis rupturas e as permanências das relações sociais e de poder que as mulheres criam, recriam, às quais se submetem e são submetidas.

1.1. Trabalho feminino e articulação trabalho/família

De maneira geral, quando se realiza uma análise do trabalho feminino, acaba sendo imprescindível realizar também uma análise da divisão sexual do trabalho. Esta seria a forma de divisão do trabalho social baseada nas relações sociais entre os sexos, definida histórica e socialmente. Hirata e Kergoat (2007) vão ainda mais além nessa definição

argumentando que a divisão sexual do trabalho é um fator determinante para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Contudo, as autoras propõem uma ampliação desse conceito, distinguindo seus princípios e modalidades. Para elas:

Essa forma particular de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Porém, podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

Apesar da considerável expansão desses princípios por todas as sociedades, as autoras advertem que a divisão sexual do trabalho não pode ser considerada imutável. Suas formas podem variar grandemente no tempo e no espaço. Contudo, “o que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo (...), se é inegável que a condição feminina melhorou (...), a distância ainda parece insuperável”. Hirata e Kergoat concluem, então, que a divisão sexual do trabalho envolve o tipo de paradoxo em que “tudo muda, mas nada muda” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 600).

Já os primeiros estudos brasileiros sobre a condição feminina surgiram principalmente a partir no final da década de 60 e início da de 70, focalizando a incorporação ou exclusão das mulheres do mercado de trabalho no contexto do capitalismo brasileiro. Trabalhos como os de Saffiotti (1969) e Blay (1978) foram lançados e se tornaram clássicos sobre o tema da participação feminina no mercado de trabalho, suas dificuldades e tensões.

Foi nessa época que se percebeu que, ao contrário do que acontece com os homens, a participação das mulheres na vida produtiva não se deve apenas às forças do mercado e nem ao nível de desenvolvimento de uma sociedade, mas à posição na família e à classe social a qual pertence seu grupo doméstico (BRUSCHINI, 1989). O problema central dos estudos da condição feminina tornou-se entender como se dá a articulação entre a esfera do trabalho produtivo e do reprodutivo, já que, por mais separadas que estejam no mundo capitalista,

para as mulheres as duas esferas sempre estão juntas. Outro salto nesses estudos foi quando os analistas sobre o tema notaram que o trabalho feminino extrapola o nível individual, tornando-se parte fundamental das estratégias dos grupos familiares (BILAC, 1978, 1983; OLIVEIRA, 1982; SARTI, 1995; FONSECA, 2005; SORJ, 2004). De acordo com Bruschini (2007), o perfil das mulheres brasileiras trabalhadoras tem se alterado consideravelmente nas últimas décadas. Nas palavras dela:

Em relação ao perfil das trabalhadoras, de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família –, e de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares – que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados (BRUSCHINI, 2007, p. 538).

As últimas décadas do século XX foram fundamentais para a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as explicações para tal fenômeno englobam aspectos não só econômicos, como culturais e demográficos (WAJNMAN, QUEIROZ E LIBERATO, 1998; BRUSCHINI, 2007). Fatores demográficos como a queda nas taxas de fecundidade, a redução dos tamanhos das famílias, o envelhecimento da população – com maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens – e o aumento da proporção dos domicílios chefiados por mulheres podem ser considerados como importantes fatores para a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, várias mudanças culturais aconteceram no país nestas últimas décadas, abrindo possibilidades para as mulheres além da esfera doméstica.

Para as brasileiras, as últimas décadas do século XX foram marcadas pelo aumento de sua escolaridade. Antes excluídas, as mulheres iniciaram os anos 2000 com níveis de escolaridade maiores do que os dos homens. Essa vantagem, no entanto, ainda não é refletida de maneira satisfatória no mercado de trabalho. Segundo conclui o relatório do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2009), ainda há muito que caminhar no que se refere à garantia de melhores condições não só de entrada, mas também de permanência, de ascensão profissional e de rendimentos das mulheres ocupadas.

Além disso, também no plano econômico, a forte precarização do trabalho masculino e o aumento do desemprego entre os homens fizeram com que muitas mulheres entrassem no mercado de trabalho na tentativa de amenizar a queda dos rendimentos familiares. Como salienta Silva (2012), o mercado de trabalho informal pode proporcionar mais oportunidades para as mulheres do que para os homens, pois mesmo em condições adversas, o emprego doméstico pode ser a porta de entrada de muitas mulheres trabalhadoras. O desenvolvimento do setor terciário e a informalidade do mercado de trabalho absorveram considerável parcela da mão de obra feminina disponível (WAJNMAN, QUEIROZ e LIBERATO, 1998). Dessa maneira, o acesso ao mercado de trabalho pode ter um duplo sentido para as mulheres, o primeiro que garante certa independência em relação a pais ou parceiros, e o segundo que consolida as mulheres como consumidoras (ARAÚJO e SCALON, 2005).

Diante do quadro apresentado, as possibilidades de estudos sobre a condição feminina e inserção das mulheres no mundo laboral são inúmeras e tem rendido muitos frutos. No campo da Demografia, são diversos os trabalhos que tratam da inserção das mulheres no mercado de trabalho, seja com dados dos Censos Demográficos ou das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Apesar das poucas informações que as PNADs proporcionam sobre as famílias brasileiras, alguns pesquisadores se debruçaram sobre o assunto, tendo como um dos precursores os trabalhos de Cristina Bruschini. Uma parcela considerável desses estudos focaliza a posição das mulheres no interior das famílias – enquanto pessoas de referência ou cônjuges –, sua inserção no mercado de trabalho e os reflexos na organização familiar (BRUSCHINI, 2000, 2003, 2006, 2007, 2008; DEDECCA, 2004; LAVINAS, 2000, 2006; LEONE, 2000; SABÓIA, 2007; SORJ, 2007; WAJNAMN, 1994, 1998, entre outros). Entretanto, apesar dos diferentes enfoques, objetivos ou mesmo regiões do país que analisam, todos eles salientam as enormes dificuldades que as mulheres enfrentam ao tentar lidar com o mercado de trabalho e as responsabilidades familiares.

O relatório do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2009) aponta que nos últimos anos tem acontecido um processo de “feminização” do trabalho. De acordo com Guimarães (2012), enquanto houve aumento da participação feminina no mercado de

trabalho, entre 1992 e 2009, passando de 57% para 62,9%, a masculina declinou, passando de 90% para 86,8%. Por conta dessas alterações, em 2009 as mulheres passaram a representar 44,5% da PEA⁵, contra 40% em 1992.

O trabalho de Lena Lavinas (2006) mostra dados que também vão nesse sentido. Nos últimos 20 anos, a participação feminina no mercado de trabalho, na faixa etária de 16 a 65 anos, passou de 40% em 1981, para 68% em 2003. Utilizando dados da PNAD de 2003, a autora afirma que mulheres representavam 45% da população ativa no país, 44% dos ocupados e 65% dos desempregados. Esses dados evidenciam que muitas das mulheres que entraram no mercado de trabalho nos últimos anos o fizeram na condição de desempregadas. Esses dados complementam os achados de Montali (2006), quando afirma que tanto as chefes como as mulheres cônjuges têm entrado no mercado de trabalho muitas vezes em ocupações precárias, tais como: assalariadas sem carteira assinada, autônomas e trabalhadoras familiares, obtendo baixos rendimentos. De acordo com Lavinas (2006), apesar de o hiato salarial entre homens e mulheres ter diminuído - em 1980, as mulheres ganhavam, em média, 68% do salário dos homens e, em 2003, esse percentual passou para 84% - não resta dúvida de que essa redução ainda é muito lenta. Segundo a autora, se o ritmo se mantiver, somente em 80 anos o hiato salarial entre homens e mulheres deixaria de existir.

A autora também chega a algumas conclusões que ajudam a entender como se dá a inserção das mulheres no mercado de trabalho e os rendimentos alcançados. Primeiro, quando se analisa a curva da distribuição de renda em decis, Lavinas (2006) conclui que a ausência ou presença de filhos pequenos é o que determina os melhores ou piores rendimentos familiares. Quanto menos filhos, maiores seriam esses rendimentos. Por outro lado, a conjugalidade, mais do que a maternidade, pode ser um fator que dificulta a entrada no mercado de trabalho por parte das mulheres. Quanto à condição de chefia do domicílio, Lavinas compara os rendimentos entre chefes homens e mulheres e encontra uma distribuição relativamente homogênea de chefia feminina - em domicílios monoparentais - em todos os decis de renda, negando a tese da “feminização da pobreza” de que as mulheres

⁵ População Economicamente Ativa.

chefes de domicílios estariam mais concentradas nos decis mais pobres. Segundo os dados apresentados por ela, os domicílios unipessoais e aqueles caracterizados por casais sem filhos são os mais ricos, seja quando chefiados por homens ou por mulheres.

Já no âmbito dos afazeres domésticos nas PNADs⁶, depois da introdução da pergunta “realizou afazeres domésticos na semana de referência?”, a partir de 1992, e, posteriormente, da questão “quantas horas dedica normalmente por semana aos afazeres domésticos?”, em 2001, foi possível levantar algumas informações sobre as práticas diárias de homens e mulheres no interior de seus domicílios. Autores como Bruschini (2006); Dedecca (2004); Melo e Castilho (2003) e Soares e Sabóia (2007) se detiveram nessas questões e apresentam dados que podem identificar como se dá a divisão sexual do trabalho no interior das famílias brasileiras. Segundo palavras de Soares e Sabóia,

Sob o aspecto de gênero, a mensuração do tempo dedicado às atividades não remuneradas implica dar visibilidade para a sociedade de um conjunto de atividades, em grande parte exercida pelas mulheres, que são fundamentais para o processo de reprodução social, como o cuidado dos filhos e idosos, mas que não são consideradas no conceito econômico mais tradicional de trabalho (SOARES; SABÓIA, 2007, p. 7).

Foi somente com os estudos da perspectiva feminista que os trabalhos remunerado e não remunerado foram conectados, já que antes, eles eram apresentados como tendo lógicas diferentes. Enquanto o trabalho remunerado era voltado para a produção e remetido principalmente aos homens, o trabalho não remunerado era encarado como um dote natural das mulheres (SORJ, 2004). Araújo e Scalon (2005) complementam a afirmação de Sorj (2004) argumentando que enquanto o acesso das mulheres ao mercado de trabalho durante muito tempo foi condicionado a sua “domesticidade” feminina e, dessa forma, exterior às mulheres, o trabalho masculino sempre foi visto como algo natural. Ou seja, há uma suposta naturalização das tarefas, o homem teria nascido para o trabalho remunerado e, portanto, para ser o provedor doméstico, enquanto a mulher para ser cuidadora e dona de casa.

Ao analisar a articulação de tempo, trabalho e gênero, Dedecca (2004) chama atenção para a importância dos estudos sobre a utilização do tempo destacando a escassez

⁶ As PNADs colhem informações sobre as horas destinadas pela população para o trabalho, para a locomoção entre moradia e trabalho e os afazeres domésticos (DEDECCA, RIBEIRO, ISHII, 2008).

desse tipo de pesquisa no Brasil, mesmo com a introdução de perguntas a esse respeito, a partir da PNAD de 2001. O autor apresenta resultados de pesquisas sobre uso do tempo em alguns países e defende a importância desse tipo de estudo para a articulação do uso do tempo na reprodução econômica e social. Mostra ainda que entre pesquisadores feministas esse tipo de análise tem se desenvolvido justamente para mostrar a grande diferença que homens e mulheres possuem no tempo gasto com as responsabilidades domésticas. Nesse sentido, o aumento do tempo que as mulheres despendem na atividade econômica seria prejudicial a elas, pois se acumularia àquele dedicado a reprodução social, resultando em grandes jornadas de trabalho. Apesar do avanço tecnológico dos aparelhos domésticos, o tempo livre que sobra às mulheres fica bastante reduzido. Um ponto muito importante levantado por Dedecca (2004) é o fato de que, mesmo nos países com políticas públicas importantes para as famílias, como creches em tempo integral, o *gap* entre o tempo de homens e mulheres nos afazeres domésticos é menor, mas ainda persiste.

As informações sobre afazeres domésticos nas PNADs são coletadas para pessoas de 10 anos de idade ou mais que realizam tais atividades parcial ou integralmente. E por afazeres domésticos consideram-se as seguintes atividades:

- 1- arrumar ou limpar toda ou parte da moradia;
- 2- cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar essas tarefas para si ou para outros moradores;
- 3- orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas;
- 4- cuidar de filhos ou menores que são moradores; e
- 5- limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

Como é possível notar, a definição de afazeres domésticos envolve uma ampla gama de atividades, não sendo possível identificar quais delas são realizadas de maneira mais sistemática. Analisando essa definição, Bruschini (2008) adverte que uma das limitações do conceito de afazeres domésticos adotado pelas PNADs está na ausência da captação do tempo gasto com idosos e adultos incapazes.

Já Aguirre (2009) sugere que, além de conceituar os tipos de trabalho não remunerados, é preciso também diferenciá-los – como o cuidado da casa, o cuidado de crianças e idosos, além dos voluntários e de subsistência – como uma tentativa não só de se aperfeiçoar a coleta desse tipo de informação, mas também de entender como eles se relacionam e como as relações de gênero se configuram nessa divisão temporal das atividades. Segundo os dados de Aguirre (2003) para o contexto uruguaio em 2003, as horas semanais dedicadas aos trabalhos não remunerados e remunerados são bem diferentes entre homens e mulheres. Enquanto 67% do tempo das mulheres no trabalho era dedicado ao trabalho não remunerado e 33% ao remunerado, com os homens acontece o oposto. O tempo no trabalho entre eles é dividido da seguinte maneira: 69% do tempo para o remunerado e 31% para o não remunerado. A autora mostra que são as uruguaias mais pobres, mais jovens e com filhos pequenos que dedicam mais tempo aos trabalhos não remunerados.

Ramos (2009) levanta outra questão sobre a importância de uma boa captação do uso do tempo nos afazeres domésticos, enfatizando que o próprio desenho de políticas públicas nessas áreas deve ser orientado pela compreensão de que elas podem ter impactos desiguais para homens e mulheres, já que os tipos de atividades domésticas e o tempo gastam nelas são bem diferentes.

Quanto ao perfil das pessoas que realizam os afazeres domésticos no Brasil – utilizando os dados da PNAD de 2005 para a população total – Soares e Sabóia (2007) mostram que enquanto 51% dos homens fazem essas atividades, esse percentual sobe para 90,6% no caso das mulheres. É na região Nordeste onde a participação masculina é menor (46,7%) e no Sul, onde é maior (62%). Em relação à idade, as diferenças entre homens e mulheres se mantêm, enquanto 83% das meninas de 10 a 17 anos fazem serviços domésticos, esse percentual cai para 47,4% no caso dos meninos. Esse dado sugere que, desde muito novas, as mulheres são orientadas para as atividades domésticas, enquanto os meninos seguem para outras, como a entrada no mercado de trabalho. O tempo gasto nas atividades também é diferente, 8,2 horas semanais para os meninos e 14,3 horas para as meninas (SOARES E SABÓIA, 2007).

Entre a população adulta, os dados mostram que são as mulheres não economicamente ativas que têm mais de 50 anos as que gastam mais tempo nos afazeres domésticos: 31 horas semanais, cerca de três vezes mais que os homens de mais com 60 anos. Entretanto, são esses homens que mais fazem atividades domésticas, cerca de 13 horas semanais. Soares e Sabóia (2007) argumentam que a aposentaria pode ser a causa do aumento das horas em atividades domésticas nessa idade, apesar de a diferença entre homens e mulheres se manter grande. Já entre a população de 25 a 49 anos, os homens gastam 9,8 horas semanais com trabalhos domésticos, enquanto as mulheres, 27,7 horas (SOARES E SABÓIA, 2007).

Quando se analisa a variável escolaridade, as autoras encontraram um padrão diferente entre os sexos. São os homens mais escolarizados que estão em maior proporção entre os que fazem atividades domésticas (54%), enquanto para as mulheres acontece o contrário: as mais escolarizadas são as que menos realizam afazeres domésticos, muito provavelmente porque podem pagar outras mulheres para fazê-los (SOARES E SABÓIA, 2007). A participação feminina no mercado de trabalho não acarreta abandono das atividades domésticas. Entre as mulheres que trabalham, 92% cuidam das tarefas domésticas, enquanto este número cai para 51,6% no caso dos homens ocupados.

No caso da divisão dos afazeres domésticos no interior das famílias, Soares e Sabóia (2007) mostram que são as mulheres que estão em famílias nucleares com filhos menores de 14 anos que despendem maior jornada nos afazeres domésticos (29 horas semanais). De acordo com Dedecca (2004), a falta de serviços sociais que promovam o cuidado às crianças de maneira integral e eficiente impede que as mães consigam empregos melhor remunerados. Por conta disso, na tentativa de articular o trabalho remunerado com o cuidado dos filhos, parte considerável das mulheres se submete a contratos trabalhistas que lhes são desfavoráveis. Segundo Sabóia e Soares (2007) são as mulheres mais pobres (rendimento familiar de até um salário mínimo) e com filhos pequenos que despendem mais tempo nos afazeres domésticos, cerca de 30 horas por semana.

As autoras concluem seu estudo afirmando que entre 2001 e 2005 observou-se um aumento da proporção de pessoas que realizavam atividades domésticas, passando de 66,9%

para 71,5%. Porém, concomitantemente a isso, houve uma diminuição das horas gastas nos afazeres domésticos, passando de 23,4 horas semanais em 2001 para 19,5 em 2005. A maior queda se deu entre as mulheres, 3,7 horas contra 1,1 para os homens na faixa etária dos 25 a 49 anos. Entretanto, as autoras salientam também que essa redução pode ser explicada pelo aumento da compra e acesso a bens duráveis e tecnologias que facilitam as tarefas domésticas. Outro fato que pode acarretar a redução das horas gastas nos afazeres domésticos seria a pressão que as horas no trabalho remunerado pode exercer na vida das mulheres. Nesses casos, elas teriam menos tempo para realizar aos afazeres domésticos porque estariam dedicando mais tempo ao trabalho remunerado. De qualquer maneira, porém, o que parece permanecer é a considerável diferença entre as horas que homens e mulheres gastam nas atividades não remuneradas. As mulheres possuem uma carga consideravelmente maior de trabalho.

Segundo dados da PNAD de 2009, para o Brasil, do total de mulheres “inativas”, entre 16 e 64 anos, 92,0% realizavam afazeres domésticos. Já entre os homens “inativos”, tal proporção era de 48,6%. A invisibilidade do trabalho feminino, nesse contexto, fica ainda mais evidente quando se constata que essas mulheres que supostamente são “inativas” gastam em média 33,3 horas semanais nos afazeres domésticos (GUIMARÃES, 2012). O autor afirma:

Além disso, é importante ressaltar o fato de que, em geral, o conceito de trabalho é baseado em uma definição de atividade econômica que não abarca um conjunto de atividades mais comumente realizadas pelas mulheres, muitas das quais contribuem para o rendimento e o bem-estar pessoal ou familiar. Sendo assim, várias trabalhadoras são enquadradas na condição de economicamente “inativas”. Em virtude dessa “invisibilidade do trabalho feminino”, um significativo aporte laboral e produtivo das mulheres é subestimado e não se reflete na taxa de participação (GUIMARÃES, 2012, p. 58).

Diante do quadro apresentado, é possível concluir, de acordo com Bruschini (2006), que os dados das PNADs comprovam as várias informações que os estudos sobre a condição feminina e, posteriormente, os de gênero têm levantado nas últimas décadas: 1 - as mulheres muito mais que os homens se ocupam dos afazeres domésticos; e 2 - são as mulheres cônjuges com filhos pequenos que despendem mais tempo com tais atividades. Entretanto, por outro lado, os dados também mostram que são essas mulheres que estão entrando no

mercado de trabalho de maneira mais sistemática nos últimos anos. A autora conclui que é de fundamental importância reconhecer a necessidade de políticas públicas de apoio a essas mulheres trabalhadoras, já que, como foi comprovado, a participação de seus maridos/companheiros nas atividades domésticas é bem reduzida (BRUSCHINI, 2006). Por outro lado, os dados também sugerem que idade, escolaridade e o trabalho remunerado possuem um efeito relevante sobre tempo gasto com os serviços domésticos, ficando as mulheres mais novas, pobres e menos escolarizadas com a maior carga.

Bruschini (2006) argumenta, então, que devido ao elevado número de horas que principalmente as mulheres gastam com a realização dos afazeres domésticos, seria razoável considerar essa categoria como um trabalho não remunerado e não como inatividade econômica, como atualmente é feito no Brasil. Nesse sentido, também Hirata e Kergoat (2007) fazem a crítica da análise do trabalho doméstico como um apêndice do trabalho remunerado. Para elas, o trabalho reprodutivo seria uma forma fundamental de trabalho social que se entrelaçaria com o trabalho produtivo.

Facilmente, é possível concluir que as últimas décadas foram marcadas por intensas transformações na composição sexual do mercado de trabalho e nas formas como as mulheres tentam articular suas responsabilidades domésticas e o trabalho remunerado. Pode-se dizer que o modelo do homem provedor e da mulher dona de casa tem se alterado drasticamente com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, porém, sem a contrapartida da divisão das responsabilidades domésticas com os homens de forma equitativa. E essa parece ser a tendência para toda a América Latina.

De acordo com a CEPAL (2007), uma em cada cinco famílias corresponde ao modelo de família nuclear tradicional nos países latino-americanos. Porém, tem havido um aumento contínuo e significativo de famílias monoparentais, sem filhos ou formadas por casais que possuem dupla renda. As principais mudanças no período de 1990 a 2005 dizem respeito principalmente ao trabalho feminino e ao aumento da proporção de mulheres que se incorporaram ao trabalho remunerado. Entre esses anos, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho nas áreas urbanas passou de 45,9% para 58,1% em toda a região.

Nesses casos, também há consideráveis evidências das dificuldades das mulheres latino-americanas em articular o trabalho remunerado ao não remunerado.

No caso específico do Uruguai, Aguirre et al (2005) realizaram uma pesquisa sobre o uso do tempo em Montevideu em 2003, com o objetivo de quantificar a carga total de trabalho (remunerados e não remunerados), mas também suas inter-relações. Os autores concluem que o tempo gasto nos diferentes trabalhos para homens e mulheres que vivem em casal põe em evidência que as desigualdades entre os sexos têm menos a ver com quantidade total de trabalho a se realizar ou com os rendimentos dos cônjuges e mais a ver com as relações patriarcais. Enquanto os homens concentram seu tempo principalmente no trabalho remunerado, as mulheres acabam repartindo seu tempo entre este tipo de trabalho e o doméstico.

Desigualdades na divisão sexual do trabalho doméstico e remunerado também ocorrem nos países desenvolvidos (SULLIVAN, 2004; BITTMAN e MATHESON, 1996; BIANCHI et al, 2000; CROMPTON et al, 2005), entretanto, em alguns deles (nesse caso Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha) têm havido mudanças significativas na divisão do trabalho doméstico, principalmente entre os casais de dupla renda. Apesar de as mulheres continuarem sobrecarregadas, os homens têm feito mais afazeres domésticos do que em anos anteriores, devido principalmente às alterações no status laboral feminino (GERSHUNY et al, 2005). Contudo, é preciso frisar que a proporção de casais de dupla renda era uma realidade consolidada nos Estados Unidos há mais tempo do que no Brasil, por exemplo. Segundo estimativas apresentadas por Spiker-Miller (2005), mais de 60% dos casais americanos seriam formados por homens e mulheres economicamente ativos.

Analisando os atuais anos de recessão (que começaram no final de 2007) no contexto americano, Mattingly e Smith (2010), através de dados do Current Population Survey de maio de 2008 e 2009, concluem que as esposas americanas se inserem no mercado de trabalho de maneira mais intensa quando seus maridos/companheiros começam a perder seus empregos. Foi, portanto, devido a esse momento de crise que as taxas de atividade feminina foram intensificadas nos Estados Unidos, nesses últimos anos. E é nesse momento que novos padrões de divisão sexual do trabalho doméstico têm se manifestado.

Diante do cenário apresentado até aqui, é possível concluir que a intensa incorporação das mulheres no mercado de trabalho não é seguida por um satisfatório processo de redefinição das relações de gênero no interior das famílias e também na formulação de políticas públicas. Em outras palavras, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho vem ocorrendo sem que tenha ocorrido um novo contrato em relação à responsabilidade pelo trabalho de reprodução social, que continua sendo assumida, exclusiva ou principalmente, pelas mulheres (OIT, 2012).

1.2. Mulheres provedoras principais: dinâmicas familiares e responsabilidades

No Brasil, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tem feito com que casais com dupla renda ganhem relevância estatística considerável (MONTALI, 2006; MARRI e WAJNAMN, 2007; MELO, 2007). Com base nos dados da PNAD de 2009, em 65% das famílias com crianças até 14 anos, tanto a pessoa de referência do domicílio quanto o cônjuge estavam ocupados (GUIMARÃES, 2012).

Porém, a maioria dos estudos sobre o tema enfoca principalmente as diferenças de salários entre homens e mulheres, mostrando os homens como os principais provedores. Não resta dúvida de que este é o padrão do provimento doméstico no Brasil, seja porque os salários masculinos ainda são maiores do que os femininos, ou porque as mulheres geralmente trabalham menos horas do que os homens, ou ainda porque parcela delas está fora do mercado de trabalho. Entretanto, há outra parcela de casais brasileiros que deveria receber mais atenção analítica: os casais formados por mulheres que são as únicas ou as principais provedoras financeiras.

Julga-se muito importante analisar esse tipo de arranjo para o provimento doméstico – que foge ao tradicional – justamente para tentar entender o que está por trás de tal fenômeno: relações de gênero mais igualitárias, nas quais as mulheres podem ter maior poder decisão no interior dos domicílios, por possuírem maior renda; ou relações de gênero ainda tradicionais com as mulheres mais sobrecarregadas com a geração de renda? Resta

entender como casais que possuem as mulheres como provedoras principais negociam o cotidiano familiar.

Já existem alguns estudos para distintos contextos. Segundo dados de Crompton e Geran (1995) para o Canadá, entre 1967 e 1993, o número de mulheres provedoras principais, entre mulheres unidas, passou de 11% para 25%. Tal alteração estaria atrelada à mudança de inserção das mulheres no mercado de trabalho, rumo a ocupações melhor remuneradas e também à crise que assolou o país nos anos 80 e 90, afetando principalmente os homens. Tais fatos teriam contribuído para o aumento do número de mulheres principais provedoras no Canadá.

Deustch, Roksa e Meeske (2003), através da análise de dados empíricos sobre o contexto americano, argumentam que o fato de as mulheres serem as principais provedoras não lhes garante, automaticamente, relações de gênero mais igualitárias, já que padrões tradicionais podem continuar sendo reproduzidos no interior das famílias. Os autores ainda argumentam que a aceitação do trabalho feminino tem aumentado entre os homens, mas eles ainda preferem ganhar mais que as mulheres.

Novamente para o contexto americano e analisando dados de 1996 a 2000 de uma pesquisa longitudinal, a Survey of Income and Program Participation (SIPP), Winkler, McBride e Andrews (2005) mostraram que em torno de 55% dos casais de dupla renda, nos quais a mulher possuía os maiores rendimentos, permaneceram nessa situação durante o período analisado. As possíveis razões elencadas pelos autores que podem influenciar a permanência das mulheres americanas como provedoras principais no decorrer do tempo seriam: a grande proporção de casais com mulheres provedoras principais seria composta por mulheres com escolaridade mais alta do que a dos maridos/companheiros e pequena proporção de crianças menores de cinco anos presentes no domicílio; a presença de homens que relatam problemas de saúde e por isso estariam afastados do mercado de trabalho; uma escolha familiar na qual a carreira feminina é prioritária e os homens se responsabilizariam pelo cuidado dos filhos e casa, embora a frequência desse fenômeno ainda fosse bem pequena; e o desemprego masculino que tem aumentado muito nos últimos anos. Portanto, haveria uma série de fatores que motivariam as mulheres a assumirem parte principal do

provimento doméstico e que podem mudar ou não no decorrer dos anos. Os resultados para os Estados Unidos mostram que os ganhos dos casais podem variar não somente no nível dos valores que cada membro contribui, mas também em termos de sua estabilidade no decorrer dos anos (WINKLER, MCBRIDE e ANDREWS, 2005).

Para o caso brasileiro, um importante estudo sobre o tema foi desenvolvido por Marri e Wajnman (2007). As autoras utilizaram dados da PNAD de 2004 para as áreas urbanas e procuraram traçar os perfis demográficos e sociocupacionais dos casais cuja mulher é a provedora principal. Entende-se que conhecer melhor esse perfil de trabalhadoras é importante porque se trata de contextos que subvertem o estereótipo segundo o qual cabe aos homens a responsabilidade financeira pelas famílias, enquanto as mulheres podem, quando muito, “auxiliá-los” nessa tarefa. Por outro lado, há também consideráveis evidências na bibliografia consultada, mostrando que enquanto as mulheres avançam no mercado de trabalho, o mesmo não acontece com os homens nos afazeres domésticos. Por mais que se espere que o fato das mulheres que recebem mais do que seus maridos/companheiros possam desenvolver no interior das famílias maior poder de decisão, as ideologias legitimadoras das desigualdades de gênero entre homens e mulheres ainda persistem. Possuir renda maior que a do marido/companheiro pode não ser uma garantia às mulheres de redução na jornada.

Para realizar sua análise, Marri e Wajnman selecionaram três medidas de renda: “rendimento de todos os trabalhos, o rendimento do trabalho principal e o salário-hora de cada um dos cônjuges” (MARRI E WAJNMAN, 2007, p.21). Segundo os dados, em 2004, as famílias com núcleo composto por chefe e cônjuge compunham 63,6% do total das famílias brasileiras. Dessas, 44% possuíam duplo rendimento, ou seja, rendimentos do chefe e cônjuge. Quando se considera o total das famílias, as esposas eram responsáveis por 33% da renda total, os maridos/companheiros por 61% e os filhos por 6%. Entretanto, quando a análise focaliza o provedor principal, ou seja, aquele com rendimentos do trabalho superior a 50% dos rendimentos do casal, Marri e Wajnman (2007) sugerem que do total das famílias com duplo rendimento, em 17% as mulheres eram as principais provedoras. As autoras ainda mostram que do total dos domicílios nos quais há pessoas de referência e cônjuge,

94% são chefiados por homens. No caso daqueles nos quais há casais com dupla renda, 87% dos domicílios compostos por mulheres com principal renda são chefiados por homens. Esses dados mostram que mesmo com a crescente participação relativa das mulheres como provedoras, as pesquisas domiciliares ainda apontam os homens como chefes ou responsáveis pelos domicílios constituídos por pessoa de referência, cônjuge com ou sem filhos (MARRI; WAJNMAN, 2007).

Diante deste cenário, as autoras argumentam que, considerando que a designação da responsabilidade de um domicílio não está, na maior parte dos casos, associada à realização dos trabalhos domésticos – se fosse assim as mulheres estariam em maior proporção no quesito sobre quem é a pessoa de referência do domicílio – como também não está na responsabilidade financeira, resta atribuir a enorme proporção de homens na chefia dos domicílios nos quais a mulher é a única ou principal provedora a um fator cultural.

A elas cabem os afazeres domésticos, pois 95% das mulheres provedoras realizam esse tipo de tarefa, em média 21 horas por semana, enquanto 64% dos seus maridos/companheiros realizam as atividades em média 11 horas por semana. Já entre as mulheres, a proporção de provedoras principais que realizam afazeres domésticos e a média de horas gastas nesses afazeres são menores do que quando se compara com as coprovedoras (97% destas últimas declaram realizar trabalhos domésticos em média 25 horas por semana). Porém, mesmo com essa diferença, nota-se que as mulheres, provedoras principais ou não, ainda continuam sendo as grandes responsáveis pelos afazeres domésticos (MARRI E WAJNMAN, 2007).

Já em relação aos rendimentos, os dados sugerem que entre os maridos/companheiros provedores e as mulheres provedoras principais, os homens ganham 19% a mais do que as mulheres. Embora as provedoras possuam renda superior daquelas que são coprovedoras, e seus maridos/companheiros recebem rendimentos bem menores do que os homens que são os provedores principais, a diferença salarial entre as rendas de homens e mulheres que são principais provedores é considerável, com prejuízo para elas. As autoras asseveram que tal diferença não pode ser explicada por características como idade, escolaridade, grupo ocupacional ou região do país. Ou seja, as diferenças de gênero podem

ser a explicação possível. Os dados mostram que o rendimento mensal do trabalho principal da esposa provedora principal era 62% maior do que de seu marido/companheiro (MARRI, WAJNMAN, 2007). Quanto às camadas sociais, Marri e Wajnman (2007) argumentam que a probabilidade de as mulheres serem as provedoras principais são consideráveis entre os mais pobres e com menor renda e entre aqueles casais nos quais as mulheres possuem alta escolaridade e ocupações com altos salários.

1.3. As mulheres e as famílias

As disciplinas das Ciências Sociais, principalmente a Antropologia, têm produzido trabalhos que tentam dialogar com o binômio colocado por Collier et. al. (1992) – o que se espera das famílias e o que se vivencia nelas – apresentando etnografias bastante interessantes especialmente sobre as famílias das camadas populares e médias.

Na experiência dos outros países, o trabalho de Judith Stacey (1992) é um bom exemplo por mostrar a riqueza de possibilidades que os diferentes arranjos familiares podem vivenciar. A autora americana realizou uma pesquisa de campo no Silicon Valley, nos Estados Unidos - no final da década de 80 e começo da de 90 - e nega a hipótese de que as classes operárias do Vale seriam mais “tradicionais” quando comparadas com as classes médias. Stacey argumenta que as classes médias americanas atuam mais como formadoras de opinião das mudanças nas famílias do que propriamente como fonte de transformações. As classes populares, nesse contexto, também seriam muito diversas e constantemente cambiáveis, não cabendo o rótulo de “tradicionais” em oposição ao suposto “moderno” das classes médias. A autora ainda mostra que as organizações familiares norte-americanas passaram por consideráveis alterações nos dois últimos séculos. Enquanto as classes médias já estariam na fase da “família moderna” – composta principalmente pelo modelo do homem provedor e da mulher dona de casa – as classes populares, devido à crise do estado de bem-estar social, continuaram com o padrão de família “pré-moderna” com uma organização mais fluida e dinâmica. O trabalho feminino nas classes populares era necessário e largamente adotado antes mesmo de se tornar bandeira das feministas da classe média.

As mudanças no Estado de Bem-Estar Social e os problemas de desemprego foram os grandes impulsionadores, nos Estados Unidos, de mudanças nas chamadas famílias tradicionais. O desenvolvimento do pensamento feminista também desempenhou um papel importante na mudança de mentalidade das mulheres operárias. Porém, essas mulheres em um primeiro momento vivenciaram mudanças como aumento dos divórcios, novos casamentos e casais nos quais homens e mulheres trabalhavam, filhos fora de uniões e depois foram englobadas pelas mudanças de mentalidade. A divisão do trabalho doméstico ainda permanece muito desigual e as famílias ainda continuam sendo domínio feminino, com os homens participando pouco e de forma desarticulada. Nas palavras da autora:

No entanto, ironicamente, a maioria da literatura alarmista e nostálgica sobre o declínio da família contemporânea impugna que as mulheres tenham abandonado a domesticidade, o outro lado da nossa entrada tardia na modernidade. Raramente os gritos públicos ansiosos sobre os efeitos destrutivos das famílias de mães que trabalham, dos altos índices de divórcio, dos cuidados de crianças institucionalizados, ou de liberalização sexual examinam o comportamento familiar dos homens. Vozes angustiadas, que emanam de todas as bandas do espectro político, lamentam as intervenções do estado e do mercado que estão enfraquecendo 'a família'. Mas os vínculos familiares de quem estão se desgastando? As mulheres demonstraram amplamente o nosso compromisso em continuar a manter laços de parentesco. Se há uma crise familiar, é uma crise familiar masculina⁷ (STACEY, 1992, p.108).

No caso brasileiro, há consideráveis estudos que analisam as classes populares, mostrando os problemas que as mulheres têm com seus maridos/companheiros, principalmente nos contextos de desemprego.

Os trabalhos das décadas de 80 e 90 foram muito ricos ao mostrar em detalhes como se dava a organização doméstica de famílias das camadas populares. Trabalhos como de Salem (1981), Oliveira (1982), Bilac (1983), Zaluar (2001), Sarti (1996), Fonseca (2004), entre outros, se tornaram clássicos e até hoje são referência no assunto. Contudo, eles dizem respeito a um momento histórico e social bastante específico e que se alterou significativamente nas últimas décadas.

De maneira geral, esses trabalhos apresentavam as mulheres subordinadas aos homens e ao mundo privado. Haveria uma complementariedade assimétrica entre o trabalho

⁷ Tradução nossa.

doméstico delas e o trabalho remunerado deles. Porém, o trabalho doméstico era e ainda é negado enquanto um “trabalho”, sendo encarado como atributo feminino. As identidades sociais de homens e mulheres seriam formadas tendo como base essas diferenciações, e quando a mulher, por alguma razão, participa do mercado de trabalho, o faz de maneira fragmentada e intermitente e se adequa ao cotidiano familiar (SALEM, 1981, OLIVEIRA, 1982, BILAC, 1983, ZALUAR, 2001, SARTI, 1996, FONSECA, 2004, WOORTMANN, 1987).

Nas palavras de Sarti:

A mulher afirma-se enquanto mulher como esposa, mãe e dona de casa, os três papéis idealmente combinados. Sua separação implica alguma forma de estigmatização. Tanto a mãe solteira como a mulher casada sem filhos ou a mulher que não cuida da casa e dos filhos são categorias sobre as quais pesa uma acusação (SARTI, 1996, p. 44).

Diante desse quadro, quando os homens não conseguiam sustentar suas famílias, eram visto como fracassados. Porém, esse fato não depunha contra as uniões. Os arranjos monoparentais ou matrifocais eram vistos como provisórios, uma vez que a figura do marido possui um valor muito importante dentro dessas famílias, não só como o provedor, mas também como o chefe e detentor do respeito que a família pode carregar. Contudo, nos contextos de extrema pobreza, não era sempre que os homens conseguiam assumir o papel de provedor por muito tempo ou de maneira contínua. Nesses casos, os laços consanguíneos teriam mais importância do que os de aliança, justamente porque ajudariam a suprir as necessidades das famílias (SARTI, 1996, SALEM, 1981, FONSECA, 2004).

Refletindo sobre essa superioridade financeira masculina em um bairro popular de Porto Alegre, Fonseca (2004) constatou que a mulher provedora principal que sustenta o marido e filhos só tem a perder. Ao assumir o sustento da casa, a mulher liberaria o homem dessa função, mas permaneceria com os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, além de ter que articular o trabalho doméstico com o remunerado. Haveria toda uma gama de reclamações envolvendo não só a grande carga de trabalho que as mulheres acumulavam, como também as exigências que são feitas por parte dos maridos/companheiros, devido ao ressentimento que sentem em relação aos ganhos financeiros das mulheres. Ao assumirem a responsabilidade financeira de suas casas, as mulheres fazem com que a principal obrigação

que a liga ao companheiro desapareça, que é justamente a obrigação que os homens têm de sustentar os filhos (FONSECA, 2004).

As conclusões de Fonseca (2004) vão ao encontro à literatura sobre o tema, segundo a qual, nas camadas populares, a imagem do homem provedor e responsável pela família é uma das principais causas da manutenção de casamentos muito problemáticos e muitas vezes violentos. Alguns autores (NEVES, 1985, ALMEIDA 2004) mostram que as chances de as mulheres permanecem unidas, mesmo com muitos problemas conjugais, são consideráveis desde que o homem continue provendo suas famílias. Neves (1985), em um trabalho que realizou em um bairro da cidade de Salvador/BA com arranjos matrifocais, afirma que as agressões que as mulheres sofrem dos maridos bêbados, apesar de não se constituir como uma prática legítima, geralmente é compreendida. As críticas ao comportamento dos homens são feitas mais em relação ao uso do álcool (que pode fazer com que parte do orçamento doméstico seja desperdiçada) do que propriamente à agressão. As mulheres, a todo o momento, agem tentando fazer com que os companheiros assumam o papel de provedor.

Por outro lado, o trabalho de Nascimento (2005), sobre arranjos familiares de homens não provedores e alcoólatras em um bairro popular de Recife, apresenta dados bastante diferentes dos apresentados por Neves (1985). De acordo com o autor, muitas das mulheres que vivem com companheiros alcoólatras e não provedores que diversas vezes as agredem, desistiram de reverter esse tipo de situação e já não esperam que eles voltem a trabalhar. Mesmo reconhecendo que não podem mais contar com seus companheiros, muitas mulheres permanecem unidas devido às inúmeras possibilidades de negociações da vida cotidiana.

Há uma série de novos estudos etnográficos que continuam mostrando que as mulheres das camadas populares ainda têm muitos problemas com o provimento doméstico, principalmente quando os maridos/companheiros não estão presentes ou não são provedores. Contudo, há um consenso em todos esses trabalhos: a importância das redes sociais no dia a dia das famílias das camadas populares parece não ter se alterado. Esses estudos (MENDES, 2002; NASCIMENTO, 2005; ALMEIDA, 2004; FAVARO, 2009; SILVA, 2012) também

têm mostrado que principalmente parentes, mas também vizinhos e amigos, são fundamentais enquanto estratégias familiares para o enfrentamento de dificuldades financeiras ou de cuidado das crianças, por exemplo.

Outro aspecto importante da dinâmica das mulheres das camadas populares que sofreu profundas alterações no decorrer dos anos diz respeito a relação com o trabalho remunerado. Mais do que uma necessidade ou uma imposição das circunstâncias, o trabalho remunerado para as mulheres das camadas populares tem se tornado uma referência importante na construção de suas identidades ao lhes garantir meios para a aquisição de autonomia e independência, pelo menos no que diz respeito a administração do orçamento doméstico (MENDES, 2004, NASCIMENTO, 2005, FAVARO, 2009, SILVA, 2012).

Mendes (2004), em um trabalho que realizou em um bairro de baixa renda em Recife/PE, no início dos anos 2000, por exemplo, mostra certo grau de mudanças e ambiguidade no discurso das mulheres principais provedoras que entrevistou. Os discursos ora apresentam posturas mais tradicionais ora mais “revolucionárias”. As mulheres ainda continuam sendo as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e cuidados dos filhos, porém, a inserção no mercado de trabalho abre algumas possibilidades que antes não vislumbravam, como a independência financeira e um contato maior com pessoas que estão fora do seu círculo familiar.

A autora argumenta que as mulheres entrevistadas também assumem as obrigações financeiras, que teoricamente eram responsabilidade dos maridos; e a contrapartida – os homens assumiram mais responsabilidades domésticas – não acontece ou acontece parcialmente. Mesmo assim, o fato de as mulheres trabalharem faz com que desenvolvam doses consideráveis de autonomia e independência que são oriundas das relações sociais que desenvolvem nos trabalhos. Poder administrar o próprio dinheiro, ter maior poder de decisão e barganha nas relações familiares têm resultado em mudanças significativas sobre a maneira como as mulheres unidas encaram o trabalho remunerado (MENDES, 2004).

Nesse sentido, a autora mostra que essa possível ambiguidade e as contradições podem ser vistas como estratégias femininas vislumbrando transformações mais radicais.

Apesar de não estarem satisfeitas em assumirem o provimento doméstico, já que essa deveria ser uma responsabilidade masculina, as mulheres conseguiriam desenvolver doses de autonomia e melhor autoestima (MENDES, 2004).

Nesse sentido, Vaistman (1997), ao analisar uma comunidade popular do Rio de Janeiro, mostra a dificuldade de apresentar os valores das classes populares, principalmente as relações de gênero, somente através da oposição entre moderno e tradicional ou igualdade e hierarquia. Para a autora, falar em contextos hierárquicos ou tradicionais significa universalizar uma realidade muito diversificada. Os conteúdos são muito diferentes, resultado das mudanças socioculturais brasileiras recentes que produziram, nas palavras da autora, “a participação simultânea em diferentes mundos simbólicos e institucionais, a coexistência entre exclusão e aspirações em relação a bens e direitos” (VAITSMAN, 1997, p. 2).

A autora mostra que o avanço dos movimentos sociais no Brasil e dos partidos de esquerda fez com que novas possibilidades de reivindicação de direitos sociais no país se desenvolvessem. Outro ponto importante da difusão de valores de vários contextos sociais foi a ampla divulgação das telenovelas no país. Pode-se dizer, então, que entender as classes populares somente a partir de um referencial único de valores – nesse caso tradicionais – a partir do qual as camadas populares viveriam, em oposição ao modernismo das classes médias é consideravelmente problemático. O tradicional e o moderno se cruzam no interior das diferentes classes sociais, sem que haja relevantes conflitos sobre isso. Vaitsman ainda afirma que a noção de indivíduo e toda a carga ideológica de valores que ele carrega, como as noções de privacidade, autonomia e igualdade, podem também formar identidades e permear o imaginário das mulheres das camadas populares. Nas palavras dela:

Mudanças culturais fazem parte de processos socioeconômicos, políticos e institucionais que afetam os segmentos de forma diversa. Todavia a mudança, além de diferenciação, pode conformar similaridades, ainda que tangenciais, à medida que produz novos universos comuns. Dos processos de modernização emergem novos contextos práticos-simbólicos, nos quais os atores sociais interagem, disputam e compartilham situações, trocam ideias, emoções, sentimentos discursos, numa circulação permanente de valores, ideais, imagens. Da perspectiva do sujeito, a participação em distintos contextos e jogos discursivos implica simultaneamente em produção de similaridade e diferença, pois ele atua em novos universos comuns, dos quais, ao mesmo tempo, se diferencia. Sobre tudo

na cena urbana, ele toma parte simultaneamente de mundos diferentes que, no entanto, se interpenetram (VAITSMAN, 1997, p. 5).

Com base em todos os argumentos apresentados, parece não restar dúvidas de que as famílias brasileiras não se fixam a modelos acabados. As famílias são instituições históricas e por isso mesmo cambiantes, fruto de diversas negociações e acordos que podem durar ou não (COUTO, 2005). Bilac (1995) argumenta que as mediações mais expressivas no interior das famílias estariam baseadas nas esferas do consumo, do trabalho e na atuação do Estado. A manutenção do grupo doméstico se daria justamente no cruzamento dessas fronteiras e nos seus “limites borrados”. Entretanto, a autora também mostra que a suposta “lógica de solidariedade” que comumente é atribuída às famílias das camadas populares não deve ser encarada como um fenômeno harmônico e sem conflitos. Uma série de especificidades moldam como as relações sociais são firmadas e muitas vezes a convivência e interdependência familiares se tratam mais de uma necessidade do que de uma vontade dos sujeitos. Por isso, generalizações sobre as formas de organizações familiares podem ser bastante problemáticas, por mascararem diferentes práticas sociais e simbólicas (BILAC, 1995, VAITSMAN, 1997).

Diante do cenário exposto até aqui, é possível chegar a algumas conclusões: 1 - estamos diante do aumento da participação feminina no mercado de trabalho e, com isso, as mulheres unidas têm assumido parcial ou totalmente o provimento doméstico; 2 - a participação feminina no mercado de trabalho não faz com que os homens participem mais da realização dos afazeres domésticos; 3 - essa assimetria entre participação de homens e mulheres unidos nas atividades domésticas faz com que as mulheres possuam uma carga de trabalho bastante grande e pesada; 4 - apesar dessa grande carga de trabalho que as mulheres – principalmente as unidas – possuem, participar do mercado de trabalho na condição de ocupadas tem garantido a elas maior independência não só financeira, mas também maior poder de decisão dentro das famílias.

Contudo, muito se tem falado sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, porém, ainda não estão muito claros seus reflexos no interior das famílias no que diz respeito às possíveis maneiras como as mulheres participam do provimento doméstico. Por

conta disso, algumas perguntas precisam ser respondidas: em que momento de suas vidas as mulheres se tornam provedoras? Haveria diferenças entre a carga de trabalho, remunerado e doméstico, e o poder de decisão intradomiciliar entre mulheres que são provedoras complementares, principais e não provedoras? Haveria um perfil sociodemográfico específico para mulheres e homens provedores e não provedores? De que maneira, a entrada e permanência no mercado de trabalho influencia o provimento doméstico. Em quais ocupações as mulheres provedoras estão inseridas e quais as diferenças em relação aos homens? E os rendimentos auferidos, há também diferenças? E as negociações entre os casais? Como se configura a dinâmica de casais e filhos no que diz respeito às posições que homens e mulheres assumem no provimento doméstico? Como base em todas essas indagações, este trabalho propõe-se a contribuir para os estudos sobre a participação feminina no orçamento doméstico.

Para tanto, tem os seguintes objetivos: com base nos dados empíricos, analisar a participação feminina no provimento doméstico procurando identificar seus condicionantes familiares e pessoais como faixa etária, anos de estudo, raça/cor, posição no domicílio e inserção no mercado de trabalho. Entende-se que a participação no mercado de trabalho possa fundamental para a compreensão do provimento doméstico. Por isso, é dada ênfase nas condições e posições de ocupação, horas trabalhadas por semana e os rendimentos. Tentando entender a articulação relação entre o tempo gasto no trabalho remunerado e nos afazeres domésticos e o provimento doméstico, a jornada total de trabalho também é analisada. Além da análise da participação feminina no provimento doméstico, julga-se importante analisar as informações sobre a participação masculina e as diferenças entre os sexos.

Com base no material coletado em pesquisa qualitativa, outro objetivo do trabalho é a análise da trajetória familiar e profissional de mulheres unidas, na tentativa de captar e entender como a participação no provimento doméstico se configura no interior das famílias e quais são seus reflexos na organização familiar. A análise da divisão sexual do trabalho remunerado e doméstico é fundamental para a compreensão das dinâmicas da organização familiar e como homens e mulheres unidos se situam nesses contextos.

CAPÍTULO 2: DOS DADOS AO CAMPO: METODOLOGIA QUANTI-QUALI PARA A ANÁLISE DO PROVIMENTO DOMÉSTICO FEMININO

Este capítulo tem como objetivo geral apresentar as opções metodológicas adotadas neste trabalho.

As pesquisas domiciliares amostrais, como Censos e PNADs, constituem fontes de dados muito importantes para elucidar questões referentes ao comportamento demográfico de uma população e suas mudanças no decorrer do tempo, além de outros aspectos. Fundamentais na formulação de políticas públicas, essas pesquisas apresentam material riquíssimo não só para a análise da intensidade com que as populações crescem ou diminuem, mas também para as diferentes maneiras como alguns fenômenos sociais podem acontecer, dependendo de determinadas características, como idade, sexo, UF, cor, escolaridade, renda, participação no mercado de trabalho e estado civil. Além disso, essas pesquisas também permitem mostrar que a maneira como as populações se organizam em famílias é bem mais diversificada e complexa do que o senso comum pode imaginar.

O esforço para o entendimento das dinâmicas populacionais das diferentes sociedades envolve teorias das várias disciplinas das Ciências Humanas, como a Sociologia, a Economia, a Geografia, as Ciências Políticas, entre outras. Já a Demografia se configura como a disciplina que tem como essência a análise do comportamento das dinâmicas populacionais, e mantém uma relação bastante próxima com as outras áreas das Ciências Humanas e, também, com a Estatística. Uma vez que se toma conhecimento das possibilidades de entendimento das dinâmicas populacionais que a Demografia oferece, se torna impossível pensar na realização de qualquer estudo de natureza social sem levar em conta o perfil demográfico da população com a qual se trabalha. Entretanto, a Demografia também tem suas limitações.

Ao fazer uso das pesquisas amostrais, e dos Censos Demográficos, as análises demográficas permitem o entendimento de determinados fenômenos sociais e como eles se modificam no decorrer dos anos. O aumento da entrada das mulheres no mercado de

trabalho, por exemplo, foi um fenômeno social que, dentre outras coisas, contribuiu para o aumento da idade das mulheres ao casarem-se, para a diminuição da fecundidade e a consequente diminuição do tamanho das famílias, como visto na introdução deste trabalho.

Contudo, os métodos demográficos usuais não permitem explicar os possíveis constrangimentos que as mulheres sofrem quanto ao exercício da maternidade e sua articulação com a vida profissional, as estratégias que as mulheres, ou o casal, desenvolvem para o cuidado dos filhos, e nem como as trajetórias dos sujeitos influenciam sua vida reprodutiva. E para esse tipo de entendimento, os usos dos métodos antropológicos de pesquisa se mostram bastante úteis.

Entende-se que no caso desta tese em particular, a mescla das técnicas de pesquisas demográficas e antropológicas constituem a melhor opção para o entendimento do fenômeno do provimento doméstico feminino. A tentativa aqui é que se continue fazendo Demografia, porém, seguindo o preceito de Scheper-Hughes (1997), tentando fazer também a Demografia sem números.

Entretanto, apesar do diálogo que se tenta fazer entre os dados quantitativos e qualitativos, há consideráveis limitações nessa interlocução por se tratarem de fontes completamente diferentes, com objetivos, alcances e aplicação diversos. O que se tenta, dessa maneira, é explorar minuciosamente como cada fonte pesquisada pode ajudar a responder as questões propostas neste trabalho e a partir daí, tentar traçar um diálogo entre elas, sem associações diretas (Marcondes, 2008).

Portanto, e como já discutido anteriormente, este trabalho fará uso de metodologia quanti-quali para a execução de seus objetivos. A escolha de tal metodologia derivou do desenho de suas questões e dos objetivos propostos com o intuito de, na primeira parte do trabalho (Capítulo 3), analisar o provimento doméstico feminino e como as variáveis demográficas podem ajudar a explicá-lo e, na segunda (Capítulos 4 e 5), como esse provimento se dá no dia a dia de algumas famílias, levando em conta os ciclos familiares, a organização doméstica e a articulação trabalho/família.

2.1. Os dados

Para a execução da parte quantitativa do trabalho, foram selecionadas as PNADs de 2001 a 2009. A PNAD foi criada em 1967 e no seu início possuía periodicidade trimestral. A partir de 1971, começou a ser realizada anualmente (exceto nos anos em que há a realização do Censo Demográfico), com o objetivo de colher informações para o estudo socioeconômico do país. Adicionalmente, colhe também informações regulares sobre as condições sociodemográficas da população, como educação, fecundidade, rendimento, habitação e trabalho, e produz suplementos com periodicidade variável com informações sobre saúde, nupcialidade, migração, nutrição e outros. A coleta de informações é amostral e abrange todo o território nacional. Os resultados das PNADs são divulgados para o Brasil, as grandes regiões, as unidades da federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) (IBGE, 2009).

Para este trabalho, serão utilizadas as PNADs de 2001 a 2009 para o Estado de São Paulo urbano. Este estado foi selecionado para se tentar uma aproximação com a segunda parte desta tese, que conta com trabalho qualitativo realizado na Região Metropolitana de Campinas. Como as PNADs não permitem desagregação a nível municipal ou para a Região Metropolitana de Campinas, optou-se pela escolha do Estado.

A escolha da PNAD como fonte de dados se deu pela existência, de maneira contínua a partir de 2001, de quesitos referentes à execução e horas dedicadas aos afazeres domésticos para homens e mulheres. Como já discutido no capítulo anterior, um dos objetivos da tese é averiguar em que medida o compartilhamento do provimento doméstico familiar entre o casal afeta a divisão e o tempo gasto nos afazeres domésticos, por isso, julgou-se que as PNADs seriam a melhor opção para a execução deste trabalho por conter os quesitos citados acima.

Tradicionalmente, a dimensão do tempo foi incorporada nos estudos acadêmicos e nas políticas públicas com o intuito de analisar as jornadas do trabalho remunerado. Como

apresentado no Capítulo 1, os afazeres domésticos incluem uma gama importante das atividades realizadas diariamente nas famílias. Como lembram vários estudos sobre o tema, é o trabalho não remunerado que dá suporte para que outras esferas da vida social, como o trabalho produtivo, possam se desenvolver (SABÓIA, SOARES, 2007; AGUIRRE, 2009; RAMOS, 2009, DEDECCA, RIBEIRO, ISHII, 2008, BILAC, 1983).

Nesse sentido, Dedecca et. al. (2008) ainda lembram que o tempo destinado ao trabalho remunerado é mais institucionalizado, pois é regido por normas e convenções que determinam sua duração. Por outro lado, por não possuir tal institucionalização, o trabalho não remunerado está menos sujeito a interferências e regulações externas, apesar de ser bastante rígido e determinado pelos horários das instituições com as quais interage (escolas, por exemplo). Neste contexto, a realização dos afazeres domésticos – executado majoritariamente por mulheres - não é considerado trabalho *stricto sensu*. A incorporação da análise do tempo despendido para os afazeres domésticos tem se mostrado uma ferramenta analítica importante não só por englobar parte da população que é considerada inativa - justamente aquela que realiza somente trabalho doméstico - mas também por mostrar como a análise das relações de gênero é fundamental para se tentar entender essa dimensão importante da vida social.

Já Ramos (2009) argumenta que os usos do tempo por homens e mulheres são constrangidos por sua inserção social em termos não só das relações de gênero, mas também de raça/cor e classe, permanecendo muitas vezes estáveis com o passar dos anos. Seguindo nessa direção, Okin (1998) argumenta que as pesquisas de uso do tempo, quando enfocam o trabalho não remunerado, lançam luz sobre quem executa esse tipo de trabalho, mostrando não só sua importância para a manutenção do bem-estar social, mas também como um possível freio para o desenvolvimento de noções de autonomia, controle do próprio tempo e acesso aos espaços sociais.

Um dos principais objetivos deste trabalho é analisar como se configura o provimento doméstico nos arranjos familiares formados por casais com ou sem filhos e/ou agregados. Será dada grande ênfase às mulheres provedoras, ou seja, aquelas que contribuem financeiramente para o orçamento doméstico com rendimentos de todas as

fontes, inclusive do trabalho, mas não necessariamente somente dele. Neste universo, há mulheres que conseguem rendimentos maiores que os dos maridos/companheiros e mulheres cuja contribuição é menor. Por outro lado, a não participação feminina no provimento doméstico também constitui realidade nos domicílios brasileiros e, por isso, mulheres não provedoras também estão incluídas no estudo.

Para tanto, foram criadas três categorias de análise: **mulheres não provedoras**, composta por mulheres unidas, cônjuges ou pessoa de referência do domicílio, que possuíam rendimento (de todas as fontes) igual a zero; **mulheres provedoras complementares**, composta por mulheres unidas, que são cônjuges ou pessoa de referência do domicílio, e que possuíam rendimentos de todas as fontes menores do que as de seus maridos/companheiros; e **mulheres provedoras principais**, composta por mulheres unidas, cônjuges ou pessoa de referência, que possuíam rendimentos (de todas as fontes) maiores que os de seus maridos/companheiros. A escolha de somente mulheres unidas se deu como uma tentativa de analisar a distribuição do trabalho doméstico na família e como as relações de gênero se manifestam nesse contexto, sendo necessário, portanto, a presença de casais, o que não exclui a importância das mulheres sem cônjuge no conjunto dos arranjos familiares brasileiros.

As mesmas categorias foram criadas para os homens: homens não provedores, provedores complementares e principais. A construção dessas categorias seguiu os mesmos critérios estabelecidos para as mulheres. Foram selecionados somente homens unidos, pessoas de referência ou cônjuges dos domicílios.

A opção pela escolha de todas as fontes de rendimentos se deu na tentativa de obter informações do provimento doméstico para além da sua intersecção com a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Serão consideradas aposentadorias, pensões, transferências de renda e quaisquer outras fontes de rendimento.

Portanto, se por um lado, os dados das PNADs permitem apreender como se configura a participação das mulheres no provimento feminino segundo algumas características demográficas e econômicas, os dados qualitativos permitem entender as

motivações, trajetórias, anseios e angústias das mulheres analisadas. No item seguinte deste capítulo serão explicitados como se deu a inserção no campo, as conversas com os sujeitos da pesquisa e as lições que se podem tirar desse tipo de trabalho.

2.2. O campo

2.2.1. A pesquisa qualitativa

Fazer pesquisa qualitativa envolve uma série de fatores que vão muito além de toda a bagagem teórica que o pesquisador carrega. Obviamente, não se pode prescindir de tal bagagem e ela é essencial não só para a construção do objeto de estudo, mas também para a seleção dos sujeitos que serão investigados e para a escolha dos métodos e técnicas de pesquisas. Nessa área, as Ciências Sociais possuem um vasto material produzido, contudo, quando se está em campo, fatores imponderáveis entram neste jogo e direcionam o trabalho para lugares até então não previstos. Saber controlar a ansiedade e expectativas do pesquisador, além da curiosidade e desconfiança do entrevistado, se torna o primeiro grande desafio. Por mais que o pesquisador tente determinar os assuntos que serão tratados e aprofundados, o informante sempre irá reconstruir sua trajetória enfatizando os aspectos que são importantes para ele, segundo suas estratégias bastante subjetivas que envolvem as categorias de valores e referências temporais que o entrevistador não pode controlar.

Em trabalho anterior (2009)⁸ sugeri que a realização do trabalho de campo seria como a pintura de um quadro por várias mãos, no qual os entrevistados valorizam determinadas parte do desenho, em determinados ângulos, e o entrevistador direciona as pinceladas e intensidade delas para o lado que lhe é mais importante. Contudo, não podemos dizer que estamos diante de uma tela em branco quando uma entrevista é iniciada. Há todo um fundo cheio de cores que envolvem os pré-conceitos, as representações sociais e,

⁸ Nesse trabalho, realizei pesquisa de campo com entrevistas em profundidade com mulheres chefes de domicílios monoparentais na Região Metropolitana de Campinas. Esse trabalho resultou na minha dissertação de mestrado intitulada “‘Ser pai e mãe ao mesmo tempo’: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP e orientada pela Prof.^a Dr.^a Elisabete Dória Bilac.

principalmente, os contextos históricos e sociais no qual os sujeitos estão inseridos e que determinam o que eles são hoje. A construção do discurso do informante está toda calcada nisso e não pode ser prescindida pelo entrevistador (ROCHA COUTINHO, 2008; MACEDO, 2007; TRIGO E BRIOSCHI, 1989).

Portanto:

As histórias de vida podem ser consideradas como produtos subjetivos e simbólicos possibilitando uma aproximação do sistema de valores e significados do narrador enquanto ser social. (...) O método biográfico é, justamente, aquele que fornece indicações válidas para o conjunto da sociedade, não pela redução da diversidade de vivências singulares, mas, pela apreensão dos determinismos dessas vivências enquanto modos de inserção nas situações sociais das quais o indivíduo é, ao mesmo tempo, produto e produtor (TRIGO E BRIOSCHI, 1989, p. 15).

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não há a preocupação com a representatividade numérica, mas sim com a tentativa de aprofundar a compreensão de determinados aspectos de um grupo social (PORTELA, 2004; MARTINS, 2004). O que daria credibilidade a este tipo de pesquisa é a conexão sólida entre as informações coletadas e o referencial teórico com o qual se trabalha.

Nas palavras de Portela (2004):

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova dos fatos, pois os dados analisados não são métricos (mas suscitados de interações) e se valem de diferentes abordagens (PORTELA, 2004, p. 4).

Portanto, e na tentativa de responder às questões apresentadas anteriormente, os Capítulos 4 e 5 desta tese serão compostos pela análise de dados colhidos em pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas em profundidade de mulheres unidas não provedoras, provedoras complementares e principais de algumas cidades da Região Metropolitana de Campinas.

2.2.2. As estratégias de inserção e as impressões do campo

Para a realização da parte qualitativa, entre os meses de fevereiro de 2011 e julho de 2012 foram realizadas 42 entrevistas com mulheres unidas na Região Metropolitana de Campinas. Dessas entrevistas, 20 foram realizadas na cidade de Campinas, uma em Nova Odessa, quatro em Hortolândia, seis em Sumaré, uma em Americana e cinco em Indaiatuba. A distribuição das entrevistas por essas cidades se deu porque foi utilizado o método da bola de neve para a captação dos sujeitos investigados. Um roteiro de apoio foi elaborado para auxiliar o andamento das entrevistas e todas elas foram gravadas com o consentimento das entrevistadas e posteriormente transcritas. Como já explicitado em Favaro (2009), e como eu mesma fiz todas as entrevistas, considero as transcrições delas como elementos fundamentais do processo de trabalho de campo. O simples fato de ter de ouvir novamente todo o discurso, as entonações e tons de vozes permitem captar algumas percepções que passaram despercebidas no momento da entrevista, rememorar todo o contexto em que os encontros foram feitos, ampliando, assim, a compreensão do que foi dito.

O recorte principal quanto à seleção das entrevistadas era que as mulheres fossem unidas e que de preferência tivessem filhos e rendimentos relativamente baixos⁹, em torno do salário mínimo. A partir daí, procurei selecionar as entrevistadas segundo os critérios já apresentados: não provedoras, provedoras complementares e principais. Foram realizadas 19 entrevistas com mulheres provedoras principais, 14 com provedoras complementares e nove com não provedoras.

Minha entrada no campo se deu através de três frentes: minha rede de conhecidos, a abordagem de mulheres, principalmente na Unicamp, e as entrevistadas atuais que me indicaram outras mulheres. Foi utilizada a chamada técnica da “bola de neve”¹⁰ para a captação das informantes.

Através da minha rede de contatos, consegui fazer sete entrevistas (uma com não provedoras, três com provedoras complementares e três com principais). O fato de meus

⁹ Conforme será mostrado no Capítulo 3, as chances de uma mulher ser provedora principal aumentam conforme aumentam seus rendimentos. Por conta disso e de sugestão da professora Maria Coleta F. A. de Oliveira durante meu exame de qualificação, fiz mais cinco entrevistas com mulheres com rendimentos mais altos.

¹⁰ O desenvolvimento de uma pesquisa através dessa técnica se dá quando um informante indica outros possíveis informantes para a pesquisa.

contatos na Região Metropolitana de Campinas serem reduzidos dificultou consideravelmente minha inserção no campo através dessa frente. Então, eu sempre soube que minha rede de contatos não seria suficiente para levar a pesquisa adiante. O fato de ser introduzida na vida das entrevistadas por conhecidos em comum sempre se mostrou muito vantajoso, já que isso estabelece automaticamente uma ponte entre entrevistador e entrevistado, quebrando a primeira barreira que diz respeito ao total desconhecimento que um tem em relação ao outro.

Desde minha primeira pesquisa qualitativa, ainda na graduação, a abordagem de mulheres desconhecidas para conversar sobre a pesquisa se mostrou bastante eficiente para a captação de entrevistadas. Como a Unicamp reúne um volume grande de trabalhadoras e de pessoas que vêm ao Hospital das Clínicas de várias partes da Região Metropolitana de Campinas, sempre tive bastante sucesso nas tentativas de encontrar entrevistadas através dessa frente. Foram 23 entrevistas realizadas (duas com não provedoras, nove com provedoras complementares e 12 com principais).

Aqui se faz interessante uma observação. Como era de se esperar, já que são mais frequentes, não tive dificuldades de encontrar mulheres não provedoras ou provedoras complementares. Contudo, encontrar provedoras principais foi mais difícil, não só porque a proporção delas ainda é reduzida, mas principalmente porque eu geralmente só conseguia entrevistá-las quando tinha a sorte de eu mesma abordá-las. Diferentemente de quando eu buscava mulheres chefes de domicílios monoparentais na pesquisa de mestrado, na pesquisa atual encontrei pessoas que conheciam mulheres que eram provedoras principais, mas que se sentiam constrangidas em me passar os contatos. Sentia que as pessoas tinham certo constrangimento de dar informações sobre a vida de casais para uma desconhecida, mas que também o fato da mulher ser a provedora principal influenciava muito essa decisão. Talvez porque envolva a parte financeira e, por isso, mais particular dos casais; indicar alguma provedora principal para entrevista significava deixar claro para ela que alguns detalhes da sua vida financeira são conhecidos e foram compartilhados com uma desconhecida.

A terceira frente de entrada no campo se deu através de indicação das próprias mulheres entrevistadas. Através dessa frente consegui entrevistar 12 mulheres, cinco não

provedoras, duas provedoras complementares e cinco principais. Essa frente costuma se mostrar a mais interessante, já que através dela geralmente é possível entrevistar pessoas que fazem parte do mesmo círculo social. Nesse caso, consegui entrevistar vizinhas, irmãs e colegas de trabalho.

O trabalho de campo enfrenta muitos obstáculos, como as alterações de tempo, as dificuldades de localização e muitas vezes a necessidade de ajuda para a obtenção de informações. Porém, posso dizer que o bom funcionamento do transporte público de Campinas e o Google Maps foram fundamentais para o bom andamento da minha pesquisa e sempre consegui chegar a todos os lugares que precisava - alguns com acesso mais restrito - sem grandes sobressaltos.

As entrevistas aconteciam de acordo com a disponibilidade das entrevistadas e geralmente nos finais de semana, o local era sempre as casas das mulheres, para que fosse possível captar o ambiente em que viviam. A sugestão dada era para que elas continuassem suas atividades enquanto conversávamos, na tentativa de poder ver as mulheres em parte do seu dia a dia. Em alguns casos, a sugestão foi acatada, e foi possível não só acompanhar as atividades familiares, mas também participar de algumas delas, lavando a louça nas vezes em que fui convidada para almoçar e ajudando na limpeza do quintal de uma casa, por exemplo. Porém, em outros casos, minha presença ficava restrita à sala de visitas. Tal fato me causava certo constrangimento quando a entrevista se estendia muito e percebia que as entrevistadas estavam ficando impacientes. Quando tal fato começou a se repetir, resolvi mudar de estratégia: ao invés de dizer que eu queria conversar ou entrevistar minhas informantes, dizia que queria acompanhar parte do dia a dia delas. Diante dessa mudança de abordagem, eu deixava claro que elas podiam continuar suas atividades e que eu também iria observar, além de entrevistar. Não foi sempre que encontrei boa vontade diante dessa proposta, mas via de regra conseguia o aceite das informantes.

Em poucas ocasiões, os maridos/companheiros estavam presentes nas casas e acompanhavam parcialmente as entrevistas. Nesses casos, eu procurava inclui-los nas conversas. Apesar de certa desconfiança inicial, eles falavam e, em algumas vezes, contavam sua versão dos fatos, discordando das mulheres, principalmente na parte em que

discorriam sobre a realização dos afazeres domésticos e o que eles faziam com seu tempo livre. A conversa particular com os homens sempre foi proposta, mas nenhum deles se dispôs a participar dessa forma. A presença masculina geralmente não atrapalhava a coleta dos dados. Nas vezes em que pude ficar mais tempo nas casas, conseguia momentos de privacidade com as mulheres e podia retornar a questões que foram conversadas na frente dos maridos.

Até a realização desta pesquisa, eu nunca havia pensado muito nos possíveis impactos que minhas perguntas poderiam causar na vida dos meus informantes. Como discorrido em Favaro (2009), o pesquisador evidentemente passa muito tempo refletindo e rememorando as passagens das conversas, tentando tirar o máximo de informação possível delas. O conteúdo das conversas ultrapassaria o limite dos encontros somente para o pesquisador. Porém, em um caso específico senti que minhas perguntas podem ter sido o gatilho para a mudança de percepção na vida de uma das minhas informantes.

Apesar de ela sempre ter vivenciado o tipo de situação em que trabalha muito e o companheiro pouco (ela é provedora principal e tem muitas dificuldades para fazer com que o companheiro compartilhe as tarefas da casa já que está desempregado), parece-me que essa informante nunca tinha elaborado ou questionado esse tipo de situação em que vive. Quando terminava de me contar sobre como as tarefas domésticas são divididas entre o casal, ela me disse: **“Que coisa, né? Eu tenho meu dinheiro e ele fica aí encostado e eu ainda tenho de fazer tudo aqui em casa. Nunca tinha pensando nisso. Não precisava dessa vida”**, e o marido que estava ao lado, ouvindo a conversa, diz em tom de brincadeira: **“Eita moça, tá colocando caraminhola na cabeça da minha mulher”**, no que ela responde: **“Caraminhola não, ela tá me fazendo pensar. As coisas vão mudar aqui, agora”**. Não sei se as coisas vão realmente se alterar no domicílio. Porém, como pesquisadora, questiono-me se de alguma maneira não ultrapassei algum limite, apesar de não ter controle sobre como meus informantes receberão e interpretarão minhas perguntas.

Somente em uma ocasião, senti que a informante ficou constrangida na presença do marido e me deu respostas bem superficiais. Continuei a entrevista normalmente sem tentar aprofundar nas questões e, no final dela, propus voltar outro dia para conversarmos com

mais calma. Apesar de certa relutância, marcamos a conversa para outra ocasião e quando cheguei ao local, não fui atendida, e ela também não retornou meus telefonemas. Esse episódio em especial me deixou bastante preocupada com os problemas que eu poderia ter causado a minha informante. Decidi procurar a pessoa que a indicou e descobri que o marido não gostou do teor das perguntas - principalmente aquelas sobre os rendimentos do casal e como o dinheiro era utilizado - e proibiu a esposa de continuar me encontrando. Mesmo tendo explicado qual seria o teor da conversa no momento em que eu marcava os encontros, a partir dessa ocasião fiquei mais atenta às reações dos meus entrevistados.

De maneira geral, as entrevistas corriam bem e eu geralmente saía satisfeita delas. Como entrevistei um número relativamente grande de mulheres, encontrei diversos tipos, umas mais extrovertidas, que me contavam suas vidas com detalhes, inclusive pedindo minha opinião em algumas coisas¹¹, e outras mais reservadas, que me forçavam a participar mais das entrevistas, puxando os pontos que deveriam ser aprofundados.

Em alguns casos, me tratavam com certo ar de cumplicidade, já que também sou mulher, e supostamente entenderia o que elas estavam vivendo. Nos casos em que elas achavam que eu não entenderia, usavam minha condição de solteira para justificar, principalmente quando estavam em uniões bastante complicadas. De modo particular nesses casos, as falas deixavam de ter o tom de relato e desabafo e passavam para um tom de justificativa. As informantes me viam como alguém que poderia julgá-las e, dessa forma, construía seus discursos. Penso que, no fundo, esse tom de justificativa não era somente para mim, mas também para elas mesmas. No caso em que as mulheres se exaltavam, por mais que eu dissesse que não estava ali pra julgar e que elas poderiam falar o que quisessem para mim, o desconforto permanecia. Elas também se preocupam com o que eu poderia escrever sobre elas e geralmente enfatizavam aspectos de suas vidas que elas achavam que poderiam ser importantes para minha pesquisa. Algumas delas, principalmente as mais velhas, também pediam que eu contasse minha vida para elas, como o que eu fazia, e por

¹¹ Uma de minhas informantes queria saber minha opinião sobre o que fazer com o décimo terceiro salário dela, já que eu era “mais estudada”. E outra me perguntou se ela deveria se separar do marido. Não emiti minha opinião em nenhum dos casos.

vezes isso até ajudava para que as conversas fluíssem melhor. O fato de eu ter 29 anos, ainda estudar e ser solteira gerava bastantes interrogações.

Seguindo a estratégia adotada em trabalho anterior (FAVARO, 2009), nos casos em que eu não circulava pelas casas, sempre pedia um copo d'água ou para usar o banheiro. Geralmente, os domicílios eram compostos por dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Todas as casas eram de alvenaria, algumas ainda em construção ou reforma. Das 42 informantes, 23 tinham casa própria, adquiridas por compra, ocupação, herança e através dos programas governamentais como o “Minha Casa, Minha Vida” e os sorteios do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Nos casos em que as casas possuíam somente um quarto, os moradores se dividiam entre o quarto e a sala pra dormir, improvisando colchões.

Em todas as casas havia eletricidade, água encanada e, no caso daquelas com maiores rendimentos (acima de R\$ 1.000,00), também havia linha telefônica e internet banda larga ou 3G. Os eletrodomésticos tidos como básicos: fogão, geladeira e televisão também estavam presentes em todos os domicílios. Encontrei grande número de telefones celulares, máquinas de lavar ou tanquinhos e computadores ou notebooks, não só nas casas com maiores rendimentos. Em 12 casos, os moradores possuíam automóveis e, em três, motocicletas.

2.2.3. Roteiro das entrevistas

Como já explicitado, o trabalho de campo foi desenvolvido através de visitas às mulheres unidas provedoras e não provedoras do domicílio com o intuito de conversar sobre suas histórias de vida, com ênfase nos pontos importantes que delineiam os objetivos desta tese. Para tanto, foi desenvolvido um roteiro aberto com perguntas e pontos importantes que deveriam ser tratados durante as conversas. Desde o começo, foi julgado importante que as entrevistadas tivessem toda a liberdade para que falassem sobre tudo o que quisessem, com poucas interrupções, para que nada fosse perdido. Dessa forma, o objetivo deste roteiro era que fosse utilizado mais como um “memorando” para que nada fosse esquecido.

As entrevistas geralmente duravam de uma a duas ou até mesmo todo o dia e minhas impressões e relatos dos encontros, do desenrolar das conversas e de como as entrevistadas reagiam às perguntas eram detalhados, posteriormente, em um caderno de campo.

Em um primeiro momento, eu colhia os dados pessoais de todos os moradores do domicílio - como nome, idade, cor, escolaridade, religião, estado civil, ocupação e renda - e depois, de maneira bem geral, pedia para as entrevistadas me contarem suas histórias de vida. Conforme os diferentes momentos das trajetórias das mulheres e de suas famílias iam aparecendo, eu pedia para as entrevistadas aprofundarem pontos que eram importantes para minha pesquisa. Então, questões como a história de suas uniões, se houve uniões anteriores e como elas terminaram, o contexto em que os filhos nasceram e foram criados e as idades das mulheres quando vivenciaram esses eventos eram colhidas.

Outro ponto fundamental das entrevistas era rever a trajetória profissional das mulheres entrevistadas e seus companheiros. Mesmo entre as mulheres que não trabalhavam, essa trajetória era remontada com o intuito de captar informações sobre o momento em que as mulheres deixaram de trabalhar e o porquê. Quando os homens estavam presentes na conversa (isso aconteceu em cinco entrevistas), pedia para que eles me contassem suas trajetórias. Nessa parte das entrevistas, eu procurava colher informações sobre a quantidade de empregos que as entrevistadas possuíam, se havia mudanças de emprego, por que elas ocorriam e o grau de satisfação no trabalho.

Também eram aprofundadas as partes em que as mulheres falavam sobre o momento em que se tornavam provedoras dos domicílios, seja complementar ou principal, e como isso alterava ou não a dinâmica familiar. Eu pedia para que elas me contassem como as despesas e as tarefas domiciliares eram divididas e como elas se sentiam em relação a essas divisões. Procurava me deter bastante nessa parte das entrevistas, tentando procurar captar informações sobre como as responsabilidades familiares eram realmente divididas e como as mulheres se colocavam diante disso e viam sua situação. O relacionamento com os companheiros e filhos e como eles respondiam às demandas familiares também eram explorados.

Procurava também captar informações sobre as pessoas não moradoras que faziam parte da dinâmica familiar, que recebiam ou davam algum tipo de auxílio, e como era o relacionamento com os vizinhos e outros familiares.

2.2.4. As mulheres entrevistadas

Como é possível observar na tabela a seguir, a faixa etária das entrevistadas varia entre os 23 e 64 anos. Essa grande variedade de idades se mostrou bastante interessante porque abarca mulheres de gerações diferentes que pensam sua inserção no provimento doméstico também de maneiras diferentes. Como optei por deixar a cor/raça ser autodeclarada, observa-se que há morenas, brancas, pardas, negras, pretas e amarelas, mas com predominância de brancas (14).

Não foi entrevistada nenhuma mulher analfabeta. O grupo é formado por mulheres que tem ensino fundamental completo ou incompleto, ensino médio completo e incompleto e superior completo. Há predominância de mulheres unidas com ensino fundamental completo. Aqui também nota-se que há grande variedade na escolaridade de mulheres provedoras e não provedoras, mesmo com as duas mulheres que possuem ensino superior sendo provedoras principais. A maioria das entrevistadas é católica (22), seguidas pelas evangélicas (15). Porém, há considerável variedade de igrejas evangélicas frequentadas.

Das mulheres que trabalham, grande parte delas exerce profissões comumente associadas às mulheres, como os serviços de limpeza (11 mulheres) e os de comércio e serviços (14). As provedoras principais são as que possuem os maiores rendimentos, variando de R\$ 545,00 a R\$ 2.500,00, já os rendimentos das complementares variam entre R\$ 100,00 e R\$ 800,00.

Em relação ao número de uniões, a maioria das mulheres (29) se casou uma vez e o máximo de uniões encontradas foi de três (quatro mulheres). Sobre o estado civil das mulheres, a maioria delas (24) é casada, porém, há também solteiras (13), desquitadas (duas), divorciadas (duas) e viúvas (uma). A idade da primeira união variou bastante, porém,

21 mulheres se casaram antes dos 20 anos, 18 entre os 20 e os 30, e somente três depois dos 30 anos. Há grande concentração de mulheres que se casaram bem jovens entre as não provedoras e elas também são mais velhas.

Os domicílios são compostos basicamente por casal e filhos, com predominância daqueles com três e quatro membros. Em dois casos, a mãe da provedora também mora no domicílio, em outros dois, os irmãos delas, e em outros três, os sobrinhos.

Todas as entrevistadas trabalharam em algum momento de suas vidas, mesmo as não provedoras, e grande parte delas (26) começou antes dos 18 anos. Entre as mulheres provedoras, três possuem rendimentos de aposentadoria, o de todas as outras são provenientes do trabalho.

2.2.5. Perfil das Entrevistadas

Nome ¹²	Idade	Cor (autodec.)	Escolaridade	Religião	Ocupação	Renda	Nº Filhos	Nº Uniãoes	Idade na 1ª união	Estado Civil	Qtas pessoas moram no domic.	Idade que começou a trabalhar
Provedoras Principais												
Aline	22	Branca	Ens. Médio Comp.	Evangélica	Secretária	R\$ 1.600,00	2	1	17	Casada	4	20
Ana	33	Branca	Ensino Médio Comp.	Evangélica	Faxineira	R\$ 1.800,00	2	1	15	Solteira	5	17
Cristina	42	Branca	Superior Comp.	Católica	Professora	R\$ 2.500,00	1	1	26	Casada	3	22
Inês	62	Parda	Ensino Fund. Inc.	Católica	Aposentada	R\$ 545,00	4	1	17	Solteira	2	10
Irma	47	Branca	Ens. Fund. Comp.	Católica	Auxiliar de limpeza	R\$ 545,00	2	1	39	Desquitada	4	16
Joana	49	Parda	Superior Comp.	Evangélica	Técnica em Enfermagem	R\$ 2.000,00	1	1	24	Casada	2	19
Karen	29	Morena	Ens. Médio Com.	Católica	Vendedora	R\$ 700,00	1	1	25	Solteira	3	17
Kátia	29	Morena	Ens. Médio Inc.	Evangélica	Ambulante	R\$ 1.000,00	2	1	17	Solteira	4	20
Márcia	36	Branca	Ens.	Evangélica	Vendedora	R\$ 622,00	2	1	19	Casada	4	16

¹² Nomes fictícios

			Médio Inc.									
Maria	42	Branca	Ensino Médio Comp.	Católica	Recepcionista	R\$ 1.244,00	3	1	23	Casada	5	18
Marlene	54	Branca	Ensino Fund. Inc.	Evangélica	Faxineira	R\$ 1.100,00	2	2	19	Casada	4	10
Neusa	47	Parda	Ens. Fund. Comp.	Espírita	Auxiliar de limpeza	R\$ 622,00	1	2	20	Casada	3	15
Rosa	52	Negra	Ens. Fund. Comp.	Católica	Copeira	R\$ 1.244,00	3	1	23	Casada	5	14
Rosângela	38	Negra	Ens. Fund. Comp.	Espírita	Faxineira	R\$ 650,00	4	1	16	Solteira	6	25
Sônia	34	Preta	Ensino Médio Comp.	Católica	Caixa de supermercado	R\$ 800,00	1	1	30	Solteira	4	30
Suely	43	Morena Clara	Ens. Fund. Comp.	Católica	Auxiliar de limpeza	R\$ 622,00	1	2	25	Casada	3	21
Valquíria	35	Negra	Ens. Médio Inc.	Católica	Auxiliar de limpeza	R\$ 545,00	2	1	18	Solteira	4	21
Vergínia	41	Amarela	Ensino Médio Comp.	Católica	Vendedora	R\$ 2.000,00	2	1	21	Solteira	4	17
Zoraide	53	Parda	Ensino Fund. Inc.	Católica	Aposentada	R\$ 622,00	5	2	16	Solteira	6	13

Provedoras Complementares

Nome	Idade	Cor (autodecl.)	Escolarid.	Religião	Ocupação	Renda	Nº Filhos	Nº Uniãoes	Idade na 1ª união	Est. Civil	Qtas pessoas moram no domic.	Idade que começou a trabalhar
Amanda	30	Branca	Ens. Médio Inc.	Católica	Caixa de supermercado	R\$ 622,00	1	1	25	Casada	3	24
Ângela	25	Branca	Ens. Fund. Comp.	Evangélica	Faxineira	R\$ 480,00	1	2	22	Casada	4	17
Carla	23	Preta	Ens. Fund. Comp.	Evangélica	Babá	R\$ 100,00	1	1	20	Solteira	3	15
Cleide	38	Branca	Ens. Fund. Comp.	Evangélica	Ambulante	R\$300,00	1	3	26	Solteira	4	32
Cleuza	51	Preta	Ens. Médio Inc.	Evangélica	Costureira	R\$ 800,00	2	1	18	Casada	5	17
Eugênia	31	Amarela	Ensino Médio Comp.	Católica	Ambulante	R\$ 250,00	1	1	25	Casada	3	20
Helena	44	Parda	Ens. Médio Inc.	Evangélica	Costureira	R\$ 650,00	3	2	22	Casada	5	17
Lurdes	42	Branca	Ens. Médio Comp.	Evangélica	Vendedora	R\$ 1.200,00	2	1	23	Solteira	4	15
Maria Aparecida	53	Parda	Ens. Fund. Comp.	Católica	Auxiliar de limpeza	R\$ 545,00	2	1	15	Casada	4	13
Milena	33	Negra	Ens. Médio.	Católica	Vendedora	R\$ 1.000,00	1	1	21	Casada	3	19

			Comp.									
Olívia	63	Morena	Ensino Fund. Inc,	Católica	Aposentada	R\$ 622,00	3	3	22	Divorciada	5	25
Vanessa	27	Parda	Ens. Fund. Comp.	Evangélica	Faxineira	R\$ 320,00	2	1	19	Casada	5	17
Vilma	45	Parda	Ens. Médio Inc.	Espírita	Cozinheira	R\$ 545,00	1	3	35	Casada	3	19
Waldirene	56	Branca	Ens. Fund. Comp.	Católica	Faxineira	R\$ 560,00	4	2	20	Casada	7	12
Não provedoras												
Nome	Idade	Cor (autodec.)	Escolarid.	Religião	Ocupação	Renda Parceiro	Nº Filhos	Nº Uniãoes	Idade na 1ª União	Est. Civil	Qtas pessoas moram no domic.	Idade que começou a trabalhar.
Cláudia	64	Morena	Ens. Fund. Comp.	Católica	Não econ. ativa	R\$ 1200,00	5	1	19	Casada	3	15
Eloísa	45	Negra	Ensino Fund. Inc,	Católica	Não econ. ativa	R\$ 800,00	2	2	33	Casada	5	14
Flávia	40	Parda	Ens. Fund. Comp.	Evangélica	Desempregada	R\$ 800,00	3	2	24	Desquitada	3	20
Iracema	49	Preta	Ens. Médio Inc.	Evangélica	Não econ. ativa	R\$ 2000,00	4	1	15	Casada	4	13
Iraci	54	Negra	Ensino Fund.	Espírita	Não econ. ativa	R\$ 622,00	3	2	17	Divorciada	5	12

			Inc.									
Juliana	34	Branca	Ens. Médio Inc.	Católica	Desempregada	R\$ 1000,00	1	1	17	Casada	3	20
Mariana	36	Negra	Ens. Fund. Comp.	Católica	Desempregada	R\$ 1500,00	3	1	17	Casada	5	14
Rita	39	Amarela	Ens. Fund. Comp.	Sem religião	Desempregada	R\$ 545,00	2	1	20	Viúva	4	18
Tânia	24	Negra	Ens. Fund. Comp.	Católica	Desempregada	R\$ 1200,00	1	1	20	Solteira	3	14

CAPÍTULO 3: MULHERES E O PROVIMENTO DOMÉSTICO: QUEM GANHA MAIS COM ISSO?

Neste capítulo, procura-se entender como homens e mulheres unidos participam ou não das responsabilidades domésticas, tanto no que diz respeito à manutenção econômica do domicílio quanto à realização dos afazeres domésticos. Para tanto, serão utilizados os dados das PNADs de 2001 a 2009, para o Estado de São Paulo urbano. Procura-se, ainda, verificar se nesse período houve mudanças significativas na divisão de responsabilidades domésticas e, em caso afirmativo, se acarretam ou não relações de gênero mais equitativas entre homens e mulheres, seja no mercado de trabalho ou na realização dos afazeres domésticos.

3.1. Características sociodemográficas de mulheres unidas provedoras e não provedoras de domicílios no Estado de São Paulo

Conforme discutido no capítulo 1, a participação feminina no provimento doméstico tem se mostrado um elemento muito importante na dinâmica familiar, principalmente a partir das últimas décadas. As várias crises financeiras que afetam mais o emprego masculino e o aumento da inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho são alguns dos fatores que ajudam a explicar não só os casais com duplos rendimentos, mas também aqueles em que as mulheres assumem a principal parcela do provimento doméstico.

Tabela 1 - Total e percentual de mulheres não provedoras, provedoras complementares e provedoras principais de domicílios, SP – 2001 a 2009

	N				%			
	N. Prov.	Prov. C.	Prov. P.	Total	N. Prov.	Prov. C.	Prov. P.	Total
2001	3.917.153	2.874.357	849.317	7.640.827	51,27	37,62	11,12	100,00
2002	3.658.898	3.150.780	940.538	7.750.216	47,21	40,65	12,14	100,00
2003	3.761.194	3.279.655	930.573	7.971.422	47,18	41,14	11,67	100,00
2004	3.573.122	3.570.189	936.147	8.079.458	44,22	44,19	11,59	100,00
2005	3.466.643	3.693.135	1.053.040	8.212.818	42,21	44,97	12,82	100,00
2006	3.211.293	4.100.736	1.126.005	8.438.034	38,06	48,60	13,34	100,00
2007	3.367.759	4.092.288	1.091.945	8.551.992	39,38	47,85	12,77	100,00
2008	3.239.920	4.155.243	1.045.805	8.440.968	38,38	49,23	12,39	100,00
2009	3.252.328	4.209.473	1.162.004	8.623.805	37,71	48,81	13,47	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta os números absolutos e relativos da participação feminina no provimento doméstico no Estado de São Paulo. Durante o período, nota-se um claro aumento do percentual de mulheres provedoras complementares e principais acompanhado de uma diminuição das que não são provedoras.

Os dados mostram que: **a)** em 2001, enquanto 51,27% das mulheres unidas, cônjuges ou pessoas de referência, não eram provedoras dos seus domicílios, essa proporção cai para 37,71% em 2009; **b)** entre as que eram provedoras complementares, o aumento foi de mais de 10 pontos percentuais, passando de 37,62% em 2001 para 48,81% em 2009; **c)** na categoria mulheres provedoras principais o aumento foi mais discreto e os percentuais flutuam entre 11,12% e 13,47% no período analisado; **d)** chega-se a 2009 com 62,28% das mulheres unidas sendo provedoras.

Tais dados mostram que o padrão de participação feminina no provimento familiar mudou entre os anos de 2001 e 2009, abrangendo 62,28% das mulheres unidas, corroborando os estudos (BRUSCHINI, 2003, 2007; LAVINAS, 2001; SORJ, 2007; MONTALI, 2006) que afirmam que a renda das mulheres vem ganhando importância nos rendimentos familiares. Essa mudança pode ser reflexo da entrada ou permanência das mulheres unidas no mercado de trabalho, resultando em um maior compartilhamento do

orçamento doméstico entre os casais. Contudo, entende-se que as mulheres também podem auferir rendimentos de outras fontes. Conclui-se, portanto, que o padrão do homem como único provedor domiciliar já não condiz com a realidade dos domicílios no Estado de São Paulo, mesmo antes do início dos anos 2000. Por outro lado, ainda resta saber se as outras responsabilidades domésticas também são compartilhadas.

Tabela 2 – Total e percentual de mulheres provedoras complementares e provedoras principais de domicílio, SP – 2001 a 2009

	N			%		
	Prov. C.	Prov. P.	Total	Prov. C.	Prov. P.	Total
2001	2.874.357	849.317	3.723.674	77,19	22,81	100,00
2002	3.150.780	940.538	4.091.318	77,01	22,99	100,00
2003	3.279.655	930.573	4.210.228	77,90	22,10	100,00
2004	3.570.189	936.147	4.506.336	79,23	20,77	100,00
2005	3.693.135	1.053.040	4.746.175	77,81	22,19	100,00
2006	4.100.736	1.126.005	5.226.741	78,46	21,54	100,00
2007	4.092.288	1.091.945	5.184.233	78,94	21,06	100,00
2008	4.155.243	1.045.805	5.201.048	79,89	20,11	100,00
2009	4.209.473	1.162.004	5.371.477	78,37	21,63	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já entre as mulheres provedoras, percebe-se a permanência de um padrão, com algumas flutuações. A Tabela 2 considera apenas as mulheres provedoras complementares e principais, importando destacar que 22,81% das mulheres unidas que possuem rendimentos eram as provedoras principais dos seus domicílios em 2001, caindo para 21,63% em 2009. A variação entre os percentuais durante o tempo teve seu valor mais baixo em 2004, com 20,77% das mulheres sendo as provedoras principais, e o valor mais alto em 2002, com 22,99%. Por outro lado, a proporção de mulheres provedoras complementares também permaneceu relativamente constante, passando de 77,19%, em 2001, para 78,37%, em 2009.

Diante desse quadro, conclui-se que não houve mudanças significativas nos percentuais de provedoras complementares e principais. Apesar do crescimento do total de mulheres que participam do provimento doméstico, a sua composição interna não se altera. Houve um aumento do volume total de mulheres provedoras complementares e principais,

porém, as proporções não sofreram mudanças significativas entre 2001 e 2009. A composição interna da contribuição feminina no provimento doméstico permanece praticamente a mesma, apresentando não só pequenas flutuações no período, mas também o predomínio de provedoras complementares. Ou seja, esse crescimento da participação no orçamento se concentra mais para as provedoras complementares do que para as principais. Essas últimas também avançaram na participação no provimento familiar, porém, em menor medida. Esses achados parecem indicar que a participação feminina no provimento doméstico se estabilizou na primeira década do século XXI, sendo caracterizada por mulheres que participam de maneira complementar da manutenção financeira dos seus domicílios.

Contudo, quando se trabalha com as taxas de provedoras complementares e principais é possível perceber que elas aumentaram em patamares muito próximos, as complementares a 4,09%, ao ano, e as principais a 4%. Essas taxas são maiores do que a das mulheres unidas, que cresceram a 1,05% ao ano, mostrando que o mercado de trabalho absorveu mulheres dos dois grupos de provimento, apesar de a composição interna não ter se alterado.

Participar do orçamento doméstico acarreta não só novas responsabilidades para as mulheres, mas também pode mudar a dinâmica familiar, já que elas não só não permanecem mais à disposição dos familiares em tempo integral, como também se responsabilizam por uma contribuição que vinha quase que exclusivamente dos homens. Diante desse quadro, e com base nos dados das PNADs, pergunta-se: a intensidade com que as mulheres participam do orçamento doméstico seria capaz de alterar sua inserção no domicílio no que diz respeito a assumir a condição de pessoa de referência?

A definição de **pessoa de referência** adotada pelo IBGE diz respeito à “pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família), ou que assim fosse considerada pelos demais membros”, e **cônjuge** à “pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial” (IBGE, 2009).

Oliveira, Sabóia e Soares (2002) pontuam que, apesar da necessidade de mais estudos para que se possa compreender o que as pessoas entendem por “pessoa de referência”, há pelo menos três possibilidades quanto ao seu entendimento que não se excluem mutuamente:

1 - os rendimentos: a pessoa de referência seria a maior responsável pelo pagamento das despesas da casa e do sustento da família;

2 - a autoridade: atribui-se como responsável a pessoa que exerce o maior grau autoridade e poder de decisão no domicílio; e

3 - a responsabilidade pela casa: o responsável seria a pessoa que cuida dos afazeres domésticos e da família.

Entretanto, as pesquisas populacionais, como Censos e PNADs, têm mostrado que nos casos em que os domicílios são formados por casais heterossexuais, o homem é declarado pessoa de referência pelo respondente na grande maioria das vezes. Este dado pode estar relacionado ao fato de os homens, via de regra, assumirem a maior parte da manutenção financeira das famílias, mas também pode estar relacionado à suposição de uma eventual subordinação feminina na relação conjugal (MARRI E WAJNMAN, 2007; BOTELHO E FONTOURA, 2009). Porém, essa parece não ser uma relação direta, mas, sim, cheia de meandros: o que dizer, por exemplo, dos casos em que as mulheres administram todo o dinheiro ganho pelos companheiros? Pode-se afirmar, então, que a atribuição da “chefia” de um domicílio por um de seus membros envolve não somente aspectos econômicos ou de organização familiar, mas também subjetivos.

Quando se analisa o aumento do provimento feminino e da “chefia” de domicílio parece não ser exagero afirmar que se está diante de dois fenômenos que podem não estar relacionados de maneira tão direta. Enquanto o provimento feminino pode ser fruto de estratégias familiares para alcançar maiores rendimentos, resultando na inserção feminina no mercado de trabalho (mas as mulheres também podem estar investindo cada vez mais na busca por satisfação profissional, por exemplo), a atribuição da chefia domiciliar passaria por outros caminhos que não podem ser mensurados pelas pesquisas amostrais e muitas vezes não estão ligados necessariamente ao provimento. Os dados mostram que está

ocorrendo um aumento considerável e constante de mulheres unidas que aparecem como “pessoas de referência no domicílio”, passando de 6,67% em 2001 para 18,62% em 2009 (Gráfico 1). Porém, nota-se que esse crescimento é menor do que o percentual de aumento das mulheres que contribuem no provimento doméstico, mas maior do que o crescimento da proporção de provedoras complementares.

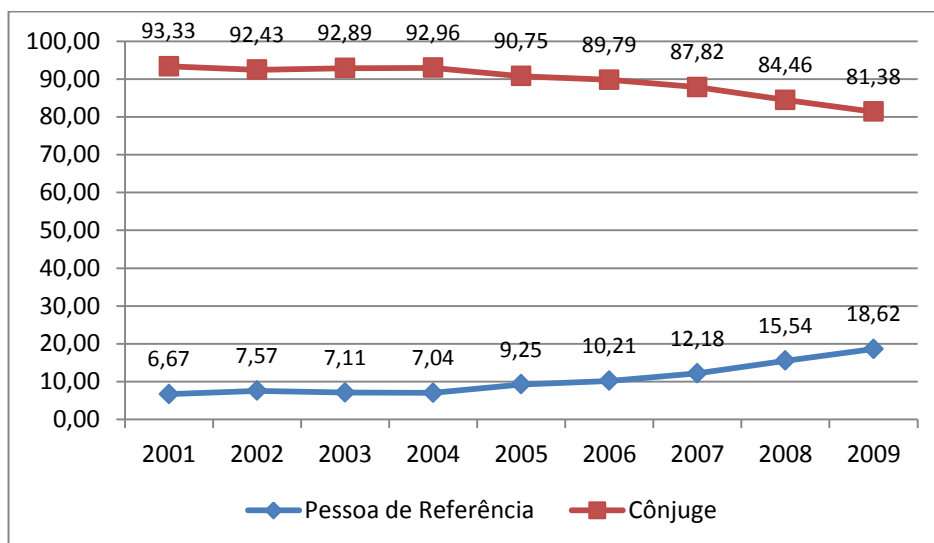


Gráfico 1 – Condição no domicílio de mulheres unidas, SP – 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já a Tabela 3, a seguir, pode dar mais algumas pistas para o entendimento de como se configura a “chefia feminina” dos domicílios entre mulheres unidas, segundo a participação no provimento doméstico.

Tabela 3 – Mulheres unidas pessoas de referência e cônjuges, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009 (%)

	2001				2002				2003				2004				2005			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Pessoa de Referência	57,53	21,57	20,90	100,00	49,71	28,74	21,55	100,00	51,69	28,01	20,30	100,00	51,91	29,10	18,99	100,00	41,32	33,66	25,03	100,00
Cônjuge	52,05	37,81	10,13	100,00	48,29	40,64	11,07	100,00	48,28	41,03	10,70	100,00	44,99	44,26	10,75	100,00	43,49	45,20	11,31	100,00
Total	51,27	37,62	11,12	100,00	47,21	40,65	12,14	100,00	47,18	41,14	11,67	100,00	44,22	44,19	11,59	100,00	42,21	44,97	12,82	100,00

	2006				2007				2008				2009			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Pessoa de Referência	34,98	39,56	25,46	100,00	43,80	36,85	19,35	100,00	39,47	43,07	17,46	100,00	41,11	40,95	17,94	100,00
Cônjuge	39,70	48,61	11,69	100,00	40,42	48,07	11,51	100,00	39,71	49,14	11,15	100,00	38,65	49,27	12,08	100,00
Total	38,06	48,60	13,34	100,00	39,38	47,85	12,77	100,00	38,38	49,23	12,39	100,00	37,71	48,81	13,47	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Durante o período, houve consideráveis mudanças na distribuição das mulheres unidas entre pessoas de referência e cônjuges.

No que diz respeito às pessoas de referência do domicílio, em 2001, mais da metade era constituída por não provedoras (57,53%). Já em 2009, são as provedoras que constituem a maioria (58,89%). Contudo, grande parte delas (69,05%) é provedora complementar. Nota-se, ainda, ao longo do período, certa redução da proporção de provedoras principais. Ou seja, entre as pessoas de referência, observa-se claramente o crescimento das provedoras complementares que passam de 21,57% para 40,95%, entre 2001 e 2009, um aumento de quase vinte pontos percentuais, enquanto que as provedoras principais caem de 20,90%, em 2001, para 17,94%, em 2009. É bem verdade que tais proporções apresentam flutuações conjunturais no período: os anos de 2005 e 2006 apresentam as maiores proporções de provedoras principais (25,03% e 25,46%) dentre as pessoas de referência, mas a tendência de queda parece inegável.

Diante desse quadro, parece ser possível traçar uma relação direta entre a participação no provimento doméstico e a atribuição da responsabilidade pelo domicílio às mulheres unidas. É possível que o fator econômico tenha certo peso nisso, mas não é o único, uma vez que ser a principal provedora do lar não necessariamente conduz a mulher unida a ser designada pessoa de referência.

Por outro lado, considerando-se agora apenas as mulheres cônjuges, observa-se também a diminuição daquelas que não são provedoras, acompanhado de um aumento das provedoras no geral, mas principalmente das complementares. Deste modo, em termos comparativos, embora a tendência pareça ser a mesma observada para as mulheres que são as pessoas de referência do domicílio, nota-se que entre estas últimas a proporção de provedoras principais é bem maior durante todo o período.

Utilizando dados das PNADs de 2004 para o Brasil, Marri e Wajnman (2007)¹³ mostram que somente em 7% das famílias compostas por casais com duplo rendimento a mulher era declarada como responsável pelo domicílio. Quando levados em consideração somente os dados para casais nos quais a mulher é a provedora principal, essa proporção sobe para 13%. Ou seja, mesmo com o aumento da importância do provimento feminino entre os casais, e em especial dos casos nos quais a mulher é a provedora principal, os homens ainda são designados chefes na maioria das vezes. Esses dados, portanto, contradizem a tese defendida por Barros (1997) de que os fatores econômicos são os principais determinantes para a atribuição da “chefia” de um domicílio. Mesmo porque essa atribuição é definida pelo entrevistado com base no que ele entende sobre o que representa assumir a responsabilidade de um domicílio. Nas palavras de Marri e Wajnman (2007):

Considerando-se que a noção de responsabilidade dificilmente está associada aos encargos do trabalho doméstico, porque se assim fosse, as mulheres não estariam tão sub-representadas nessa categoria, e que, pelo menos neste caso, a responsabilidade tampouco é financeira, resta apenas a justificativa cultural que relega à mulher o papel secundário na hierarquia familiar, mesmo quando a ela cabem os cuidados não só com os familiares e a estrutura física da residência, mas também a provisão financeira da família (MARRI e WAJNMAN, 2007, p. 23).

Contudo, como lembra Judith Butler (2003), apesar da importância dos contextos culturais nas configurações das relações de gênero, não é possível esquecer as dimensões do poder exercido nessas esferas. Tais dimensões, por sua vez, podem atribuir obrigações para as mulheres que ultrapassam os limites culturais.

¹³ Diferentemente do adotado nesta tese, as autoras utilizaram somente os rendimentos do trabalho para a construção das variáveis do provimento doméstico.

Nesse contexto, há ainda outra hipótese para explicar essa dissociação entre ser a provedora principal e ser a pessoa de referência do domicílio. Quando se considera que a variação de renda é mínima entre homens e mulheres nas classes mais baixas, como já mostrou Lavinás (2006) utilizando dados das PNADs, é possível que, para a mulher, as diferenças a mais ou a menos entre seus rendimentos e naqueles de seu companheiro sejam puramente eventuais, de modo que a atribuição a ela da condição de provedora principal, a partir dos rendimentos declarados na PNAD em um único momento de tempo, corresponda a algo transitório, que varia conforme haja momentos de desemprego ou de perda dos ganhos do marido/companheiro e vice-versa. Nesse sentido, essa variação conjuntural não alteraria a maneira como homens e mulheres se declaram pessoa de referência ou cônjuge nos domicílios. Ou seja, o importante para a manutenção financeira dos domicílios nesses casos é o fato de a mulher ser provedora e não de ser a principal provedora.

Por outro lado, ainda é importante analisar até que ponto outras variáveis demográficas – como faixa etária, cor/raça e anos de estudo - podem ajudar a entender o fenômeno da participação das mulheres unidas no provimento doméstico.

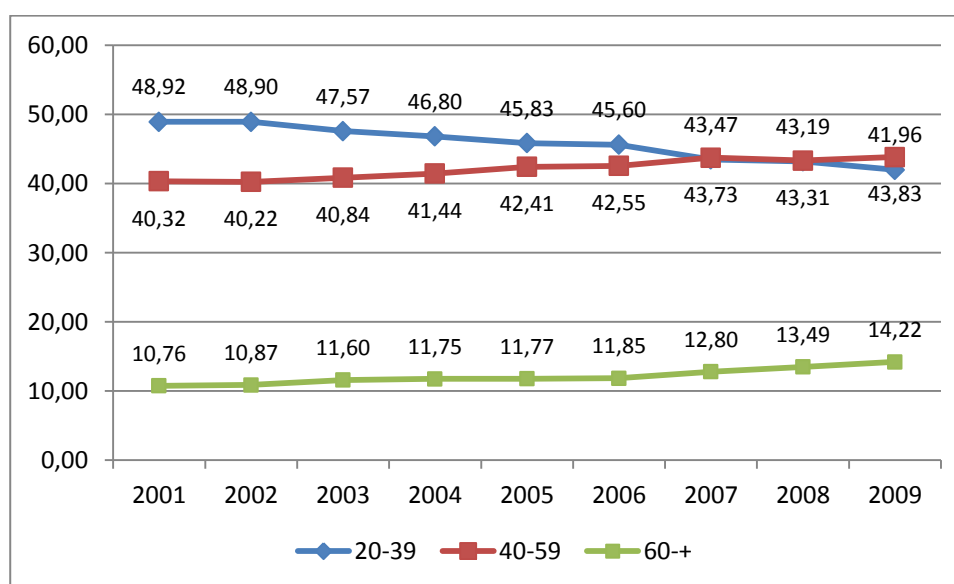


Gráfico 2 - Grupos etários de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Com relação à faixa etária, os dados do Gráfico 2 mostram que - como ocorre com a população brasileira em geral - a população feminina unida acusa progressivo processo de envelhecimento. Entre 2001 e 2009, enquanto as proporções de mulheres unidas na faixa etária dos 20 aos 39 anos diminuíram, as faixas de 40 a 59 e mais de 60 aumentaram. Entretanto, é possível que o maior peso relativo das mulheres unidas nas idades mais velhas possa também ser influenciado pelo aumento da idade ao casar.

Tabela 4 – Mulheres unidas por grupos etários, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009 (%)

	2001				2002				2003				2004				2005			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
20-39	50,52	39,36	10,13	100,00	46,38	41,99	11,63	100,00	45,66	43,28	11,06	100,00	41,50	47,72	10,79	100,00	39,97	48,14	11,89	100,00
40-59	53,67	34,23	12,10	100,00	48,86	37,97	13,17	100,00	49,59	37,71	12,70	100,00	48,37	39,01	12,62	100,00	44,90	40,67	14,42	100,00
60+	54,33	35,30	10,38	100,00	52,19	38,55	9,26	100,00	52,02	38,46	9,52	100,00	47,91	42,22	9,87	100,00	46,44	44,32	9,23	100,00
Total	52,20	36,85	10,95	100,00	48,01	40,00	11,99	100,00	48,00	40,45	11,55	100,00	45,10	43,46	11,44	100,00	42,82	44,52	12,65	100,00

	2006				2007				2008				2009			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
20-39	36,38	51,60	12,02	100,00	37,52	51,27	11,21	100,00	34,85	53,07	12,08	100,00	34,96	52,28	12,76	100,00
40-59	40,57	44,49	14,93	100,00	42,07	43,64	14,30	100,00	43,09	44,28	12,64	100,00	41,86	43,73	14,40	100,00
60+	42,75	45,74	11,51	100,00	44,93	44,07	11,00	100,00	42,36	46,31	11,33	100,00	41,10	47,60	11,30	100,00
Total	38,92	47,88	13,20	100,00	40,46	47,01	12,53	100,00	39,43	48,35	12,22	100,00	38,86	47,87	13,27	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já quando se analisa o conjunto das mulheres unidas por grupos etários segundo a participação no provimento doméstico, nota-se que em todas as faixas etárias houve redução das proporções de não provedoras, que começaram a década no patamar dos 50%, e o consequente aumento das provedoras complementares e principais.

Entre as mulheres unidas da faixa etária dos 20 aos 39 anos, por exemplo, enquanto a proporção de não provedoras passa de 50,52% para 34,96%, entre 2001 e 2009, a proporção para mulheres provedoras complementares e principais salta de 39,36% para 52,28% e de 10,13% para 12,76%, respectivamente. Nota-se também que o aumento foi mais acentuado entre as provedoras complementares. Esses dados podem dar alguns indicativos da participação feminina no orçamento doméstico mostrando que, na faixa etária mais jovem, houve uma mudança de perfil. As mulheres unidas jovens têm participado cada vez mais do

provimento doméstico, com predomínio das complementares, muito provavelmente impulsionadas pela sua crescente inserção no mercado de trabalho, pela diminuição da proporção de mulheres que deixam de trabalhar depois de casadas, ou após o nascimento de filhos, e ainda pela redução dos níveis de fecundidade.

Já nas faixas dos 40 aos 59 anos e nas de 60 ou mais também há a diminuição da proporção de mulheres não provedoras e o consequente aumento das provedoras complementares e principais. Embora as diferenças sejam pequenas, os dados indicam que, durante todo o período, a proporção de não provedoras e de provedoras principais sempre foi maior entre as mulheres na faixa dos 40 aos 59 anos, enquanto que a maior proporção de provedoras complementares concentrava-se na faixa dos 20 aos 39 anos.

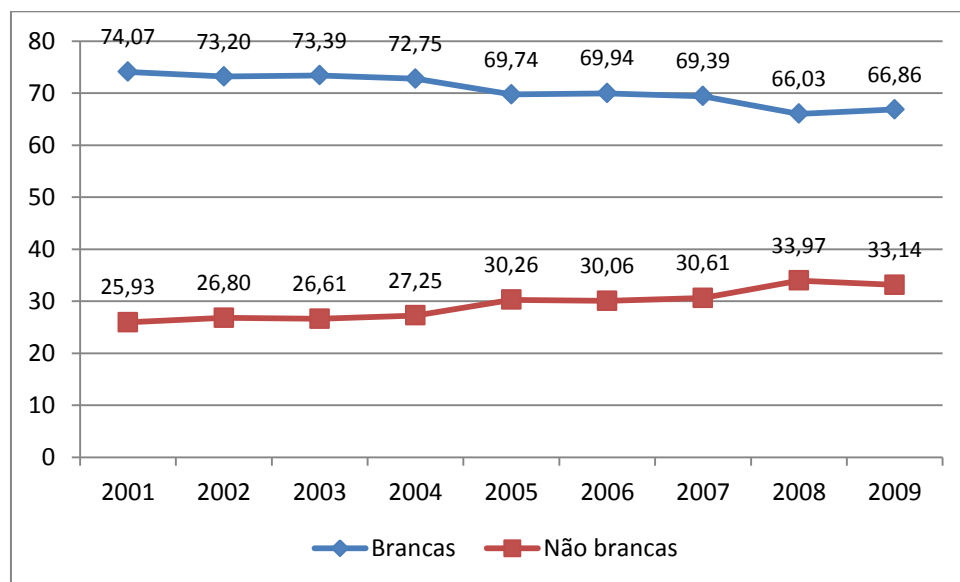


Gráfico 3 - Raça/cor de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Em relação ao quesito raça/cor¹⁴, o Gráfico 3 mostra que a população de mulheres unidas é formada em sua maioria por brancas. Apesar de constante declínio no decorrer da década, chega-se a 2009 com 66,86% das mulheres unidas pertencentes a essa categoria.

¹⁴ Entende-se que separar as categorias do quesito raça/cor em brancas e não brancas não é o mais adequado. Entretanto, por falta de nomenclatura mais adequada, elas foram mantidas.

Tabela 5 – Mulheres unidas por raça/cor, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009 (%)

	2001				2002				2003				2004				2005			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Brancas	51,55	38,05	10,39	100,00	48,51	40,27	11,22	100,00	47,51	41,39	11,10	100,00	45,65	44,04	10,31	100,00	42,99	44,98	12,03	100,00
Não brancas	54,89	32,94	12,17	100,00	48,07	38,30	13,63	100,00	51,30	36,54	12,16	100,00	45,05	40,90	14,05	100,00	43,96	42,19	13,85	100,00
Total	51,27	37,62	11,12	100,00	47,21	40,65	12,14	100,00	47,18	41,14	11,67	100,00	44,22	44,19	11,59	100,00	42,21	44,97	12,82	100,00

	2006				2007				2008				2009			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Brancas	39,17	47,78	13,05	100,00	41,07	46,94	11,99	100,00	40,31	47,95	11,75	100,00	39,55	47,67	12,79	100,00
Não brancas	39,34	47,46	13,20	100,00	40,26	46,19	13,54	100,00	38,29	48,80	12,90	100,00	38,09	47,93	13,98	100,00
Total	38,06	48,60	13,34	100,00	39,38	47,85	12,77	100,00	38,38	49,23	12,39	100,00	37,71	48,81	13,47	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

De maneira mais específica, a Tabela 5 mostra que na distribuição de mulheres unidas por raça/cor e participação no provimento doméstico não há diferenças significativas. Entre as mulheres brancas ocorreu uma diminuição da proporção de não provedoras acompanhada do consequente aumento das provedoras, principalmente complementares. Em 2001, enquanto 51,55% das mulheres brancas eram não provedoras, esse número cai para 39,55%, em 2009. Já a proporção de mulheres brancas que são provedoras complementares passou de 38,05% para 47,67%. O aumento das provedoras principais foi mais modesto, passando de 10,39% para 12,79%.

Entre as mulheres não brancas o padrão também se mantém, com a diminuição da proporção das não provedoras e o aumento considerável das provedoras complementares e um mais discreto das principais. Em 2009, 47,93% das mulheres não brancas eram provedoras complementares, 39,55% eram não provedoras e 13,98%, provedoras principais.

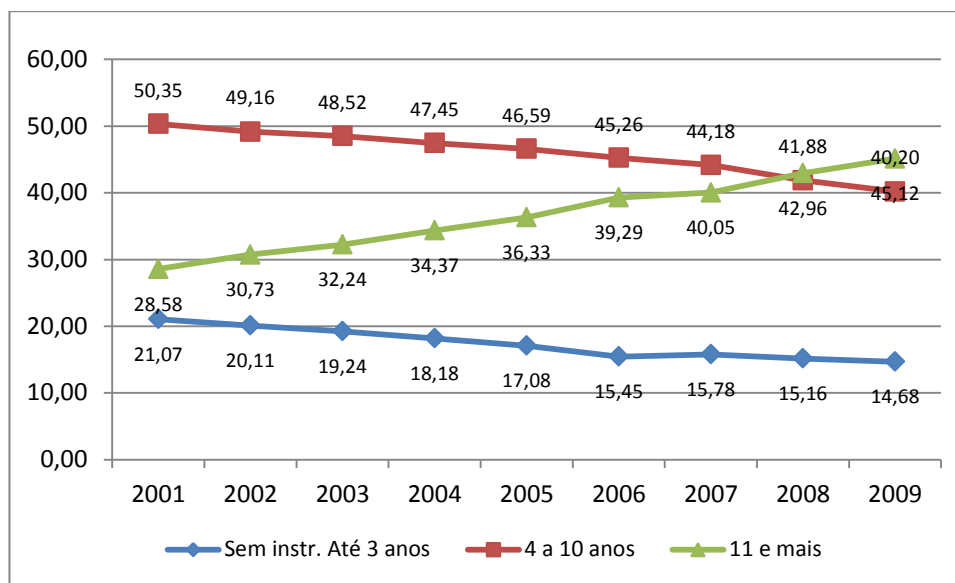


Gráfico 4 - Anos de instrução de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Há ainda outra variável muito importante quando se trata de traçar o perfil demográfico de uma população: os anos de estudo. No contexto deste trabalho, espera-se entender em que medida possuir mais ou menos anos de estudo pode contribuir para que uma mulher unida participe ou não do provimento doméstico.

De maneira geral, os dados apontam que houve uma melhora gradual na instrução das mulheres unidas, com a diminuição da proporção daquelas que possuem até dez anos de instrução e um consequente aumento daquelas com mais de 11 anos de estudo. Enquanto no começo da década pouco mais da metade das mulheres unidas possuía de quatro a dez anos e 21,07% até três anos; em 2009, essas proporções caem para 40,20% e 14,68%, respectivamente. Já no caso das mulheres que possuem mais de 11 anos, as proporções passaram de 28,58% para 45,12%, englobando, portanto, o maior número de mulheres unidas, diferentemente do que acontecia no começo da década, quando a maior parte dessas mulheres possuía de quatro a dez anos de instrução (Gráfico 4).

Tabela 6 - Mulheres unidas por anos de instrução e média dos anos de estudo, segundo provimento doméstico, SP – 2001 a 2009 (%)

	2001				2002				2003				2004				2005			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Sem instr. Até 3 anos	60,86	29,69	9,46	100,00	55,17	34,28	10,55	100,00	58,15	33,13	8,73	100,00	51,29	39,11	9,60	100,00	51,06	39,17	9,77	100,00
4 a 10 anos	58,19	33,38	8,42	100,00	54,17	36,57	9,25	100,00	53,81	36,83	9,36	100,00	50,70	39,54	9,75	100,00	49,39	40,67	9,95	100,00
11 e mais	36,06	47,87	16,07	100,00	34,87	48,25	16,87	100,00	34,80	49,15	16,05	100,00	35,04	50,50	14,45	100,00	31,88	50,95	17,17	100,00
Total	51,27	37,62	11,12	100,00	47,21	40,65	12,14	100,00	47,18	41,14	11,67	100,00	44,22	44,19	11,59	100,00	42,21	44,97	12,82	100,00
Média dos anos de estudo	7,00	7,81	9,27	8,03	7,23	7,99	9,31	8,17	7,30	8,15	9,44	8,30	7,62	8,35	9,28	8,41	7,65	8,45	9,92	8,67

	2006				2007				2008				2009			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Sem instr. Até 3 anos	42,17	46,43	11,40	100,00	46,74	42,69	10,56	100,00	47,40	42,04	10,56	100,00	45,16	45,03	9,81	100,00
4 a 10 anos	43,19	46,54	10,28	100,00	46,46	43,98	9,56	100,00	45,37	45,63	9,00	100,00	44,47	45,63	9,90	100,00
11 e mais	30,50	51,82	17,68	100,00	32,28	51,29	16,43	100,00	31,42	52,86	15,71	100,00	32,38	50,43	17,19	100,00
Total	38,06	48,60	13,34	100,00	39,38	47,85	12,77	100,00	38,38	49,23	12,39	100,00	37,71	48,81	13,47	100,00
Média dos anos de estudo	8,07	8,68	9,99	8,91	7,71	8,31	9,41	8,48	8,24	8,96	10,37	9,19	8,45	9,05	10,60	9,36

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já quando se analisa os anos de instrução e os anos médios de estudo segundo a participação no provimento doméstico, o mesmo fenômeno é notado nos três grupos de mulheres. Os dados mostram que houve uma diminuição do peso das não provedoras em todos os níveis de instrução e um consequente aumento das provedoras, principalmente das complementares.

É possível notar também que as diferenças entre a participação no provimento e os anos de estudo eram mais marcantes no começo da década para todas as mulheres. Com o passar dos anos, as proporções de mulheres não provedoras e provedoras complementares começam a ficar bastante semelhantes entre as mulheres sem instrução até dez anos, principalmente. Por outro lado, a década também é marcada pelo aumento do peso das provedoras complementares entre as mulheres que possuem maiores anos de instrução (Tabela 6).

Já os anos médios de estudo mostram claramente uma melhora nos níveis educacionais, porém, as provedoras principais são as que possuem maior escolaridade em todo o período, chegando, em 2009, a 10,60 anos, contra 8,45 e 9,05 das não provedoras e das complementares, respectivamente (Tabela 6). Desse modo, conclui-se que quanto maior a escolaridade, maior a participação das mulheres unidas no provimento doméstico. Nota-se, ao longo dos anos, por um lado, a maior ocorrência de mulheres provedoras complementares

nos níveis mais altos de instrução e, por outro, as provedoras principais com mais anos médios de estudo.

Em suma, diante do quadro apresentado até aqui, é possível concluir que houve um aumento considerável de mulheres provedoras no período, mas não necessariamente de provedoras principais. A década é caracterizada por certa estabilidade na composição interna do grupo de provedoras, marcado principalmente pela forte presença das provedoras complementares. São elas também que sofreram o maior aumento no universo das mulheres unidas que se declaram pessoas de referência nos domicílios.

Por outro lado, a participação no provimento doméstico tem aumentado entre as mulheres jovens, indicando que o modelo de família com o homem como único provedor pode não estar mais servindo de referência aos casais mais jovens.

No que diz respeito à cor/raça e grau de instrução, as provedoras principais são mais frequentes entre as mulheres não brancas, enquanto as provedoras complementares e principais entre as brancas. O grau de instrução se modificou consideravelmente no decorrer dos anos, melhorando para todos dos grupos de mulheres. Porém, as não provedoras são as que têm menos anos de estudo e as principais são as que têm mais. Esses dados dão um panorama demográfico de como se configura o provimento feminino no estado de São Paulo.

3.2. Mulheres e homens unidos e o mundo do trabalho

Ainda resta procurar entender em que medida o mundo do trabalho remunerado influencia a participação no provimento feminino. Apesar de se estar trabalhando com os rendimentos de todas as fontes, não só do trabalho, julga-se importante tentar entender esse universo. Para tanto, em um primeiro momento, serão analisados a inserção das mulheres unidas no mundo laboral, as horas trabalhadas e os rendimentos, para depois fazer uma comparação com os homens unidos.

Segundo o Dieese (2012), a última década do século XX foi marcada pela desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. O período foi caracterizado por elevadas taxas de desemprego e aumento das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho, e se estendeu até os primeiros anos do século XXI. Foi somente em 2004 que a economia brasileira começou a crescer de maneira mais intensa, com a elevação das ofertas de emprego e de sua maior formalização. Contudo, a crise internacional que atingiu o Brasil a partir do segundo semestre de 2008, seguindo por 2009, afetou o ciclo recente de crescimento. É, portanto, diante deste panorama que os dados sobre o provimento e o mercado de trabalho devem ser analisados.

Quanto ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, Lavinias (2010) argumenta que há três possíveis explicações para isso: a reestruturação produtiva, principalmente na indústria; a expansão da economia de serviços; e a maior flexibilização do mercado de trabalho, com aumento da informalidade até meados dos anos 2000. Porém, ainda pontua que, se há um aumento da presença feminina entre ocupados maior do que entre os homens, ela se deve, provavelmente, porque as empresas dão preferência para as mulheres, por causa dos seus menores salários. Nesse contexto, a Tabela 7 a seguir apresenta as condições de atividade e de ocupação de mulheres unidas.

Tabela 7 - Mulheres unidas por condição de atividade e de ocupação, segundo participação do provimento doméstico, SP - 2001 a 2009

	2001				2002				2003				2004				2005			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Econ. Ativos	7,78	32,11	9,73	49,62	8,01	33,64	10,74	52,39	8,20	34,04	10,19	52,44	7,32	35,88	9,79	52,99	7,99	36,97	11,02	55,97
Ocupadas	2,60	31,85	9,71	44,15	2,58	33,29	10,63	46,50	2,61	33,71	10,08	46,40	***	35,37	9,61	46,87	2,08	36,40	10,88	49,36
Desempregadas	5,19	***	***	5,48	5,43	***	***	5,89	5,59	***	***	6,04	5,43	***	***	6,12	5,91	***	***	6,61
Não Econ. Ativos	43,16	5,76	1,45	50,38	39,19	7,01	1,40	47,61	38,97	7,10	1,48	47,56	36,90	8,31	1,80	47,01	34,22	8,00	1,80	44,03
Total	50,95	37,87	11,18	100,00	47,20	40,66	12,14	100,00	47,18	41,15	11,68	100,00	44,22	44,19	11,59	100,00	42,21	44,97	12,82	100,00

	2006				2007				2008				2009			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Econ. Ativos	6,64	38,85	11,55	57,04	6,74	39,60	10,65	56,99	5,64	39,68	10,55	55,87	6,32	38,84	11,64	56,81
Ocupadas	***	38,00	11,34	51,19	***	38,92	10,56	51,44	***	39,04	10,44	51,25	***	38,21	11,54	51,11
Desempregadas	4,80	***	***	5,85	4,78	***	***	5,55	3,87	***	***	4,62	4,96	***	***	5,70
Não Econ. Ativos	31,41	9,75	1,80	42,96	32,64	8,25	2,12	43,01	32,74	9,55	1,84	44,13	31,39	9,97	1,83	43,19
Total	38,06	48,60	13,34	100,00	39,38	47,85	12,77	100,00	38,38	49,23	12,39	100,00	37,71	48,81	13,47	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

*** Dados estatisticamente não significativos.

Os dados da Tabela 7 sugerem que houve uma mudança significativa entre os padrões de ocupação de 2001 a 2009, uma vez que enquanto no primeiro ano 49,62% das mulheres unidas eram economicamente ativas e 50,38% não economicamente ativas, em 2009 tem-se o oposto, 56,81% das mulheres unidas são economicamente ativas e 43,19% não são.

Já entre as economicamente ativas, as proporções de ocupadas se mantiveram constantes no período, passando de 88,97% para 89,96%. A proporção de desempregadas também permaneceu relativamente constante, não ultrapassando os 6,61%. Esses dados corroboram os estudos sobre o tema que utilizam as PNADs quando afirmam que, principalmente na última década, estamos diante de uma constante entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho mais na condição de ocupadas e menos como desempregadas (LAVINAS, 2006; BRUSCHINI, 2004, 2002; LEONE E BALTAR, 2006, WAJNMAN, 1998).

Quando se analisa as diferenças entre as mulheres unidas segundo a participação no provimento, notam-se consideráveis diferenças nas proporções, mesmo com provedoras complementares e principais tendo sofrido acréscimo entre mulheres ocupadas. Entre elas, as provedoras complementares eram 31,85% e as principais, 9,71%, em 2001, e 38,21% e 11,54%, respectivamente, em 2009.

Já entre as mulheres desempregadas, os dados para as provedoras principais e complementares desempregadas não são estatisticamente significativos, concentrando-se somente nas não provedoras. Entretanto, o que chama mais atenção no caso das mulheres não provedoras não é tanto o desemprego, mas sim o fato de elas estarem em maior proporção entre as que não são economicamente ativas.

Por outro lado, de maneira mais específica, houve também um aumento de mulheres não economicamente ativas que são provedoras. Esse fato pode ser explicado pela maior proporção de provedoras complementares entre as mulheres unidas que tem mais de 60 anos. Nesses casos, a presença de aposentadas pode ser considerável.

A entrada e permanência das mulheres unidas no mercado de trabalho parece ter se consolidado no período. E também parece não restar dúvidas de que o provimento doméstico está estritamente ligado a essa permanência com a grande proporção de mulheres ocupadas. O rendimento do trabalho parece ser a principal fonte da participação feminina no provimento doméstico.

Resta saber se a participação no mercado de trabalho dos homens unidos se dá no mesmo sentido. Para tanto, foram construídas variáveis para os homens tal como foram feitas para as mulheres. Foram considerados homens unidos na condição de pessoa de referência ou cônjuges de domicílio divididos nas três categorias já explicadas no Capítulo 2 (não provedores, provedores complementares e principais).

Tabela 8 - Homens unidos por condição de atividade e de ocupação segundo participação no provimento doméstico, SP - 2001 a 2009

	2001				2002				2003				2004				2005			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Econ. Ativo	4,13	9,69	70,55	84,37	3,62	10,89	70,70	85,21	9,84	9,84	64,60	84,28	3,16	10,83	69,28	83,26	3,17	12,13	68,34	83,63
Ocupados	***	9,57	69,85	79,77	***	10,75	70,26	81,31	***	9,69	63,88	73,72	***	10,70	68,80	79,72	***	11,99	68,03	80,37
Desempregados	3,78	***	***	4,60	3,34	***	***	4,15	3,70	***	***	4,57	2,96	***	***	2,94	2,83	***	***	3,55
Não Econ. Ativo	2,42	2,58	10,63	15,63	2,03	2,71	10,05	14,79	2,52	2,52	10,68	15,72	2,26	2,88	11,59	16,74	1,79	3,04	11,54	16,37
Total	6,54	12,28	81,18	100,00	5,65	13,60	80,75	100,00	12,36	12,36	75,28	100,00	5,42	13,71	80,87	100,00	4,95	15,17	79,88	100,00

	2006				2007				2008				2009			
	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total	N. P.	P. C.	P. P.	Total
Econ. Ativo	2,86	12,45	67,96	83,28	2,63	11,84	68,91	83,37	1,68	13,94	66,37	81,99	2,31	14,95	63,91	81,16
Ocupados	***	12,28	67,36	79,91	***	11,66	68,62	80,60	***	12,36	66,00	78,53	***	12,66	63,59	76,42
Desempregados	2,59	***	***	3,36	2,31	***	***	2,77	1,51	***	***	3,46	2,14	***	***	4,74
Não Econ. Ativo	1,77	3,25	11,71	16,72	2,23	3,22	11,17	16,63	1,79	5,02	11,20	18,01	1,80	5,32	11,72	18,84
Total	4,63	15,71	79,67	100,00	4,86	15,06	80,08	100,00	3,47	18,96	77,57	100,00	4,10	20,27	75,63	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

*** Dados estatisticamente não significativos.

A Tabela 8 - sobre a condição de ocupação e de atividade de homens unidos segundo o grupo de provimento - apresenta uma configuração bastante diferente da Tabela 7, sobre as mulheres, pois a grande maioria dos homens unidos é economicamente ativo (81,16% em 2009) e, destes, 94,16%, estão ocupados. Esse dado contrasta bastante com os dados para as mulheres unidas, já que foi somente em 2006 que mais da metade delas passou para a categoria das ocupadas.

Entre os não economicamente ativos, a situação também é bastante diferente para os sexos. Em 2009, enquanto 43,19% das mulheres unidas não eram economicamente ativas, essa proporção para os homens é de apenas 18,84%. A possível explicação para esse fenômeno, como já assinalado, é a grande presença de mulheres donas de casa entre as não economicamente ativas do sexo feminino, enquanto que, para os homens, os aposentados devem ter um peso maior nesse quesito. Entre os economicamente ativos, são os desempregados que predominam entre os não provedores e sua participação entre os provedores não tem significância estatística.

Nota-se que entre os ocupados há grande predominância dos homens provedores principais. Apesar disso, os dados também mostram que enquanto a proporção de ocupados que são provedores complementares aumentou ligeiramente (passando de 11,34%, em 2001, para 15,60%, em 2009), a de ocupados que são provedores principais diminuiu (passando de 83,79% para 78,36%). De todo modo, os homens economicamente ativos continuam sendo, em sua grande maioria, provedores principais.

Se as diferenças entre homens e mulheres já são bastante visíveis na análise da condição de atividade, elas se tornam ainda mais evidentes quando se compara a condição de ocupação. Em 2009, por exemplo, 12,66% dos homens ocupados eram provedores complementares e 63,59%, provedores principais. Já no caso das mulheres, a situação muda drasticamente, 38,21% das ocupadas eram provedoras complementares e 11,54%, principais. As diferenças também se mantêm quando comparamos homens e mulheres desempregados e não economicamente ativos. Os dados mostram que a proporção de homens nessas posições é bem menor. Esses achados dão pistas bastante importantes das diferenças entre homens e mulheres na participação no trabalho. Enquanto há ainda uma grande parcela da população feminina em união que não está inserida no mercado de trabalho porque é dona de casa ou não trabalha por outros motivos, entre os homens essa parcela é muito pequena.

Acompanhando essa análise, o estudo da posição de ocupação também pode trazer evidências importantes para entender de que maneira homens e mulheres se situam no mercado de trabalho, em quais posições e ramos de atividade. Nesses casos, foram excluídos

homens e mulheres não provedores por não possuírem significância estatística nessas categorias.

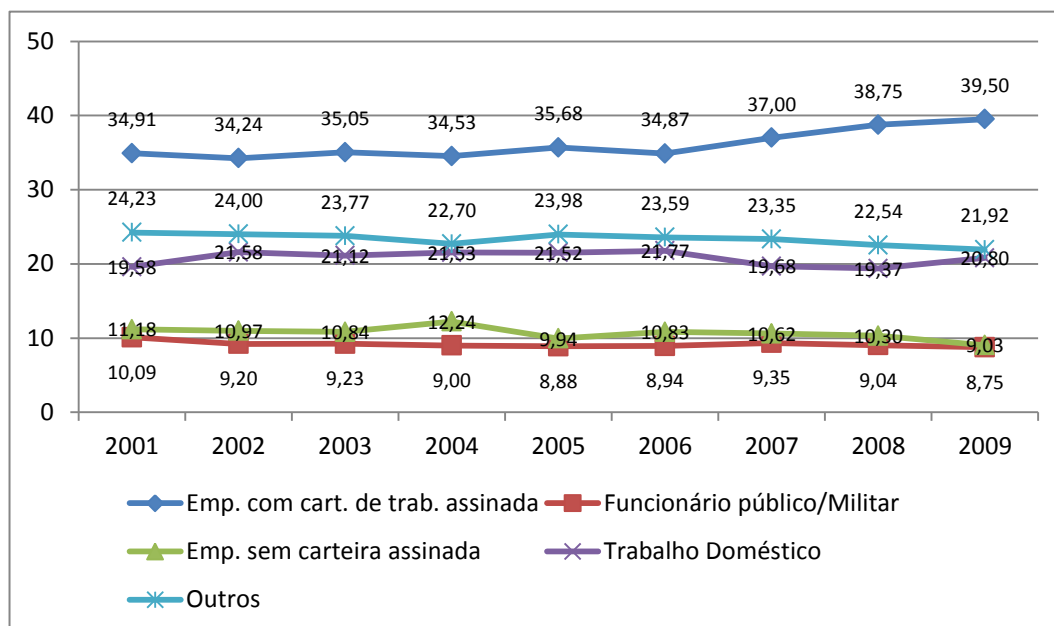


Gráfico 5 - Posição na ocupação no trabalho principal de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Os dados do Gráfico 5 mostram que houve um pequeno aumento na proporção de mulheres unidas que possuem trabalhos com carteira assinada, passando de 34,91%, em 2001, para 39,50%, em 2009. Essa categoria é a que apresenta maiores proporções, seguida pela categoria outros (que inclui trabalho por conta própria, empregador e trabalho para consumo próprio), trabalho doméstico, empregos sem carteira assinada e funcionário público/militar. O período também apresentou dados relativamente estáveis com algumas oscilações, com ligeira queda de mulheres que trabalham no funcionalismo público e que não possuem carteira de trabalho assinada.

Tabela 9 - Mulheres unidas por posição na ocupação, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009

	2001		2002		2003		2004		2005	
	P. C.	P. P.	P. C.	P. P.	P. C.	P. P.	P. C.	P. P.	P. C.	P. P.
Emp. com cart. de trab. assinada	34,87	35,94	40,92	37,00	38,21	40,80	38,75	38,47	42,92	39,50
Funcionário público/Militar	7,64	14,62	7,74	13,82	7,15	16,18	7,66	13,93	7,22	14,52
Emp. sem carteira assinada	8,94	7,35	16,76	9,35	7,65	14,32	9,04	6,48	16,38	8,75
Trabalho Doméstico	10,83	11,50	7,36	10,62	10,38	10,03	10,30	9,36	7,93	9,03
Outros	29,91	20,31	25,02	17,00	24,58	17,23	23,19	16,75	24,05	19,80
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

	2006		2007		2008		2009	
	P. C.	P. P.	P. C.	P. P.	P. C.	P. P.	P. C.	P. P.
Emp. com cart. de trab. assinada	33,13	40,72	35,94	40,92	38,21	40,80	38,47	42,92
Funcionário público/Militar	7,09	15,18	7,35	16,76	7,65	14,32	6,48	16,38
Emp. sem carteira assinada	11,49	8,62	11,50	7,36	10,38	10,03	9,36	7,93
Trabalho Doméstico	22,91	17,93	21,07	14,54	21,04	13,04	22,28	15,86
Outros	24,42	16,64	23,10	20,02	21,74	20,89	22,29	16,27
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

A Tabela 9 aponta que a maior proporção tanto de provedoras complementares quanto de principais é de trabalhadoras com carteira assinada (38,47% das primeiras e 42,92% das segundas, em 2009). Apesar das flutuações no período, chega-se ao final com um aumento tanto de provedoras complementares quanto de principais que possuem empregos com carteira de trabalho. Interessante notar também que a proporção de provedoras principais que são funcionárias públicas/militares sempre foi muito maior do que entre as complementares, chegando, muitas vezes a ser mais do que o dobro. Se for levado em conta que o funcionalismo público e os empregos com carteira assinada garantem maior estabilidade e respeito aos direitos dos trabalhadores, pode-se considerar que as mulheres que são provedoras principais estão melhor inseridas no mercado de trabalho do que as complementares. Este fato também pode ser um indicativo das diferenças de rendimentos entre os dois grupos. Nos casos das provedoras principais que são funcionárias públicas/militares, o emprego é mais estável, ou seja, as alterações econômicas conjunturais afetariam menos esse grupo de mulheres.

Já o trabalho doméstico se configura como uma categoria importante quando as mulheres estão ocupadas, com 22,28% das provedoras complementares e 15,86% das principais nesse tipo de ocupação, em 2009. Porém, percebe-se que, enquanto houve uma

redução de quase oito pontos percentuais de mulheres provedoras complementares que realizam esse tipo de trabalho entre 2001 e 2009, enquanto a proporção para as provedoras principais aumentou mais de quatro pontos (Tabela 9). Essa diferença pode se dar devido ao aumento da oferta de empregos que pode reconduzir as mulheres a outras atividades fora do trabalho doméstico. Apesar disso, os dados mostram que a o serviço doméstico continua sendo efetuado quase que exclusivamente por mulheres.

As proporções de mulheres que estão empregadas, mas não possuem carteira assinada também mostram claramente as diferenças de inserção no mercado de trabalho entre provedoras complementares e principais. Em 2009, enquanto 9,36% das primeiras trabalhavam nessas condições, a proporção para as provedoras principais cai para 7,93%. Nota-se também que houve um ligeiro aumento dos empregos sem carteira assinada para os dois grupos, porém, para as provedoras complementares, o aumento foi maior. A categoria 'outros' (que inclui trabalho por conta própria, empregador e trabalho para consumo próprio) sofreu uma redução entre os dois grupos de mulheres unidas, muito provavelmente devido ao aumento do emprego com carteira assinada.

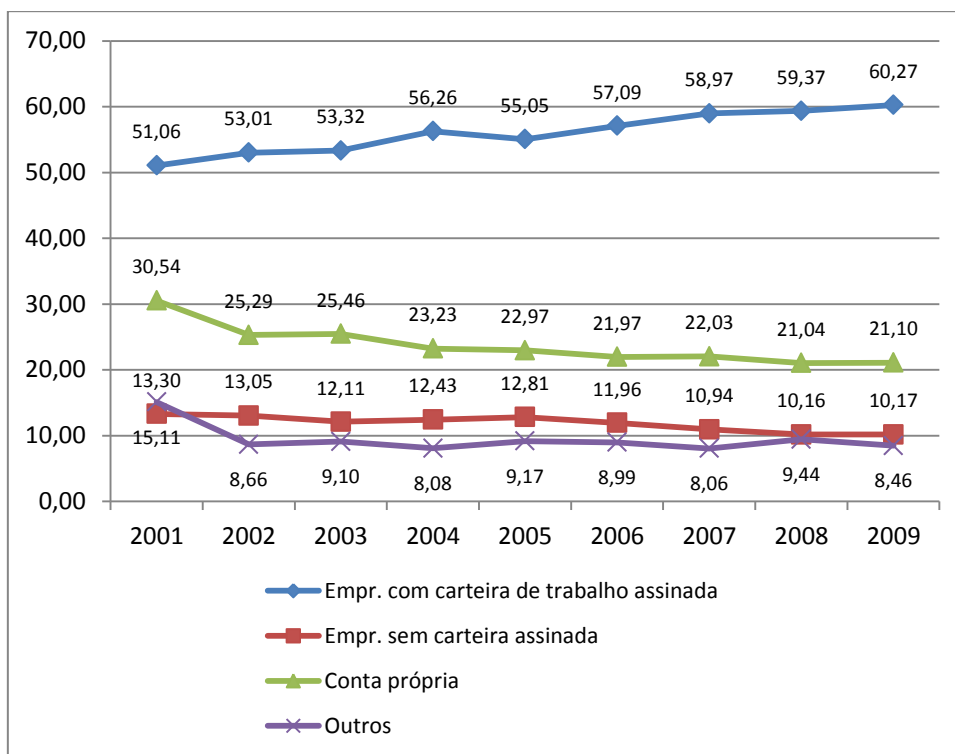


Gráfico 6 - Posição na ocupação no trabalho principal de homens unidos, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Por outro lado, quando a análise enfoca os homens, os padrões de posição na ocupação mudam consideravelmente. O Gráfico 6 indica que, diferentemente das mulheres, a proporção de homens unidos que possuem carteira de trabalho assinada sempre alcançou mais da metade dos trabalhadores, com 51,06% em 2001 e 60,27% em 2009. Apesar de os dados de ambos os sexos indicarem um processo de formalização do emprego, percebe-se que ele acontece com intensidades diferentes entre homens e mulheres. Aqui nota-se também que o aumento dos homens unidos que possuem carteira de trabalho assinada foi maior do que o das mulheres. Também houve queda na proporção de empregados sem carteira, porém, de maneira menos acentuada do que, por exemplo, a queda da proporção de homens que trabalham por conta própria, que passou de 30,54% para 21,10%.

Tabela 10 - Homens unidos por posição na ocupação, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009

	2001		2002		2003		2004		2005	
	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.
Empr. com cart. de trab. assinada	44,75	40,68	45,09	54,23	43,22	54,86	45,76	57,89	45,75	56,69
Empr. sem carteira assinada	15,09	13,11	15,69	12,64	13,55	11,89	13,29	12,29	16,24	12,21
Conta própria	28,78	30,72	28,59	24,78	30,91	24,63	30,24	22,14	27,16	22,23
Outros	11,38	15,49	10,63	8,35	12,31	8,61	10,71	7,67	10,86	8,87
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

	2006		2007		2008		2009	
	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.
Empr. com cart. de trab. assinada	48,23	58,71	54,09	59,81	54,52	60,39	56,51	61,15
Empr. sem carteira assinada	15,11	11,38	13,04	10,58	12,84	9,59	13,08	9,49
Conta própria	25,75	21,28	25,04	21,51	22,74	20,68	21,58	20,98
Outros	10,90	8,64	7,82	8,10	9,89	9,34	8,83	8,38
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Quando se analisa a posição na ocupação de homens provedores principais e complementares, verifica-se certo padrão no decorrer dos anos, com as maiores proporções tanto de provedores principais quanto de complementares em ocupações com carteira de trabalho assinada, seguido pelos trabalhos por conta própria e em menor proporção pelos empregos sem carteira assinada.

Contudo, nota-se também maior proporção de empregados com carteira assinada entre os provedores principais (61,51% em 2009) do que entre os provedores complementares (54,68%). Por outro lado, as ocupações com menores proporções em ambas as distribuições, como as consideradas por “conta própria” e os empregos sem carteira assinada, são mais frequentes entre os provedores complementares do que entre os principais. Os dados mostram que em 2009, por exemplo, 13,07% e 23,68% dos provedores complementares trabalhavam, respectivamente, sem carteira assinada e por conta própria, contra 9,57% e 20,67% dos provedores principais (Tabela 10). Entende-se que as possíveis precariedades dos empregos que não envolvem carteira assinada e as instabilidades dos trabalhos por conta própria podem ser explicações quando se analisa as diferenças de rendimentos e das horas trabalhadas por semana entre os grupos de provedores.

Nota-se que uma possível inserção precária no mercado de trabalho, resultando em menores rendimentos e menor carga horária, pode ser fator importante para que os homens assumam apenas provisão complementar em seus domicílios. Todavia, entende-se também que outros fatores, além dos econômicos, possam influir nesses contextos, como a invalidez do trabalhador e a incapacidade do Estado em garantir as condições mínimas para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Já o fato de a categoria “trabalho doméstico” ser bastante importante no caso das mulheres e ser muito pequena no caso dos homens torna as distribuições bastante diferenciadas. Enquanto os homens, independente de sua posição no provimento doméstico estão em maior proporção na categoria dos que possuem trabalho com carteira assinada quando comparado com as mulheres, eles também estão em maior proporção entre aqueles que não possuem carteira assinada. Ao que tudo indica o serviço doméstico absorve parte das mulheres que, caso contrário, estariam em posições ocupacionais mais precárias. Por outro lado, as mulheres, sejam provedoras complementares ou principais, estão em maior proporção entre aquelas que estão no funcionalismo público ou militar, enquanto há maior presença de homens na condição de empregador e de trabalhador por conta própria.

Apesar de todas essas diferenças, Leone e Baltar (2010) advertem que os limites entre o trabalho assalariado e não assalariado são de difícil medida, já que envolvem uma gama considerável de atividades. A flexibilização do trabalho assalariado teria provocado o aumento do emprego por conta própria, que no fundo não passaria de um trabalho assalariado disfarçado, o que subestima o real tamanho desse mercado. Nesse contexto, conclui-se que os perfis da estrutura das posições na ocupação de homens e mulheres ficaram mais parecidos, com a queda do emprego informal e dos trabalhadores por conta própria no caso dos homens. Porém, o peso dos empregadores e dos empregados formais continuaria pendendo para o lado masculino (LEONE, 2010). O aumento dos empregos com carteira assinada, entre 2001 e 2009, foi bem parecido entre homens e mulheres provedores principais, em torno dos seis pontos percentuais. Já entre os provedores complementares, foram os homens nessa condição que tiveram o maior aumento no emprego com carteira, 9,93 pontos percentuais contra 3,6 das mulheres provedoras complementares e 6,4 dos

homens provedores principais. E enquanto houve ligeiro aumento da proporção de mulheres provedoras que não possuem carteira assinada, para os homens, houve diminuição.

Quanto aos grupos de atividades de homens e mulheres unidos, a ausência de homens trabalhadores domésticos contribui para a diferenciação das distribuições por sexo. Porém nota-se que há predominância do comércio de bens e serviços tanto entre homens como entre mulheres, como mostram os gráficos 7 e 8.

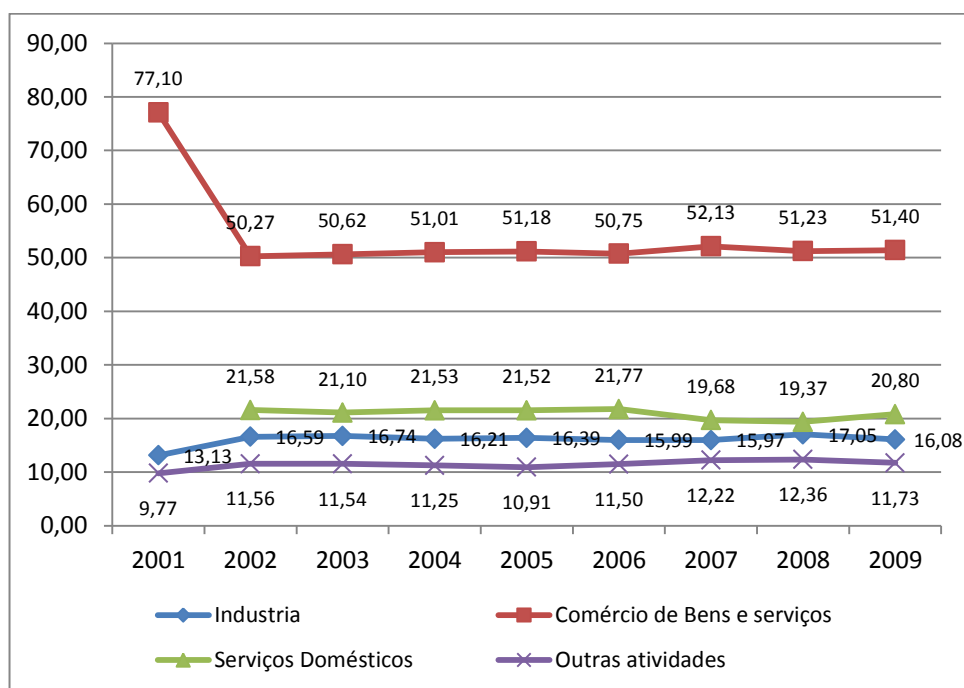


Gráfico 7 - Ramos de atividades no trabalho principal de mulheres unidas, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Entre as mulheres unidas é preciso notar que há grande disparidade nas proporções das que trabalham com comércio de bens e serviços em 2001 e nos outros anos. Esse fato se deve porque nesse ano, os serviços domésticos estavam incluídos no quesito comércio de bens e serviços, e, partir de 2002, houve a separação. De qualquer maneira, é possível notar que durante todo o período mais da metade das mulheres unidas trabalhavam no comércio de bens e serviços, seguido pelos serviços domésticos e pela indústria. Essas categorias

também são marcadas por certa estabilidade durante os anos com um ligeiro aumento, de três pontos percentuais, da proporção de mulheres unidas que trabalham no setor industrial.

Tabela 11 - Ramos de atividades do trabalho principal de mulheres unidas, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009

	2001		2002		2003		2004		2005	
	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.
Industria	13,33	10,64	17,41	14,00	17,42	14,48	16,49	15,15	16,26	16,81
Comércio de Bens e serviços	76,84	77,96	48,77	55,00	49,48	54,45	49,63	56,12	49,42	57,13
Serviços Domésticos			22,30	19,30	21,57	19,55	22,72	17,14	23,16	15,98
Outras atividades	9,42	8,58	9,23	8,21	9,44	8,11	10,08	8,59	9,48	7,64
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

	2006		2007		2008		2009	
	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.
Industria	16,38	14,67	16,02	15,79	17,61	14,90	16,69	14,04
Comércio de Bens e serviços	49,32	55,54	50,53	58,03	49,23	58,78	49,47	57,85
Serviços Domésticos	22,91	17,93	21,07	14,54	21,04	13,04	22,28	15,86
Outras atividades	10,93	9,87	11,37	9,98	10,84	10,26	11,26	10,40
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

No caso das mulheres provedoras, os dados mostram que o comércio de bens e serviços, os serviços domésticos e a indústria absorvem a maior parte das trabalhadoras. Em 2001, não havia a categoria serviços domésticos, que estava inclusa na de setor e serviços, essa é a causa da maior proporção de provedoras complementares e principais estarem nesse setor. A partir de 2002 e com a desagregação das categorias, nota-se que há maior proporção de provedoras principais que trabalham com comércio de bens e serviços do que de complementares, chegando a 57,85% daquelas e 49,47% destas em 2009. Já a proporção de provedores complementares que trabalham com serviços domésticos é maior do que das provedoras principais. Também há maior proporção de provedoras complementares no setor industrial.

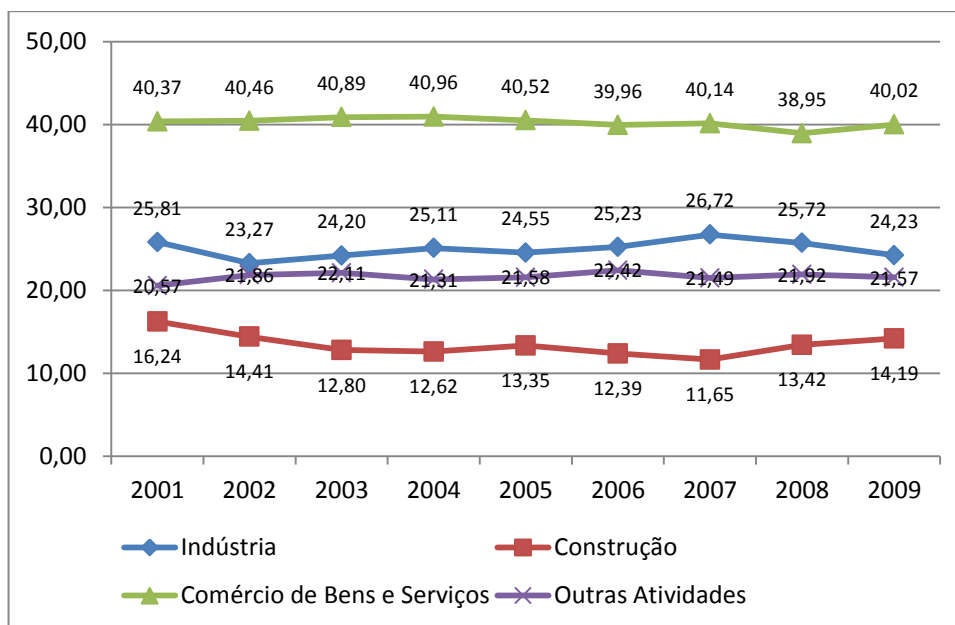


Gráfico 8 - Ramos de atividades no trabalho principal de homens unidos, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Como já adiantado antes, o padrão dos ramos de atividade nos quais se inserem homens e mulheres são bem diferentes. A única semelhança se encontra no comércio de bens e serviços que, em 2009, absorvia 40,02% dos homens unidos provedores, contra 51,40% das mulheres na mesma condição. Já a indústria absorveu cerca de um quarto dos homens, seguido por “outras atividades” e a construção. O fato de os homens unidos estarem em grande proporção nos ramos industriais e de construção pode ajudar a explicar a considerável proporção de homens unidos que possuem carteira de trabalho assinada, já que esses setores possuem uma considerável tradição de formalização dos empregos.

Tabela 12 - Ramos de atividades do trabalho principal de homens unidos, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009

	2001		2002		2003		2004		2005	
	Prov. C.	P. Prov.	Prov. C.	P. Prov.	Prov. C.	P. Prov.	Prov. C.	P. Prov.	Prov. C.	P. Prov.
Indústria	18,18	25,63	19,07	23,92	18,10	25,13	16,54	26,44	17,86	25,74
Construção	9,21	12,70	12,32	14,73	10,86	13,10	10,84	12,89	12,16	13,56
Comércio de bens e serviços	57,93	47,50	48,15	42,14	50,46	42,45	50,62	42,63	50,74	41,93
Outras atividades	14,67	14,17	20,47	19,21	20,59	19,32	22,00	18,04	19,24	18,78
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

	2006		2007		2008		2009	
	Prov. C.	P. Prov.	Prov. C.	P. Prov.	Prov. C.	P. Prov.	Prov. C.	P. Prov.
Indústria	18,42	26,48	21,45	27,62	20,01	26,99	18,65	25,29
Construção	11,09	12,63	10,83	11,79	12,53	13,57	10,41	14,69
Comércio de bens e serviços	51,34	41,18	48,46	42,07	46,25	41,00	49,06	41,55
Outras atividades	19,16	19,71	19,26	18,51	21,21	18,44	21,88	18,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Por outro lado, ao analisar os agrupamentos de atividades do trabalho principal de homens provedores principais e complementares, constata-se que as maiores proporções dos dois grupos analisados também estão no comércio de bens e serviços, seguido pelo industrial. Em 2009, 49,06% dos provedores complementares e 41,55% dos principais trabalhavam com comércio de bens e serviços, enquanto 18,65% e 25,29%, respectivamente, na indústria. Notam-se, entretanto, maiores proporções de provedores complementares no comércio, acompanhadas de uma maior proporção de provedores principais no setor industrial, em todos os anos analisados.

Como era de se esperar, considerando tudo que foi mostrado até aqui, as posições nas atividades de homens e mulheres também são consideravelmente diferentes. Apesar da grande presença de ambos os sexos no ramo de comércio de bens e serviços, as mulheres assumem em grande medida os trabalhos domésticos, enquanto esta categoria é praticamente irrelevante entre os homens. Já os ramos industriais e de construção são dominados por eles. Essas diferenças podem refletir não só na distribuição por sexo em cada ramo de atividade, mas também no grau de formalidade do emprego. Como lembram Leone e Teixeira (2010), a diferença entre homens e mulheres no emprego formal reside na grande presença masculina em ocupações da produção material de bens, enquanto as mulheres estão

dispersas nas atividades de prestação de serviços pessoais e sociais, mais sujeitas à informalidade.

Nesse sentido, a análise da condição e posição na ocupação e na atividade de homens e mulheres unidos dão indicativos importantes para entender como se dá a inserção de ambos no mercado de trabalho. Porém, para além dessas variáveis, a literatura sobre trabalho feminino (LAVINAS, 2006; LEONE E BALTAR, 2010; BRUSCHINI, 2004, SORJ, 2006; MONTALI, 2010) tem mostrado que as diferenças entre os sexos continuam acentuadas no que diz respeito às horas trabalhadas e aos rendimentos auferidos.

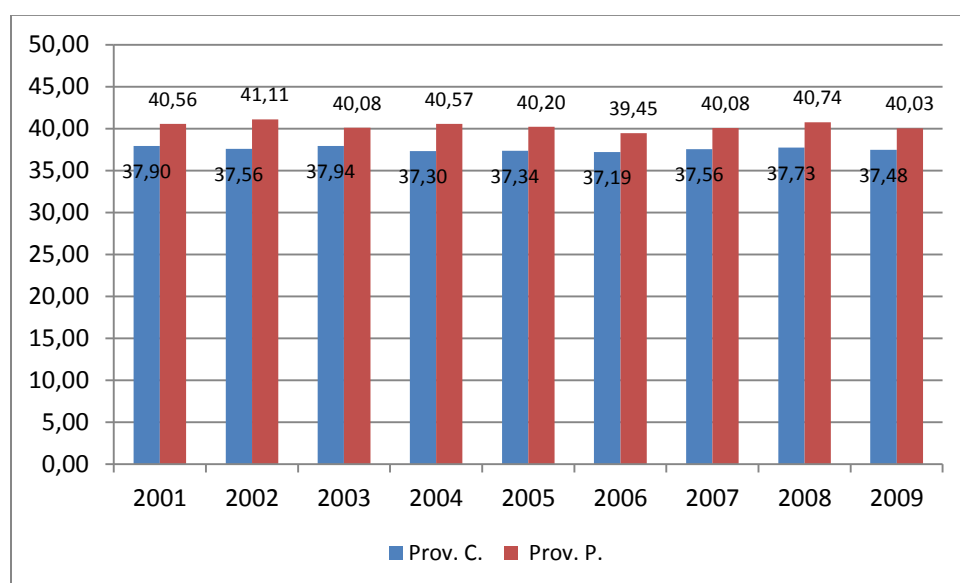


Gráfico 9 - Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal para provedoras complementares e principais , SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Os dados aqui analisados em relação às horas trabalhadas por semana no trabalho principal de mulheres provedoras evidenciam que as provedoras principais trabalham mais horas, em média, do que as complementares. Padrão este que se manteve durante os anos analisados. Em 2001, as provedoras principais trabalhavam em média 40,56 horas por semana, enquanto as complementares, 37,90 horas. A tendência em 2009 continua, com as provedoras principais trabalhando em média 40,03 horas e as complementares 37,48 (Gráfico 9).

Nesse sentido, Lavinias (2010) argumenta que o número médio de horas trabalhadas pelas mulheres vem aumentando principalmente entre aquelas de maior nível educacional, apesar de as trabalhadoras de menor instrução ainda possuírem as jornadas mais longas. Contudo, a autora conclui que as diferenças entre as mulheres de classes sociais distintas têm diminuído nesse sentido, tornando a jornada de trabalho das mulheres em geral mais homogênea. O fato de as provedoras principais trabalharem mais horas pode tanto ser fruto de tentativas de auferir maiores rendimentos para uma melhor administração do orçamento doméstico como também da falta de ofertas de oportunidades de trabalho com menores jornadas.

Por outro lado, como bem lembra Hirata (2001), jornadas parciais de trabalho estão estreitamente associadas a trabalhos instáveis, informais e mal remunerados. Por isso, quando se fala da diminuição da jornada de trabalho das mulheres, é preciso levar em conta a criação de políticas públicas que procurem amenizar essas desigualdades e que incluam os homens. Nas palavras de Hirata (2001), as configurações dos mercados de trabalho se dão da seguinte maneira:

Os efeitos da globalização afetaram diferentemente homens e mulheres. Enquanto o emprego masculino regrediu e estagnou, o das mulheres aumentou. Contudo, esse aumento foi mais intenso nos empregos precários e informais. Trata-se de um dos paradoxos da globalização, este aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes. As mulheres podem ser “cobaias” de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis (HIRATA, 2001, p. 144).

Resta saber se essas horas a mais de trabalho remunerado das mulheres provedoras principais são o que as levam a serem as principais ou se os rendimentos delas são maiores.

Quanto aos homens, as diferenças entre os provedores complementares e principais também se mantêm quando se examina a média de horas trabalhadas por semana, porém, em menor medida. Além de apresentarem menor proporção dos homens que participam do mercado de trabalho em relação aos provedores principais, os complementares que trabalham despendem em média menos horas por semana nessa atividade. Contudo, a diferença é pequena, de aproximadamente uma hora.

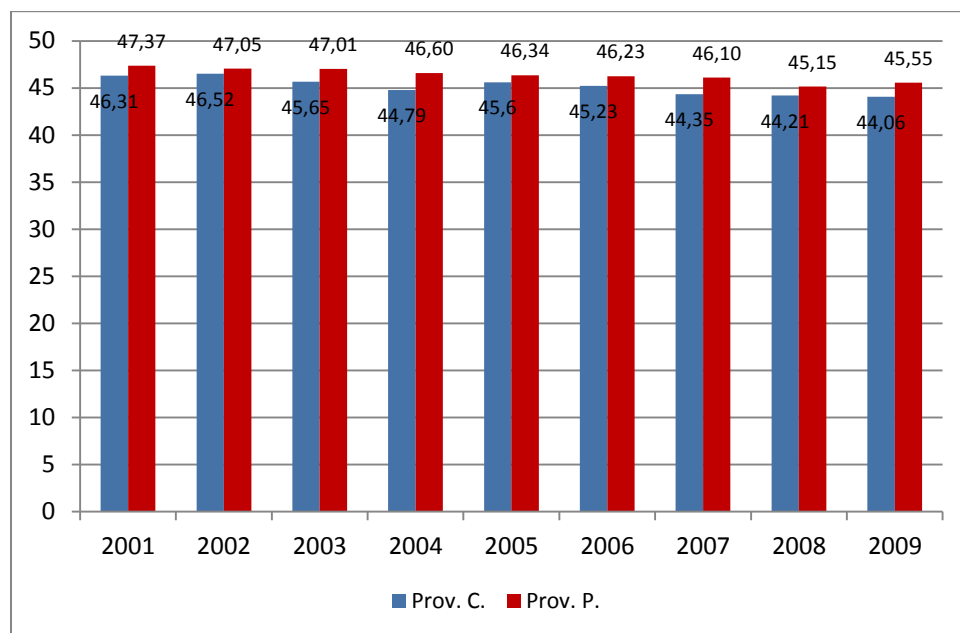


Gráfico 10 - Horas trabalhadas por semana no trabalho principal para homens provedores principais e complementares, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Enquanto os provedores principais apresentam ligeira queda de horas trabalhadas, a média de horas trabalhadas pelos provedores complementares teve um comportamento mais irregular (Gráfico 10). Em 2001, os provedores principais trabalhavam em média 47,37 horas por semana e os complementares, 46,31. Em 2009, os dois conjuntos de homens diminuíram a média de horas trabalhadas, passando para 45,55 horas no caso dos homens que são os provedores principais e 44,06 para aqueles são complementares.

Os dois gráficos apresentados anteriormente mostram que há uma considerável diferença entre as horas trabalhadas entre homens e mulheres provedores. Ambos os grupos apresentam declínio do número médio de horas, porém, percebe-se que os homens - sejam provedores complementares ou principais - trabalharam mais horas semanais no trabalho remunerado do que as mulheres provedoras, em 2009. A maior diferença nas horas médias trabalhadas, 8,07, está entre os homens provedores principais e as mulheres provedoras complementares e a menor, 4,03 horas, entre mulheres provedoras principais e homens provedores complementares. Mesmo entre homens e mulheres provedores principais, a

diferença entre as horas médias trabalhadas também é significativa, 5,52 horas, como também é entre os provedores complementares, 6,58 horas.

Por outro lado, também é necessário certo cuidado ao analisar as flutuações nas horas trabalhadas ao longo dos anos. A menor carga horária para as mulheres pode estimular o trabalho feminino - por proporcionar mais tempo para outras atividades, como as domésticas - porém, no caso das provedoras principais, pode fazer com que a elas percam a posição de principal, já que menos horas trabalhadas pode resultar em menores rendimentos. Portanto, resta saber se essas diferenças nas horas trabalhadas são refletidas nos rendimentos e nas horas dedicadas aos afazeres domésticos.

Os dados da Tabela 13 a seguir mostram os rendimentos médios, medianos e as modas de provedoras complementares e principais. Durante os anos analisados, nota-se pequena flutuação nos dados, com perdas e ganhos de rendimentos que podem ser decorrentes das crises econômicas mundiais que afetaram a década¹⁵.

Tabela 13 - Rendimento médio mensal de todas as fontes de mulheres unidas provedoras complementares e principais, SP – 2001 a 2009

	Média		Mediana		Moda	
	Provedoras C.	Provedoras P.	Provedoras C.	Provedoras P.	Provedoras C.	Provedoras P.
2001	1022,07	1679,23	558,04	864,62	310,02	310,02
2002	939,54	1598,69	532,75	940,14	313,38	313,38
2003	871,31	1458,38	523,07	811,43	321,89	402,36
2004	798,26	1350,86	506,91	773,03	329,49	329,49
2005	841,51	1647,22	481,81	963,62	361,36	361,36
2006	897,14	1752,08	509,79	996,13	410,17	410,17
2007	898,69	1688,68	558,85	1095,34	424,72	424,72
2008	900,35	1721,99	573,69	1043,08	432,88	432,88
2009	901,48	1649,71	600,00	1056,00	465,00	465,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

*Dados foram ajustados com o INPC acumulado de 2009.

¹⁵ Contudo, essas flutuações acompanham as tabelas publicadas pelo IPEADATA, com os dados das PNADs, para o mesmo período.

Em todos os anos, observa-se que as mulheres provedoras principais possuem rendimentos médios e medianos maiores do que as complementares. Este dado reflete não só o fato de as provedoras principais trabalharem mais horas, por isso acumularem maior rendimento, mas também porque os domicílios das provedoras complementares podem contar com rendimentos dos maridos/companheiros, que é maior do que os das mulheres que contribuem para a maior parte ou a totalidade do orçamento familiar. Em 2001, as mulheres provedoras complementares ganhavam em média R\$ 1.022,07 e mediana de R\$ 558,04; já as provedoras principais possuíam um rendimento médio mais alto, de R\$ 1.679,23 e mediana de R\$ 864,62. Já as modas dos rendimentos, por serem fixadas nos salários mínimos, mostram claramente que houve um poder de ganho e de compra relativamente considerável no período, passando de R\$ 310,02 em 2001, para R\$ 465,00 em 2009, para os dois grupos de provimento. (Tabela 13).

No trabalho que realizaram com os dados para o Brasil sobre provedoras principais e complementares, Marri e Wajnman (2007) mostraram que havia uma maior concentração de mulheres provedoras principais no primeiro decil de renda e ia diminuindo conforme se avançava nos decis. Utilizando uma regressão logística, as autoras concluem que ser mais velha, mais escolarizada e estar em ocupações de melhor qualidade aumentavam as chances de uma mulher ser a provedora principal. Ao mesmo tempo, as mulheres que estavam nos decis mais baixos também tinham chances consideráveis de serem as provedoras principais. Contudo, a concentração delas nos grupos mais pobres se dava, principalmente, quando a mulher era a única provedora. Ou seja, de um lado, uma melhor situação socioeconômica pode levar uma mulher a ser a provedora principal, e, de outro, ser a provedora principal nos contextos de pobreza pode ser resultado não dos maiores ganhos das mulheres, mas, sim, da ausência de rendimentos dos homens, em função de desemprego ou doença.

Conforme analisado através das Tabelas 7 e 8, a inserção no mercado de trabalho, na condição de ocupados, é o fator chave que permite tornar homens e mulheres provedores dos seus domicílios. Seria principalmente a partir dos rendimentos dos trabalhos que esses indivíduos assumiriam parcial ou totalmente o provimento doméstico. Contudo, apesar de julgar que os rendimentos de todas as fontes são indicadores importantes para vislumbrar o

quanto homens e mulheres conseguem dispor mensalmente, entende-se que a análise dos rendimentos do trabalho principal também daria indicativos para se tentar entender sua importância no total dos rendimentos recebidos pelos provedores.

Tabela 14 - Rendimentos médios mensais de todas as fontes e do trabalho principal e a razão entre ambos de mulheres unidas provedoras complementares e principais, SP – 2001 a 2009

	Rend. Trabalho Princ. (A)		Rend. Todas as Fontes (B)		(A) / (B)	
	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.
2001	929,33	1480,84	1022,07	1679,23	0,91	0,88
2002	873,42	1443,73	939,54	1598,69	0,93	0,90
2003	802,24	1341,44	871,31	1458,38	0,92	0,92
2004	703,00	1277,34	798,26	1350,86	0,88	0,95
2005	722,99	1470,21	841,51	1647,22	0,86	0,89
2006	822,35	1575,62	897,14	1752,08	0,92	0,90
2007	753,14	1535,61	898,69	1688,68	0,84	0,91
2008	865,02	1580,55	900,35	1721,99	0,96	0,92
2009	867,01	1554,37	901,48	1649,71	0,96	0,94

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

*Dados foram ajustados com o INPC acumulado de 2009.

Quando se analisa os dados da tabela 14, é possível perceber que os rendimentos do trabalho principal constituem a maior parte da parcela dos rendimentos totais das provedoras. Apesar das oscilações, nota-se que o percentual dos rendimentos do trabalho principal sempre constituiu mais de 84% do total de rendimentos, tanto de mulheres provedoras complementares quanto das principais. Reitera-se novamente que a participação no provimento doméstico e no mercado de trabalho estão profundamente articuladas.

Tabela 15 - Rendimentos médios mensais de todas as fontes e do trabalho principal e a razão entre ambos de homens unidos provedores complementares e principais:, SP – 2001 a 2009

	Rend. Trabalho Princ. (A)		Rend. Todas as Fontes (B)		(A) / (B)	
	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.	Prov. C.	Prov. P.
2001	1230,64	1987,50	1356,77	2090,58	0,91	0,95
2002	1113,77	1860,23	1261,66	1989,56	0,88	0,93
2003	1088,03	1770,89	1178,12	1869,89	0,92	0,95
2004	1044,46	1679,65	1103,99	1798,78	0,95	0,93
2005	1101,25	1779,61	1184,73	1921,94	0,93	0,93
2006	1247,57	1881,02	1326,99	2017,78	0,94	0,93
2007	1120,28	1863,78	1224,54	1970,4	0,91	0,95
2008	1239,57	1902,81	1253,49	1991,22	0,99	0,96
2009	1204,07	1828,16	1255,84	1939,66	0,96	0,94

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

*Dados foram ajustados com o INPC acumulado de 2009.

Quanto aos rendimentos masculinos, a Tabela 15 mostra que as diferenças entre os dois grupos de homens continuam significativas e se mantêm durante todo o período analisado. Em 2001, enquanto os homens provedores principais tinham em média um rendimento de todas as fontes de R\$ 2.090,58, os homens que são provedores complementares ganhavam em média, por mês, R\$ 1.356,77. A diferença de rendimentos diminui ligeiramente em 2009, quando provedores principais e complementares reduzem os salários médios para R\$ 1.939,66 e R\$ 1.255,84. Apesar da perda de ganhos dos dois grupos de homens entre 2001 e 2009, a diferença entre eles ainda se mantém.

A Tabela 15 também apresenta as razões entre os rendimentos de todas as fontes e as do trabalho principal de homens provedores complementares e principais e, tal como aconteceu com as mulheres, o rendimento do trabalho principal constitui grande parte do rendimento total mensal dos homens provedores. Em 2009, 96% dos rendimentos dos provedores complementares e 94% dos provedores principais eram constituídos pela renda do trabalho principal. Nota-se também que apesar de algumas oscilações, não há grandes diferenças entre os provedores quando se trata da razão entre o trabalho principal e o rendimento de todas as fontes.

Tabela 16 - Rendimentos médios mensais de todas as fontes de mulheres e homens unidos, segundo participação no provimento familiar, SP – 2001 a 2009

	Mulheres P. C.	Mulheres P. P.	Homens P. C.	Homens P. P.
2001	1022,07	1679,23	1356,77	2090,58
2002	939,54	1598,69	1261,66	1989,56
2003	871,31	1458,38	1178,12	1869,89
2004	798,26	1350,86	1103,99	1798,78
2005	841,51	1647,22	1184,73	1921,94
2006	897,14	1752,08	1326,99	2017,78
2007	898,69	1688,68	1224,54	1970,40
2008	900,35	1721,99	1253,49	1991,22
2009	901,48	1649,71	1255,84	1939,66

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

*Dados foram ajustados com o INPC acumulado de 2009.

Já a Tabela 16 resume de modo comparativo os dados das Tabelas 14 e 15 e mostra que, para além da análise dos rendimentos de homens e mulheres provedores feita no interior dos grupos específicos, se faz essencial também analisar as possíveis diferenças dos rendimentos entre os sexos. Quando se compara os rendimentos entre homens e mulheres, as diferenças continuam. Os dados da Tabela 16 sugerem que os homens provedores principais são os que possuem os maiores rendimentos em todo o período. Porém, nota-se também uma diminuição da diferença entre os rendimentos dos sexos. Em 2001, as mulheres provedoras principais ganhavam 80,32% dos ganhos dos homens, passando para 85,05% em 2009, acompanhando a tendência assinalada por Lavinas (2006).

Entretanto, nota-se também que, apesar das flutuações ao longo do período, está clara a redução dos rendimentos para ambos os sexos. Porém, para as mulheres, essa diminuição foi menor. Conforme apontado por Baltar e Leone (2008), o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem ocorrido em todas as classes sociais, acarretando um aumento na população economicamente ativa. O maior aumento teria começado com as mulheres casadas e com filhos, primeiro entre aquelas com melhor nível socioeconômico, passando para os outros estratos sociais. Os autores argumentam que é possível estabelecer uma relação entre a queda do rendimento masculino e o aumento da participação feminina, com o incremento do poder de ganho das mulheres e a consequente maior participação feminina nos rendimentos familiares. Nesse sentido, Lavinas (2010) ainda sugere que a visão pessimista, que faz da deterioração geral das condições de emprego a responsável pela

melhora relativa da participação feminina no mercado de trabalho, encobre ganhos consideráveis para as mulheres, principalmente no que diz respeito aos diferenciais de renda entre os sexos.

Para tentar entender melhor até que ponto as diferenças dos rendimentos entre homens e mulheres provedores são fruto das cargas horárias diferentes, julga-se importante conhecer mais a fundo a relação entre os rendimentos e as horas trabalhadas de homens e mulheres provedores.

Tabela 17 - Rendimentos-horas médios do trabalho principal de homens e mulheres unidos, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009

	Mulheres P. C.	Homens P. P.	Mulheres P. P.	Homens P. C.
2001	6,93	10,49	9,13	8,26
2002	6,49	9,88	8,78	7,60
2003	5,94	9,42	8,37	7,60
2004	5,75	9,01	7,87	6,95
2005	5,82	9,60	9,14	7,06
2006	6,41	10,17	9,98	8,00
2007	6,12	10,11	9,58	7,44
2008	6,19	10,54	9,70	7,58
2009	6,37	10,03	9,71	7,82

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

A Tabela 17 traz os dados sobre os rendimentos-horas médios baseados nas horas semanais de trabalho e nos rendimentos do trabalho principal de homens e mulheres provedores. A primeira grande conclusão que os dados mostram é que as diferenças entre os rendimentos dos dois grupos vão muito além da menor carga horária das mulheres.

Apesar da perda dos ganhos durante o período, os dados mostram claramente que as mulheres provedoras recebem, em média, menos pelas horas trabalhadas do que os homens. Contudo, a diferença entre homens e mulheres provedores principais é menor do que a dos complementares. Enquanto homens provedores complementares ganham em média R\$ 7,82 por hora trabalhada, a mulher unida na mesma condição no provimento recebia R\$ 6,37, em 2009. A situação entre provedores principais se mantém, entretanto, a diferença entre homens e mulheres é bem pequena, com eles ganhando R\$10,03 e elas R\$ 9,71 (Tabela 17).

Apesar disso, os dados dão indícios da maneira desigual como homens e mulheres são tratados no mercado de trabalho quanto aos rendimentos, principalmente quando o tipo participação assumem no provimento é diferente. Levando em conta os dados do final do período, enquanto um homem provedor principal ganha em média 10,03 salário/hora, a mulher que é provedora complementar ganha R\$ 3,66 a menos. De outro lado, uma mulher provedora principal ganha R\$ 9,71, enquanto um homem provedor complementar R\$ 1,89 a menos. Ou seja, por mais que as provedoras principais tenham rendimentos maiores do que os homens provedores complementares, quando inverte-se a comparação - homens provedores principais e mulheres provedoras complementares - a diferença dos rendimentos de homens e mulheres é maior.

Contudo, esses dados sugerem também que mulheres provedoras principais estão em trabalhos melhor remunerados que, aliados ao maior número de horas trabalhadas, fazem com que elas assumam parte principal do provimento doméstico, quando comparadas com as complementares. A diferença entre os salários-horas de mulheres provedoras principais e complementares (R\$ 3,34 em 2009) aumentou no período, enquanto que a dos homens permaneceu relativamente estável. Porém, a diferença dos salários-horas entre as mulheres provedoras é maior do que entre os homens. Tais dados corroboram os achados de Lavinias (2010) quando analisa as regiões metropolitanas brasileiras. A autora conclui que:

Resumidamente, podemos afirmar que os diferenciais salariais de gênero nas áreas metropolitanas diminuíram ao longo das duas últimas décadas após o advento da estabilização econômica, graças ao reequilíbrio positivo dos rendimentos femininos que vêm aumentando numa progressão mais rápida que os masculinos (LAVINAS, 2010, p. 29).

Tabela 18 - Razões de renda entre mulheres e homens provedores unidos, SP 2001 a 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rend. Fem. < Rend. Masc.	87,7	86,9	86,8	86,3	85,1	75,8	75,6	75,6	74,6
Rend. Fem. >= Rend. Masc.	12,33	13,14	13,21	13,70	14,95	24,19	24,35	24,38	25,39
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já quando se faz a relação entre os rendimentos de mulheres e homens unidos que são provedores, nota-se uma ligeira mudança de padrão, com o aumento das mulheres que possuem rendimentos maiores do que dos homens no decorrer do período. A Tabela 18 apresenta as razões entre os rendimentos de mulheres e homens provedores e mostra que 87% das mulheres provedoras ganhavam menos do que os homens também provedores, em 2001, e somente 12,33% ganhavam mais ou o mesmo do que os maridos/companheiros. Contudo, o período foi marcado por uma constante mudança nessas proporções, ainda que o padrão se mantenha. Chega-se a 2009, com 74,6% das provedoras ganhando menos do que os provedores e 25,29% ganhando o mesmo ou mais. Apesar de o número ser ainda pequeno, mostra-se uma pequena mudança na composição dos rendimentos familiares.

Porém, apesar da diminuição da diferença de rendimentos entre os sexos, Marri e Wajnman (2007) - ao apresentarem análise de um modelo de regressão de Mínimos Quadrados - concluem que se dependesse somente das categorias demográficas escolhidas para o modelo da equação salarial (escolaridade, idade, condição de ocupação, cor e renda), o log dos salários dos maridos provedores seria inferior ao das esposas provedoras em aproximadamente 17%, devido à maior escolaridade das mulheres. Entretanto, as características não observáveis, como discriminação no mercado de trabalho a favor dos homens, por exemplo, reduzem em 13% os rendimentos das mulheres provedoras em relação aos homens provedores. Por outro lado, as horas a mais trabalhadas pelos homens balanceariam a maior escolaridade das mulheres em relação aos rendimentos. Portanto, ainda há fatores não mensuráveis que impedem que homens e mulheres possuam as mesmas condições de inserção no mercado de trabalho.

Utilizando dados dos registros civis e das PNADs - de 1992 a 2004 - para a execução de um modelo agregado que visava analisar como algumas variáveis econômicas afetam a incidência de divórcio, Canêdo-Pinheiro, Lima e Moura (2008) concluem que o aumento da renda feminina teria um efeito estabilizador no casamento. Contudo, a diminuição da diferença entre os rendimentos das mulheres e dos homens teria efeito desestabilizador. Ou seja, segundo os autores, a maior independência financeira feminina não seria uma das possíveis grandes causas de divórcio, mas sim a diminuição do *gap* entre as rendas de

homens e mulheres. Mesmo o divórcio não sendo o foco principal desta tese, o trabalho de Canêdo-Pinheiro, Lima e Moura (2008) ajuda a mostrar que a maneira como homens e mulheres dividem ou não o provimento familiar vai além das definições de ordem prática da vida cotidiana das famílias.

Em suma, os dados sobre mercado de trabalho analisados até aqui mostram que as condições de ocupações de homens e mulheres unidos se configuram de diferentes maneiras. Entre os homens ocupados, os provedores principais estão em maior proporção e, no caso das mulheres, são as provedoras complementares. Por outro lado, homens e mulheres provedores estão grandemente inseridos no comércio de bens e serviços, entretanto, há considerável parcela dos homens que trabalha na indústria e grande proporção das mulheres nos trabalhos domésticos. A formalidade do trabalho é maior entre os homens provedores principais, porém, a proporção de mulheres provedoras que possuem emprego com carteira assinada é considerável e vem aumentando.

Os homens provedores trabalham em média mais horas semanais do que as mulheres provedoras, porém, de acordo com o tipo de participação no provimento doméstico, homens e mulheres provedores principais trabalham mais horas do que os complementares. Essa diferença entre as horas trabalhadas é refletida nos rendimentos, já que as mulheres provedoras principais possuem rendimentos de todas as fontes maiores do que de homens e mulheres provedores complementares, mas menor do que dos homens provedores principais. Essas diferenças se devem ao fato das mulheres provedoras, além de trabalharem menos horas do que os homens provedores, também possuem rendimento-hora menor, principalmente as provedoras complementares.

Segundo Leone e Baltar (2010), o crescimento da oferta de emprego, principalmente nos últimos anos, a maior formalização dos contratos e o aumento do salário mínimo tiveram consideráveis impactos na absorção das pessoas pelo mercado de trabalho, como também na composição das ocupações e nos rendimentos. Todos esses fatores teriam contribuído para o crescimento da economia, resultando no aumento dos rendimentos do trabalho. Os efeitos da retomada do crescimento econômico - principalmente a partir de 2004 - na absorção da PEA pelo mercado de trabalho deve levar em consideração que ela

está crescendo em ritmo intenso, mas está mudando sua composição, se tornando mais feminina, menos jovem e, conseqüentemente, mais adulta e idosa. Contudo, resta ainda saber como se dá a contra partida na esfera reprodutiva da participação de homens e mulheres no provimento doméstico.

3.3. Homens e mulheres unidos nos afazeres domésticos segundo participação no provimento familiar

Um fator bastante delicado no caso de mulheres que trabalham é a articulação entre o trabalho remunerado e o doméstico. A literatura acadêmica já discutiu muito o tema, mas uma conclusão parece ser consenso: o fato de as mulheres cada vez mais estarem no mercado de trabalho não lhes garante divisão mais equitativa dos afazeres domésticos com os homens. Elas ainda são as principais responsáveis por esse tipo de trabalho, e não seria diferente com os grupos de mulheres envolvidos nesta análise.

Tabela 19 - Realização ou não de afazeres domésticos para mulheres unidas, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009

	2001			2002			2003			2004			2005		
	N. P.	P. C.	P. P.	N. P.	P. C.	P. P.	N. P.	P. C.	P. P.	N. P.	P. C.	P. P.	N. P.	P. C.	P. P.
Sim	98,49	96,62	95,30	98,61	97,05	96,00	98,63	96,50	94,63	98,20	96,17	95,35	98,62	97,66	94,76
Não	1,51	3,38	4,70	1,37	2,95	4,00	1,35	3,50	5,37	1,80	3,83	4,65	1,38	2,34	5,24
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

	2006			2007			2008			2009		
	N. P.	P. C.	P. P.	N. P.	P. C.	P. P.	N. P.	P. C.	P. P.	N. P.	P. C.	P. P.
Sim	98,60	97,49	96,84	96,24	95,62	95,11	95,54	93,26	93,05	97,42	95,84	95,18
Não	1,40	2,51	3,16	3,76	4,38	4,89	4,46	6,74	6,95	2,58	4,16	4,82
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Os dados da Tabela 19 mostram esse fato claramente. A proporção de mulheres unidas que realizavam afazeres domésticos permaneceu relativamente constante no período, sempre ultrapassando os 94%. As diferenças entre provedoras e não provedoras são pequenas, porém, a proporção de não provedoras que realiza afazeres domésticos é maior do que a de provedoras.

Tabela 20 - Realização ou não de afazeres domésticos para homens unidos, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009

	2001			2002			2003			2004			2005		
	N. P. P.	P. C.	P. P.	N. P. P.	P. C.	P. P.	N. P. P.	P. C.	P. P.	N. P. P.	P. C.	P. P.	N. P. P.	P. C.	P. P.
Sim	65,50	58,47	49,91	65,51	60,63	51,04	63,76	58,24	49,28	63,78	57,81	50,86	66,36	64,57	57,38
Não	34,90	41,53	50,09	36,49	39,37	48,96	36,24	41,76	50,72	36,22	42,19	49,14	33,645	35,43	42,62
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

	2006			2007			2008			2009		
	N. P. P.	P. C.	P. P.	N. P. P.	P. C.	P. P.	N. P. P.	P. C.	P. P.	N. P. P.	P. C.	P. P.
Sim	66,60	64,56	56,59	68,12	65,08	56,90	61,67	55,84	47,87	70,12	64,74	56,61
Não	33,40	35,44	43,41	31,88	34,92	43,10	38,33	44,15	52,13	29,88	35,26	43,39
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já em relação à realização de afazeres domésticos pelos homens, os dados confirmam a literatura, principalmente quando se compara a Tabela 19, apresentada anteriormente, com a Tabela 20. Porém, há diferenças bastante significativas entre os homens analisados segundo o tipo de participação no provimento doméstico. Em 2009, 70,12% dos não provedores declaravam realizar afazeres domésticos, caindo esta proporção para 64,74% entre provedores complementares e 56,61% entre os principais. Essa considerável diferença pode ser decorrente do fato de que os homens não provedores e provedores complementares estejam em menor proporção no mercado de trabalho, o que pode fazer com que eles possuam mais tempo para despender em outras atividades, como as tarefas domésticas.

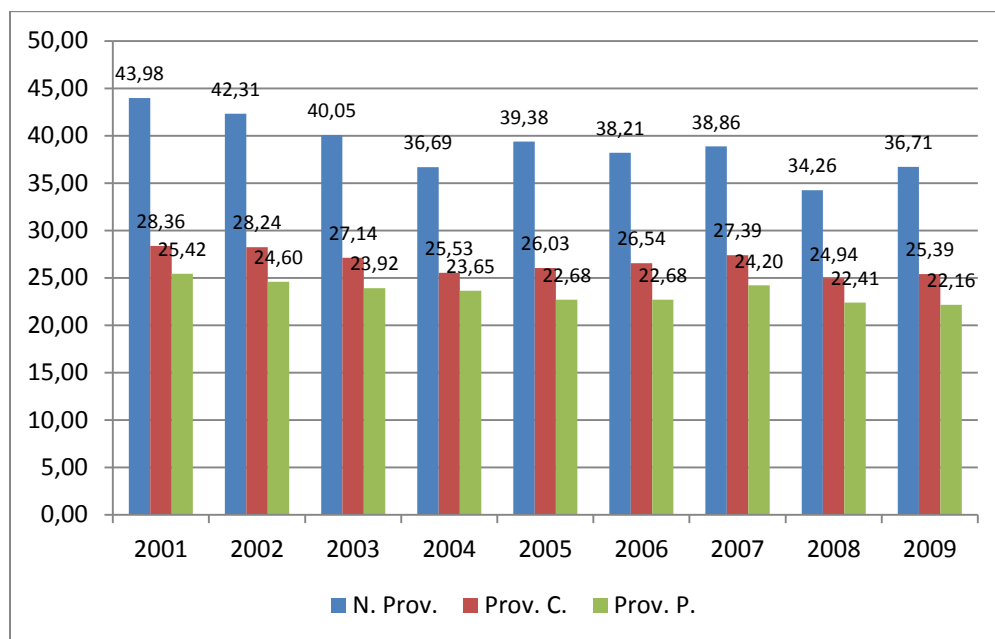


Gráfico 11 - Média semanal de horas dedicadas aos afazeres domésticos de mulheres unidas não provedoras, provedoras complementares e principais- SP, 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já as horas dedicadas ao trabalho doméstico apresentadas no Gráfico 11 mostram que as mulheres não provedoras gastam muito mais horas nos afazeres domésticos do que as provedoras. Em 2001, as mulheres não provedoras gastavam em média 43,98 horas nos afazeres domésticos, enquanto as provedoras complementares, 28,36 horas e, as principais, 25,42 horas.

Esse padrão se manteve constante durante todo o período, com algumas oscilações, chegando, em 2009, a 36,71 horas para as não provedoras, 25,39 para provedoras complementares e 22,16 para principais. Ou seja, os dados mostram que durante os anos considerados, houve uma diminuição de 7,27 horas na realização de trabalho doméstico entre as não provedoras, e em torno de 3 horas no caso das provedoras complementares e principais (Gráfico 3). A considerável diferença entre as horas dedicadas aos afazeres domésticos entre as mulheres não provedoras e as dos outros dois grupos é bastante marcante, já que o tempo que as não provedoras despendem nos afazeres domésticos equivale àquele que as mulheres provedoras gastam no trabalho remunerado. Tal diferença

pode ser explicada pela inexpressiva presença das mulheres não provedoras no mercado de trabalho, podendo, assim, permanecer mais tempo nos afazeres domésticos.

Entretanto, quando se compara o grupo de mulheres provedoras, nota-se que o fato de as provedoras principais despenderem menos tempo no trabalho doméstico do que as provedoras complementares é compensado pelo número médio maior de horas que elas têm no trabalho remunerado. A jornada de trabalho tanto de mulheres provedoras complementares quanto principais é bastante pesada, principalmente quando se soma os trabalhos remunerados e domésticos. Entretanto, por ter uma maior média de horas trabalhadas por semana, as mulheres provedoras principais apareceram com uma sobrecarga de trabalho maior do que as complementares.

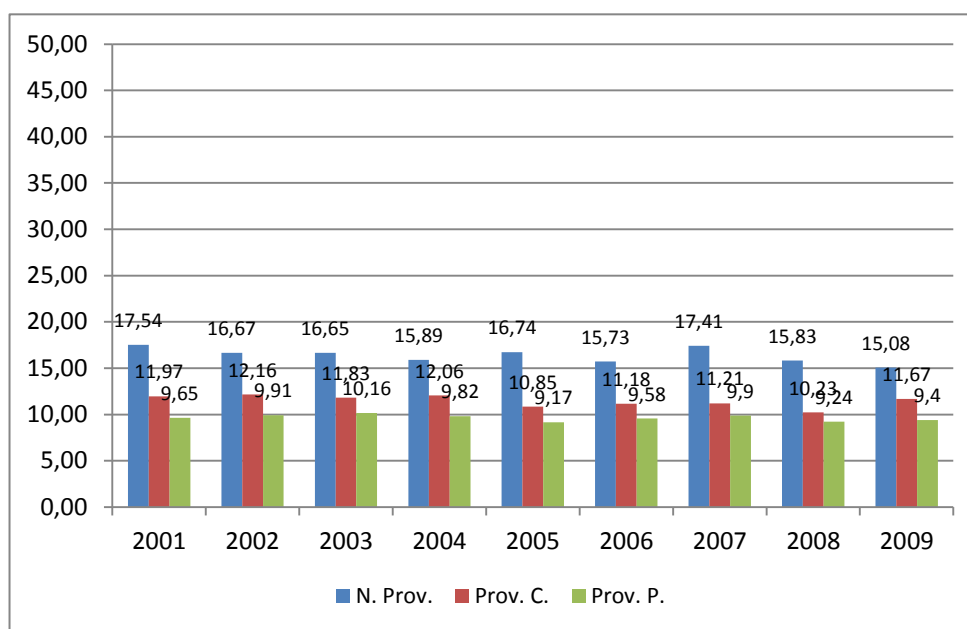


Gráfico 12 - Média semanal de horas nos afazeres domésticos de homens não provedores, provedores complementares e principais, SP - 2001 a 2009

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já os dados do Gráfico 12 apresentam as horas médias semanais dedicadas aos afazeres domésticos de homens unidos. Homens que não são provedores gastam mais tempo nos afazeres domésticos do que aqueles que são os provedores complementares e principais. Enquanto a média de horas gastas nos trabalhos domésticos entre esses dois últimos grupos

se aproxima, há uma diferença significativa quando se compara com os homens que não são provedores. Em 2009, os homens provedores principais gastavam em média 9,4 horas por semana nos afazeres domésticos, enquanto os provedores complementares, 11,67 e, os não provedores, 15,08 horas.

Entretanto, é importante analisar também o tipo de atividade desempenhada por homens e mulheres no âmbito doméstico. Segundo o IPEA (2010), a participação dos homens nos afazeres domésticos se concentra mais nas chamadas *atividades interativas*, como o transporte dos filhos para a escola, pequenos consertos domésticos e compras de alimentos. Não se pode considerar essas atividades sem importância no dia a dia familiar, contudo, o trabalho doméstico de maior extensão - como cozinhar, lavar e roupas e a limpeza da casa - ainda é feito pelas mulheres. Segundo dados do suplemento da PNAD de 2008, cerca de 50% das pessoas de 14 ou mais de idade costumavam realizar faxinas nos próprios domicílios sozinhas ou com a ajuda de outras pessoas. Entretanto, enquanto 72,1% das mulheres realizavam tal atividade, esse número caía para 25,4%, no caso dos homens, de acordo com Guimarães (2012). O autor conclui que:

Diante deste contexto, as mulheres tendem a “ajustar” sua inserção no mercado de trabalho e a concentrar-se em ocupações precárias e informais, porque estas usualmente não envolvem horários e locais de trabalho fixos, facilitando assim certas estratégias de fazer frente às responsabilidades familiares que, no entanto, envolvem elevados custos para as mulheres trabalhadoras e suas famílias. Assim, as mulheres estão particularmente sobre representadas em trabalhos menos produtivos e precários, com pouco acesso a uma remuneração adequada e justa, à proteção social e a direitos fundamentais no trabalho, ou seja, possuem menores chances de ascender a um trabalho decente (...) (GUIMARÃES, 2012, p. 116).

Parece não restar dúvidas de que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não é acompanhado por um aumento masculino nas responsabilidades domésticas nas mesmas proporções.

Tabela 21 - Média de horas semanais nos afazeres domésticos de mulheres e homens unidos, segundo participação no provimento doméstico, SP – 2001 a 2009

	Mulheres N. P.	Mulheres P. C.			Mulheres P. P.			Homens N. P.	Homens P. C.			Homens P. P.		
	Afaz. Dom.	Trab. Rem.	Afaz. Dom.	Total	Trab. Rem.	Afaz. Dom.	Total	Afaz. Dom.	Trab. Rem.	Afaz. Dom.	Total	Trab. Rem.	Afaz. Dom.	Total
2001	43,98	37,90	28,36	66,26	40,56	25,42	65,98	17,54	46,31	11,97	58,28	47,37	9,65	57,02
2002	42,31	37,56	28,24	65,81	41,11	24,60	65,71	16,67	46,52	12,16	58,68	47,05	9,91	56,96
2003	40,05	37,94	27,14	65,07	40,08	23,92	64,00	16,65	45,65	11,83	57,48	47,01	10,16	57,17
2004	36,69	37,30	25,53	62,83	40,57	23,65	64,22	15,89	44,79	12,06	56,85	46,60	9,82	56,42
2005	39,38	37,34	26,03	63,37	40,20	22,68	62,88	16,74	45,60	10,85	56,45	46,34	9,17	55,51
2006	38,21	37,19	26,54	63,73	39,45	22,68	62,13	15,73	45,23	11,18	56,41	46,23	9,58	55,81
2007	38,86	37,56	27,39	64,95	40,08	24,20	64,28	17,41	44,35	11,21	55,56	46,10	9,90	56,00
2008	34,26	37,73	24,94	62,67	40,74	22,41	63,15	15,83	44,21	10,23	54,44	45,15	9,24	54,39
2009	36,71	37,48	25,39	62,86	40,03	22,16	62,19	15,08	44,06	11,67	55,73	45,55	9,40	54,95

Fonte: IBGE, PNADs 2001 a 2009.

Já a Tabela 21 resume os dados das horas trabalhadas no emprego remunerado e nos afazeres domésticos discutidos anteriormente, mostrando que as médias de horas que mulheres e homens unidos, segundo a participação no provimento familiar, despendem semanalmente com afazeres domésticos e o trabalho remunerado possuem diferenças muito significativas.

Conforme já apontando anteriormente, as mulheres que não são provedoras gastam mais tempo nos afazeres domésticos entre os grupos de provimento analisados. Entretanto, mesmo os homens não provedores seguindo o mesmo padrão, ainda despendem menos da metade das horas das mulheres nos afazeres domésticos. Para 2001, enquanto as mulheres não provedoras realizavam, em média, 43,98 horas de afazeres domésticos semanalmente, os homens que não são provedores principais, 17,54, ou seja, 26,44 horas a menos. Apesar de alguma flutuação durante o período, chega-se a 2009 com homens e mulheres despendendo menos horas no trabalho reprodutivo, porém, apesar da diferença entre as horas gastas baixar para 21,63, ainda continua bastante significativa. É importante destacar também que entre os três grupos de provimento analisados, a maior diferença entre as horas que homens e mulheres gastam nos trabalhos domésticos está entre os não provedores.

Contudo, ainda há outro lado que precisa ser analisado com muito cuidado. Na articulação produção/reprodução, homens e mulheres unidos estão inseridos de diferentes maneiras, dependendo de sua participação no provimento doméstico. Parece haver uma

relação entre participação no provimento doméstico e realização dos afazeres domésticos tanto entre homens quanto entre mulheres, apesar das diferenças de intensidade. Deste modo, os homens que não são provedores gastam menos horas nos afazeres domésticos do que as mulheres unidas provedoras ou não, por exemplo, porém, despendem muito mais tempo nesses afazeres do que os homens provedores complementares e principais (Tabela 21). Nesse contexto, é preciso analisar como as relações de gênero se manifestam nessa articulação entre trabalho doméstico e remunerado.

Quando se consideram apenas os homens, os provedores complementares ocupam a posição intermediária nas horas gastas nos afazeres domésticos, porém, continuam despendendo menos horas nos trabalhos reprodutivos do que as mulheres na mesma posição. Em 2001, enquanto essas mulheres gastavam, em média, 28,36 horas semanais, os homens gastavam 11,97, uma diferença de 16,39 horas. Os dados variam pouco durante o período, mas nota-se que em 2009 há uma redução maior entre as provedoras complementares nas horas dos afazeres domésticos do que entre os homens, fazendo com que a diferença entre eles diminua para 13,72 horas.

Em relação aos provedores principais, para 2001, os dados apontam que os homens provedores principais gastavam semanalmente, em média, 9,65 horas nos afazeres domésticos, enquanto as mulheres provedoras principais 25,42 horas, ou seja, elas realizam mais do que o dobro de horas dos homens nos trabalhos domésticos. Já para 2009, enquanto as mulheres provedoras principais trabalhavam, em média, 22,16 horas, os homens provedores principais, 9,40. Ou seja, os dados apontam que, entre aqueles que são os principais provedores financeiros, as mulheres trabalham, em média, 12,79 horas a mais nos afazeres domésticos do que os homens. Isto é, a diferença é menor entre homens e mulheres provedores principais do que entre os complementares.

O fato de as mulheres serem as provedoras principais dos seus domicílios não lhes garante uma divisão do trabalho domiciliar com os maridos/companheiros mais equitativa. Elas, além de assumirem a única ou a maior parcela do orçamento familiar, ainda têm que arcar com a maior parte dos afazeres domésticos, uma atividade ainda subestimada enquanto trabalho. Ou seja, estar ou não inserida no mercado de trabalho, trabalhar mais horas nele,

possuir os maiores rendimentos e maior escolaridade faz com que as provedoras principais façam menos serviços domésticos - quando comparada com outras mulheres -, porém quando a comparação é com os homens, as mulheres estão em desvantagem, apontando as desigualdades das relações de gênero.

E o mesmo pode ser observado quando se analisa as horas de afazeres domésticos de homens que participam do provimento doméstico e mulheres que não participam. Nota-se que as mulheres não provedoras gastavam, em média, 27,31 horas a mais do que os homens principais provedores em 2009. Ou seja, as mulheres não provedoras despendem três vezes mais horas nos afazeres domésticos do que os homens provedores principais. Já quando se compara esses homens com as provedoras complementares, a diferença entre as horas gastas diminui, mas elas ainda gastam, em média, 15,99 horas semanais nos afazeres domésticos a mais do que os homens provedores.

Embora tenha havido diminuição das horas dedicadas aos afazeres domésticos entre os dois sexos, a maior redução se deu entre as mulheres, provavelmente porque como elas têm a maior responsabilidade sobre o trabalho doméstico, qualquer alteração incidirá mais acentuadamente sobre o trabalho delas. A diminuição das horas nos afazeres domésticos pode ser explicada pela transformação que esse tipo de trabalho sofreu nas últimas décadas. A expansão do uso e a modernização não só dos eletrodomésticos, mas também dos produtos de limpeza e de outros produtos importantes no dia a dia, como as fraldas descartáveis, por exemplo, podem ter ajudado a diminuir o tempo que se gasta com o trabalho doméstico, tanto para homens quanto para mulheres.

Já os determinantes de gênero têm forte poder explicativo sobre os diferenciais de horas que homens e mulheres gastam nos afazeres domésticos. Por mais que se controlem outros elementos, como o provimento doméstico, as mulheres em todos os casos analisados possuem uma clara sobrecarga de trabalho doméstico quando comparadas com os homens. Parece não restar dúvidas, portanto, de que a alocação de tempo nos afazeres domésticos não obedece somente a uma lógica ou escolha racional e à disponibilidade de tempo. Outros fatores, principalmente os relativos ao gênero, têm se mostrado historicamente importantes

na alocação do tempo de homens e mulheres tanto no mercado de trabalho quanto nos afazeres domésticos.

Nesse sentido, Lavinas (2006) argumenta que no trabalho doméstico também pode se reproduzir a divisão sexual que existe no trabalho assalariado, ou seja, homens e mulheres realizam trabalhos bastante distintos tanto em termos de valor quanto de interesse: enquanto as mulheres ficam com a parte pesada dos serviços de limpeza, os homens cuidam dos filhos, por exemplo.

Assim, os dados da Tabela 19 mostram que - apesar das diferenças entre horas médias gastas nos afazeres domésticos - não importa o papel que as mulheres desempenham nos rendimentos familiares. Sejam não provedoras, provedoras complementares ou principais, elas atualmente gastam mais tempo nos afazeres domésticos do que os homens na mesma posição. E não somente isso, mas também gastam mais tempo nos trabalhos domésticos do que os homens que estão em situação diferente das delas no provimento familiar. Nesse sentido, como aponta o IPEA (2012), são necessárias mais políticas públicas na tentativa de mudar esse quadro,

Trata-se, portanto, de mudanças de paradigmas, para que as famílias deixem de ser vistas, por um lado, somente como unidades de consumo, mas também como locus de produção de serviços essenciais para a reprodução da sociedade e, por outro, que a distribuição dos diferentes tipos de trabalho entre os membros da família deixe de ser vista como um mero arranjo privado, fruto de negociações entre iguais. A desigualdade de gênero existente no interior das famílias determina processos sociais e econômicos que reproduzem uma desigualdade estruturante em nossa sociedade, subjugando um grupo de pessoas em relação a outro e limitando suas possibilidades de exercício pleno e efetivo da cidadania (IPEA, 2012, p. 12).

A imagem que as mulheres ainda carregam de serem cuidadoras e força de trabalho secundária minariam suas possibilidades de melhor inserção no mercado de trabalho, com empregos melhor remunerados e a possível ascensão a cargos de comando e chefia. Por outro lado, dissemina a ideia de que o trabalho reprodutivo é de responsabilidade das mulheres e não da sociedade como um todo (VASCONCELOS et. al., 2010). Aos homens, quando executam os afazeres domésticos, cabe o papel de auxiliares das mulheres e não de parceiros, limitando o tempo delas para se engajarem em outros tipos de atividades, sejam remuneradas ou não. A participação no provimento que elas assumem influencia nas horas

nos afazeres domésticos, porém, a carga de trabalho feminina continua muito pesada, principalmente quando se analisam os dados da Tabela 19.

O conjunto dos dados dessa tabela indica que a diminuição do número de horas dos homens no trabalho remunerado não representou aumento de horas nos afazeres domésticos. Pelo contrário, também houve diminuição das horas médias gastas no trabalho doméstico, porém, nesse caso, a redução foi maior. Em 2009, enquanto os homens provedores principais trabalhavam semanalmente 54,95 horas e os complementares, 55,73, as provedoras principais trabalhavam 62,19 horas e as complementares, 62,87. Quando se soma as horas totais trabalhadas, nota-se que há pouca diferença entre as mulheres provedoras principais e complementares e homens provedores principais e complementares. Porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que homens e mulheres possam dividir de maneira mais equitativa o tempo que dedicam ao trabalho, seja remunerado ou doméstico.

Analisando os vínculos entre as relações das esferas doméstica e profissional, Hirata e Kergoat (2007) argumentam que a ideia de complementariedade entre os sexos está inserida na tradição funcionalista da complementariedade de papéis. Ou seja, esse termo estaria se referindo a formas de reprodução dos papéis sexuais pré-determinados em que haveria o “modelo tradicional”, no qual o homem é o provedor e a mulher é a responsável pelos afazeres domésticos, e o “modelo de conciliação”, no qual caberia exclusivamente às mulheres “conciliar” vida profissional e familiar, já que para os homens tal conflito não existiria. Entretanto, apesar de largamente difundido, a autora critica o uso o termo “conciliação” para se referir às tentativas das mulheres de organizar suas vidas no que diz respeito às atividades remuneradas e domésticas. Nas palavras de Hirata e Kergoat (2007 p. 604):

Contudo, entre modelo e realidade das práticas sociais pode haver uma grande distância, e em geral incumbe apenas às mulheres operar essa conciliação. Essa abordagem deu margem a várias críticas na França. Hoje, certos pesquisadores propõem substituir “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 604).

Mesmo quando as mulheres podem delegar a outras as atividades domésticas, essas continuam sendo as principais responsáveis pela organização e supervisão dessa delegação, mantendo o círculo de mulheres precisando de outras mulheres para a realização dos afazeres domésticos e os homens permanecendo à margem desse processo. Seria, então, no interior dessa teia de conflitos que se manifestam as tentativas de se organizar as vidas profissionais e domésticas, com homens e mulheres disputando o cabo-de-guerra da vida familiar, com vantagem para eles.

Diferentemente do que acontece com os homens, o tempo que as mulheres podem gastar nos afazeres domésticos é diretamente influenciado pelo tempo gasto no mercado de trabalho, quando elas trabalham. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o trabalho remunerado e o doméstico acabariam se entrelaçando, já que há certa dependência quanto às horas despendidas em cada uma das atividades. Por conta dessa continuidade entre os dois tipos de trabalho, as mulheres organizariam seus dias em termos de grandes jornadas e não somente em termos de duplas jornadas (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Embora no Brasil não haja dados longitudinais, mesmo nos países mais desenvolvidos, o padrão se perpetua. Por exemplo, para a Alemanha, Bittman e Matheson (1996), através de um estudo longitudinal, mostram que os homens aumentam suas horas dedicadas aos afazeres domésticos somente de forma residual em resposta à entrada das mulheres no mercado de trabalho. Por outro lado, os autores observam também que as mulheres são capazes de reduzir em torno de 20% a realização de afazeres domésticos quando trabalham remuneradamente. Esses achados podem ser indicativos importantes de uma maior flexibilização que as mulheres realizam na tentativa de articular as esferas produtiva e reprodutiva.

Segundo Nobre (2004), citando a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, as mulheres unidas gastam mais horas nos afazeres domésticos do que as que não são unidas. Fato aparentemente contraditório, pois a presença de mais um adulto supostamente resultaria em mais uma pessoa pra ajudar nos afazeres domésticos, mas tal fato não reflete em uma maior divisão das tarefas. Ou seja, em face das relações de gênero existentes, tal contradição não se aplica, caso contrário, não haveria tantos casos de

mulheres que param de trabalhar quando se casam. As mulheres unidas acabam tendo uma sobrecarga a mais de trabalho com a presença do marido/companheiro (DEDECCA, 2008).

Nos inúmeros trabalhos que tratam da inserção das mulheres no mundo laboral parece ser consenso que tal inserção poderia ajudar na construção de relações de gênero mais equânimes. Contudo, tal ideia traz uma contrapartida relativamente óbvia: a entrada da mulher no mercado de trabalho instaura novos deveres e constrangimentos para os membros de seus domicílios e é nessa tentativa de articulação entre as esferas produtivas e reprodutivas da vida social que as mulheres ainda se veem inseridas em um jogo em que direitos e deveres, constrangimentos e realizações são negociados diariamente com alguns ganhos, porém, por um preço ainda alto (GUEDES, 2012).

Nas palavras de Dedecca (2012):

Um resumo dos resultados aponta para a reprodução de uma situação de estabilidade da desigualdade, ao longo da década passada, em termos de composição e nível da jornada de trabalho de mulheres e homens e distintos estratos de renda corrente familiar per capita (...). Os resultados não evidenciam alteração do quadro de desigualdade entre homens e mulheres em termos de dedicação de horas na organização das atividades familiares. A melhora de renda não se traduziu em atenuação da dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres (DEDECCA, 2012, p. 127).

Entretanto, ainda é possível concluir que quando se considera trabalho as atividades desempenhadas dentro e fora dos domicílios, as mulheres trabalham mais do que os homens e as que são as provedoras principais, ainda mais. O fato de elas estarem inseridas no mercado de trabalho e possuírem a principal ou única fonte de renda domiciliar não é sinônimo de diminuição do trabalho doméstico. Pelo contrário, o trabalho doméstico ainda é majoritariamente associado às mulheres e desde muito cedo se aprende as rígidas regras da divisão sexual do trabalho doméstico nos domicílios brasileiros.

3.4. Chances de uma mulher unida ser provedora financeira de domicílio

Na tentativa de sintetizar o que já foi discutido nas sessões anteriores, a seguir será apresentada uma análise da participação feminina no provimento doméstico em termos das chances de mulheres serem provedoras segundo algumas características demográficas já utilizadas neste trabalho.

3.5. Metodologia para a análise dos modelos logísticos binários

Com o intuito de tentar entender como algumas das variáveis demográficas selecionadas neste trabalho podem ou não aumentar as chances de uma mulher unida ser provedora principal de domicílio, optou-se pela análise de modelos logísticos binários.

Tal modelo se caracteriza pela existência de uma variável dependente dicotômica, na qual Y assume dois valores: 0 para representar a resposta considerada insatisfatória e 1 para a satisfatória. Considerando o modelo a seguir, o qual utiliza uma variável independente X_1 :

$$Y = e^{\beta_0 + \beta_1 x_1}$$

Quando se obtém o logaritmo neperiano da expressão acima, tem-se o seguinte modelo linear:

$$\ln(Y) = \beta_0 + \beta_1 x_1$$

Para o modelo de regressão logística, Y é dado por:

$$Y = \frac{p}{1 - p}$$

Assim, obtém-se o modelo do tipo:

$$\text{Ln}\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1 x_1$$

Para generalizar um número qualquer de variáveis, o modelo de regressão logística pode ser apresentado da seguinte maneira:

$$\text{Ln}\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \sum \beta_x$$

Sendo:

p = a probabilidade se uma mulher ser provedora ou provedora principal do domicílio;

β_0 = a constante do modelo;

β_x = os parâmetros associados às variáveis explicativas;

x = as covariáveis utilizadas para definir as características das mulheres provedoras ou provedoras principais.

A análise dos dados foi feita utilizando o pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 18. Os resultados dos modelos serão apresentados como razões de chance (*odds ratios*), que medem a associação entre determinada categoria e a variável dependente. Foram considerados os resultados com nível de significância de 5% ($p\text{-value} < 0,05$).

As informações utilizadas nesta parte do trabalho foram retiradas da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para os anos 2001 e 2009, no Estado de São Paulo urbano. Foram realizados quatro modelos, dois (um para 2001 e outro para 2009) somente com mulheres provedoras (**Modelos A**) e outros dois (também para 2001 e 2009) com mulheres provedoras e não provedoras (**Modelos B**).

Para os **Modelos A** foram selecionadas somente mulheres unidas na condição de “pessoa de referência” ou “cônjuge” nos domicílios e que possuíam rendimentos de todas as

fontes válido e maior do que zero. Portanto, para esta parte do trabalho, foram selecionadas apenas as mulheres provedoras. Para a execução dos objetivos propostos, foi criada uma variável dependente que engloba as duas categorias de mulheres provedoras: as provedoras complementares e principais. A escolha das variáveis independentes seguiu os critérios apontados pela literatura como relevantes para traçar o perfil de mulheres que trabalham e que possam ser provedoras de seus domicílios.

Para os **Modelos B** foram selecionadas também somente mulheres unidas “cônjuges” ou “pessoas de referência” nos domicílios que possuíam rendimentos de todas as fontes válido e, nesse caso, maior ou igual a zero; ou seja, aqui foram incluídas as mulheres não provedoras. A variável dependente criada inclui, portanto, as mulheres provedoras e as não provedoras.

A seguir, as tabelas com as variáveis dependentes criadas e as variáveis independentes selecionadas.

Tabela 22 - Variáveis Dependentes

Modelo A: mulheres unidas provedoras do domicílio	0 – Provedoras Complementares
	1 – Provedoras Principais (categoria de referência)
Modelo B: mulheres unidas	0 – Não provedoras 1 – Provedoras (categoria de referência)

Tabela 23 - Variáveis Independentes Seleccionadas

Faixa Etária	20 a 39 (categoria de referência) 40 a 59 60 e mais
Anos de Estudo	Sem instrução até 3 anos (categoria de referência) 4 a 7 anos 8 a 12 12 e mais
Condição no Domicílio	Cônjuge (categoria de referência) Pessoa de referência
Condição de atividade (somente para o modelo A)	Ocupada (categoria de referência) Desempregada
Horas nos afazeres domésticos	Até 20 (categoria de referência) Mais de 20
Horas trabalhadas por semana no trabalho principal (somente para o modelo A)	Até 15 (categoria de referência) 16 a 30 31 a 39 40 e mais
Rendimento de todas as fontes (somente para o modelo A)	Até 1 SM (categoria de referência) Mais de 1 até 3 SM* Mais de 3 até 5 SM Mais de 5 SM

* Salário Mínimo

Resultados

Modelos A:

Tabela 24 - Modelo logístico para a análise da participação (provedoras principais e complementares) no provimento doméstico feminino, SP – 2001 e 2009

	2001		2009	
	Sig.	Razões de chance	Sig.	Razões de chance
Faixa Etária				
20 a 39	,000	1,000	,000	1,000
40 a 59	,001	1,069	,001	1,209
60 e mais	,002	1,613	,003	1,851
Anos de Estudo				
Sem instrução até 3 anos	,000	1,000	,000	1,000
4 a 7 anos	,000	0,620	,000	0,792
8 a 12	,000	0,428	,000	0,621
12 e mais	,000	1,397	,000	1,602
Condição no domicílio				
Cônjuge	,000	1,000	,000	1,000
Pessoa de referência	,000	1,692	,000	1,445
Condição de ocupação				
Ocupada	,000	1,000	,000	1,000
Desempregada	,003	0,532	,000	0,656
Horas trabalhadas por semana no trabalho principal				
0 a 15	,000	1,000	,000	1,000
16 a 30	,030	1,635	,000	0,857
31 a 40	,002	1,972	,000	1,127
40 e mais	,003	1,940	,000	1,125
Horas nos afazeres domésticos				
Até 20 horas	,000	1,000	,000	1,000
Mais de 20 horas	,257	0,904	,000	0,857
Rendimento de todas as fontes				
Até 1 SM	,000	1,000	,000	1,000
Mais de 1 até 3 SM	,111	2,141	,000	0,823
Mais de 3 até 5 SM	,000	4,204	,000	1,234
Mais de 5 SM	,000	6,959	,000	7,433

Fonte: IBGE, PNAD – 2001 e 2009.

No começo deste capítulo foi mostrado que o aumento da participação das mulheres no provimento doméstico foi constante entre 2001 e 2009 e que as provedoras complementares, mais do que as principais, são as grandes responsáveis por esse aumento. Em 2009, do total das mulheres unidas que eram provedoras, 78,37% eram complementares e 21,63%, principais. Contudo, julga-se que as mulheres provedoras principais constituem um rico objeto de estudo por serem exceção ao padrão que ainda predomina nas famílias brasileiras, que corresponde ao do homem como provedor principal. Por isso, essas mulheres foram escolhidas para ser o referencial dessa parte do trabalho.

Em relação à faixa etária, a análise do modelo sugere que quanto mais velha uma mulher provedora unida é, maiores são as chances de ela ser a provedora principal do domicílio. Em 2001 e 2009, as chances de uma mulher provedora na faixa dos 40 a 59 anos ser a principal são 6,7% e 20,9%, respectivamente, maiores do que entre as mulheres unidas de 20 a 39 anos. Já entre aquelas que têm mais de 60 anos, as chances são ainda maiores, de 61,3%, em 2001, e 85,1%, em 2009. Os dados mostram que não só há uma relação positiva entre o aumento da idade e ser a provedora principal, como também ela aumentou de 2001 a 2009. Apesar de os dados descritivos mostrarem um aumento do provimento doméstico feminino na faixa etária mais jovem, o modelo mostra que o avanço da idade está associado positivamente com as chances de uma mulher ser a provedora principal. Nesse caso, a presença de mulheres que possuem aposentadorias, pensões e BPC pode ser considerável.

Na primeira parte deste capítulo a análise dos anos de estudo de mulheres provedoras complementares e principais mostrou que, em média, as provedoras principais possuem mais anos de estudo, 10,06 contra 9,05 das complementares. A análise dos modelos mostra que, tanto em 2001 quanto 2009, as chances de uma mulher ser a provedora principal diminuem entre as mulheres que possuem de 4 a 12 anos de estudo quando comparadas com aquelas que possuem até três anos.

Já entre as mulheres com a escolaridade mais alta, as chances de ser provedora principal são maiores. Tanto em 2001 quanto em 2009, ter mais de 12 anos de estudo aumentava as chances de uma mulher ser provedora principal em 39,7% e 60,2%, respectivamente. Essa mudança sugere que o nível de escolaridade passou a ter um peso

maior nas chances de uma mulher ser provedora principal no decorrer da década. Chega-se a 2009 com uma relação estreita entre a participação no provimento doméstico na condição de provedora principal e escolaridade.

Em relação à condição no domicílio, os dados descritivos mostraram que parece uma relação mais clara entre participação no provimento doméstico - enquanto provedora complementar - e ser pessoa de referência no domicílio. A maior parte de provedoras complementares e principais são cônjuges. Porém, entre as mulheres pessoas de referência há mais provedoras complementares do que principais. Já os dados do modelo mostram que os dois anos analisados seguem o mesmo padrão. As chances de uma mulher pessoa de referência ser a provedora principal era 69,2% maior do que uma mulher que é cônjuge, em 2001, e 44,5%, em 2009. Ou seja, os dados do modelo sugerem que há uma relação positiva entre ser a provedora principal e ser pessoa de referência no domicílio, apesar de ter diminuído durante a década.

O modelo também sugere que há relação entre a participação no provimento doméstico e inserção no mercado de trabalho. Os dados mostraram que estar ocupada é importante para que uma mulher seja provedora, tanto complementar como principal. O modelo mostra que uma mulher desempregada em 2001 e 2009 tinha 46,8% e 34,4%, respectivamente, menos chances de ser a provedora principal do que uma que estava ocupada. Conclui-se, portanto, que trabalhar se mostra fundamental nas chances de uma mulher ser a provedora principal.

Além disso, as horas trabalhadas por semana também são fatores importantes para as mulheres provedoras. Em 2001, as provedoras principais trabalhavam em média 2,82 horas a mais do que as complementares. O modelo de 2001 mostra que as mulheres que trabalhavam de 31 a 40 horas e as que trabalhavam mais de 40 tinham, respectivamente, 97,2% e 94,0% mais chances de serem provedoras principais do que aquelas que trabalhavam até 15 horas.

Já em 2009, enquanto trabalhar entre 16 e 30 horas por semana diminuía em 14,3% as chances de uma mulher ser a provedora principal comparada com uma mulher que trabalhava de 0 a 15 horas, trabalhar mais de 30 horas aumentava essas chances em torno de

12,5%. Ou seja, o peso das horas trabalhadas por semana ainda influenciava as chances de uma mulher ser provedora principal em 2009, porém, de maneira menos intensa do que em 2001.

Por outro lado, a relação entre horas no trabalho remunerado e horas nos afazeres domésticos costuma ser negativa, quanto mais horas se gasta em um, menos se gasta no outro. Nesse sentido, os dados da primeira parte do capítulo mostraram que as mulheres provedoras principais gastavam, em média, 3,23 horas a menos nos afazeres domésticos do que as complementares, em 2009. Os dados para 2001 não apresentaram significância estatística. Já os de 2009 indicam que gastar mais de 20 horas por semana nos afazeres domésticos diminui em 14,3% as chances de uma mulher ser provedora principal quando comparada com uma que gasta até 20 horas.

Acompanhando a tendência dos anos de estudo e das horas trabalhadas por semana, tem-se os rendimentos. Ou seja, assim como ter mais anos de instrução e maiores cargas horárias de trabalho aumentam as chances de uma mulher ser a provedora principal, quanto maior o rendimento também maiores são essas chances. Em 2009, enquanto as mulheres que ganhavam de um a três salários mínimos têm 17% menos chances de ser provedora principal do que aquelas que ganhavam até um salário, de três a cinco e mais de cinco salários mínimos em 2009¹⁶ tinham, respectivamente, 1,2 e 7,4 mais chances de serem provedoras principais do que aquelas que ganhavam até um salário. Esses dados indicam que as chances de uma mulher com altos rendimentos ser a provedora principal são maiores do que entre aquelas que ganham menos. Porém, também mostram que possuir uma faixa de renda intermediária pode diminuir a probabilidade de uma mulher ser a provedora principal quando comparada com aquelas que possuem os rendimentos mais baixos.

Diante do quadro apresentando, pode-se dizer que ser mais velha, ter melhor escolaridade, ser pessoa de referência no domicílio, estar ocupada, gastar menos de 20 horas por semana nos afazeres domésticos, porém, mais de 30 no trabalho remunerado, e ter rendimentos acima de três salários mínimos aumentam as chances de uma mulher ser a provedora principal do domicílio nos dois anos analisados. Isso corrobora os resultados

¹⁶ Em 2001, o salário mínimo era de R\$ 180,00 e, em 2009, de R\$ 465,00.

apresentados por Marri e Wajnman (2007), para o Brasil. Selecionando somente os rendimentos do trabalho na construção das categorias do provimento doméstico, as autoras mostram que as provedoras principais eram mais velhas (média de 39 anos) do que as co-provedoras e possuíam mais anos de estudo (média 9,5 anos). E também indicam que as mulheres com os menores e os maiores rendimentos têm maiores chances de serem as provedoras principais.

Modelos B:

Este item do trabalho analisa a participação no provimento doméstico incluindo provedoras e não provedoras, ou seja, nestes modelos, as provedoras complementares e principais fazem parte do mesmo grupo, o das provedoras. Aqui, as variáveis “rendimentos de todas as fontes”, “horas trabalhadas por semana no trabalho principal” e “condição de ocupação” foram retiradas, por se considerar que se uma mulher possui renda e está inserida no mercado de trabalho, ela obviamente é provedora. Então, não faria muito sentido manter as variáveis no modelo.

Tabela 25 - Modelo logístico para a análise da participação (provedoras e não provedoras) no provimento doméstico feminino, SP – 2001 e 2009

	2001		2009	
	Sig.	Razões de chance	Sig.	Razões de chance
Faixa Etária				
20 a 39	,000	1,000	,000	1,000
40 a 59	,003	1,684	,000	2,452
Mais de 60	,000	0,495	,000	0,958
Anos de Estudo				
Sem instrução até 3 anos	,000	1,000	,000	1,000
4 a 7 anos	,037	1,132	,503	1,047
8 a 12	,000	1,555	,003	1,083
12 e mais	,000	4,385	,000	2,639
Condição no domicílio				
Cônjuge	,000	1,000	,000	1,000
Pessoa de referência	,000	1,875	,000	1,696
Horas nos afazeres domésticos				
Até 20 horas	,000	1,000	,000	1,000
Mais de 20 horas	,000	0,245	,000	0,299

Fonte: IBGE, PNAD – 2001 e 2009.

Os dados descritivos sobre a faixa etária de mulheres provedoras e não provedoras mostraram que tem ocorrido um aumento da participação feminina no provimento doméstico nas idades mais jovens. Porém, quando se analisam os dados da Tabela 25, nota-se que as chances de uma mulher unida ser provedora são maiores (1,6 vezes em 2001 e 2,4 em 2009) na faixa etária dos 40 a 59 anos do que quando ela está entre os 20 e 39. Uma das possíveis hipóteses para isso pode ser que parte das mulheres unidas que estão entre os 20 e 39 anos ainda optem por sair do mercado de trabalho para cuidar dos filhos pequenos e voltem depois de um tempo.

Por outro lado, quando a comparação é feita com as mulheres com mais de 60 anos, a situação se inverte. As mulheres desse grupo têm menos chances de serem provedoras do que as do grupo de 20 a 39 anos. Em 2001, as chances eram 50,5% menores e, em 2009, somente 4%. Ou seja, durante a década, o padrão ainda se manteve, mas as chances de uma

mulher com mais de 60 anos ser provedora quando comparada com uma de 20 a 39 anos ainda é baixa, porém, em 2001 era bem mais. O crescimento do número de aposentadorias concedidas e de benefícios como o BPC (Benefício de Prestação Continuada) podem ser os principais responsáveis por essas mudanças.

Em relação aos anos de estudo, pode-se perceber que quanto maior a escolaridade de uma mulher, maiores são as chances de ela ser uma provedora. Em 2001, as chances de uma mulher com oito a 12 anos de estudo ser provedora eram 55,5% maiores do que para uma mulher com até três anos de instrução. Em 2009, essa chance cai para 8%. Ainda que muito importante para condicionar a participação feminina no provimento doméstico, houve queda nas chances de uma mulher unida ser provedora quando se compara 2001 e 2009. Entre as com níveis mais altos de escolaridade - mais de 12 anos de estudo - as chances de serem provedoras eram 4,3 maiores do que entre as mulheres com até três anos de instrução, em 2001, passando a serem 2,6 maiores em 2009. Pode-se concluir, então, que apesar de ainda muito importante, a escolaridade possuía um efeito maior no começo da década do que no final em relação às chances de uma mulher ser.

Já quando se analisa os dados sobre condição no domicílio, percebe-se que o padrão é o mesmo de quando se analisou a Tabela 24. Nos dois anos analisados, as chances de uma mulher que é pessoa de referência ser provedora eram maiores (87,45% em 2001 e 69,6% em 2009) do que entre aquelas que eram cônjuges.

Por outro lado, as horas dedicadas aos afazeres domésticos influenciam negativamente as chances de uma mulher ser provedora. Os dados da primeira parte deste capítulo mostraram que a inserção no mercado de trabalho e os rendimentos provenientes daí são os principais fatores que fazem com que as mulheres unidas sejam provedoras. Portanto, é de se esperar que as horas dedicadas aos afazeres domésticos sejam determinadas pelas horas gastas no trabalho remunerado. Por isso, se mostra perfeitamente razoável que uma mulher que dedique mais de 20 horas semanais aos afazeres domésticos tenha menos chances de ser provedora do que uma mulher que dedique até 20 horas. E os dados para 2001 e 2009 apresentam essa mesma tendência.

Conforme já explicitado antes, a utilização de modelos de regressão se mostrou uma ferramenta bastante interessante para confirmar e aprofundar o que já tinha sido descoberto com a análise descritiva dos dados. O estudo das PNADs realizado até aqui corroborou os achados de outros estudos, ao mostrar que as mulheres têm participado cada vez mais do provimento doméstico, principalmente as provedoras complementares. Foi possível entender também que a inserção feminina no mercado de trabalho foi a grande responsável pelo aumento de sua participação no provimento doméstico, e que homens e mulheres ainda estão inseridos de maneiras bem desiguais nesse mercado, com desvantagens para elas. Além dessa inserção desigual, pôde-se ver que as mulheres provedoras unidas continuam com uma sobrecarga de trabalho considerável e que a maior participação masculina nos afazeres domésticos tem avançado, mas de maneira ainda bastante lenta.

Resta agora tentar entender a dinâmica das relações sociais associadas ao provimento doméstico e como as pessoas envolvidas nela organizam suas vidas.

CAPÍTULO 4: SER OU NÃO PROVIDORA: AS TRAJETÓRIAS FAMILIARES E PROFISSIONAIS DE MULHERES UNIDAS

Conforme já explicado anteriormente, a análise dos dados quantitativos é complementada, neste capítulo e no seguinte, por uma análise qualitativa de dados obtidos em pesquisa de campo na Região Metropolitana de Campinas. Os dados coletados buscavam entender os processos através dos quais as mulheres unidas entrevistadas se tornaram provedoras. Para tanto, julga-se importante resgatar a trajetória profissional delas, as entradas e saídas no mercado de trabalho e como tudo isso afetou a dinâmica familiar.

A literatura sobre o assunto também tem mostrado que a participação no mercado de trabalho, como ocupadas, pode fazer com que as mulheres desenvolvam maior autonomia e poder de barganha nas suas famílias (OLIVEIRA, 1992; VAISTMAN, 1997; ARAÚJO e SCALON, 2005; PACHECO, 2005; BRUSCHINI, 2008; SILVA, 2012, entre outros). Procurar-se-á também analisar como as mulheres unidas que trabalham se sentem em relação ao desempenho desse tipo de atividade e no caso daquelas que não trabalham, as motivações e as circunstâncias que as tornaram donas de casa.

Outro aspecto bastante importante quando se analisa principalmente as provedoras principais – e já enunciado nos Capítulos 1 e 3 – é até que ponto o fato de elas contribuírem com a maior parte ou com a totalidade da renda familiar acontece de maneira eventual, dependendo das variações nos seus rendimentos ou no dos maridos/companheiros, ou se é algo duradouro. Portanto, este capítulo também tem como objetivo entender não só como a participação feminina no provimento doméstico se configura, mas também se há ou não oscilações nessa participação.

4.1. As mulheres unidas e o trabalho remunerado

Vários estudos mostram que a participação feminina no mercado de trabalho nunca foi um fenômeno raro nas camadas populares (FONSECA, 2005; SALEM, 1991, ZALUAR, 2001; BILAC, 1978 e 1983) e, nas classes médias, se intensificou principalmente a partir da

década de 1980 (VAISTMAN, 1994). Todas as mulheres unidas investigadas trabalharam em algum momento de suas vidas, algumas não trabalham atualmente porque estão desempregadas, são donas de casa ou aposentadas. Contudo, nota-se que todas essas mulheres começaram a trabalhar muito jovens, das 42 mulheres unidas entrevistadas, somente duas (Sônia e Cleide) começaram a trabalhar depois dos 30 anos, onze começaram a trabalhar depois dos 20 e o resto, 29, começou a trabalhar antes dos 20.

A grande maioria das mulheres, 36, já trabalhava quando iniciou suas uniões, dessas, três pararam de trabalhar logo após o casamento (Iraci, Iracema e Cláudia), Eloisa parou quando nasceu seu primeiro filho e outras cinco mulheres unidas não trabalham porque estão desempregadas, o que aconteceu depois das uniões.

Observa-se, portanto, que grande parte das mulheres iniciou suas uniões já na condição de provedoras. Nos casos em que as informantes começaram a trabalhar depois dos casamentos, nota-se que isso se deu tanto em função das necessidades financeiras da família (quatro casos), quanto da necessidade das mulheres de estarem ocupadas (dois casos).

Entre as entrevistadas que começaram a trabalhar depois das uniões devido à insuficiência dos rendimentos dos companheiros, três são provedoras principais e uma é complementar. No caso das primeiras, quando começaram a trabalhar, não esperavam assumir a principal parte do provimento doméstico de maneira tão contundente. Apesar de ter sido um processo relativamente rápido, elas ainda se perguntam como chegaram ao ponto em que vivem hoje. Os depoimentos de Kátia e Sonia ilustrem bem a decepção dessas mulheres.

Eu nunca imaginei que um dia eu ia sustentar um homem, nunca. Tudo bem que quando a gente ainda namorava, dava para perceber que ele não era muito chegado no trabalho. Meu pai até me avisou. Mas eu pensei que quando cassasse, ia melhorar. Ele ia tomar juízo. Pois foi o contrário, o negócio piorou e muito!

Por que você começou a trabalhar? Porque começou a faltar coisa em casa depois que meu filho nasceu¹⁷. Aí eu fui trabalhar em casa de família e foi aí que o negócio ficou mais feio ainda pro meu lado!

Por quê? Por que o que já era pouco, foi ficando mais pouco ainda. O dinheiro dele era pouco, mas entrava todo mês, porque ele se virava nos

¹⁷ Kátia se casou aos 17 anos, teve seu primeiro filho aos 19 e começou a trabalhar como doméstica aos 20.

serviços aí que ele arrumava. Mas depois que ele viu que eu estava trabalhando, aí desandou de vez. Tem mês que tem dinheiro dele, tem mês que eu não vejo um centavo, é assim (Kátia, 29, ambulante, provedora principal).

Eu fui trabalhar quando eu percebi que meu marido não ia botar comida dentro de casa todo dia, que a gente ia passar a vida comendo em casa de parente. Eu fui burra, eu fui muito burra, isso sim.

Por quê? Porque eu não casei novinha né, eu casei com 30 anos já. Estava meio desesperada pra casar, essa é que é a verdade. Na casa da minha mãe, eu nunca precisei trabalhar porque eu cuidava de tudo e ajudava ela a cuidar da minha vó, então era tranquilo. Mas como eu tinha na cabeça esse negócio de casar, fui atrás do primeiro que apareceu depois de bastante tempo e eu me ferrei. E nem casar, eu casei, a gente só juntou.

E quanto tempo depois de casada você começou a trabalhar? Ah, depois de uns três meses. Vi que ele não botava dinheiro dentro de casa e acabava indo comer na minha mãe ou na minha sogra. E minha sogra¹⁸ vivia cobrando a parte da gente da luz e da água e nada de ele pagar. Aí eu resolvi que não dava mais, eu não queria separar, então fui trabalhar. Minha mãe ainda me disse: ‘deixa que quando ele vir você trabalhando, vai acordar e vai começar a trabalhar também’ (risos), imagina. Não sei onde eu estava com a cabeça quando acreditei nisso. Aí que o negócio desandou de vez. Nem quando meu filho nasceu, ele acordou (Sônia, 34, caixa de supermercado, provedora principal).

Nota-se nos casos de Sônia e Kátia que, ao assumirem o provimento doméstico, seus companheiros se isentam de suas responsabilidades financeiras de maneira mais incisiva. Esses achados corroboram os apresentados por Fonseca (2004) ao afirmar que quando as mulheres assumem o provimento doméstico, podem liberar os homens desta responsabilidade.

Por outro lado, há também o relato de Cleide, provedora complementar, que começou a trabalhar depois que se uniu e quando seu companheiro ficou desempregado. Segundo essa informante, o momento em que começou a trabalhar para ajudar no sustento da família foi muito importante não só financeiramente, mas também porque consolidou ainda mais os laços que ela tinha com o companheiro Paulo.

Foi muito ruim quando ele ficou desempregado, porque a gente ficou sem chão. Mas quando eu arrumei esse serviço de vender os DVDs, foi um

¹⁸ Sônia mora em uma edícula nos fundos da casa da sogra.

alívio. Ele ria sozinho, coitado, porque ele morria de medo de a gente não conseguir pagar as contas. Aí deu tudo certo e a gente até ficou mais juntos, mais unidos depois disso, porque a gente viu que o casamento era para a vida inteira mesmo, na riqueza e na pobreza, e conseguimos vencer e agora estamos os dois trabalhando.

Você não pensou em parar de trabalhar depois que seu marido conseguiu um emprego? Ah não, não quero mais ficar só dentro de casa não. Eu gosto de trabalhar, gosto de ter o meu dinheiro e ele também gosta porque ele sabe que, se precisar, eu estou aqui. Então eu não vou parar de trabalhar tão cedo (Cleide, 38, ambulante, provedora complementar).

Todas as entrevistadas em algum momento dão indícios da importância do trabalho na vida das mulheres unidas e que são provedoras. No caso daquelas que são provedoras principais, não houve nenhum relato de maridos/companheiros que sugeriram ou impuseram que as mulheres parassem de trabalhar depois de unidas. Já no caso das provedoras complementares, houve dois relatos nesse sentido, de mulheres mais velhas, Olívia, de 63 anos, e Maria Aparecida, de 53. A negativa das mulheres em abandonar seus empregos foi respeitada pelos maridos/companheiros.

Logo que a gente casou, ele falou para eu parar de trabalhar, porque ele ia me sustentar. Mas eu não quis. Eu já trabalhava limpando a igreja e lá fiquei até aposentar e não me arrependo (Olívia, 63, aposentada, provedora complementar)

Ele até falou pra eu parar de trabalhar quando eu fiquei grávida. Mas eu achei melhor não. É bom ter o dinheiro da gente, né? E continuei (Maria Aparecida, 53, auxiliar de limpeza, provedora complementar).

A importância de ter o próprio dinheiro é constantemente lembrada pelas provedoras entrevistadas. Porém, outros elementos também são destacados, sugerindo que os benefícios de estar ocupada vão além do ganho financeiro. A possibilidade de manter contato com outras pessoas é um deles.

Eu sempre trabalhei, isso nunca foi problema pra mim, pelo contrário. Tem que trabalhar mesmo, tem que ir fazer o seu, sem esperar nada de ninguém, porque senão a gente fica para trás e nunca se sabe o dia de amanhã. **Fale-me um pouco do seu trabalho, Maria?** Eu sou recepcionista do salão de beleza. Então eu fico atendendo telefone, marcando hora, recebendo o dinheiro, essas coisas. Varro o chão quando tem corte de cabelo, é isso. Eu gosto bastante porque a gente sempre está conversando, passando o tempo, então é bom.

E como é trabalhar? É tudo, não largo por nada. Vem um monte de mulher aí reclamando que tem que trabalhar, que o marido não dá conta e dá vontade até de rir desses coitados. O meu também não dá conta, mas acho que mulher tem que trabalhar sim, tem que ter o seu dinheiro e tem que estudar. Já foi o tempo que mulher ficava dentro de casa, só cuidando do serviço, isso já era. Mulher que é mulher hoje tem que trabalhar, tem que botar a cara na rua e falar, ‘o meu dinheiro é meu, e eu faço o que eu quiser com ele e pronto’. Você já pensou nisso, viver dependendo de homem pra tudo? Deus me livre (Maria, 42, recepcionista, provedora principal).

Rosângela, assim como Maria Aparecida, também encara o trabalho como uma fonte de renda, mas também de bem estar emocional.

Mas eu te falo uma coisa. Cabeça vazia, casa do diabo, viu?

É? Por quê? Porque olha minha patroa, não faz nada o dia inteiro. Acorda 10:00 da manhã, nem vê o filho indo pra escola, nem dá café pro filho, fica o dia inteiro sem fazer nada pra lá e pra cá vendo televisão e me enchendo o saco. O que aconteceu? Está com depressão, está tomando um monte de tarja preta! Por isso que eu digo, se eu pudesse, eu arrumava outro serviço, parava de ser doméstica, mas nunca ia deixar de trabalhar, nunquinha! Se bem que se eu não trabalhasse na rua, eu ia trabalhar em casa, porque nunca ia ter empregada fazendo tudo pra mim, mas mesmo assim. Não dá para ficar com a cabeça vazia não (Rosângela, 38, faxineira, provedora principal).

Porém, apesar dos relatos sobre a importância da atividade remunerada para a maioria das mulheres entrevistadas, há também os problemas enfrentados por elas no mercado de trabalho. Das 33 provedoras, 19 possuem carteira de trabalho assinada. São principalmente as trabalhadoras domésticas que relatam os maiores problemas no trabalho. É também entre elas os relatos mais frequentes de insatisfação no trabalho e a vontade de não trabalhar mais. Muitas vezes, é a própria natureza da atividade realizada a causa das queixas:

Como é seu dia no trabalho, Ana? Ah, é normal, aquele dia de faxina mesmo, de chegar e sair limpando (...) mas tem que ir, tem que trabalhar, fazer o quê?

Como assim? Se eu pudesse escolher, eu ficava em casa, ué. Ia trabalhar em casa, mas ia ficar em casa. Bem melhor. Não é que eu não gosto de sair de casa, de encontrar os outros na rua, mas é muita dor de cabeça todo dia. A gente fica limpando casa dos outros e tem que ouvir todo tipo de desaforo. Essas patroas que acham normal a gente usar o elevador de serviço, sendo que isso não é certo e acham que a gente é escrava delas só porque estão pagando o registro pra gente. Não é fácil não, viu? Ter que

limpar casa dos outros e depois chegar aqui em casa e ter que limpar aqui, não é fácil. Se eu tivesse que escolher, escolhia limpar minha sujeira só, ué! (Ana, 33, provedora principal).

A informalidade da relação trabalhista também é fonte de reclamações.

Esse negócio de não ser registrada é difícil, viu? Eu não tenho registro, ele (marido) não tem registro, é muito ruim. Essa é a pior parte e a parte do dinheiro, de não ganhar. Se acontecer alguma coisa, de alguém perder o emprego, fica tudo na rua da amargura (Carla, 23, babá, provedora complementar).

Já as mulheres unidas que são provedoras principais adquiriram esse status não por conta dos seus ganhos em si, mas por causa da falta ou da diminuição dos ganhos dos esposos. Ou seja, nesse grupo, o que determina o tipo de participação que as mulheres unidas terão no provimento doméstico não é necessariamente resultado de sua inserção no mercado de trabalho, dos ganhos ou melhorias dos seus rendimentos. As rendas das informantes são relativamente estáveis, o que faz com que essas mulheres sejam provedoras principais é a instabilidade dos rendimentos dos seus maridos/companheiros. Portanto, é possível concluir que para essas mulheres assumir a maior parte ou o total do provimento doméstico não significa uma melhora nas suas vidas com melhores empregos e salários, mas sim o contrário. Ser provedora principal significa uma piora nas suas condições de vida, já que envolve a perda de ganhos, no caso, os dos maridos/companheiros.

Em que momento da vida de vocês você assumiu a maior parte das despesas? Ah, já faz bem uns quatro anos, é, foi em 2008 que ele foi mandado embora.

E quanto ele costuma tirar por mês? Então, varia muito, porque não é sempre que tem serviço, esse mês mesmo não chegou a R\$ 500,00¹⁹.

E o que ele tira eventualmente cobre o que você ganha? Mas nunca! Acho que nem quando ele trabalhava na loja ele ganhava mais do que eu. Acho que eu sempre ganhei mais do que ele, sempre. Mas quando ele tinha emprego fixo, eu não ligava, porque ele trabalhava, mas agora ficou difícil.

Por quê? Porque eu vejo que a gente podia ter tanta coisa! A gente podia comprar um carro melhor, podia pagar uma escola pro nosso filho, a gente podia viajar de vez em quando. É nisso que eu penso, no que eu podia ter e não tenho, porque eu tenho que sustentar ele.

E você nunca pensou em se separar? Ah, isso não. No fundo eu tenho esperança de que ele vai arrumar um trabalho e vai voltar a trabalhar de verdade, sabe. É isso que eu quero. (Joana, 49, auxiliar de enfermagem, provedora principal).

¹⁹ Joana possui um salário de técnica de enfermagem de R\$ 2.000,00.

Diferentemente dos achados de Sarti (1996) para um bairro da periferia de São Paulo em pesquisa realizada no começo dos anos 1990, as mulheres provedoras aqui pesquisadas não precisam mais dos homens para fazer a mediação entre o mundo privado e o exterior. Elas já romperam as barreiras entre o espaço público e o privado quando entraram e permaneceram no mercado de trabalho. Da mesma maneira, o universo doméstico não é mais o grande referencial que molda a identidade dessas mulheres. Ele continua sendo muito importante, porém, em menor medida. Lurdes e Olívia compartilham do mesmo ponto de vista.

Para mim, isso nunca foi uma questão, trabalhar ou não depois de casada. Eu sempre trabalhei e eu ia continuar trabalhando, não porque eu ache que mulher tem que trabalhar, tem que ser independente. Quer dizer, eu até acho isso, mas eu continuei trabalhando depois de casada porque precisava. Isso nunca foi uma questão para mim e para o Alberto (marido). Mesmo quando meus filhos nasceram, ué. Eu tinha que trabalhar (Lurdes, 42, vendedora, provedora complementar).

No começo do casamento eu me ressentia um pouco, porque minhas cunhadas não trabalhavam e eu tinha que trabalhar. Mas depois de um tempo eu vi que aquelas mulheres que não trabalhavam tinham as famílias em piores condições. Que em casa que mulher trabalha, fica tudo bem. Então, hoje, eu dou é graças a deus, porque eu tenho meu dinheiro (Olívia, 63, aposentada, provedora complementar).

Conclui-se, portanto, que não se está mais diante de mulheres trabalhadoras que usam o trabalho como um mero complemento para a renda familiar. O que se encontrou no universo pesquisado foram mulheres trabalhadoras - que tanto podem ser provedoras complementares ou principais - e que veem o trabalho como um aspecto importante da constituição de suas identidades. Por conta disso, a articulação do trabalho remunerado com o não remunerado tem se dado de maneira cada vez mais complexa. Nesse suposto binômio entre ser mãe e esposa de um lado e trabalhadora e provedora de outro ainda existem muitos problemas, dúvidas e frustrações. O tempo que essas mulheres não podem dedicar aos filhos porque estão trabalhando, por exemplo, é um deles. Estar fora de casa em tempo integral continua não sendo fácil para elas, porém, o trabalho feminino é valorizado e não mais encarado com um fardo que as mulheres têm que carregar. Nas palavras de Vaistman (1997):

Ainda que sob condições de trabalho e remuneração em nada semelhantes às aquelas idealizadas nos projetos profissionais das mulheres de classe média, ela (mulher pobre) valoriza a participação em atividades que geram renda como meio de se afirmar no mundo – o que ao mesmo tempo não a impede de valorizar também as atividades domésticas. (...) A exigência de sustentar os filhos pelo trabalho remunerado coexiste com a vontade de ser independente e com a tradição da cultura da domesticidade feminina. Estamos não apenas diante da continuidade e ruptura, mas de convivência de vários mundos (VAISTMAN, 1997, p. 315).

Diante de todo o quadro desenhado até aqui de considerável valorização do trabalho remunerado por parte das mulheres unidas que são provedoras e de como ele pode ser um bom ponto de partida para que se possa ter mais independência e autonomia nas decisões individuais e familiares, resta ainda saber o que se passa com as mulheres que não são provedoras. A não participação no mercado de trabalho influencia de alguma maneira suas vidas? Será que essa escolha foi individual ou tomada com os familiares? Ser dona de casa afeta o poder de decisão dessas mulheres dentro das famílias?

Foram entrevistadas nove mulheres unidas não provedoras. Dessas, cinco estavam desempregadas e quatro não eram economicamente ativas. O interessante deste último grupo é que todas já trabalharam em algum momento de suas vidas e a retirada do mercado de trabalho está profundamente entrelaçada com as uniões e, em menor medida, com o nascimento dos filhos.

Entretanto, a decisão de ser dona de casa nem sempre era tomada exclusivamente pela mulher ou de comum acordo entre o casal. Há casos em que a saída do mercado de trabalho foi uma pressão exercida pelos maridos/companheiros e acatada pelas esposas. Nesses contextos, o casamento e não o nascimento dos filhos foi o responsável pela saída das mulheres do mercado de trabalho ou pela interrupção dos estudos. Os casos de Cláudia e de Iracema são bastante ilustrativos de como o casamento foi fundamental para que elas optassem por parar de trabalhar.

Ah, com meu primeiro marido eu sempre trabalhei. Fique casada com ele 12 anos e trabalhei esses 12 anos. E depois que a gente separou também, trabalhava e cuidava dos meus filhos, sempre. Aí quando eu juntei com esse de agora, ficou mais difícil, porque ele é muito ciumento. A gente se conheceu na casa de uma ex-patroa minha e ele via o jeito que o filho dessa patroa me tratava, porque ele também trabalhava lá de vez em quando. E esse menino era uma peste, vivia tentando passar a mão em mim, me pegar

por trás, essas coisas. Aí quando a gente foi morar junto, o Jaime (marido) falou pra eu parar de trabalhar que ele ia cuidar de mim. E foi assim.

E como você se sentiu? No começo eu achei bom, porque é bom ter alguém cuidando da gente, né? E eu estava muito cansada de trabalhar também. Aí foi bom. Mas depois fui cansando, eu sempre trabalhei e sempre tive meu dinheiro. Ficar sem de uma hora para outra é chato. Ter que ficar pedindo também é muito ruim, então, hoje se eu pudesse voltar a trabalhar, eu preferiria.

E por que você não volta? Porque quando eu falo disso, ele vira a cara na hora. Ele não gosta mesmo e fica falando que graça tem ficar limpando a privada dos outros, essas coisas. Então, eu acabo ficando aqui mesmo (Iracema, 49, dona de casa, não provedora).

Eu trabalhava num bazar de costureira de dia e à noite fazia o magistério. Mas aí casei, fiz o que o marido queria e parei de estudar e larguei o bazar pra cuidar da casa.

Conte-me um pouco mais dessa época. A gente casou e foi morar com a mãe dele, porque era só ela e ele e eu ia morar com ela. Aí fui ser empregada da minha sogra. Comi o pão que o diabo amassou na mão dela, porque ela me fazia de gato e sapato. E até hoje eu acho que foi ela que fez a cabeça do Tião (marido de Cláudia) pro Tião não deixar eu terminar o magistério e me fez largar a lojinha.

Por que você acha que sua sogra fez isso? Porque ela nunca gostou de mim, vivia me chamando de escurinha, achava que eu não tinha que ficar saindo à noite pra ir pra escola e vivia fazendo a cabeça do Tião contra mim. E ela achava que tinha que me domar, então ela me batia, me fazia passar cera na casa duas, três vezes por semana, de joelhos, me mandava passar as roupas duas vezes, eu ia lá passava, ela amassava tudo e me mandava passar de novo, não deixava eu cuidar dos meus filhos direito, falava que meu leite era fraco, que meus meninos não eram do Tião. Era assim, minha vida com aquela mulher foi um inferno. Você me desculpa falar isso, mas quando ela morreu, foi minha libertação, não consegui derramar uma lágrima no velório dela.

Ela viveu quanto tempo com vocês? Uns 10 anos.

Mas antes de casar vocês não conversaram sobre sua escola e o trabalho? A gente conversou mais ou menos. Ele disse que eu não precisava trabalhar, que ele podia me sustentar, mas se eu quisesse continuar, não ia ter problema, e eu ia poder continuar estudando, até eu me formar. Mas depois de casado ele mudou de ideia.

E como você se sentiu? Fiquei triste que só. Arrependi-me de tudo. Porque se eu trabalhasse, eu não precisaria ficar com a minha sogra o dia todo. Por isso que eu acho que foi ela quem fez a cabeça dele, porque ela me queria fazendo todo o serviço da casa. Não queria que eu tivesse uma vida melhor, diferente da dela (Cláudia, 64, dona de casa, não provedora).

Nesses casos, percebe-se certo ressentimento por parte das informantes por terem aceito parar de trabalhar, seja por conta da possibilidade de ter o próprio dinheiro ou para

escapar de convivências difíceis, o trabalho é apresentado como uma alternativa que poderia melhorar a vida das donas de casa. Todas as entrevistadas compartilham da ideia de que o trabalho é importante para as mulheres, porém, algumas tomam essa ideia para si, e outras para as filhas, netas ou outras mulheres de maneira geral. O fator idade parece fazer a diferença. São as mulheres mais velhas, principalmente as não provedoras, que encaram o trabalho como algo importante, contudo, com um peso mais significativo para as mulheres mais jovens. Isso não quer dizer que quando essas mulheres eram mais jovens não consideravam ter uma ocupação importante, porém, a constituição da família, o cuidado do marido/companheiro, dos filhos e da casa eram os imperativos que norteavam a vida delas.

Ah, claro que eu acho que trabalhar é importante, mas na minha época não era tanto assim, ser dona de casa também era bom. Era até melhor do que trabalhar, porque mostrava que o homem podia sustentar a família. As coisas mudaram bastante de lá pra lá e agora mulher tem que trabalhar e isso é bom também. Tem que trabalhar muito, sempre (Iraci, 54 anos, dona de casa, não provedora).

É o que eu te falei, eu queria ter continuado trabalhando e queria ter terminado o magistério, mas no fundo eu não fui criada pra isso. Eu fui criada para ser dona de casa, essa é que é a verdade. Aí quando o Tião falou pra eu largar o serviço, eu não gostei, mas eu aceitei, porque era essa a minha obrigação. Hoje, as coisas mudaram, eu falo pras minhas netas que precisam estudar e trabalhar e criei minhas filhas também para trabalhar. Eu não pude, mas agora elas podem, então têm que ir mesmo (Cláudia, 64, dona de casa, não provedora).

A fala de Eloísa abaixo ainda traz outro elemento. Ao aconselhar sua filha a continuar estudando, essa informante mostra que também houve uma mudança entre os homens quanto às responsabilidades com as famílias. Sua filha precisaria continuar estudando também para não depender de parceiros, porque eles não são mais responsáveis como na época em que Eloísa se casou.

Eu parei de trabalhar quando meu filho maior nasceu. Eu era doméstica em casa de família e quando saí pra ter o nenê não voltei mais.

Por quê? Sei lá, fui ficando em casa, fui vendo que tinha muita coisa para fazer com ele, que eu não ia poder contar com ninguém para me ajudar, porque minha mãe e minha sogra moravam longe. Aí quando estava na época de voltar para o trabalho, sentei com o Abel (marido) e conversamos. Ele era o chefe da casa e ficou sendo assim. Aí a gente viu que era melhor mesmo eu ficar em casa. Hoje eu vejo que eu podia ter

voltado a trabalhar, para ter o meu dinheiro, mas não voltei. Mas eu falo pra minha filha sempre: ‘estuda porque agora não é igual antigamente, que mulher podia ficar sem trabalhar, porque o homem era mais responsável do que agora. Estuda porque você vai precisar’ e é isso (Eloísa, 45, dona de casa, não provedora).

Já entre as não provedoras que estão desempregadas, o trabalho também é considerado importante, em alguns casos o desemprego é encarado como um problema sério no interior das famílias e, em outros casos, ele afeta a vida das mulheres de maneira mais amena, pois os rendimentos dos maridos suprem as necessidades do domicílio. Os casos de Tânia e Mariana são opostos nesse sentido. Apesar de as duas terem começado a trabalhar muito novas, ambas com 14 anos, e ainda serem jovens, possuem visões bem diferentes da importância do trabalho em suas vidas. Enquanto a primeira encara o trabalho como algo importante até para a sua saúde mental, a segunda já vê a possibilidade de ser sustentada pelo companheiro como algo positivo e que a livraria dos problemas encontrados no trabalho. E Juliana, que também possui a mesma faixa etária de Tânia e Mariana, compartilha da opinião desta última não provedora. Nesses casos, é possível perceber como o desemprego pode despertar reflexões diferentes sobre o trabalho.

Não está fácil ficar dentro de casa. Está muito difícil e eu estou cada vez mais preocupada. É a primeira vez que eu fico desempregada desse jeito, nunca fiquei tanto tempo sem trabalhar²⁰.

Faz quanto tempo você está desempregada? Já faz mais de um ano. Eu preciso do dinheiro e não aguento ficar em casa o dia inteiro. Eu fico o dia inteiro limpando, não dá. E não gosto de ter que depender de homem para pagar minhas contas. Pelo menos quando eu estou trabalhando, eu pego o Maurício (companheiro) e a gente limpa tudo no sábado. Mas agora não, eu fico o dia inteiro aqui e fico o dia inteiro caçando coisa pra fazer (Tânia, 24, desempregada, não provedora).

Já Mariana e Juliana possuem visões alternativas a de Tânia:

Trabalhar é bom e não é. É bom por causa do dinheiro e é ruim por causa do nervoso que a gente passa e de ter que pensar onde vai deixar o filho e fazer comida antes de trabalhar, essas coisas. Mas agora eu estou mais tranquila porque o Rodrigo (marido) tá ganhando até que bem. Aí eu não estou tão preocupada.

²⁰ Tânia era atendente de telemarketing e perdeu o emprego quando a empresa onde trabalhava foi transferida para o Estado da Bahia.

O que você fazia antes de ficar desempregada? Eu trabalhava na padaria, era atendente. Era bom, porque a gente trazia muita coisa pra casa que sobrava, pão, bolo, salgado, mas a padaria não deu certo e eu também não fui procurar outro emprego logo de cara.

Faz quanto tempo que você está desempregada? Uns seis meses (Mariana, 36, desempregada, não provedora).

Não estou procurando não, se eu achar está bom, se não achar, também tudo bem. O que o Gustavo (marido) ganha está dando para o gasto e ele não faz questão que eu trabalhe, então, a gente vai levando (Juliana, 34, desempregada, não provedora).

Diante do quadro exposto até aqui, parece evidente que a independência financeira conquistada com a participação no mercado de trabalho é muito importante para as mulheres provedoras, sejam complementares ou principais. A possibilidade de administrar o dinheiro, de manter contatos com outras pessoas para além do círculo doméstico são as consequências positivas da inserção no mercado de trabalho. Entretanto, há também a parte negativa, que foi bastante reiterada pelas informantes. Como o grupo trabalhado é formado por mulheres unidas, em sua maioria com baixos rendimentos e que estão em ocupações precárias e sem carteira de trabalho assinada, os problemas decorrentes destas situações também existem e são relatados. A administração do orçamento doméstico entre elas se dá de diferentes maneiras, porém, uma coisa parece certa: as mulheres provedoras utilizam se não todo, mas grande parte dos salários com as famílias e fazem questão de administrar o dinheiro que ganham por si mesmas. As tentativas de intromissão dos maridos/companheiros não são bem-vindas e podem gerar problemas e discussões nos relacionamentos.

Vira e mexe eu pego ele fuçando na minha bolsa, mexendo nas minhas coisas atrás de dinheiro. Até holerite meu ele tentou abrir pra ver quanto que eu ganho, mas não deixo. O dinheiro é meu. Tudo bem que vai tudo em casa, para mim não sobra quase nada, mas é meu (Maria Aparecida, 53, auxiliar de limpeza, provedora complementar).

Ele tenta controlar o que eu faço com meu dinheiro. Vive querendo ir no supermercado fazer a compra do mês comigo. Quando eu não consigo escapar, ele vai e é aquela coisa, me deixa presa. Não consigo comprar as coisas que eu quero, das marcas que eu quero. Só que eu não chego perto do dinheiro dele, nem sei quanto é que ele ganha. É assim, o dinheiro que ele ganha é dele, e o que eu ganho é de todo mundo (Cleide, 38, ambulante, provedora complementar).

No outro extremo, encontram-se as mulheres unidas não provedoras, seja porque optaram por ser donas de casa, ou porque estão desempregadas. Nesses casos, administrar o orçamento doméstico se torna mais complexo. De um lado, encontram-se as mulheres que têm livre acesso ao dinheiro dos maridos/companheiros e são responsáveis pela administração do orçamento doméstico, e, de outro, estão as mulheres não provedoras que têm acesso limitado à renda dos companheiros. Nesses casos, várias estratégias são articuladas, algumas bem-sucedidas e outras não.

São entre as não provedoras que se encontram as maiores contradições quanto as consequências de se estar ou não empregadas. Há discursos mais “tradicionais”, como os de Iraci e Eloísa, que advogam que o homem tem de ser provedor das famílias, apesar de concordarem que poder ter o próprio dinheiro é importante. E, por outro lado, há também os discursos de Mariana, Rita e Juliana, que estão desempregadas, porém não fazem muitos esforços para conseguirem uma ocupação, pois, segundo elas, os maridos/companheiros suprem de maneira eficiente as necessidades familiares.

Conclui-se, portanto, que as entrevistas são marcadas por toda uma complexidade de discursos e ênfases em determinadas questões que marcaram as histórias das mulheres investigadas. Tentando minimizar alguns aspectos de suas vidas que são fundamentais na vida de outras mulheres, os discursos montados fazem parte da performance dessas mulheres, mostrando que a vida social é formada por mais contradições do que se imagina. Em todo momento nota-se que, ao enunciarem seus discursos, as informantes tentam fazer uma mescla sobre como a vida é e como ela deveria ser, enfatizando determinados aspectos dela que dizem mais respeito ao momento em que elas estão vivendo do que propriamente à importância que tal aspecto tenha tido ao longo do tempo.

Algumas não provedoras, por exemplo, possuem todo um discurso sobre a importância do trabalho feminino de um lado e certa negação de que ele seria importante em suas vidas, de outro. Como podem contar com as rendas dos parceiros, essas mulheres não negam a importância do trabalho remunerado, porém, ele não caberia em suas vidas, compostas por outros tipos de percepções e necessidades.

Já as provedoras ainda estão negociando e tentando entender os resultados práticos de sua inserção no mercado de trabalho, para além da parte financeira. Se enxergar mais independente e autônoma em contextos em que os maridos/companheiros são dependentes e não mais provedores - por desemprego, por exemplo - exige um esforço de entendimento que em alguns momentos parece não só contraditório como também absurdo. Nesses casos, ser dotada de iniciativa (*agency*) com capacidade de assumir o provimento doméstico não traz só benefícios, justamente porque tira do marido/companheiro parte fundamental de sua responsabilidade sobre as famílias.

Portanto, é no emaranhado de contradições e idas e vindas que constituem a vida social que essas mulheres unidas tentam entender e elaborar a narrativa de suas trajetórias enquanto mães, trabalhadoras, provedoras ou donas de casa em um mundo em que ainda se espera pouco delas em alguns aspectos, mas em que se exige muito em outros.

4.2. Ser ou estar provedora principal

Como já assinalado anteriormente, as mulheres unidas que participam do provimento doméstico são, em sua grande maioria, provedoras complementares. Essa situação sofreu pouquíssimas alterações durante a primeira década dos anos 2000, mostrando que as provedoras principais não só são bem mais raras, como também levanta a pergunta sobre em que condições as mulheres unidas se tornariam provedoras principais. Seguindo o argumento de Lavinas (2006), como as diferenças dos rendimentos de homens e mulheres nas camadas mais pobres da população seriam pequenas, ser provedora principal poderia ser mais uma resposta a um momento em que as famílias atravessam do que um padrão. Nesse sentido, esta parte do trabalho procurará analisar como provedoras principais são mantidas nessa posição e, em caso de alterações nesses contextos, como elas se manifestam.

Das 19 provedoras principais entrevistadas, três se tornaram provedoras principais por causa da invalidez dos maridos/companheiros; nove estão com os parceiros

desempregados há pelo menos três anos e os rendimentos que eles conseguem auferir realizando pequenos trabalhos não cobrem os rendimentos das esposas; e oito possuem rendimentos domiciliares que variam, às vezes seus ganhos conseguem ultrapassar os das parceiras. Nesses casos, no momento da entrevista as mulheres eram as provedoras principais, mas isso muda conforme os homens conseguem se alocar no mercado de trabalho.

Nos dois primeiros grupos de casos apresentados, o fato de as mulheres serem as provedoras principais dos domicílios parece ser algo fundamental na configuração das famílias. Inês, Suely e Cristina já eram provedoras na época em que os maridos sofreram os acidentes que os impossibilitaram de continuar trabalhando²¹. Entretanto, durante o episódio que envolveu os acidentes, a recuperação e a reorganização do provimento doméstico foi descrito pelas entrevistadas como muito difícil e traumático. O companheiro de Cristina conseguiu a aposentadoria por invalidez. Os de Inês e Suely ainda buscam esse benefício. Quando perguntadas sobre os episódios em questão, e os sentimentos desencadeados quando elas assumiram o provimento familiar, as entrevistadas apontam esse momento como o mais difícil de suas vidas, em que as mudanças abruptas geradas pelos acidentes, o medo de perderem os companheiros ou que eles ficassem debilitados e o fato de elas assumirem o provimento das famílias se tornaram um grande trauma que carregam até hoje.

O acidente do marido de Inês aconteceu quando ele tinha 50 anos de idade, ela 45 e os filhos 19 e 18 anos. Antes do acidente, somente o filho mais velho trabalhava, porém sua renda fica totalmente com ele. Depois do acidente, Inês intensificou sua jornada de trabalho e seus dois filhos começaram a contribuir no orçamento doméstico. Atualmente ambos estão casados e não moram mais no domicílio. O marido de Inês já tentou requerer a aposentadoria, mas vários imprevistos e problemas com advogados desonestos fizeram com que até hoje, ele não tenha conseguido se aposentar.

²¹ O marido de Inês sofreu um acidente de carro enquanto ia para o trabalho e possui problemas de locomoção. O de Suely caiu do telhado da casa que estava construindo para o casal e sente muitas dores nas costas, impossibilitando-o de trabalhar. O companheiro de Cristina era caminhoneiro e sofreu um acidente com o caminhão, limitando também parte de seus movimentos.

Quando eu precisei tomar a frente de casa, eu falei pros meus filhos: ‘olha gente, o pai de vocês não vai mais poder ajudar aqui, então agora é só eu e vocês. Comida eu não vou deixar faltar, mas eu vou precisar muito da ajuda de vocês’. E foi assim que a gente foi se ajustando, eu trabalhava em casa de família na época, era registrada e tudo. Aí pra ajudar mais na casa, eu comecei a pegar roupa para lavar e passar no final de semana e à noite. Então era assim, era trabalho de segunda a segunda, sem folga. Mas graças a Deus, deu tudo certo e eu venci. Mas não foi fácil não.

E como você se sentia nessa época? Eu me sentia... ah, como eu posso dizer, não tinha muito o que pensar. Quando o Carlos (marido) sofreu o acidente, meus filhos ainda eram pequenos, o mais velho tinha 15, aí foi isso, eu precisava colocar comida na mesa sozinha e fui atrás disso. Não dava para ficar pensando ‘ai como minha vida é ruim’. Eu fiz o que eu tinha de fazer e deu tudo certo. Meus filhos estão todos aí criados e trabalhando, honestos. Isso que importa. Minhas filhas ficam falando que eu sou guerreira, que eu sou batalhadora. Eu até acho que sou sim, mas eu fiz o que tinha de fazer, ué. Que mulher ia deixar os filhos passando fome, né? (Inês, 62, aposentada, provedora principal).

Já o marido de Cristina sofreu o acidente no décimo ano de casamento, quando o filho do casal tinha cinco anos, a provedora, 36, e seu parceiro, Ernesto, 39. Antes do acidente, Cristina era provedora complementar e dava aulas para o Ensino Fundamental durante meio período. Depois que seu marido recebeu alta do hospital e conseguiu se acomodar novamente em casa, essa informante passou a dar aulas em período integral, em duas escolas diferentes. Durante um ano e meio, chegou a lecionar nos três períodos, três vezes por semana. Porém a rotina estafante fez com que voltasse a dar aulas somente durante o dia.

Eu quase morri junto. Foi um caos. Eu quase fiquei louca, ainda mais porque o seguro demorou pra sair e eu tive que fazer tudo sozinha por quase um ano. Faz pouco tempo que ele começou a ganhar a aposentadoria.

O que mudou na vida de vocês depois desse acidente? Como eu já te disse, eu comecei a trabalhar igual a uma louca pra dar conta de tudo, sem contar no padrão de vida que a gente tinha, era muito diferente. A gente tinha dois carros, cada um tinha o seu. Meu filho estudava em escola particular, eu tive que tirar, a gente viajava sempre, isso tudo acabou. Pra eu conseguir pintar a minha casa, fiquei juntando centavo por centavo um bom tempo. Eu mais do que dobrei o número de aulas que eu dava depois do acidente dele, mas mesmo assim, nunca chegou nem perto de cobrir o que a gente ganhava juntos. Eu tinha uma vida planejada, estava tudo certinho e de repente acabou tudo. Eu me olho no espelho hoje e me vejo uma velha e eu nem sou, só tenho 42. Mas é porque de uma hora para outra

a vidinha tranquila que eu tinha foi para o ralo. A gente nunca chegou a passar fome, nem nada disso, e minha mãe vive brigando comigo, por causa das minhas reclamações, porque o Alê (marido) está aí vivo. Mas eu deixei de ser mulher dele e virei babá. Minha vida mudou para pior, ué. E nem o direito de reclamar eu tenho! (Cristina, 42, professora, provedora principal).

Através do discurso dessas mulheres, é possível perceber que ser provedora principal não era uma realidade que elas achavam que um dia iam viver. E como foram pegas de surpresas e de uma maneira bastante abrupta, a reorganização da vida familiar se deu de maneira bastante traumática.

Já nos casos das mulheres que são provedoras principais há, pelo menos, dois ou três anos sem grandes interrupções, nota-se, de maneira geral, que se está diante de um processo às vezes mais lento, outras vezes mais rápido, em que os homens vão deixando de trabalhar. Nesse grupo, novamente, as mulheres entrevistadas sempre foram provedoras complementares e a transformação em principais não aconteceu de maneira tão traumática como nos casos descritos anteriormente, uma vez que a instabilidade no emprego dos homens sempre foi mais realidade do que exceção.

Ele não arruma emprego de jeito nenhum, não tem jeito. Vive procurando, mas o que ele acha é sempre coisinha pequena que não dá nada. Então a gente vive mesmo do meu salário, que também não é muito, mas pelo menos dá para viver (Maria, 42, recepcionista, provedora principal).

Ele vive fazendo bico por aí. Trabalha um dia limpando piscina, outro dia limpando jardim, essas coisas. Ele nunca teve emprego, emprego assim, com carteira e tudo. Sempre foi aos trancos. E eu sabia que ia ser assim, mesmo antes de eu juntar com ele. Eu fiquei grávida, aí já viu, né? E aí depois veio a outra filha. A gente achou que era melhor ir morar juntos, mas foi pior, porque se eu tivesse ficado na casa da minha mãe, meu dinheiro ia ser meu e do meu filho e da minha mãe que tem a aposentadoria dela. Agora, meu dinheiro é meu, do meu filho e do Jorge (companheiro), que vive jogado por aí. Se eu tivesse ficado com a minha mãe teria sido melhor (Márcia, 36, vendedora, provedora principal).

Nesses casos, o fato de os homens não possuírem renda garantida já faz parte da dinâmica familiar, fazendo com que o rendimento que eles auferem esporadicamente não entre como parte importante do provimento doméstico, pois são as mulheres que pagam as principais contas. O dinheiro dos maridos/companheiros seria utilizado mais para completar

o orçamento doméstico, principalmente no final do mês, e para compras de menor necessidade dentro das famílias.

Ele faz uns bicos por aí. Troca a resistência de um, limpa a calha e a caixa de gordura de outro, limpa o quintal não sei de quem, essas coisas. Mas é só trocado né, o grosso mesmo, quem traz sou eu. Eu sou o homem aqui. Quem sustenta minha casa sou eu, ele precisa mandar em tudo, ele tem que ser o homem, mas quem faz tudo sou eu. E era tão diferente na casa da minha mãe. Meu pai era machão igual, mas ele punha dinheiro dentro de casa, ele que fazia o grosso. Minha mãe fazia barra de calça, mas era só trocado. Era pra ela comprar o leite de rosa que ela gostava e o leite condensado quando queria fazer um doce diferente. Agora, aqui em casa o pesado fica comigo e o dele é pra comprar um Dolly (guaraná) e uma mortadela de vez em quando (Zoraide, 53, copeira, provedora principal).

O depoimento de Zoraide difere do que muitos trabalhos (BILAC, 1983, OLIVEIRA, 1982, SALEM, 1981) mostram para as décadas anteriores, nos quais às mulheres cabia a função de abastecer as famílias com produtos não tão essenciais para o dia a dia, enquanto os homens se responsabilizavam pelo essencial, já que eles eram os provedores. Nos contextos atuais em que as mulheres são as provedoras principais, essa dinâmica pode ser invertida e a elas cabe a função de não deixar faltar o básico para suas famílias. Ao declarar “eu sou o homem aqui”, Zoraide reproduz vários dos estereótipos de gênero que ainda permeiam a sociedade em que vive. Na verdade, os discursos de todas as informantes são permeados por esses estereótipos. Há várias categorias de comportamento que ainda são esperados que homens e mulheres compartilhem. As mudanças nas representações ainda são muito lentas e, muitas vezes, não acompanham as práticas sociais.

Como é possível perceber, não foi encontrado um padrão sobre como se configura a participação feminina no provimento doméstico, enquanto provedoras principais. Os achados do campo sugerem que ser provedora principal pode tanto ser algo mais suscetível a oscilações, como mais permanente. Por outro lado, nos casos em que há consideráveis mudanças nos padrões de provimento dos domicílios, com homens e mulheres revezando-se como provedores principais, nota-se que, de maneira geral, a maior variação nos rendimentos se dá entre os primeiros. As provedoras principais entrevistadas possuem empregos relativamente estáveis – consequentemente, também têm renda garantida – enquanto que seus parceiros possuem uma estabilidade no trabalho bem menor. Vários

estudos de Leone e Baltar (2010), Lavinias (2010) e Guimarães (2012) já mostraram que o desemprego entre os homens tem aumentando mais do que entre as mulheres.

Eu não sei o que acontece com ele. Ano passado mesmo estava trabalhando lá no Guarani com carteira assinada e tudo, mas não durou seis meses, é um negócio de doido. Quando ele quer, ele fica um tempo no serviço, mas nunca passou de um ano. Parece que ele gosta de ficar de galho em galho, nunca vi. Só que nessa quem se dá mal sou eu. Porque aí quem tem que se virar pra ter o dinheiro do mês garantido sou eu. E eu não falto nunca. Meu salário está lá, faça chuva ou faça sol. Então, pra ele tanto faz. Fome ele sabe que não vai passar por minha causa, então fica por isso mesmo (Marlene, 54, faxineira, provedora principal).

Nos casos em que os homens possuem uma rotatividade maior de ocupações, são muito poucos os que possuem carteira de trabalho assinada no período em que estavam trabalhando. Eles geralmente trabalham em empregos provisórios, como construções e colheitas, e, segundo as provedoras, demoram muito tempo para conseguir novos empregos, e, nesse meio tempo, elas acabam assumindo a função de provedoras principais dos domicílios. Os depoimentos de Karen e Ana ilustram as dificuldades que enfrentam com a instabilidade da inserção dos maridos no mercado de trabalho.

Ele passou um bom tempo trabalhando de servente de pedreiro lá na UNICAMP. Ficou trabalhando lá e era um sossego, trabalho bom e ele ficava o dia inteiro longe de casa, o que era um alívio pra mim. Mas aí acabou o contrato e não quiseram renovar e agora ele está aí, sem fazer nada.

De quanto era o salário dele? Eram dois salários²², era muito bom.

E por que não quiseram renovar o contrato dele, você sabe? Por que ele não trabalhava direito. Ele sempre foi grosso, respondão. Aí foi se meter com o supervisor dele, se deu mal. Aí estamos assim. Logo ele vai achar outra coisa para fazer, mas enquanto não acha, a gente fica nessa miséria. Tendo que contar com a ajuda da minha mãe e da mãe dele (Karen, 29, vendedora, provedora principal).

Não dá pra confiar nele porque ele fica indo e voltando de serviço. Antes era mais tranquilo, porque era assim também, mas ele sempre estava ocupado. Só que de uns tempos para cá, o negócio foi ficando mais devagar. Ele não consegue mais ter emprego direto, sem parar. É aí que a coisa complica.

Com que ele trabalha? Ele colhe laranja. Na época da colheita, ele tem emprego direto. Só que quando acaba, ele fica sem emprego e sem dinheiro, porque a gente não consegue guardar. E, antes, eles pagavam

²² Karen possui um salário de vendedora de aproximadamente R\$ 700,00 por mês.

mais do que agora. E nesse tempo que ele fica parado, ele não consegue arrumar nada pra fazer, então, eu que fico com tudo.

E a colheita dura quanto tempo? Eles estão dispensando antes agora, vai de abril até setembro, mais ou menos (Ana, 33, faxineira, provedora principal).

Foi possível notar também certo descompasso entre as percepções das mulheres e dos homens quanto ao papel que cada um assume na dinâmica familiar. Norberto, 55 anos, marido de Rosa, não consegue se estabelecer em empregos duradouros e atualmente trabalha consertando sapatos em uma oficina, ganhando R\$ 545,00 por mês, enquanto Rosa ganha R\$ 1.244,00, como copeira na UNICAMP. Norberto participou de parte da conversa que tive com Rosa e, diferente da mulher, não acha que ser provedor principal é obrigação dos homens. Na versão da esposa:

Homem tem que colocar dinheiro em casa sim, tem que pagar as contas todas sim, tem que ser o chefe da casa sim. Porque se não é assim, a mulher acaba tendo que fazer tudo, que é o que eu faço. Eu pago quase tudo, eu limpo tudo, lavo tudo, passo tudo, faço tudo. E ele fica aí pingando moeda pra mim e gastando o resto com cachaça (Rosa, 52, copeira, provedora principal).

Mesmo sendo a provedora principal, Rosa entende que é obrigação dos homens arcarem com pelo menos as despesas da casa, já que as mulheres cuidam dos afazeres domésticos. Contudo, Norberto, seu companheiro, tem uma opinião diferente, causando bastante irritação na parceira:

Olha, moça, eu acho que o importante é todo mundo comer. É ter comida, roupa e teto para dormir. Quem bota a comida na mesa é o de menos, o importante é comer, não é? (Norberto, 55 anos, marido de Rosa, provedor principal).

Diante do olhar incrédulo da esposa, Norberto decidiu sair da sala, dando a Rosa o espaço para discordar veementemente do argumento dele, sugerindo, inclusive que eu não levasse em consideração o que essa parte da conversa.

Você nem escreve isso aí que ele disse, porque isso é mentira. Nem fica vermelho para falar de um absurdo desses na sua frente. E olha que ele ainda nem bebeu hoje. Isso é conversa de vagabundo, de gente que acha que a vida é fácil e não dá valor para o suor dos outros. O engraçado é que na hora de vir dar uma de macho, de chefe da casa para falar o que eu devo

fazer com o meu dinheiro, ele é bom. Agora, para dar exemplo, é isso, é essa cara-de-pau (Rosa, 52, copeira, provedora principal).

Não pareceu que Norberto estava usando tom de brincadeira ou de provocação ao dar seu depoimento. Porém, outros relatos das provedoras principais entrevistadas também dão pistas para um melhor entendimento das diferenças entre as percepções dos homens e mulheres. Frases como “ele não liga”, “para ele, do jeito que está, está bom”, “ele não se importa que eu me mate de trabalhar” foram comumente utilizadas nos relatos femininos. Esses fragmentos juntos aos discursos das informantes mostram que para essas mulheres ser provedora principal significa também reconhecer que os maridos/companheiros não compartilham dos mesmos projetos familiares que elas e isso acaba gerando muito ressentimento.

A gente casa achando que a vida vai melhor, que agora a gente vai ter alguém da nossa idade para dividir a vida e os problemas e olha o que aconteceu. Ele é meu problema. Eu queria tanta coisa, sonhava tanta coisa para mim, para ele e para os nossos filhos. Agora, se ele pode pagar a gasolina da semana, eu já fico feliz (Joana, 49, técnica em enfermagem, provedora principal).

O problema é que chega uma hora na vida que a gente acaba se contentando com pouco, com as migalhas que eles vão deixando aqui e ali. E não foi por isso que eu casei, sabe? É triste, é muito triste ver o homem que a gente escolheu para dividir a vida virar as costas para a gente desse jeito. Não queria que ele ficasse milionário, que ganhasse fortuna, nem nada disso, mas se ele reconhecesse o que eu faço aqui, já seria alguma coisa, mas nem isso (Márcia, 36, vendedora, provedora principal).

Outro ponto que causa revolta nas provedoras principais é o fato dos parceiros não conseguirem se firmar nos empregos, quando eles são encontrados. Aos olhos dessas informantes, já que elas conseguem trabalho e, principalmente, se mantem nele, mostra que possuem um comprometimento maior com a família e os filhos e que os parceiros não trabalham porque não querem. Os homens, nesses casos, seriam “acomodados” diante de uma mulher que garante a renda familiar mensal.

Serviço para quem quer trabalhar não falta. É só querer. Eu mesma nunca fiquei mais de três meses desempregada, nunca! Sempre consigo serviço rápido, mas por quê? Porque eu não sossego enquanto eu não acho. Mas ele não, ele sabe que eu nunca vou deixar faltar nada para os meus filhos, então ele fica tranquilo, fica reclamando que não acha nada, que nada vale

a pena. Mas é porque ele é vagabundo. Ele não gosta de trabalhar. Quando eu dou meus escândalos aqui e ele se toca, ele traz bastante dinheiro para casa. Ele já chegou a trazer R\$ 1.000,00, R\$ 1.200,00²³ para cá por um bom tempo. Mas aí brigou com o patrão, saiu do serviço e agora está aí pulando de galho em galho. Parece que ele enjoa logo do serviço, mas quem não enjoa, né? Isso não é desculpa (Sônia, 34, caixa de supermercado, provedora principal).

Foi recorrente o uso das palavras “acomodado” e “vagabundo” quando as provedoras principais se referiam aos seus maridos. Para essas mulheres, mais do que os condicionantes do mercado de trabalho que podem limitar a participação dos homens, a pouca iniciativa de deles em conseguirem uma ocupação seria não só o grande responsável pelos momentos de privação das famílias, como também atrapalhariam os projetos de ascensão social das mulheres.

Quando ele quer, ele consegue. Ele ficou bem uns seis meses trabalhando direto e ganhando bem. Mas ele se acomoda rápido. Ele sabe que o meu é garantido, ali, todo mês e por isso não faz por onde. É isso que acontece. Em dezembro mesmo, no final do ano não falta serviço, tem serviço para todo lado e eu fiquei sabendo que chamaram ele para ajudar a pintar umas casonas em uns condomínios aí. Ia ser um dinheiro bom e ia durar bastante tempo, ele ia ganhar bem uns R\$ 2.000,00, mas quem disse que ele foi? Foi nada e sabe por quê?

Por quê? Porque ele sabe que eu ia receber meu décimo terceiro, então, ele não precisava trabalhar porque eu ia estar cheia da grana.

E como você se sente em relação a isso? Eu quero morrer. Eu não me conformo com isso. Ele fala que está com dor nas costas, que está com dor nisso, naquilo, mas eu sei que é mentira, que é sem vergonhice mesmo, que quando ele quer as coisas, ele vai atrás e consegue.

Como assim? Um tempo atrás, ele queria uma bicicleta nova, porque a dele estava bem velha. Eu disse que não ia dar bicicleta nenhuma para ele. Ele foi atrás, foi ajudar em uma casa aí que estava reformando, depois foi pintar a escola ali de cima, fez que fez que conseguiu comprar a bicicleta para ele e ainda sobrou um bom dinheiro. Então, a gente vê que quando ele quer, ele consegue as coisas. Quando ele quer, ele consegue ser o chefe da família. Só que ele não tem ambição, ele não quer subir na vida, melhorar. Para ele, o que a gente tem está bom. Só que com isso, ele não sai do buraco e não me deixa sair também (Vergínia, 41, vendedora, provedora principal).

²³ Sônia possui um salário de R\$ 800,00 mensais.

Ser a provedora principal nos casos em que os parceiros não conseguem se firmar no mercado de trabalho gera, portanto, inúmeras frustrações. As mulheres entrevistadas possuem muito orgulho de serem provedoras. Porém, para elas, ser a provedora principal é sinal de que o projeto de família por elas idealizado não foi mantido. Essas informantes esperam ainda que os homens sejam os provedores principais e os pilares da estabilidade financeira de suas famílias. Quando essa responsabilidade é passada para as mulheres, acaba gerando desordem nas expectativas, já que elas assumem um papel que era idealmente dos homens. As provedoras principais veem seus parceiros, de um lado, como incapazes de assumir uma posição que deveria ser “naturalmente” deles, e de outro, como “amarras” que não as deixam progredir como acham que poderiam. Nota-se, portanto, que apesar das mudanças de percepção das mulheres sobre o “papel” que ocupam em suas famílias, o discurso delas ainda é bastante permeado pelos estereótipos de gênero, como já falando anteriormente.

Em pesquisa qualitativa realizada com mulheres chefes de domicílios monoparentais também na Região Metropolitana de Campinas (FAVARO, 2009), foi possível concluir que o grande motivador para que mulheres optassem pela separação/divórcio se dava quando os maridos/companheiros deixavam de serem os provedores. As mulheres suportavam violência doméstica e descaso, mas não suportavam sustentar seus companheiros e, por isso, optavam pela ruptura da união.

No caso das mulheres unidas provedoras principais entrevistadas para este trabalho, a possibilidade de ruptura da união existe, porém, não é levada adiante. Ainda há a esperança de que os homens consigam adquirir a estabilidade financeira como elas conseguiram. A comparação entre a condição de ocupação das mulheres e homens acontece o tempo todo, e a pergunta “se eu consigo, por que ele não consegue?” parece ser o referencial que guia as percepções das mulheres sobre o provimento doméstico.

Elas parecem assumir uma posição mais prática, aquela de que “trabalho é trabalho”, enquanto os homens, na ânsia de esperar por ocupações melhores, ou diante de mulheres que assumem o provimento doméstico, adotam uma posição mais “acomodada” e com menores ambições quanto às possibilidades de auferirem rendimentos maiores.

Minha mãe fala que não sabe como eu consigo viver assim. **Assim como?** Assim, tendo que sustentar homem, de ver que ele traz dinheiro pra casa só quando quer. Isso não é certo, eu não deveria me preocupar com essas coisas.

Que tipo de coisas? Se os meus filhos vão ter comida ou não, se vai dar pra pagar as contas. Isso é coisa de homem fazer, pra isso que eu sou casada. Não falam por aí que homem que tem que cuidar da mulher e dos filhos? Então, era isso que eu esperava dele, que ele cuidasse da gente. Mas ele só cuida quando quer.

E aí? E aí que eu tenho que me virar né.

Fale-me um pouco mais disso de que ele só cuida quando quer. Eu sou ambulante, tenho minha barraca lá na Campos Salles. Quando ele me ajuda, ele consegue tirar até mais do que eu. Porque ele conversa bem. Ele também podia ir buscar as mercadorias, fazer as viagens. Já me ajudava muito porque eu não teria que pagar para fazer isso. Mas ele também não gosta. Ele não gosta de nada, ele não gosta de trabalhar. Ofereceram-me outra barraca lá, de um cara que está saindo fora. Mas quem disse que dá para eu pegar? Se eu pegar, vou ter que pagar alguém para cuidar, aí não compensa. E não dá para contar com ele (marido), porque ele aparece só quando quer (Kátia, 29, ambulante, provedora principal).

Eu não sei, às vezes eu acho que fui eu que deixei ele assim, viu?

Assim como? Assim folgado, de só fazer por onde quando eu falo para ele. Esse negócio de ser autônomo também não ajuda²⁴, porque quando tem serviço, ele vai e quando não tem, ele também não procura muito. Então a gente fica assim, nessa vida de não saber o dia de amanhã (Karen, 29, vendedora, provedora principal).

Nesses casos, parece haver uma revolta maior dessas provedoras principais quando comparadas com aquelas cujos maridos/companheiros estão desempregados há mais tempo. Parece haver um consenso entre essas mulheres: nenhuma delas tem como objetivo ser provedora principal quando estão unidas. Elas até podem ganhar mais do que os maridos/companheiros, porém, quando a diferença nos rendimentos começa a pesar muito e o grau de dedicação ao cuidado (financeiro) da família começa a pender bem mais para o lado da mulher, as frustrações começam a surgir.

Porém, entre as mulheres provedoras principais cujos maridos/companheiros estão subempregados ou que vivem de bicos, mas que eventualmente conseguem rendimentos satisfatórios, a frustração parece ser maior do que entre as mulheres cujos parceiros são desempregados estruturais. Isso se dá justamente por conta do potencial não alcançado dos parceiros das primeiras. Como eles já foram provedores principais e já mostraram que

²⁴ O marido de Karen é eletricitista.

conseguem auferir rendimentos satisfatórios, as mulheres que vivenciam esse tipo de situação sentem uma pressão maior sobre si do que aquelas cujos maridos estão há mais tempo desempregados. Nesses casos, parece que possuir um marido “acomodado” é pior do que ter um marido/companheiro “encostado”.

O Elder (marido) não consegue emprego, já me conformei com isso, não tem jeito. Ele não dá para trabalhar direto, só com bico mesmo. O negócio sou eu mesmo. Eu que tenho que assumir tudo aqui, não tem para onde correr (Neusa, 47, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Meu marido é vagabundo, ponto! Já cansei de brigar por causa disso, não dá mais. Ele não nasceu para trabalhar. Então, eu já até me conformei. Já me conformei que ele é um encosto na minha vida. O que eu não me conformo é que ele fica parado sem fazer nada aqui em casa. Isso não dá. Hoje, a gente briga mais por causa disso. Aí não dá, aí o pau quebra (Valquíria, 35, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Quem não quer um homem trabalhador dentro de casa? Eu chego até a ficar feliz quando eu tenho que lavar uniforme dele, quando ele usa uniforme para trabalhar. Lavo com gosto. Pena que sempre acaba rápido, que ele termina um serviço e demora um tempão para conseguir outro. O serviço²⁵ dele é bom. Todo mundo gosta. O problema é ele mesmo. É ele não ver o quanto eu trabalho, a mixaria que eu ganho, enquanto ele podia ganhar bem mais. Homem não devia se acomodar tanto, isso acaba com a família (Vergínia, 41, vendedora, provedora principal).

Por outro lado, não é só a “falta de vontade de trabalhar” dos companheiros que faz com que as mulheres se tornem provedoras principais por períodos de tempo. Há também casos mais complexos, como o do José, companheiro de Irma, que, devido a um câncer de próstata, entrou em depressão e não conseguiu mais se firmar no mercado de trabalho. O casal está junto há seis anos e é a segunda união de Irma, ela possui dois filhos, sendo o mais novo dessa união. Depois de passar praticamente um ano fazendo tratamento, José conseguiu se recuperar totalmente do câncer, foi chamado para voltar ao seu trabalho como mecânico de automóveis, porém, não conseguiu se firmar e atualmente vive de trabalhos esporádicos. Segundo, Irma, os traumas gerados pelo câncer impedem que o companheiro volte a ser o provedor principal.

²⁵ O marido de Vergínia é pedreiro.

Ele sofreu muito durante o câncer, muito mesmo. Ele ficou impotente durante o tratamento e continua até hoje. O médico fala que agora é psicológico, que é da cabeça dele, mas ele não consegue mais, coitado. Aí tudo isso deixou ele muito para baixo, ele acha que não é mais homem. E aí, como ele acha que não é mais homem em uma coisa, ficou não sendo mais homem nas outras coisas também. Ele não consegue mais parar no serviço, de jeito nenhum. Antes, não tinha homem para trabalhar igual ele, mas agora não. Ele não fica. Vai um tempo, mas logo para. Por ele, ele só bebia e dormia o dia inteiro.

Ele bebe muito? Bebe, bebe bastante. Ele não enche o saco, só quando chora de vez em quando. Mas ele não consegue mais trabalhar direito. Quando ele consegue, ele vai bem, ele ganha bem, mas não consegue mais ficar o tempo todo.

Ele não faz tratamento? Ele começou a ir no psicólogo, mas parou, aí já viu (Irma, 47, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Apesar de o parceiro de Irma primeiro ficar impotente e depois deixar de trabalhar, as percepções quanto a perda de masculinidade dos homens não provedores também foram encontradas em outros depoimentos. Contudo, nos outros casos, acontece o inverso, é no momento em que os parceiros deixam o mercado de trabalho que deixam um pouco de serem homens.

Essa “naturalização” do papel do homem como provedor faz com que, na visão das mulheres, quando ele deixa de cumprir sua parte no contrato social que estabelece as posições que homens e mulheres ocupariam no casamento, a própria masculinidade é posta à prova. As mulheres não se veem menos mulheres quando assumem parte principal do provimento doméstico, pelo contrário, se enxergam como guerreiras e batalhadoras. Em contrapartida, para elas, o homem que não assume parte principal do provimento perde um pouco de sua masculinidade (TAGLIAMENTO, 2007; FLECK; WAGNER, 2003).

Homem que é homem não deixa a mulher assim na mão, né? (Sônia, 34, caixa de supermercado, provedora principal).

Eu queria que ele assumisse de verdade a família, não é para isso que homem serve? Eu estou aqui me desdobrando em mil, fazendo das tripas coração pra dar conta de tudo. Porque ele também não pode? Não tem aquele filme, ‘A dama e o vagabundo’?

Tem. Aqui em casa é a guerreira e o vagabundo (Marlene, 54, faxineira, provedora principal).

Eu, minha mãe, minhas irmãs sempre fomos todas batalhadoras, de não esperar homem para nada. Eu nunca achei que ia chegar nesse ponto, de ter que trabalhar praticamente sozinha para dar conta de tudo aqui. Sou guerreira, porque para aguentar o que eu aguento, não é fácil não (Joana, 49, técnica em enfermagem, provedora principal).

Por outro lado, como o trabalho foi baseado fundamentalmente no discurso das mulheres, não foram encontrados indícios de que o trabalho feminino humilharia os homens, como mostrou Fonseca (2004) quando trabalhou com uma comunidade da cidade de Porto Alegre, na década de 1990. Na visão das mulheres entrevistadas, aquelas que são provedoras principais ainda perdem muito e possuem muitas desvantagens quando estão nessa situação, principalmente por causa do acúmulo de trabalhos e dos problemas enfrentados com os parceiros. Porém, elas não humilhariam seus maridos/companheiros, pois estão se adaptando às exigências da vida. Segundo o relato de várias informantes, os homens “não estão nem aí”, “eles acham até bom”, “quanto mais eu trabalho, para ele é melhor”. Na visão delas, os homens humilhariam a si mesmos ao não assumirem o provimento dos domicílios. Nesse sentido, as provedoras principais, ainda que sejam os pilares das famílias, parecem não carregar mais de maneira tão intensa o peso do ressentimento dos homens que não conseguem ser os provedores principais dos seus domicílios. O ressentimento continua existindo, só que agora, é delas em maior medida.

Eu faço o que tenho que fazer, se ele não está satisfeito, se acha que eu tenho que ficar mais em casa, azar o dele. Eu não ligo não. Eu faço o que eu acho melhor para mim e para os meus filhos, se ele não está satisfeito, vai embora, ué. Não sei como ele tem coragem de sair na rua, com as coisas que ele me faz passar. Eu saio com a cabeça erguida, porque eu sei o que eu faço para deixar tudo em pé (Karen, 29, vendedora, provedora principal).

Eu não estou nem aí para o que ele pensa se eu trabalho com fulano ou com sicrano. Eu trabalho e ele não. Eu tenho salário e ele vive de mixaria, de bico. Então, ele que não venha mexer comigo, porque eu não caio mais nessa não. Se quiser ficar aqui, pode até ficar, mas vai ser do meu jeito e no meu trabalho ninguém mexe (Sônia, 34, caixa de supermercado, provedora principal).

Ele vive falando que bebe porque está desempregado, que bebe porque não consegue trabalho, bebe porque a vida comigo é um saco. Não engulo mais essa não. Sempre falo, ‘a porta da rua é a serventia da casa’. Vê se pode, eu fazendo tudo o que eu faço e ainda ter que aguentar raiva de marido

folgado. Ele quem devia sentir vergonha do que faz eu passar. Eu estou com a minha consciência tranquila (Aline, 22, secretária, provedora principal).

Esses relatos revelam que essas relações são permeadas por conflitos constantes. Relatos de brigas frequentes, violência física e problemas dos homens com álcool foram contados. As relações estabelecidas são bastante ambíguas com um maior comprometimento das mulheres em relação aos filhos e à família e a acomodação e descaso dos companheiros. Por mais que essa relação seja desvantajosa para elas, ter um parceiro presente ainda é importante, seja por causa dos filhos ou por conta de afeto e outros sentimentos que nem para as entrevistadas são muito claros, mas que fazem com que optem por não se separarem.

Os casos de Marlene, Neusa e Valquíria são bastante sintomáticos nesse sentido. A primeira possui uma relação bastante violenta com Edson, o companheiro alcoólatra. Além das brigas constantes, Edson costuma “roubar” o dinheiro de Marlene para a compra de bebidas. Já Valquíria teve problemas com as traições do marido Washington. Esses dois homens são considerados membros importantes das famílias, por mais conflituosa que sejam as uniões. Principalmente no caso de Marlene, a pressão religiosa que prega que os casamentos devem ser indissolúveis faz bastante diferença.

Você nunca pensou em separação? Pensar a gente pensa, mas não tenho coragem não. A gente casou direitinho no papel e na igreja. E o pastor sempre me fala que essa é a minha sina, que Deus está guardando um lugar bom no céu para mim. Então, eu vou levando. E meus filhos já estão todos crescidos e logo saem de casa. O mais velho já está saindo. E eu vou ficar sozinha? Ah, moça, é difícil de explicar. Ele era um homem bom. Quando você casar, você vai entender (Marlene, 54, faxineira, provedora principal).

Já no caso de Valquíria e Neusa, os cuidados que os parceiros dispensam aos filhos faz diferença na manutenção das uniões, além do afeto e da presença de um homem em casa.

O que o seu marido costuma fazer durante o dia? Ele não faz nada, é o que eu estou lhe falando, ele é vagabundo, não gosta de trabalhar de jeito nenhum e ainda me dá dor de cabeça.

Que tipo de dor de cabeça? Dor de cabeça de chifre que ele colocava aqui ó (aponta para a cabeça).

Como é isso? Agora parou, mas tinha época que era só eu e meus filhos saírem que ele colocava mulher aqui para dentro de casa, acredita?

E aí? E aí que a tonta aqui ainda demorou um tempo para descobrir, mas aí, quando eu descobri, desci o cacete em todo mundo, nele, na vagabunda e até na irmã dela. Eu bato mesmo. Você já reparou que eu sou barraqueira, né? Não tenho medo não, ainda mais porque eu sou grandona e ele é miudinho. Vira e mexe eu ainda sento o cacete nele. Agora diminuiu, mas eu batia mesmo. Ele até brinca que se tivesse uma lei Maria da Penha²⁶ para homem, ele ia me denunciar.

Mas ele pode, ele nunca te denunciou? E ele é trouxa de ir na delegacia falar que apanha de mulher? Ainda mais da mulher que sustenta ele? Está doida!

E as traições, como ficou isso? Mas então, aí eu fui esperta, porque meus meninos iam para escola à tarde e o Washington (companheiro) ficava sozinho aqui e era quando ele trazia a vagabunda. Só que agora eu mudei o mais novo de horário, então vai um de manhã e outro à tarde, e ele nunca fica sozinho.

Você nunca pensou em se separar? Penso todo dia! Mas sabe o que é? Eu gosto dele e ele é bom pai, ele cuida bem dos meninos e os meninos são muito apegados a ele. E se ele fosse embora, iria lá para os lados da mãe dele, lá no Chapadão, é muito longe. Ia ficar difícil. E meus filhos iam ficar sozinhos aqui em casa depois da escola. Então não dá. E não é sempre ruim, quando ele faz o que eu quero, é bom! (Valquíria, 35, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Se ele fosse embora, ia ficar só eu e minha menina. Eu não gosto disso, acho importante ter um homem na casa, sabe? (Neusa, 47, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Nesse sentido, por mais que o provimento doméstico seja fator determinante na organização familiar dos domicílios investigados e ser provedora principal com marido presente gere muitas frustrações, não é fácil prescindir da união. Fatores muito subjetivos, como o afeto, as crenças religiosas e a ideia de que ter um homem na casa é importante perpassam as vidas dessas mulheres, tornando-as mais complexas do que pode parecer. Esses achados corroboram os de Nascimento (2005) para um bairro popular de Recife. Analisando arranjos familiares de homens não provedores e alcoólatras, o autor sugere que muitas das companheiras desses homens – que vivem contextos de violência e privações – desistem não só da separação, como também de reverter o quadro do alcoolismo e não esperam que seus maridos voltem a trabalhar. Mesmo reconhecendo que não podem mais contar com parceiros, as mulheres permanecem unidas por outras questões, que vão muito além das de ordem prática do dia a dia e das violências sofridas.

²⁶ A lei Maria da Penha foi criada, em 2006, na tentativa de coibir a violência doméstica contra as mulheres.

A história de Cristina ilustra bem a confusão de sentimentos que muitas vezes faz com que as mulheres unidas permanecem em uniões que não lhes são mais satisfatórias. O marido dessa informante sofreu um acidente enquanto era caminhoneiro e desde então, não trabalha mais, recebendo uma aposentadoria de um salário mínimo. Segundo Cristina, seu parceiro poderia voltar a trabalhar se quisesse, mas não o faz, o que gera muito ressentimento nela. Mas não somente isso, essa informante ressenha-se também de outras partes da relação com o parceiro que foram perdidas, como o companheirismo e o compartilhamento das responsabilidades familiares. O fato de o marido ser dependente dela e possuir uma limitação física a constrangem em tentar pensar romper com sua união.

Então, é o que eu digo, eu perdi a parte boa do marido, de ser companheiro e de assumir a casa e fiquei com a parte ruim. Deus me livre se ele ouvir isso, mas hoje ele é um peso na minha vida. A gente nunca sabe o dia que ele vai chegar bem e o dia que vai chegar quebrando tudo.

E você nunca pensou em se separar? Pensar, eu já pensei. Mas vou botar um homem manco, que quase não consegue andar direito para fora de casa? No fundo, eu tenho dó. Tenho muita raiva também, porque ele se acomodou. Poderia procurar alguma outra coisa para fazer, porque ele tem o ensino médio completo, mas ele se acomodou e preferiu ficar sentindo pena dele mesmo. Por enquanto, eu vou levando. Pelo menos no meu dinheiro, ele não mexe. Então, eu consigo ir levando (Cristina, 42, professora, provedora principal).

Diante de todo o quadro desenhado até aqui, conclui-se que apesar de as entrevistadas serem as grandes cuidadoras das famílias, elas ainda querem ser “cuidadas” financeiramente pelos maridos/companheiros. Ser provedora principal nesses contextos aparece como sendo um grande peso, porque só as mulheres cuidam. Elas querem trabalhar, acham muito importante possuir renda própria, contudo, desde que possam compartilhar essa responsabilidade com os maridos/companheiros. Como será visto no Capítulo 5, avançar em uma área que supostamente deveria ser dos homens, como ser a principal provedora, não quer dizer que os homens avancem em uma área que é atribuída às mulheres, como o cuidado da casa e dos filhos.

Acredita-se que examinar as trajetórias das mulheres até a participação no provimento familiar se mostra um ponto de partida fundamental para entender a organização doméstica de suas casas e as estratégias que são adotadas para a manutenção dos domicílios.

Nesse sentido – e após elucidar os caminhos percorridos até se tornarem provedoras – o capítulo seguinte analisará os meandros das organizações domésticas, tentando entender como as mulheres entrevistadas administram suas vidas e de suas famílias, tendo como pano de fundo o fato de serem provedoras domésticas ou não.

CAPÍTULO 5: AS MULHERES UNIDAS E O LAR: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROVIMENTO DOMÉSTICO E SEUS REFLEXOS NA DINÂMICA FAMILIAR

Este capítulo tem como objetivo analisar a organização doméstica dos domicílios de mulheres unidas provedoras e não provedoras, no que concerne à divisão sexual do trabalho em termos de trabalho doméstico e remunerado, a administração do orçamento doméstico e o cuidado dos filhos. Espera-se entender se a maneira como mulheres participam do provimento doméstico influencia ou não a dinâmica familiar.

No caso das mulheres unidas que são provedoras, um dos pontos de maior dificuldade da organização cotidiana é a articulação entre o trabalho remunerado e os afazeres domésticos. Há uma vasta literatura que analisa esse tema e que já foi discutida anteriormente, mostrando todas as dificuldades que as mulheres podem enfrentar nesses contextos. Nas palavras de Lister (2000), o comprometimento das mulheres com o trabalho não pago na esfera doméstica

(...) pode limitar o tempo em que as mulheres estão disponíveis para se comprometer com o trabalho remunerado e as responsabilidades que podem assumir. Ao mesmo tempo, a posição de mulheres e homens no mercado de trabalho alimenta de volta a posição delas na família. A lógica econômica gerada pelo mercado de trabalho desigual encoraja uma divisão tradicional do trabalho doméstico. Recompensas econômicas diferentes pela participação no mercado de trabalho podem se transformar em poderes diferentes dentro da própria família²⁷ (LISTER, 2000, p. 27).

É possível concluir, portanto que, por mais que tenha sido constatado que o trabalho remunerado mudou, em certa medida, a maneira como as mulheres unidas se inserem na sociedade e constroem suas identidades, o trabalho não remunerado na esfera doméstica ainda constitui parte muito importante nas suas vidas, principalmente porque elas são as principais responsáveis não só pela execução dos afazeres domésticos, mas, também, pela administração dos recursos financeiros direcionados para as famílias, em alguns casos.

²⁷ Tradução nossa.

O conjunto de mulheres unidas entrevistadas não foge a essa regra, sendo provedoras ou não. Contudo, há algumas especificidades que estão fortemente atreladas à forma como essas mulheres participam do provimento doméstico. É possível afirmar que a organização doméstica está baseada fundamentalmente no trinômio: a administração do dinheiro, o cuidado dos filhos e os chamados serviços domésticos (limpeza da casa, lavar e passar as roupas e o preparo dos alimentos).

5.1. A administração do dinheiro

O modo como as entrevistadas organizam as despesas das famílias e a alocação dos recursos auferidos variou bastante no universo pesquisado. Há casos de não provedoras que administram todo o ganho dos maridos/companheiros, como também casos em que ter acesso à renda masculina é o grande desafio que essas mulheres enfrentam no dia a dia familiar. Os depoimentos das não provedoras Iraci e Flávia, de um lado, e Mariana e Rita, de outro, ilustram os casos extremos encontrados.

Iraci, 54 anos, e Flávia, 40 anos, são mulheres não provedoras que estão na segunda união e possuem muitas dificuldades para ter acesso ao dinheiro que os maridos/companheiros ganham. Elas são donas de casa e totalmente responsáveis pela realização dos afazeres domésticos. A primeira parou de trabalhar como faxineira depois que se uniu ao segundo companheiro, Guilherme, enquanto Flávia está desempregada há mais de dois anos, segundo ela porque o companheiro dificulta todas as suas tentativas de se inserir no mercado de trabalho. Contudo, há um elemento comum entre essas duas mulheres, responsável pelas suas dificuldades em ter acesso à renda dos companheiros: o ciúme.

Então, a nossa relação começou de um jeito meio torto.

Como assim? Quando a gente começou a sair, eu e ele ainda éramos casados. Eu trabalhava de faxineira em uma casa e ele começou a trabalhar na reforma lá, aí a gente começou a sair.

Isso faz quanto tempo? A gente já tá junto há cinco anos (...) só que aí, esse negócio de começarmos a sair quando ainda éramos casados complicou tudo, porque, hoje, ele morre de ciúmes de mim. Por isso que eu não trabalho mais, porque ele tem medo que eu arranje outro no serviço, igual eu arranjei ele. E, com medo de eu colocar um monte de chifre na

cabeça dele, ele quase não me dá dinheiro para nada. Eu não tenho um tostão, se acontece alguma emergência, eu estou perdida, porque ele controla tudo.

Controla como? Pra você ter uma ideia, ele dorme com a carteira debaixo do travesseiro e leva ela para o banheiro quando vai tomar banho. Na hora de fazer compras, ele vai comigo e ele quem vai ao banco pagar as contas. Eu sou totalmente dependente dele. Meus filhos já vão direto falar com ele para pedir as coisas, é assim.

E como você se sente em relação a isso? Eu fico completamente presa, não consigo fazer nada. Não é porque eu errei uma vez que eu vou errar de novo, isso já passou.

Como assim? Ah, eu traí ele uma vez com meu ex-marido, mas foi uma vez só e já faz um tempão que estou pagando por isso.

Então, antes não era assim? Era, mas era menos. De uns anos para cá e depois do que eu fiz que piorou tudo (Iraci, 54, não provedora).

Flávia também tem vários problemas para ter acesso aos ganhos do parceiro e também sofre para se realocar no mercado de trabalho por conta das barreiras impostas por Manoel.

Ele usa o dinheiro dele para me deixar na rédea curta.

Como assim? Ele morre de medo que eu largue ele, porque eu já fui casada uma vez, então, na cabeça dele, se eu larguei um, eu também posso largá-lo (...).

Você me disse que está desempregada... Estou desempregada por causa dele.

Como assim? Porque quando eu arrumo serviço, ele vai fazer escândalo na porta, aí não tem patrão que aguento e eu acabo desistindo. Aí junta a encrenca da filha dele que fica aí o dia inteiro me vigiando, eu não faço nada. Pra você ver, quando eu preciso comprar alguma coisa por fora, que ele não quer deixar, eu roubo ele. Abro a carteira dele escondida e pego o dinheiro. É assim que eu vivo e eu nunca, mas nunca mesmo, fiz nada pra ele pensar coisa errada de mim, nada! (Flávia, 40, desempregada, não provedora).

O dinheiro nesses casos é usado também como uma ferramenta de controle das mulheres. Como elas tem pouco acesso a ele, na visão dos maridos/companheiros, isso dificulta que elas ajam de maneira independente e fora do alcance e controle masculino. As uniões anteriores das informantes se tornou um problema para elas e os parceiros. Nessas situações, o fato de serem divorciadas ou desquitadas parece ser um diferencial negativo em suas vidas, mesmo quando os maridos/companheiros tiveram também outras uniões. Contudo, entre as mulheres, esse fato é encarado como uma ameaça aos homens.

Iraci e Flávia também assumem posições diferentes quanto a sua participação no mercado de trabalho. Conforme visto no Capítulo 4, Iraci acredita que o trabalho feminino é importante, porém, é obrigação do homem sustentar a família. Nesse sentido, ela não almeja possuir uma renda para obter mais autonomia, já que isso seria mais uma fonte de tensão com seu companheiro, mas deseja uma mudança de postura dele. Já o caso de Flávia é diferente. Há o desejo de deixar de ser desempregada, porém, ele esbarra no controle exercido por seu companheiro.

Do outro lado dessa negociação constante do modo de administrar os rendimentos, há os casos de Rita e Mariana. As duas não provedoras possuem a mesma faixa etária, a primeira com 39 anos e a segunda com 36, e ambas declaram que estão desempregadas. Conforme visto no capítulo anterior, o fato de estarem desempregadas não é um grande problema na vida dessas mulheres e de suas famílias, pois os rendimentos auferidos por seus maridos/companheiros parecem ser suficientes para o sustento familiar. Porém, outro fator que também pode contar nesse contexto é o controle quase que total que elas têm da renda dos maridos/companheiros e serem responsáveis por sua administração.

Ele ganha salário mínimo, não é muito, mas a gente consegue se virar.

Como vocês administram esse dinheiro? Ele me dá quando recebe.

Como assim? No segundo dia útil do mês, a gente vai ao banco e saca o dinheiro. E eu que fico com ele.

Com todo ele? Não, ele pega um pouco, uns R\$ 50,00 pra gastar nas coisinhas dele, mas o resto fica comigo, eu que cuido de tudo.

E como você se sente em relação a isso? É uma bênção. Ele é bom com dinheiro. Eu faço tudo, faço o dinheiro render, compro as nossas coisas e fica tudo bem. É bem melhor assim (Rita, 39, não provedora).

Como vocês administram o dinheiro? Ele ganha e eu gasto. Gasto na casa, com as despesas e as crianças. Eu que fico com o cartão do banco e vou gastando. Quando ele quer alguma coisa, eu falo quanto tem, ele vai lá e saca ou paga com o cartão e a gente vai controlando. Mas quem divide tudo aqui, sou eu.

E como você se sente com isso? Eu gosto bastante, porque sou eu quem cuida de tudo mesmo aqui dentro de casa, então é melhor assim. Ficar tendo que pedir dinheiro para homem é que não dá (Mariana, 36, não provedora).

As falas das não provedoras apresentadas acima mostram uma grande satisfação em poder administrar o orçamento familiar, já que elas organizam, também, todo o resto.

Contudo, apesar dessa independência, há também outro lado. Como já explicitado várias vezes neste trabalho, essas mulheres cuidam de praticamente tudo relacionado à organização doméstica dos domicílios, enquanto os homens se responsabilizam pelo ganho da renda.

Nesses casos, parece não haver um entrosamento entre a tomada de decisões no que se refere aos rendimentos e ao cuidado da casa. As esferas em que homens e mulheres estão situados são completamente separadas, não havendo um compartilhamento das responsabilidades no interior das famílias. Essa autonomia das mulheres em poder administrar o orçamento doméstico, mesmo não sendo provedoras, viria acompanhada, então, de certo distanciamento dos homens dessa função.

Entre as mulheres provedoras complementares, a situação parece um pouco mais maleável, já que ter o próprio dinheiro é garantia de poder administrá-lo de maneira relativamente independente, mesmo quando toda a renda é alocada nas despesas familiares. Um ponto importante nesses contextos é a separação das despesas entre os casais.

Grande parte da renda das provedoras complementares é gasta com as compras de supermercado e vestuário delas, dos filhos e dos parceiros, enquanto que os homens se responsabilizam, via de regra, com os pagamentos das contas de aluguel, energia, água e telefone. Em alguns casos, principalmente naqueles entre os mais pobres, não há essa divisão tão certa das despesas. Elas vão sendo pagas conforme a disponibilidade do casal no momento. Contudo, as informantes sempre enfatizam os gastos com alimentação como parte importante do seu orçamento.

Comida em primeiro lugar. E isso é comigo. Ele passa no açougue de vez em quando e traz uma carne em promoção, essas coisas. Mas o grosso da comida quem compra sou eu.

Com o que mais você gasta seu salário? É com isso e com as crianças. Eu quem compro as roupas delas, sapato, essas coisas. Quando elas precisam de um dinheiro, aí é com o pai (Lurdes, 42, vendedora, provedora complementar).

Meu dinheiro vai todo aqui. Com comida e as coisas para as crianças. É isso que eu faço com meu dinheiro. Compro uma coisinha ou outra para mim, gosto de tingir o cabelo no salão, mas eu levo a tinta. É isso. Nas outras contas, eu quase não mexo, porque ele quem paga. De vez em

quando vem aviso de que a força não foi paga, de que a água vai ser cortada, mas eu nem tomo conhecimento, só dou a bronca e mando para ele (marido). Isso é com ele (Helena, 44, costureira, provedora complementar).

Já no domicílio de Eugênia, a divisão de despesas é um pouco mais complexa, devido aos problemas financeiros do casal.

Tem umas fases aqui em casa que é vender o almoço para comprar a janta. Não tem jeito. Acabamos fazendo um ‘gato’ ali na energia e deu certo, aí é uma coisa a menos. Eu sou ambulante e quando muito tiro uns R\$ 300,00 por mês, ele ganha salário mínimo e ainda tem a criança. Aí o negócio vai apertando e a gente paga o que der. O que não der, paciência.

Como assim? Água não dá pra passar, porque eles estão cortando mesmo, então isso a gente paga. Comida é o básico, arroz, feijão e legume; carne, a gente corta e vai levando.

Alguém de fora te ajuda? Eu ganho bastante roupa ali na igreja, principalmente no frio, aí isso já ajuda muito. Mas de dinheiro não e nem tenho coragem de pedir também. Então, a gente vai fazendo conforme dá. Aí não dá para falar ‘eu pago isso, ele paga aquilo’, fico tudo misturado (Eugênia, 31, ambulante, provedora complementar).

No caso específico das provedoras principais, a administração do próprio dinheiro aparece muitas vezes como uma questão de orgulho. Já que são elas quem “sustentam” suas famílias, os maridos/companheiros permanecem às margens do processo de alocação dos recursos.

No meu dinheiro ele não rela de jeito nenhum. Ele não chega perto.

Por quê? Porque sou quem ganho. Sou eu quem fico o dia inteiro trabalhando para dar o mínimo de conforto para a minha família. Então, eu não deixo ele chegar perto (Aline, 22, secretária, provedora principal).

Quando ele quer, ele vai atrás dos rolos dele e consegue algum dinheiro. Por isso, eu não deixo ele pegar o meu. Não deixo mesmo.

Por quê? Porque ele gasta com besteira, com cachaça, com bolinha, essas coisas. Outro dia, fui cair na besteira de deixar ele ir ao mercado para mim, comprou tudo o que eu pedi, mas também comprou um fardo de latinha (de cerveja), acredita? Com o meu dinheiro! E ainda chegou falando que só usou porque sobrou. Só que o troco era meu! Então, eu não deixo mais (Irma, 47, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Eu me orgulho de ter meu trabalho, meu dinheiro e ajudar minha família. Então aqui em casa é assim, tudo é comigo. Ele não chega perto de nada quase e eu também não deixo, principalmente do dinheiro. Outro dia, disse

para ele: ‘quando você ganhar o seu, aí você vem falar comigo’ (Kátia, 29, ambulante, provedora principal).

Esse “orgulho” e essa independência que as provedoras principais têm ao administrar seu dinheiro acaba isolando os homens da tomada de decisões nos domicílios, muito disso porque esses homens não teriam o mesmo comprometimento com as famílias como as mulheres (SARTI, 1996, FONSECA, 2004). Por outro lado, há também dúvidas sobre até que ponto a participação das mulheres no mercado de trabalho e no provimento resulta realmente em maior autonomia.

Baseada no fato de que não consegue usar pelo menos parte do dinheiro que ganha para si e de não ter um parceiro provedor, Rosângela questiona até que ponto é realmente independente:

Esse negócio de falar de independência feminina acho que é mais com mulher que pode usar o dinheiro que ganha só com ela, que não precisa sustentar casa, filho e marido, o que é pior. No meu caso, não sei se eu sou independente, porque meu dinheiro vai embora e até para eu conseguir comprar minha tinta do cabelo tenho de ficar fazendo conta. Isso é independência?

O que o trabalho significa na sua vida? Significa que se eu não trabalhasse, a gente passaria fome. Isso que significa. Isso é ser independente? Porque foi isso que aconteceu comigo, quando meu marido viu que eu ia botar comida na mesa, ele desencanou. Às vezes, eu fico pensando se não fui eu quem criou um vagabundo, se a culpa não é minha (...). Mas tem uma coisa que eu faço questão, se sou eu quem vai colocar comida na mesa, ninguém mexe no que é meu. O dinheiro é meu e eu quem gasto do jeito que achar melhor. Ali ninguém mexe não (Rosângela, 38, faxineira, provedora principal).

Como os rendimentos masculinos são escassos ou inexistentes, as provedoras principais acabam organizando o orçamento doméstico sem contar muito com o dinheiro dos companheiros. Como já foi salientado anteriormente, nesses casos, as grandes despesas ficam a cargo das mulheres e aos homens cabem pequenas compras ou o complemento da renda. Contudo, eventualmente, são esses pequenos ganhos que garantem que as famílias não passem por necessidades maiores.

Tem mês que não dá mesmo. O negócio fica mais apertado, o mês não anda e o dinheiro vai embora, é aí que ele (marido) aparece. Quando o negócio aperta, ele aparece. Já teve mês que a gente terminou comendo arroz puro e salsicha, porque não dava mesmo. O arroz, eu tinha comprado

no começo do mês e a salsicha e o pão da manhã, era ele que comprava. Então, pra isso foi bom. Mas eu tento me virar em mil para esse tipo de coisa não acontecer, porque eu não tenho mais confiança nele. Um mês deu certo, mas não dá para saber se no outro mês vai dar também (Neusa, 47, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Por outro lado, há também falas tanto de provedoras complementares quanto de principais referentes aos diferentes usos que homens e mulheres fazem do dinheiro. No caso das principais, como o ganho dos maridos/companheiros é bem menor do que o delas, esse dinheiro muitas vezes acaba não entrando no orçamento doméstico. Já no caso das provedoras complementares, acontece o oposto. Elas possuem rendimentos menores do que os maridos/companheiros, porém, grande parte da renda delas é gasta com as despesas familiares.

O relato de Sônia, provedora principal, ilustra como os pequenos rendimentos do parceiro acabam não entrando no orçamento doméstico e são usados em interesses dele ou, no máximo, para recreação da filha do casal. Para essa informante, o parceiro não provedor teria essa “vantagem”.

A merreca que ele ganha acaba ficando para ele mesmo, no máximo ele leva minha menina para ver um jogo da Ponte de vez em quando ou para tomar um sorvete. Olha só como são as coisas. Viver de bico para homem que tem mulher que banca tudo é muito bom.

Por quê? Ué, porque, porque eles são sustentados pelas mulheres e o que eles conseguem, acaba ficando tudo pra eles.

Vocês nunca conversaram sobre isso? Moça, se eu for conversar sobre tudo o que tem de errado nessa casa, eu não faço outra coisa. É porque você não é casada, por isso que faz tanta pergunta. No dia em que casar, você vai ver o tanto de sapo que a gente acaba engolindo para não viver de arranca rabo. Porque podia ser até pior. Ele podia pegar dinheiro meu, pelo menos isso ele não faz. Então, deixa ele com a merreca dele que tá bom (Sônia, 34, caixa de supermercado, provedora principal).

Por outro lado, há também o discurso da provedora complementar Milena. Nesse caso, haveria uma maior organização e responsabilidade com o uso do dinheiro pela provedora do que por seu marido. É dada muita ênfase no fato de que a renda dela ser gasta fundamentalmente com a família e parte dos rendimentos do parceiro com recreações individuais. Milena ressalta não só sua maior responsabilidade com a administração do dinheiro, como também onde ele é empregado:

Porque, assim, eu pago o supermercado, as roupas, sapatos, essas coisas e ele fica com as contas, luz, água, telefone, gasolina etc. Eu termino o mês na rapa, mas nunca entrei no vermelho, nunca. Já ele não, ele ganha mais, mas sempre está apertado. Sempre reclamando disso, daquilo.

Você sabe por que isso acontece? Ele joga.

Joga o quê? Vive no bar ali, jogando truco, bebendo cerveja e o dinheiro indo, o dinheiro indo. Acaba o mês e dá nisso (Milena, 33, vendedora, provedora complementar).

É recorrente no discurso das provedoras o fato de elas empregarem quase que totalmente suas rendas na família e não terem possibilidade de gastá-las consigo mesmas. O dinheiro feminino, nesses relatos, seria da família, enquanto que parte do dinheiro dos parceiros seria empregado em demandas individuais.

Sabe qual é o meu sonho?

Qual? Um dia pegar todo o meu salário ou meu décimo terceiro e ir na 13 de maio (rua de comércio popular da cidade de Campinas) e gastar tudo em besteira.

Que tipo de besteira? Comprar um monte de roupa e sapato para mim, entrar na Sumirê (lojas de produtos para beleza) e comprar um monte de maquiagem, produto para cabelo, depois ir no salão e fazer tudo o que eu tenho direito! Mas se eu fizer uma coisinha dessas sequer, meu dinheiro some! Aqui é tudo para a casa, filho e comida.

E o dinheiro do seu marido? O dele vai para a casa, contas e também vai bastante para o Guarani.

O time? É, não tem cristo que faça ele sair da Fúria (torcida organizada do Guarani). E é um inferno, até com arma ele já apareceu aqui em casa por causa dessa torcida. Sem contar na mensalidade, nos uniformes e nas viagens. Outro dia, ele gastou R\$ 300,00 para ir ver jogo do Guarani em Brasília, acredita? É um vício que eu não consigo tirar dele (Vanessa, 27, faxineira, provedora complementar).

Nota-se, principalmente nos casos das provedoras, que poder administrar o próprio dinheiro é fonte não só de independência e autonomia, mas também de segurança, principalmente quando não é possível contar com a renda masculina. Contudo, o outro lado dessa questão repousa no acúmulo de responsabilidades que essas mulheres têm na vida doméstica. Os rendimentos femininos nos contextos analisados não são um fenômeno novo e nem podem ser encarados como um auxílio, mesmo no caso das provedoras complementares.

A ocorrência do trabalho feminino questiona violentamente os estereótipos de gênero no interior da família e, por conseguinte, a divisão por sexo entre trabalho reprodutivo e

trabalho remunerado. Mulheres e homens estão com dificuldades em lidar com estas mudanças. O “sistema de queixas” feminino atribui à sobrecarga doméstica que elas enfrentam à incapacidade masculina de prover a família e às características individuais do companheiro. Os homens, ante a maior capacidade feminina de prover a família, plenamente evidenciada e verbalizada pelas mulheres continuamente, recuam da responsabilidade do provimento, mas também não assumem a do cuidado doméstico. A mudança do modelo do provedor masculino não está ocorrendo sem custos emocionais e simbólicos muito altos para homens e mulheres.

5.2. Os afazeres domésticos e organização dos domicílios

A organização dos domicílios das mulheres unidas entrevistadas está baseada fundamentalmente nelas. São elas que delegam as tarefas e organizam as atividades, independentemente se são provedoras ou não. Nesses casos, as únicas diferenças dizem respeito às cargas de trabalho que as informantes possuem, e não às suas responsabilidades. Em nenhum dos domicílios visitados, as mulheres contavam com a ajuda de empregadas domésticas ou faxineiras. E somente nas visitas feitas aos finais de semanas foi possível perceber a interação das famílias, principalmente com parentes. Nesses casos, as mulheres unidas contam com o auxílio desses familiares ou de vizinhos no cuidado das crianças ou no compartilhamento de informações sobre possibilidades de empregos, principalmente entre as que são faxineiras.

Em pelo menos cinco ocasiões as entrevistas foram realizadas aos domingos, sendo possível acompanhar o dia a dia das famílias. Em três desses domicílios, houve visitas (irmãs, irmãos, cunhados e sobrinhos das informantes) para o almoço e observou-se um mesmo padrão quanto aos lugares físicos que homens e mulheres ocupavam nas respectivas casas. O famoso jargão “lugar de mulher é na cozinha”, nesses casos, não se refere somente a uma frase machista que reduz as mulheres às funções domésticas. Tanto nas casas das provedoras principais Maria e Neusa quanto na casa da provedora complementar Cleide,

enquanto as mulheres permaneciam na cozinha, os homens e as crianças ficavam na sala ou no quintal.

As mulheres ficavam nesse espaço porque estavam preparando a refeição. Contudo, não havia um entrosamento entre homens e mulheres, e a impressão passada era a de que havia uma barreira que impedia que assuntos em comum pudessem ser tratados. Mesmo na hora em que os alimentos estavam prontos, na casa de Cleide, onde não havia uma mesa sobre a qual as refeições fossem feitas, a separação continuou, homens almoçaram no quintal e mulheres na cozinha. E após as refeições, toda a limpeza ficou sob responsabilidade das mulheres.

Foi também na casa de Cleide que outro fato que diferencia homens e mulheres chamou a atenção. Somente os homens consumiam bebidas alcoólicas e quando as mulheres o faziam, sempre era a partir do copo de seus respectivos filhos ou maridos/companheiros. Quando indagada sobre isso, a resposta de Cleide revelou outra expectativa comumente associada ao comportamento feminino. Nesse caso, mulheres que consomem bebidas alcoólicas não são vistas com bons olhos.

Porque é feio mulher beber. Eu até gosto de tomar uma cervejinha de vez em quando, gosto de cerveja preta. Mas eu fico só no copo do marido mesmo. Acho muito feio mulher que fica por aí bebendo, enchendo o copo sem parar. Aqui em casa não. Você viu, a gente experimenta, mas é pouquinho (Cleide, 38, costureira, provedora complementar).

Novamente, nesses contextos, é possível encontrar vários outros estereótipos de gênero que definem não só a posição das mulheres na sociedade e a importância de mantê-las atreladas aos afazeres domésticos, como também das supostas imagens que elas devem transmitir. Nesses casos, as mulheres não consomem bebidas alcoólicas não porque não gostem, mas porque não se espera isso delas. Sabe-se que a sociedade brasileira está mudando nesse sentido, porém, valores que procuram fixar o comportamento feminino segundo algumas normas ainda persistem, o que também acontece em relação ao comportamento masculino.

Quanto à realização dos afazeres domésticos, são as mulheres não provedoras que relatam despender mais tempo nessas atividades. Tal fato não é estranho quando se leva em

consideração que elas não participam do mercado de trabalho. Por outro lado, são essas informantes também que declaram a menor participação dos parceiros nas tarefas domésticas. Nesse grupo, foram obtidos poucos relatos de conflitos e tensões quanto a um maior compartilhamento das atividades. Como os maridos/companheiros exercem uma atividade remunerada e as entrevistadas são donas de casa ou estão desempregadas, não é esperado e requerido que os homens compartilhem as tarefas domésticas. Entretanto, apesar de todas as justificativas para a não participação masculina girarem em torno do fato de os homens serem os provedores e as mulheres as donas de casa, há algumas especificidades nos relatos.

Aqui em casa ele não faz nada praticamente. No final de semana, de vez em quando ele lava o quintal para mim e brinca com o menino. Agora, serviço da casa, ele não faz não.

Por quê?

Por que eu fico em casa e ele trabalha. Então, eu quem faço tudo mesmo (Tânia, 24, desempregada, não provedora).

Quando ele morava com a mãe dele e ela trabalhava o dia todo, ele fazia de tudo. Lavava banheiro, deixava a cozinha limpa, fazia a comida dele. Mas era porque a mãe trabalhava. Depois que a gente casou, aí ficou tudo por minha conta, porque eu fico mais em casa. Então ele faz mais as coisas no final de semana. Quando ele vê que eu estou meio atropelada, ela me ajuda a lavar o chão, arrumar as camas. Essas coisas. E a filha, né? Ela é louca por ele. Então, final de semana os dois ficam grudados (Juliana, 34, desempregada, não provedora).

Já Cláudia justifica a não participação do parceiro nos afazeres domésticos por conta da incapacidade dele em realizar esse tipo de atividade por ser homem. Aqui, nota-se que se reproduz o estereótipo de gênero, segundo o qual as tarefas domésticas não seriam para os homens.

Eu sou a dona da casa, então, eu quem faço tudo. Seria até estranho comigo aqui.

Por quê? Ah, sei lá. Ele é homem, não sabe fazer essas coisas. As coisas da casa ficam por minha conta mesmo (Cláudia, 64, dona de casa, não provedora).

Como é possível perceber nesses casos, a dinâmica familiar está fortemente baseada na ideia do homem provedor e da mulher dona de casa. Por mais que haja relatos de

mulheres que gostariam de continuar trabalhando ou estão à procura de emprego, isso não parece ter influência na organização doméstica desses domicílios.

Já no caso das mulheres provedoras, ter que articular o trabalho remunerado com o doméstico constitui a principal dificuldade do seu dia a dia. Contudo, há poucos questionamentos quanto à “obrigatoriedade” dessa articulação. Por mais que as mulheres esperem ou desejem que os maridos/companheiros compartilhem de maneira mais sistemática a realização dos afazeres domésticos, elas também acreditam ser obrigação feminina o cuidado da casa, como também acreditam ser obrigação dos homens ser a principal fonte de rendimento domiciliar.

Nesse sentido, as representações que as informantes têm sobre os supostos “papéis” que homens e mulheres unidos têm de desempenhar na vida social ainda são muito rígidas. Como argumentam Araújo e Scalón (2005, p. 59), haveria “maiores expectativas de compartilhamento da convivência do que propriamente uma cultura de compartilhamento”.

Os depoimentos de Marlene e Valquíria são completamente opostos no sentido de mostrar as percepções que essas mulheres têm sobre sua participação na família. A segunda assume uma posição completamente diferente da primeira, como também acha bastante óbvia a pergunta sobre quem era o responsável por seu domicílio:

Quem é o responsável pela sua família, Valquíria? Ué, depois de tudo o que eu te falei, você ainda me pergunta isso? Sou eu, claro. Eu quem faço tudo, eu quem boto ordem em tudo, sou eu. Eu sou a responsável aqui, tanto que quando tem que decidir alguma coisa, eu quem dou a palavra final (Valquíria, 35, auxiliar de limpeza, provedora principal).

No caso de Valquíria, há outra percepção sobre as relações estabelecidas entre ela e o parceiro. Mesmo ainda valorizando a ideia do homem provedor, todo o discurso dessa informante gira em torno de destacar sua *performance* como grande responsável pelo domicílio e também de valorizar esse aspecto de sua vida. Dar a palavra final em todas as decisões familiares indica tomada de *poder* no interior de sua família - que também aparece no discurso de outras provedoras principais – mas que aqui é explicitado de maneira oposta ao de Marlene.

O discurso dessa última informante ilustra de maneira contundente que ser a provedora principal e cuidar de todos os detalhes da vida doméstica podem não atribuir a ela uma capacidade de se enxergar como a grande responsável pela sua família. Nesse caso, a presença masculina ainda tem peso na atribuição de quem é designado o responsável pelo domicílio.

Quem é o responsável pela sua família, Marlene? Como assim responsável?

Responde-me de acordo com que o entende por responsável. Ah, eu acho que é ele, ele quem é o homem da casa. Então ainda é ele.

E o que você seria? Eu seria a mulher dele. Eu também sou responsável. Eu quem coloco o dinheiro dentro de casa, quem faço tudo, mas ele ainda está aqui, então, ele é o chefe (Marlene, 54, faxineira, provedora principal).

Como destaca Oliveira (2005), o descompasso existente entre as práticas e as representações de homens e mulheres não permite que mulheres unidas provedoras dividam com seus cônjuges a posição de prestígio social conferida pela função de provedor. Nesses casos, por mais que a inserção no mercado de trabalho possa resultar em satisfação pessoal e autonomia, ela sempre vem acompanhada não somente do trabalho reprodutivo que ainda é responsabilidade delas, mas também de tensões, conflitos e ressentimentos entre o que as provedoras esperam que os maridos/companheiros façam no cotidiano familiar e o que eles realmente fazem. Como já salientado, ser provedora principal para as mulheres unidas segue sendo desfavorável. Desse modo, o fato de haver uma constante reiteração de que é obrigação dos homens ganhar dinheiro pode ser interpretado também como uma tentativa de melhorar as condições de vida (PICANÇO, 2005).

Não é fácil não. A gente sofre muito com isso. Tudo bem que ele tem os problemas de saúde dele, mas mesmo assim. Tem muita coisa para fazer, muito serviço aí precisando de gente. Não custaria nada ele ir dar uma olhada, sair um pouco de casa. Mas não vai e a gente continua nessa vidinha ruim que a gente leva. Não trabalha, mas também não me dá sossego. Não lava um copo se eu não ficar em cima. É assim (Cristina, 42, professora, provedora principal).

Tanto entre as provedoras complementares como entre as principais, toda a dinâmica familiar gira em torno das mulheres, contudo, há algumas diferenças significativas entre elas

quanto à organização doméstica, já que as provedoras principais conseguem fazer com que seus parceiros participem mais das atividades domiciliares.

Porém, uma coisa não muda. Há vários relatos sobre as dificuldades que as mulheres encontram em fazer com que os maridos/companheiros compartilhem as tarefas domésticas com elas. Na verdade, parece que a palavra “compartilhar” não faz muito sentido nesses contextos e nunca foi empregada por nenhuma das informantes. Elas sempre se referem às atividades domésticas realizadas pelos maridos/companheiros como ajuda ou auxílio. O que eles fariam seria um complemento às atividades delas.

Por outro lado, foi somente entre as provedoras complementares que a faixa etária parece influenciar nas representações quanto à necessidade de maior participação dos homens nas atividades domésticas. Entre as provedoras principais, tal fato também ocorreu, porém muito mais devido às necessidades familiares e ao “papel” que os homens deveriam assumir na dinâmica familiar, do que propriamente a uma mudança na visão das informantes.

No caso das provedoras complementares Amanda, 30 anos; Ângela, 25; e Milena, 33, há questionamentos sobre o porquê elas deveriam realizar sozinhas os afazeres domésticos depois de um dia de trabalho e os maridos/companheiros não. Contudo, diferente dos outros relatos, os delas fogem da premissa de que realizar os afazeres domésticos seria uma condição por ser mulher.

Eu estava conversando sobre isso outro dia como ele. Por que eu não posso chegar, tomar banho e ir para a frente da TV? Por que só ele pode fazer isso e eu tenho que ir atrás de fazer todo o serviço? Eu não acho isso justo não. Eu tenho os mesmos direitos que ele. Eu posso ganhar menos, mas a gente sai de casa juntos de manhã e volta praticamente juntos à tarde (Amanda, 30, caixa de supermercado, provedora complementar).

Eu já falei para ele e a gente briga sempre por causa disso, eu não sou empregada dele, se ele quer as coisas, ele levanta e pega. Mas sabe o que é isso? É a mãe dele. Ela criou ele assim, agora sobra para mim tentar endireitar.

E está dando certo? Aos trancos e barrancos está. Mas, por exemplo, ele já levanta da mesa e tira o prato dele, limpa a mesa para mim, o que antes ele não fazia. Então, aos poucos, ele foi mudando, mas foi porque eu fui colocando isso na cabeça dele. Esse negócio de mulher achar que tem de

fazer tudo para o marido já foi. Agora todo mundo trabalha, todo mundo tem de fazer o seu (Milena, 33, vendedora, provedora complementar).

Entretanto, as mudanças nas percepções dessas mulheres vêm acompanhadas de alguns empecilhos colocados pelos maridos/companheiros.

Ele cuida muito bem do nosso filho. Isso já é muito bom. Já nas coisas da casa, as coisas foram mudando aos poucos. Porque quando a gente casou, ele não fazia nada. Aí hoje ele já lava a louça da janta. Se eu chego mais tarde, ele vai adiantando a janta. Ele varre, arruma, essas coisas. Outro dia, eu o ensinei ele a lavar o banheiro, ele lavou, não ficou perfeito, mas ficou limpo, isso que importa (Ângela, 25, faxineira, provedora complementar).

Mas sabe que é? Isso tudo veio da mãe dele, quem nunca deixou ele fazer nada. Mas também, ela nunca trabalhou, nunca precisou fazer nada fora de casa e ela acha que eu também tenho de ser assim, só que aqui não. Então, agora, a gente deixa a faxina toda para o sábado. Então, sábado, ficamos eu e ele o dia todo fazendo faxina juntos. Eu tenho que mostrar tudo, que ensinar tudo. Mas, pelo menos, ele faz (Amanda, 30, caixa de supermercado, provedora complementar).

Há também diversas reflexões de provedoras complementares que se sentem sobrecarregadas com suas jornadas de trabalhos e não conseguem fazer com que os maridos/companheiros participem de maneira mais intensa das atividades domésticas. Relatos como os de Waldirene foram comumente encontrados.

Ele faz o mínimo para que eu não fique brava com ele. Só.

Como assim? Ele tira a mesa, mas nunca vai lavar a louça. Ele limpa a sujeira do cachorro, mas nunca vai lavar o quintal. Ele põe o lixo na rua quando está transbordando, nunca quando está cheio e já pode pôr. É isso que ele faz. Ele faz tudo no limite.

E como você se sente com isso? Eu me sinto feita de tonta. Ele não está nem aí para mim. Não precisava fazer tudo o que eu faço, mas também não precisava ser tão cara de pau (Waldirene, 56, faxineira, provedora complementar).

Eu já cansei de esperar. Antes eu pedia uma coisa, ele não fazia, eu pedia de novo e de novo. Agora não. Eu peço, ele não faz, eu vou lá e faço.

O que você espera que ele fizesse mais? Não precisava fazer o grosso, porque isso eu faço.

O que seria o grosso? Limpar a casa, lavar e passar, essas coisas. Mas as coisinhas pequenas, como passar um pano nos móveis, deixar a pia limpa, essas coisas, ele podia fazer para mim e não faz. Ele não tem consideração por mim (Helena, 44, costureira, provedora complementar).

Como é possível concluir diante desses relatos, parte das mulheres provedoras complementares esperava que os maridos/companheiros realizassem grandes parcelas das tarefas domésticas. Porém, realizar os afazeres domésticos, nesses casos, seria também uma demonstração de respeito e cuidado dos homens em relação às suas parceiras.

Já entre as provedoras principais, em meio a grandes doses de tensão e conflitos, os afazeres domésticos são feitos. Nesses casos, as informantes são menos pacientes com seus companheiros.

E como é o dia a dia de vocês, Valquíria? Aqui é tudo na base do grito! Tudo.

Como assim? Eu trabalho o dia inteiro, fico o dia inteiro fora e meu marido é vagabundo, ele não faz nada, e ainda por cima, se eu quero que ele faça alguma coisa aqui, tenho de ficar gritando. Você passa aqui em casa umas sete horas da noite, só ouve a minha voz. Porque eu não vou chegar em casa depois de trabalhar o dia inteiro e ainda por cima limpar bagunça de filho e marido. Então, é essa vida, coloco todo mundo para trabalhar na base da porrada e dos berros, porque, senão, minha casa ia ser um chiqueiro. Então, eu chego e se eu vejo que que era para lavar o banheiro e não foi lavado, eu sento o pau mesmo. Tem que ser assim aqui.

E o que você quer que ele faça, Valquíria? Eu quero que ele cuide da casa! É pedir muito? Já que eu sou o homem da casa, que ele seja a mulher. Mas não, o machinho não pode pegar na vassoura que parece que o negócio dele vai cair. É isso que me deixa doida. Ele fica o dia inteiro aqui ou no boteco do irmão dele ali na esquina. Então, custa varrer a casa, custa lavar o banheiro, deixar a pia limpa? Vai deixar de ser homem por causa disso? Para trabalhar ele não é homem, mas para não fazer o serviço da casa, ele é! (Valquíria, 35, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Olha, aqui é um inferno. Todo dia tem briga, todo dia.

Por quê? Ah, porque não é fácil chegar cansada do serviço e ver filho jogado num canto e marido jogado para o outro e a casa imunda. É um negócio até meio sem sentido, mas quer me ver ficar nervosa é chegar na minha casa e ver ele (marido) deitado no sofá. Sobe-me um negócio que não dá nem para explicar. Já falei para ele, fica em pé, sentado, de joelho, mas não fica deitado no sofá quando ele sabe que eu estou chegando, porque senão o negócio azeda.

Por que você se sente assim? Ué, porque eu estava trabalhando e ele não, porque tem um monte de coisa para fazer aqui em casa e ele não faz. Então, já que não trabalha, vai fazer alguma coisa de útil.

E você consegue com que ela faça os serviços domésticos? Consigo até, fico em cima, fico ligando, perguntando, e ele vai fazendo. Mas faz porque sabe que se não fizer, o bicho vai pegar (Ana, 33, faxineira, provedora principal).

Contudo, as provedoras principais também utilizam outras estratégias, além das brigas e discussões para fazerem com que seus parceiros realizem os trabalhos domésticos. O depoimento de Sônia é bem ilustrativo nesse sentido, no caso dela, foi tirando que ela conseguiu ajuda:

Sabe o que eu fiz para ele se tocar que precisava ajudar mais aqui?

O quê? Parei de lavar a roupa dele. Ele fez birra por 15 dias, aí não aguentou e foi lá na irmã dele, para ver se ela lavava para ele. Ela colocou ele para correr e ele voltou com o rabinho entre as pernas. Hoje, eu lavo a roupa dele, mas ele limpa a casa e faz o almoço, que antes eu fazia de manhãzinha. Agora não, deu certo (Sônia, 34, caixa de supermercado, provedora principal).

Um dos pontos comumente levantado pelas informantes e encontrado na literatura sobre o tema (BRUSCHINI, 2008) diz respeito a como as mulheres unidas encaram a realização dos afazeres domésticos por elas e pelos homens. Enquanto que do lado delas há a ideia de obrigatoriedade quanto à execução desse tipo de trabalho, do lado masculino repousa a ideia de certa inabilidade a esse tipo de atividade. Por mais que eles tentem e sejam pressionados, nunca conseguirão executar os afazeres domésticos da maneira idealizada pelas mulheres.

O fato de as informantes conseguirem fazer com que seus maridos/companheiros realizem parte dos afazeres domésticos não encerra os problemas. Elas supervisionam grande parte das atividades desempenhadas por eles. Nesses casos, mesmo que não realizem os afazeres domésticos, as entrevistadas continuam responsáveis por essas atividades, seja porque os parceiros não executam as tarefas do jeito correto, seja porque não executam do jeito que as informantes querem.

Mas no fim ele acaba fazendo. O ruim é isso, eu não tenho sossego, eu tenho de ficar em cima para ele fazer e tenho de ficar em cima para ele fazer direito. Porque se eu deixar, faz tudo pela metade. Igual outro dia, cheguei em casa, ele estava lavando o banheiro só com água!

Como assim? Só jogava água no chão e nas peças, não jogou um sabão em pó, uma Cândida, nada. Só água. Vê se pode um negócio desse. Então, aqui eu não tenho descanso para nada (Valquíria, 35, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Eu tenho de ficar em cima para tudo. Se não, ele não faz nada direito.

Como assim? Estender roupa no varal, eu tenho de falar do jeito que é. Limpar a casa, eu tenho de ficar falando que primeiro varre, depois tira o pó dos móveis e depois passa o pano molhado, essas coisas. Se eu quero minha casa ajeitada, eu tenho de ficar em cima. Quando eu não estou em casa, só Deus sabe o que ele faz, mas quando eu estou, eu preciso ficar olhando (Joana, 49, técnica de enfermagem, provedora principal).

O almoço é ele que faz, fica por conta dele. Mas a mistura, sou eu quem escolho. Eu saio de manhã e falo para ele, ‘faz ovo. Hoje, faz abobrinha, frita linguíça’. Isso é tudo eu quem faço. Ele não tem iniciativa.

Por que você acha que ele não tem iniciativa? Ah, não sei, ele não procura fazer as coisas. E eu falo tudo também, então, eu acho que ele se acomodou. Teve um dia em que ele inventou de comprar torresmo, foi fritar e sujou minha cozinha inteira de gordura. Eu quase matei ele. Aí acho que depois disso, ele ficou com um pouco de medo de fazer as coisas sem me falar. Então, agora tudo o que ele vai fazer, ele me pergunta ou eu já falo do jeito que eu quero (Márcia, 36, vendedora, provedora principal).

Aos olhos dessas informantes, há uma desnaturalização dos afazeres doméstico no universo masculino. Como os homens não nasceram para esse tipo de atividade, eles teriam mais dificuldade para sua execução. No caso das provedoras principais, o incômodo seria duplo: do mesmo jeito que não é “natural” uma mulher ser provedora principal, também não é “natural” um homem realizar trabalho doméstico, por mais que seja desejado e exigido deles. Contudo, essa suposta troca de papéis entre homens e mulheres é realizada de forma mais prática entre as mulheres – porém, ainda bastante conflituosa - do que entre os homens. É dessa tensão que surgem parte considerável dos problemas entre os casais.

Ele é até engraçado, eu fico implorando para ele fazer as coisas, me ajudar com tudo e é aquela enrolação sempre. Daí, quando se mete a fazer alguma coisinha de diferente, tipo estender a roupa para mim ou passar uma vassoura na casa fica um tempão se vangloriando, falando como ele é bom para mim, como ele é isso, é aquilo. É assim, ele só esquece que enquanto ele faz essa coisinha, eu faço todo o resto e não fico falando nada pra ninguém (Carla, 23, babá, provedora complementar).

Quando ele começou a ficar aí, ele começou a ajudar na casa, varria, passava pano, tirava o pó dos móveis e lavava a louça, ajudava bastante. Ajuda até hoje. Mas só que é assim, isso tudo é quando estamos só nós aqui. Quando tem alguém de fora, minhas cunhadas, meus irmãos, minha irmã, mas nunca que ele chega perto da pia ou da vassoura! Ele morre de vergonha de alguém ver ele fazendo serviço de casa.

E o que você acha disso? Eu acho engraçado! Não deve ser fácil pra um homem daquele tamanho fazer serviço de mulher. Quando ele se

machucou²⁸, não ajudava mais na (construção da) casa e eu queria minha casa pelo menos com laje. Quando eu tinha folga, eu ia lá e ia bater laje. Comigo não tinha dessa, serviço de homem e serviço de mulher. Eu queria minha casa com laje e fui lá e ajudei a colocar laje na minha casa. É isso para mim, serviço é serviço. Mas vai fazer o quê, cada um pensa de um jeito. Mas pelo menos ele ajuda, isso já está bom (Suely, 43, auxiliar de limpeza, provedora principal).

Conclui-se, portanto, que há uma diferença fundamental entre homens e mulheres nesses contextos. Parece haver muito mais disposição das mulheres em romper as barreiras do provimento que antes eram de responsabilidade dos homens, do que dos homens em avançar nos afazeres domésticos. Nesses casos, as tarefas domésticas ainda são vistas como uma atividade importante, porém, de menor valor. Conforme o senso comum advoga, espera-se que as mulheres nasçam “predispostas” a desempenhar esse tipo de atividade, já para os homens, aprendê-la seria um rebaixamento da sua condição masculina. Ao realizar trabalho doméstico, eles estariam se aproximando de uma atividade que não é de responsabilidade deles, mas sim das mulheres.

Por outro lado, segundo os relatos, parece haver maior carga de trabalho total entre as provedoras complementares do que entre as principais. Essas últimas relatam bem mais problemas com seus companheiros que não sustentam a família e não colaboram nos afazeres domésticos como elas acham que deveriam. Porém, por mais que seja menos do que o desejado pelas mulheres, os maridos/companheiros das provedoras principais ainda realizam mais afazeres domésticos do que os maridos das complementares. Essas últimas contam bem menos com o auxílio dos companheiros, mas também se queixam menos e aparentam menor ressentimento em relação ao “papel” que os maridos desempenham nos domicílios em comparação às provedoras principais. As provedoras complementares continuam trabalhando muito, se queixando muito disso e da ausência dos homens nos afazeres domésticos, porém, enquanto o projeto de família ainda está funcionando, os ressentimentos encontrados nos discursos das provedoras principais têm menos espaço entre as provedoras complementares.

²⁸ O marido de Suely caiu do telhado quando ajudava na construção da casa do casal e, por causa de uma lesão nas costas, parou de trabalhar.

Os problemas quanto à articulação do trabalho remunerado e as atividades domésticas existem nos dois grupos de mulheres, contudo, entre as principais, tais problemas se somam às magoas sentidas pela menor ou nenhuma participação masculina no provimento doméstico.

Olha, pelo menos ele bota comida na mesa, isso que importa. Não é fácil minha vida com ele. Ele bebe muito, já fiquei sabendo de história dele com outras mulheres, essas coisas. Mas, pelo menos, ele não deixa faltar nada aqui dentro de casa, então a gente vai levando (Cleuza, 51, costureira, provedora complementar).

Quando foi possível conversar com os homens unidos sobre a participação feminina no mercado de trabalho e a realização dos afazeres domésticos, um padrão pôde ser estabelecido. Corroborando os achados de Araújo e Scalon (2005), os homens entrevistados defendem e estimulam a participação feminina no mercado de trabalho como algo fundamental para a sobrevivência das famílias na atualidade. Mesmo entre os maridos/companheiros de mulheres não provedoras, o trabalho remunerado feminino é valorizado, porém não era o ideal para aquelas famílias especificamente. Os depoimentos de Paulo, Jorge e Ademir giram em torno do mesmo tema, porém com algumas especificidades.

Acho que mulher tem de trabalhar sim, sempre. Tem de ter o seu dinheiro, tem de ter uma ocupação. Não dá mais para ficar só em casa, isso já era. E é bom ela trabalhar porque dá exemplo para a filha. Isso eu acho bom, porque não fica todo o peso em cima de mim, também. Nisso a gente divide bastante e acaba dando certo (Paulo, 50 anos, mecânico, marido de Vilma, 45, costureira, provedora complementar).

Sempre estimei minha mulher a trabalhar, sempre. Esse negócio de homem proibir mulher de trabalhar não está mais com nada. Tem de trabalhar sim, porque senão as coisas ficam ruins aqui em casa. É ruim porque ela fica bastante fora de casa, aí acaba deixando um pouco de olhar pros filhos, e isso é ruim, porque eles precisam da mãe sempre. Mas paciência. Ela precisa trabalhar.

E no seu caso Jorge, como é? Então, eu que acabo cuidando das crianças porque eu estou desempregado. Então, acaba sobrando para mim, mas eu cuido sim, isso não é problema. Só que eu acho que com a mãe é diferente. **É? Por quê?** Ah, porque é mãe. Pai não é a mesma coisa (Jorge, 37, desempregado, marido de Márcia, 36, vendedora, provedora principal).

Minha mulher parou de trabalhar quando a gente casou. Na época era assim: eu podia sustentar todo mundo, então não teve problema, ela ficou em casa com minha mãe criando os filhos e eu trabalhava. Não acho que

isso seja errado, acho que isso é o certo, porque mulher tem de ficar em casa cuidando. Só que agora tudo mudou e não dá mais, então tem de ir trabalhar. Eu não acho isso ruim, só que aqui a gente nunca precisou, então foi bom assim (Ademir, 66, aposentado, marido de Cláudia, 64, não provedora).

É possível notar nos depoimentos dos homens unidos apresentados acima que, embora considerem que a participação feminina no mercado de trabalho é importante, eles não deixam de enfatizar que as mulheres também são muito importantes na esfera doméstica. E, como já mostrado anteriormente, nesses casos, a divisão das atividades entre homens e mulheres é feita de maneira bastante desigual.

Segundo afirma Sorj (2005) - através da análise de dados de um survey nacional realizado com homens e mulheres, maiores de 18 anos, em 2004 - quase metade dos homens e mulheres entrevistados acreditam que o “trabalho do homem é ganhar dinheiro e o da mulher é cuidar da casa e da família”. Por outro lado, 92,4% dos homens e 93,6% das mulheres também consideram que ambos os sexos devem contribuir para a renda familiar. Em contrapartida, as proporções para o trabalho doméstico caem drasticamente. Os relatos dos informantes dessa pesquisa também evidenciam esse jogo bastante contraditório entre as representações e as práticas da inserção feminina no mercado de trabalho e a realização das tarefas domésticas. Espera-se que as mulheres participem do mercado de trabalho, mas também que eles cumpram suas “obrigações” no interior das famílias. Nas palavras de Picanço (2005):

O que parece estar em desgaste é a imagem do homem como provedor, marcada pela oposição com a imagem das mulheres reduzidas aos afazeres domésticos. A rejeição não se refere aos valores do feminino vinculado ao mundo doméstico e do masculino ao mundo público e sim, às representações do feminino e do masculino a partir de imagens estanques, opostas e excludentes (PICANÇO, 2005, p. 163).

Os estereótipos de gênero também são reproduzidos nas falas dos homens. No caso de Jorge, quando afirma que a presença da mãe é essencial na criação e cuidado dos filhos, embora ele esteja presente; e, também, na fala de Ademir, que enfatiza que o “certo” seria que as mulheres ficassem cuidando das famílias, enquanto os homens provessem o sustento. Nesses casos, porém, parece haver outro aspecto já analisado pela literatura sobre o tema. De acordo com Bilac (1983), além do chamado “acordo básico do casamento”, no qual o

homem cuida do provimento e a mulher da casa e dos filhos, o trabalho doméstico, para os homens, não seria considerado trabalho, na definição da palavra. Daí residiria uma das grandes dificuldades de se romper esse acordo básico.

No momento em que o discurso desses homens foi registrado, as mulheres estavam presentes, e nenhuma objeção à fala deles foi feita. Porém, outros fragmentos dos discursos delas mostram que, do seu ponto de vista, a participação ou não das mulheres no mercado de trabalho se configura de maneira bem mais complexa, pois envolve uma parte da vida social que para os homens não tem tanta importância quando se fala da sua inserção no mercado de trabalho: a realização dos afazeres domésticos e cuidado com os filhos.

Ademir afirma que sua mulher Cláudia parou de trabalhar quando se casou porque este era o costume na época e também porque ele podia sustentar a família. Entretanto, conforme mostrado no capítulo anterior, o momento em que Cláudia resgata essa parte de sua história é de muita tristeza, já que a informante estudava para ser professora e trabalhava, e só parou por imposição do marido. O casal morava com a mãe dele e Cláudia relata vários problemas de maus tratos e violência que tinha com a sogra. Por mais que na época em que eles se casaram ainda fosse um “hábito” a mulher não trabalhar ou parar de trabalhar depois de casada, as visões de Cláudia e Ademir são bastante contrastantes nesse sentido. Enquanto o marido analisa a saída da mulher do mercado de trabalho como um “costume” que, na época, isolava as mulheres no ambiente doméstico, Cláudia enxerga essa saída como uma imposição que lhe custou não só a formação escolar e um trabalho, mas também lhe tirou a tranquilidade de uma vida sem violências e humilhações.

No caso de Paulo, que reitera a importância da participação das mulheres no mercado de trabalho para que haja um compartilhamento do “peso” do provimento doméstico entre os cônjuges, a contrapartida da esfera reprodutiva não é levada em conta. Em todo seu discurso, Vilma frisa a importância de “trabalhar fora” e ter o próprio dinheiro, porém, não deixa de lembrar a enorme carga de trabalho que possui, já que Paulo não compartilha a realização dos afazeres domésticos.

Já para Márcia, a situação é bastante parecida, contudo, aos olhos dessa informante, é ainda mais grave porque Jorge está desempregado e, por isso, teria mais tempo para as tarefas domésticas. Nesses casos, é possível concluir que somente uma parte do “peso” da vida familiar e conjugal é dividida ou levada em conta, não foram encontradas evidências nos discursos dessas mulheres que mostrem uma divisão mais equânime dos trabalhos domésticos.

O que parece ficar claro nos discursos dos casais entrevistados, é uma suposta invisibilidade dos afazeres domésticos para os homens, por um lado, e a constante lembrança de que ele existe por parte das mulheres, de outro. E apesar dessa tensão, o avanço dos homens unidos na esfera reprodutiva ainda caminha de maneira bem lenta. Nesse ponto, os depoimentos de provedoras complementares e principais são bastante informativos:

Todo mundo gosta de casa limpa, de roupa lavada e passada, de comida quentinha na mesa. Quem não gosta? Só que essa ‘homarada’ acha que tudo aparece num passe de mágica, que é só estalar os dedos e a camisa aparece passadinha e com cheiro de amaciante. É assim que eles veem a gente. Eles estão tão acostumados a ver mulher com a vassoura na mão que acham que a gente não tem mais nada para fazer na vida, que a gente só serve para isso, para servir e ir para cama com eles. Só que na hora em que o bicho pega aqui, é o meu dinheiro que segura tudo, porque ele fica perdidinho. Não acho que tenha de mudar tudo também, eu sei das minhas obrigações, não quero ser aquelas mulheres vagabundas que não fazem nada o dia inteiro e o marido fica correndo atrás de tudo. Mas a vida já é tão difícil, custa dar uma força maior? Custa arrumar pelo menos a cama ou lavar a louça pra eu assistir a novela, que ele não gosta? Não, não, se eu quero dormir com a louça lavada e ver novela, eu tenho de escolher. Ou não assisto novela e lavo louça depois da janta ou assisto e lavo a louça quase 11h da noite. É assim (Vilma, 45, cozinheira, provedora complementar).

Eu nunca vou me esquecer de uma camiseta que eu vi um dia na rua. Na frente estava escrito assim: ‘atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher’; e atrás estava assim ‘cansada’. Eu morri de rir porque é verdade. Só que no meu caso é ainda pior, porque nem um grande homem eu tenho!

E o que seria um grande homem para você? Olha, do jeito que está a minha vida, se ele tivesse um emprego com carteira assinada, nem que fosse salário mínimo já estava bom. Quer saber? Nem carteira assinada precisava. Só um emprego fixo que fizesse ele sair de casa todo dia já estava bom (Márcia, 36, evangélica, provedora principal).

Quando questionados sobre a execução das tarefas domésticas, os três homens citados anteriormente se posicionam de maneiras diferentes, porém, complementares. E, nesse sentido, a forma como participam do provimento doméstico influencia sua posição sobre esse tipo de trabalho.

Quando eu trabalhava, eu não fazia nada aqui porque não precisava, ela fazia tudo. Agora que eu estou aposentado, eu ajudo a limpar o quintal e levo ela para fazer as compras. Mas é assim, não preciso fazer muita coisa, porque ela já faz (Ademir, 66, aposentado, marido de Cláudia, 64, não provedora).

Ah, a mulher que faz as coisas em casa, né? Eu trabalho fora o dia todo e ajudo no que dá, mas para mim fica difícil. Ela que sabe fazer tudo aqui.

Mas ela também trabalha fora né?

É, ela trabalha, mas o serviço dela é leve, ela é cozinheira. O meu é pesado (mecânico). Então, eu canso mais mesmo. E tem nossa menina também, ela ajuda bastante a mãe (Paulo, 50 anos, mecânico, marido de Vilma, 45, cozinheira, provedora complementar).

Já Jorge, marido da provedora principal Márcia, lamenta a falta de reconhecimento da esposa pelas atividades que ele executa no domicílio.

Eu ajudo bastante aqui em casa. Só não lavo roupa, mas o resto eu faço. Ela reclama das coisas que eu não faço, mas do que eu faço, ela fica quieta (Jorge, 37, desempregado, marido de Márcia, 36, vendedora, provedora principal).

Nesses fragmentos de conversa com os homens, é possível encontrar novamente o descompasso entre as representações e práticas que homens e mulheres possuem em relação aos afazeres domésticos. Ademir não se dedica aos afazeres domésticos porque não precisa, já que essa é a obrigação de sua esposa, mesmo ele estando aposentado; Paulo acredita que o fato de possuir um trabalho pesado o isenta de compartilhar qualquer tipo de atividade doméstica com a esposa porque se cansa mais e porque também pode contar com a filha para ajudar a mãe; e Jorge se queixa do não reconhecimento do que faz por parte de sua mulher.

Principalmente no caso das mulheres provedoras, não parece haver consenso e mesmo trégua quanto às expectativas e o que realmente acontece em suas negociações em

relação à execução das tarefas domésticas com os parceiros. Talvez seja possível concluir que a mudança de visão dos homens sobre a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho seja mais devido às pressões econômicas do que resultado de mudanças nas representações que eles possuem sobre as práticas femininas e masculinas no interior da família.

Para além das reflexões sobre a permanência das mulheres no mercado de trabalho e suas consequências nos afazeres domésticos e como os homens se inseririam nesses contextos, há também o depoimento de Heitor, 42 anos, marido de Rosângela, 38 anos.

O Bolsa Família vem no nome de vocês, a casa vem no nome de vocês (se referindo ao programa federal Minha casa, minha vida), tem hospital pra mulher, lei pra mulher, tudo pra mulher. Sei que tem um monte de filho da puta por aí que só pensa em biscate e cachaça e gasta tudo, mas eu não! Eu ajudo aqui, eu faço tudo aqui e eu dou amor para os meus filhos. Eu fico me sentido um bandido com essa história de tudo ser no nome da mulher. Porque eles não podem dar o dinheiro pra mim também? Eu ajudo minha mulher e não fico por aí em boteco, mas não, eu já estou desempregado e ainda tenho que aturar mais essa. (Heitor, 42, desempregado, companheiro de Rosângela, 38, faxineira, provedora principal).

A crítica de Heitor vai muito além das contribuições de homens e mulheres nas esferas domésticas e está baseada em uma crítica social das políticas públicas que tem como foco as famílias e exige que as beneficiárias sejam as mulheres. Heitor reconhece que as mulheres, via de regra, possuem um comprometimento maior com as famílias e, por isso, alocariam os recursos desses programas sempre pensando no bem-estar familiar. Entretanto, acredita também que, ao focalizarem somente as mulheres, essas políticas marginalizariam os homens. Mas não somente isso, essa exclusão os transformariam em bandidos. Apesar de ser uma reflexão interessante, a esposa de Heitor, Rosângela, resolve a questão da seguinte maneira e também ilustrando toda a discussão apresentada neste trabalho:

Eu acho que vem tudo no nome da mulher porque tem cara aí que abandona a família e cai no mundo mesmo. Eu acho que tem de vir no nome da mulher mesmo, porque é a mulher quem fica em casa cuidando de tudo, eu cuido de tudo aqui. Ele ajuda, mas quem manda fazer as coisas, sou eu. Não estou reclamando dele. Mas hoje, na minha casa, ele poderia faltar que a gente se virava. Agora, se eu faltar, ele fica igual barata tonta! Ia sobrar sabonete e faltar arroz, isso é o que ia acontecer! Outro dia

mesmo, o menino estava precisando de um óculos novo, o exame de vista deu alterado e ele precisa trocar. Fui ao posto para ver se conseguia lá, mas não tem, vai demorar uns seis meses, só que não vou deixar o menino sem óculos por seis meses, porque ele está com dor de cabeça. Fui à ótica ver os óculos com o Heitor (marido) e, por ele, a gente já comprava e já levava os óculos lá que escolhemos. Mas eu falei: ‘calma, este mês não’. Falta pouco para virar o mês e mês que vem a gente compra. Aí começamos a pagar só em abril e março não precisa. Porque em março ainda tem a prestação do tanquinho, que acaba agora, graças a deus! Mas é isso, ele sabe das contas, mas não para pensar que não pode juntar tantas assim, que tem de esperar. Isso tudo sou eu, onze horas da noite e eu com a calculadora na mão (Rosângela, 38, faxineira, provedora principal).

Outro ponto que também foi levantado, principalmente pelas mulheres provedoras, é a presença dos maridos/companheiros em casa, o dia todo, quando elas também estão presentes. Segundo os relatos, o lugar dos homens não é em casa. As próprias mulheres empurrariam seus parceiros para o mundo público, pois não haveria espaço no mundo privado para eles, principalmente quando poderiam estar trabalhando.

Homem não dá certo em casa, não dá. Quando ele aposentou, eu quase fiquei doida.

Por quê? Porque ele ficava em casa o dia todo me enchendo o saco. Lugar de homem não é em casa. Aí fiz que fiz e meu filho arrumou um biquinho para ele na bicicletaria. Ele fica lá enchendo pneu. Não ganha nada, mas pelo menos não fica em casa (Iracema, 49, não provedora).

Eu não aguento homem dentro de casa, não aguento. Quando eu aposentei, foi um suplício ficar com esse homem aí, para lá e para cá, me atrapalhando. Não dá. Não foi fácil, foi briga em cima de briga para eu fazer ele ficar na dele. Porque senão ele queria controlar tudo o que eu fazia. Ele não faz nada, mas tenta controlar o que eu faço. Sem contar que é só fazendo sujeira, só sujando louça e copo. É um inferno (Inês, 62, aposentada, provedora principal).

Para começo de conversa, lugar de homem não é em casa o dia inteiro. Isso já atrapalha tudo. Quando ficamos eu e ele aqui em casa o dia todo, é bem difícil.

Por quê? Ah, porque eles atrapalham, ficam andando para lá e para cá, querem atenção. Não dá certo (Kátia, 29, ambulante, provedora principal).

Contudo, quando esses homens permanecem em casa, eles podem compartilhar uma atividade muito importante para as mulheres: o cuidado dos filhos.

A centralidade dos filhos nos contextos analisados parece ser tão considerável que, segundo Araújo e Scalón (2005), os casamentos atuais seriam baseados em uma maior individuação e busca por afeto por parte de homens e mulheres. Entretanto, quando os filhos nascem, essa individuação se dissiparia. Nesses casos, o exercício da maternidade, mais do que a paternidade, se torna central na vida doméstica, fazendo com que a ideia do homem provedor e da mulher dona de casa ainda seja muito aceita.

Por outro lado, é no cuidado dos filhos que há maior participação dos homens. Seja nos cuidados com a limpeza e alimentação, seja passando o tempo com os filhos, são nesses contextos que as mulheres relatam maior participação masculina.

Ele cuida bem do filho, sempre cuidou. Disso eu não posso reclamar.

O que ele faz? Ah, ele troca, dá banho, dá comida, passeia com ele. Essas coisas. Já é alguma coisa, né? (Juliana, 34, desempregada, não provedora).

Não tem diferença nisso. Eu ou ele somos a mesma coisa com as crianças.

Por quê? Porque ele faz tudo o que eu faço. Às vezes, algum deles cai, essas coisas, chora, vai correndo para ele, em vez de vir para mim. Então, se ele fica com as crianças, eu já estou tranquila, porque elas vão ser bem cuidadas²⁹ (Ana, 33, faxineira, provedora principal).

Ele é bem severo com o menino³⁰, é porque ele também é triste. Mas ele sempre está lá. Vai buscar na escola, ajuda a fazer a tarefa, separa o material que precisa levar, faz lancheira. Para isso, ele é muito bom. Ajuda muito. O que é fogo é que só ele está vendo nosso filho crescer. Eu não. Eu estou trabalhando enquanto isso (Milena, 33, vendedora, provedora complementar).

Como o marido de Milena é autônomo, trabalha como eletricitista, pode acompanhar o filho nas atividades escolares. Por outro lado, entre as provedoras principais, há o caso de Karen:

Olha, Sabrina, eu fiz uma coisa que minha mãe disse que foi burrada, mas eu fiz mesmo assim.

O que você fez? Eu tirei meu filho menor da creche para ficar aqui em casa com o pai.

Por que você fez isso? Para ele (marido) não ficar o dia inteiro sem fazer nada. Já que vai ficar aqui mesmo, pelo menos cuida do menino. Não

²⁹ Ana é mãe de um casal, Luís, de três anos, e Carla, de um ano.

³⁰ Milena tem um filho de oito anos.

posso contar com ele para muita coisa na casa, mas pelo menos fica com o filho.

E tem dado certo? Até que tem. Às vezes, eu chego, ele (filho) ainda não tomou banho ou ainda não jantou, aí eu não gosto. Acho que criança tem de jantar cedo. Mas isso é o de menos. Ele cuida bem do filho. Já que ele não cuida do casamento, do filho pelo menos ele cuida.

E por que sua mãe diz que foi burrada? Ah, porque creche é difícil de conseguir. E como ele fica para cima e para baixo sem fazer nada, só faz o grosso aqui em casa, resolvi fazer isso, para ver se ele acorda.

Por que ele não cuida do casamento? Porque se ele gostasse mesmo de mim, não ia me deixar fazer a vida que eu faço, né? Ele ia pensar mais em mim, ia arrumar um serviço bom, essas coisas. Eu chego super cansada, só quero pensar em tomar banho, comer e dormir, aí ele vem querendo namorar, e eu estou cansada para isso, e ele fica bravo. Então, ele não pensa no casamento, ele só quer a parte boa. A ruim, fica toda para mim (Aline, 22, secretária, provedora principal).

O caso de Aline mostra certa urgência que essas mulheres, especialmente as provedoras principais, têm em fazer com que seus maridos participem mais do cotidiano familiar. No caso dessa informante, a solução encontrada foi abrir mão de um serviço público muito importante no caso de mulheres que trabalham para fazer com que o parceiro assuma parte da responsabilidade familiar. A estratégia de Aline tem dado certo, porque seu marido tem se mostrado um bom cuidador. Contudo, ela mesma reconhece que ao tomar tal atitude, está colocando um empecilho para que ele consiga uma colocação profissional. O filho do casal tem pouco mais de um ano e, por isso, necessita de atenção em tempo integral. Nesse sentido, o discurso de Aline é completamente ambíguo. Suas práticas e representações são bem contraditórias.

Seria tão bom se ele conseguisse um trabalho bom, com carteira e tudo. Ia dar um exemplo tão bom para o menino. Mas não, por mais que eu fale, ele não escuta. Mas se antes do Felipe nascer já era difícil de ele se firmar, agora então que ele fica com o menino, já era.

Por quê? Ah, porque agora ele tem desculpa para não procurar emprego, né? E mesmo se ele conseguisse, eu ia ter de me virar pra colocar o Felipe de volta na creche, ia ser difícil, porque eu perdi a vaga, então está assim (Aline, 22, secretária, provedora principal).

Em alguns casos, a presença de filhas mulheres, principalmente adolescentes, faz mais diferença no tempo que as mulheres provedoras gastam nos afazeres domésticos do que a presença dos maridos/companheiros. São essas filhas que se encarregam de parte do trabalho doméstico e cuidado dos irmãos menores, sendo, muitas vezes, o ponto de apoio

nos domicílios das informantes. Já em relação aos filhos homens, a cobrança é feita em menor medida.

Quem me ajuda muito aqui em casa é minha filha.

A Jéssica, de 13 anos? Ela mesma.

O que ela faz? Ela estuda de manhã, então à tarde é ela quem cuida de tudo aqui para mim. Ela só não lava e passa roupa, mas do resto, ela faz tudo. Ela limpa a casa, faz comida, me ajuda em tudo.

E seu filho (Mateus, de 15)? Ele ajuda também, mas menos. Menino é mais solto, né? É mais difícil de controlar (Lurdes, 42, vendedora, provedora complementar).

Minha filha mais velha, a Camila (16 anos), até que ajuda. É meio preguiçosa, podia ajudar bem mais. Mas ela faz as coisas para mim.

Ela faz o quê? Ela limpa a casa, faz uma comida aqui, outra ali. Lava uma roupa quando eu preciso, essas coisas.

E seus outros filhos (Jefferson, 12 e Joice, 6)? A Joice ainda é pequena, não faz quase nada, e o Jefferson ajuda com uma coisinha aqui, outra ali. Mas pouca coisa (Maria, 42, recepcionista, provedora principal).

Nesses casos, tal como mostram Araújo e Scalon (2005), parece ser mais exigido das filhas do que dos filhos a participação nos afazeres domésticos. Enquanto, para elas, essa participação pode ser obrigatória, para os meninos, parece ser mais voluntária.

Por outro lado, há também certa preocupação por parte das provedoras principais quanto ao futuro dos filhos homens. Como os pais não são “exemplos” para as crianças, já que não são provedores, as mães se encarregam de mostrar aos filhos que o comportamento paterno não é o ideal, principalmente no caso dos homens que são desempregados estruturais.

Diferente do discurso de Aline - que se pergunta se não seria também responsável pela acomodação do marido - Valquíria se exime de qualquer responsabilidade da acomodação do parceiro e deixa uma mensagem bastante clara para os filhos.

E eu sempre falo para os meus meninos³¹, ‘marido vagabundo, eu aguento, mas filho vagabundo, não!’. Aí não dá.

É? Por quê?

Porque não fui eu quem o (marido) criou vagabundo, foi a mãe dele né. E meus filhos, se forem vagabundos, eu quem criei! Aí não. Por isso eu não

³¹ Valquíria possui dois filhos, Fernando e Lucas, de nove e 12 anos, respectivamente.

deixo em paz mesmo, estou sempre em cima deles, para fazer isso, para fazer aquilo. Então eu coloco todo mundo na roda. Vão varrer a casa, vão lavar o banheiro, vão limpar o quintal. (Valquíria, 35, auxiliar de limpeza, provedora principal).

O discurso de Vergínia também segue o mesmo sentido:

Eu fico direto falando para o Rafael e para o Tiago³² que a vida que o pai deles leva, não é vida. Que eles não vão encontrar mulher que aceita o que eu aceito do pai deles não. Eu sempre falo isso para eles. Nem eles mais aceitam o que o pai faz aqui, quer dizer, o que o pai não faz (Vergínia, 41, vendedora, provedora principal).

A não participação dos homens no provimento doméstico de maneira substancial é tão problemática e cheia de decepções que por mais que mulheres insistam em viver nessas situações, por diversas razões, em que não cabem julgamentos, sua rejeição a esse tipo de vida é contundente e compartilhada com os filhos como uma lição de vida.

³² Filhos de Vergínia, de 16 e 19 anos, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e o consequente aumento da proporção de mulheres unidas que são provedoras, este trabalho teve como objetivo geral analisar como se configura a participação dessas mulheres no provimento doméstico.

Para tanto, o trabalho foi desenvolvido a partir de dois conjuntos de objetivos. O primeiro procurou entender o contexto mais geral da participação feminina no provimento doméstico e seus condicionantes através de suas características domiciliares e pessoais. A inserção de mulheres no mercado de trabalho se mostrou fundamental para o entendimento do provimento doméstico e, nesse caso, julgou-se importante contrapor essa inserção com a masculina. Para a execução desses objetivos, foram trabalhados dados das PNADs de 2001 a 2009 para o Estado de São Paulo urbano. Os dados mostraram que a participação de mulheres no provimento doméstico é um fenômeno consolidado nesse Estado. Houve um crescimento gradual durante todo o período e a década terminou com mais da metade das mulheres unidas sendo provedoras.

Esse dado revela que a configuração do provimento doméstico dos domicílios paulistas se alterou consideravelmente, haja visto que como a maior proporção dos casais paulistas é de dupla renda, os homens deixaram de ser os únicos provedores e as mulheres deixaram de ser não provedoras.

Contudo, há algumas especificidades entre essas provedoras. A participação das mulheres no provimento doméstico no Estado de São Paulo se dá, fundamentalmente, através da complementaridade da renda feminina em relação à masculina. São as provedoras complementares as grandes responsáveis pelo aumento da participação das mulheres no provimento. A composição interna da contribuição feminina no provimento doméstico praticamente não se alterou durante a década. Chega-se a 2009 com quase 80% das mulheres provedoras sendo complementares apenas. Diante desse quadro, é possível concluir que as mulheres têm avançado de maneira constante no provimento doméstico, porém, os homens ainda são os responsáveis pela maior parte dos rendimentos familiares.

A partir dessa primeira grande constatação foi possível analisar de maneira mais profunda outras características da participação das mulheres no provimento doméstico. O período foi marcado pelo aumento de mulheres unidas que se declaram pessoas de referências nos domicílios, mostrando haver uma relação entre essas duas categorias. Foi possível notar que a participação no provimento doméstico não é indicativo único que aumenta as possibilidades de as mulheres serem pessoas de referências, já que há grande proporção de mulheres cônjuges que são provedoras. Entretanto, os dados mostraram que as chances de uma mulher pessoa de referência ser provedora principal são maiores do que de uma mulher cônjuge.

A década também foi marcada pelo aumento mais intenso das mulheres provedoras entre os grupos etários mais jovens e pelo aumento da escolaridade de todas as mulheres unidas. Contudo, há de se levar em consideração que as chances de uma mulher ser provedora, principalmente provedora principal, aumentam com o avanço da idade, do grau de instrução e dos rendimentos.

Em relação ao mercado de trabalho, a inserção de homens e mulheres unidos se dá de maneira bastante diferente. Participar do mundo laboral sempre foi uma constante para os homens, já, para as mulheres, foi intensificado somente nas últimas décadas. Esse fato ainda afeta as condições de atividade e de ocupação dos sexos: enquanto mais de 80% dos homens unidos são economicamente ativos em todo o período, esse dado para as mulheres alcança aproximadamente 57%, apenas, em 2009. Essas diferenças também estão muito presentes segundo a participação no provimento. A maior parte das economicamente ativas durante todo o período foram as provedoras complementares. Já em relação aos homens unidos, essa relação muda, a maior parcela deles é composta pelos provedores principais. Entre os ocupados, o padrão é o mesmo.

Enquanto os dados das PNADs mostraram que há um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, os dados colhidos no trabalho de campo evidenciam que esse incremento influencia de maneira bastante positiva a vida das mulheres, no sentido de lhes garantir maior independência na administração do dinheiro. Porém, a discriminação no mercado de trabalho é sentida na pele entre as informantes, pois possuem ocupações

precárias e muitas não têm carteira de trabalho assinada. O emprego doméstico também é muito importante entre elas. Os dados quantitativos mostram isso de maneira mais objetiva e contundente. As mulheres gastam menos horas nos empregos remunerados do que os homens, e possuem menores rendimentos. Já quando se analisa os rendimentos-hora, percebe-se que o fato de as provedoras unidas possuírem menores rendimentos não pode ser creditado somente a menor quantidade de horas trabalhadas, dado que elas possuem rendimentos-hora menores do que os dos homens, principalmente as provedoras complementares.

Já o outro conjunto de objetivos foi desenvolvido através de pesquisa qualitativa, e tentou captar como as mulheres unidas se tornaram ou não provedoras, os pormenores desse processo e como elas organizam sua vida doméstica e sua inserção no mercado de trabalho. Os dados qualitativos mostraram que mesmo entre as não provedoras, todas as mulheres trabalharam em algum ponto de suas vidas, deixando de exercer essa atividade por conta do desemprego ou das negociações familiares. Foram encontrados casos de mulheres que gostariam de voltar ao mercado de trabalho e também de informantes que estão relativamente satisfeitas com a posição que assumem nas famílias. Problemas com a inserção precária no emprego, baixos salários ou inexistência de direitos básicos do trabalhador fazem parte do mundo laboral dessas mulheres, por outro lado, há também outros ganhos significativos.

Entre as mulheres provedoras, o trabalho remunerado surgiu não somente como uma imposição das necessidades familiares, mas também como uma fonte de autonomia e independência, principalmente por poderem dispor de dinheiro próprio. As necessidades das famílias sempre foram ressaltadas como parte fundamental de sua inserção no mercado de trabalho, contudo, o efeito colateral da permanência das mulheres na esfera produtiva e as possibilidades de independência que as ocupações proporcionam são bem significativos. Nesses casos, a renda feminina deixou de ser um complemento na renda familiar. Mesmo entre as provedoras complementares, há o reforço de que seus ganhos são parte fundamental do orçamento doméstico. Por outro lado, há outro efeito bem significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente entre as provedoras principais. Possuir

renda garantida e um trabalho relativamente estável pode fazer com que os maridos/companheiros dessas provedoras deixem de assumir o provimento doméstico, justamente porque as necessidades mínimas de suas famílias estão sanadas.

No conjunto dos relatos das provedoras principais foram encontrados diversos fragmentos de discurso com uma constatação que lhes é extremamente absurda: elas trabalham porque precisam e os maridos/companheiros não trabalham ou vivem de pequenos bicos porque podem contar com as rendas femininas na manutenção doméstica. Aos olhos dessas mulheres, esse tipo de situação é bastante absurda porque elas compartilham da ideia ainda muito presente no imaginário das famílias brasileiras de que o homem precisa ser o provedor. A ideia do provedor único parece não fazer mais parte do ideário dessas mulheres, porém, a do homem provedor é fundamental. E a impossibilidade de concretizar esse ideal é fonte constante de mágoas, ressentimentos e discussões entre os casais.

Os dados quantitativos também foram bastante categóricos ao mostrarem a diferença entre a jornada total de trabalho entre homens e mulheres unidos. As discrepâncias nas jornadas das provedoras não são muito significativas, o mesmo ocorrendo nas jornadas dos homens provedores. Já quando se comparam os sexos, tais diferenças são muito grandes. Elas giraram sempre em torno das sete horas a mais de trabalho para as mulheres. Importante notar também que essa diferença se dá principalmente no tempo gasto nos afazeres domésticos.

Homens e mulheres unidos seguem um mesmo padrão entre a participação no provimento doméstico (que depende do trabalho remunerado) e a realização de trabalho doméstico, ou seja, na articulação dessas duas modalidades de trabalho. Entre as mulheres unidas, são as não provedoras que gastam mais horas nesses afazeres e as provedoras principais as que gastam menos. Os homens seguem a mesma tendência. Esses dados mostram, portanto, que a participação no provimento influencia a maneira como é feita a articulação entre trabalho remunerado e não remunerado. São os homens e as mulheres não provedores que gastam mais tempo nesse tipo de atividade.

Por outro lado, os dados qualitativos mostraram que há enorme insistência ou desejo por parte das informantes para que seus maridos/companheiros voltem a ter uma ocupação. Como elas estão em trabalhos relativamente estáveis, é esperado que os homens também consigam permanecer ocupados. No imaginário delas, parece não haver a percepção de que a não permanência dos homens no mercado de trabalho pode ser resultado de outros fatores, que fogem ao controle deles, como a incapacidade do Estado em garantir ofertas de empregos. Há várias hipóteses para que esses homens não estejam inseridos no mercado de maneira satisfatória que podem envolver fatores como o desemprego por desalento, o subemprego, ou as baixas qualificações, por exemplo.

Entretanto, para as mulheres entrevistadas, a questão é totalmente individual, e envolve apenas desejos e aspirações: os maridos/companheiros não trabalham porque não querem. As informantes parecem viver em um círculo vicioso no qual o fato de elas serem provedoras principais faz com que os maridos/companheiros se comprometam menos com as famílias, e, se elas não o fossem, a situação seria ainda pior.

Quanto à organização doméstica dos domicílios analisados, foi possível constatar que as mulheres são as grandes responsáveis por toda essa organização. Todas as decisões passam por elas, sejam grandes ou pequenas, e a realização das tarefas domésticas, cuidado dos filhos e administração do dinheiro são os principais elementos da dinâmica familiar.

A administração do dinheiro foi um ponto bastante recorrente do discurso das provedoras. A máxima “eu ganho, eu decido” é levada muito a sério por elas. Os rendimentos que conseguem são de sua responsabilidade, mesmo quando grande parte do dinheiro é gasto nas despesas domésticas. Esse é outro ponto recorrente do discurso feminino, enquanto grande parte de sua renda é direcionada para as famílias, o mesmo não acontece com os homens. O discurso das informantes é todo permeado pela constatação de que elas se dedicam muito mais às famílias do que os maridos/companheiros.

Como já salientado, os dados quantitativos mostraram que as mulheres provedoras possuem uma maior jornada de trabalho total comparada a dos homens. E essa diferença se deve fundamentalmente às discrepâncias entre os tempos gastos nos afazeres domésticos.

No caso das mulheres não provedoras, a tensão com os parceiros sobre a realização dos afazeres domésticos é menor. Como elas dispõem de mais tempo no domicílio, elas são as grandes responsáveis por essas tarefas.

Entre as provedoras há todo um descompasso entre suas representações e práticas principalmente em relação às obrigações dos maridos/companheiros. O entrelaçamento entre os mundos do trabalho e o da casa já é um fato para elas, o grande problema é a articulação. Essas mulheres possuem uma carga de trabalho muito grande, por isso, “conciliar” o trabalho remunerado e o doméstico se transforma não só em um desafio, mas também em fonte de tensão quando os maridos/companheiros são envolvidos.

Os conflitos se dão principalmente porque as provedoras esperam uma contrapartida masculina na articulação entre o trabalho remunerado e não remunerado. Elas ainda encaram os afazeres domésticos como uma obrigação feminina, mas já não aceitam assumi-los totalmente. Como também trabalham, esperam que os maridos participem mais das tarefas. Haveria uma tensão maior nos casos em que os parceiros possuem mais tempo livre devido ao desemprego ou subemprego.

As mulheres se responsabilizam não só pela execução dos afazeres domésticos, como também da fiscalização quando conseguem delegar esse tipo de tarefas. Portanto, há pouco tempo disponível para descanso. Além da pouca disposição, os homens tem pouca independência para a realização das tarefas. A suposta inabilidade deles para a execução desse tipo de atividade teria não só a ver com a conformação das relações de gênero, como também com a não valorização do trabalho doméstico.

No universo feminino, as barreiras são quebradas de maneira mais intensa. As mulheres avançaram no mercado de trabalho, universo inicialmente masculino. A partir daí, adquiriram um maior *empoderamento* nas suas relações familiares e conjugais. Entretanto, ainda esbarram na impossibilidade de compartilhar as responsabilidades do trabalho reprodutivo e do cuidado da família.

As provedoras entrevistadas estão cada vez mais críticas a pouca participação dos parceiros nos afazeres domésticos, e talvez o fator idade seja importante para essa

reavaliação. Entretanto, elas ainda encontram resistência masculina em reavaliar também a participação deles no mundo reprodutivo, de um lado. Do outro, elas têm exigido de maneira bem intensa maior participação dos homens na esfera doméstica. A vida cotidiana dessas mulheres e seus companheiros é um cabo de guerra interminável com grandes ganhos e perdas emocionais para os dois lados. O avanço na vida pública foi uma grande conquista, porém, é no mundo privado que ainda estão os grandes desafios da vida dessas mulheres unidas.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, C. C. L. **Fechando com chave de ouro: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares no Rio de Janeiro**. Campinas, 2004 (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

AGIER, M. “O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia”. In **Tempo Social**, Revista Sociol. SP: Usp, 2(2), 1990.

AGUIRRE, R. “El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad”. In **Serie Mujer y desarrollo**. Santiago de Chile: CEPAL, 2005.

_____. “Uso del tempo y desigualdades de gênero en el trabajo no remunerado”. In AGUIRRE, Rosario (ed.). **Las bases invisibles del bienestar social**. Motevideo: Dobleclit editoras, 2009.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. “Percepção e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil”. In ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ: Editora FGV, 2005.

ARRIAGADA, I. “Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina”. In **Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A. L.; KREIN, J. D.; (et. al.). “Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira”. In **Global Labour University Working Papers**. Nº 09, 2010.

BARROS, R.; FOX, L.; MENDONCA, R. “Female-headed households, poverty and the welfare of children in urban Brazil”. In **Economic Development and Cultural Change**. Vol 45, nº 2: 1997.

BILAC, E. D. **Famílias Trabalhadoras: estratégias de sobrevivência**. São Paulo/SP: Símbolo, 1978.

_____. **Família e trabalho feminino: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de “trabalhadores manuais” de uma cidade do interior paulista**. São Paulo: 1983 (Tese de Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. “Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares”. In RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (orgs.). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais da sociedade brasileira**. São Paulo/SP: Loyola, 1995.

_____. “Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil”. In **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo/SP: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: 1991.

_____. **Estruturas familiares e padrões de residência**. NEPO/Unicamp: 2002 (mimeo).

BITTMAN, M.; MATHESON, G. “All else confusion: what time use surveys show about changes in gender equity. In **Social policy research centre discussion paper**. Sidney: University of South Wales, nº 72, 1996.

BLAY, E. A. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.

BONETTI, A.; FONTOURA, N. “Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da PNAD 2007”. In CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. (orgs.). **Situação social brasileira – 2007**. Brasília: IPEA, 2009.

BRIOSCHI, L. R., TRIGO, M. H. B. “Família: representação e cotidiano. Reflexão sobre um trabalho de campo”. In **Textos Ceru 1**, SP, 1989.

BRUSCHINI, C. “Uma abordagem sociológica da família”. In **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. SP: vol. 6, nº 6, 1989.

_____. “Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?”. In BALTAR, Maria Isabel R. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, SP, 2000.

_____; LOMBARDI, M. R.. “A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo”. In **Cadernos de Pesquisa**. SP: nº 110, 2000.

_____. “Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990”. In MARUANI, M.; HIRATA, H. (orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. SP: Ed. SENAC São Paulo, 2003.

_____. “Trabalho doméstico: natividade econômica ou trabalho não remunerado”. In **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. SP: vol. 23, nº 2, 2006.

_____. “Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos”. In **Cadernos de Pesquisa**. SP: nº 132, 2007.

_____. “Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras”. In **Textos FCC**. SP: nº 28, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CANÊDO-PINHEIRO, M.; LIMA, L. R., MOURA, R. L. “Fatores econômicos e incidência de divórcios: evidências com dados agregados brasileiros”. In **Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia**. Niterói: ANPEC, 2008.

CEPAL. **Reducción de la pobreza, tendencias demográficas, familias y mercado de trabajo en América Latina**. Santiago de Chile: Serie Políticas Sociales, 2007.

COLLIER, J.; ROSALDO, M.; YANAGISAKO, S. “Is there a family? New anthropological views”. In **Rethinking the family: some feminist questions**. Boston: Northeastern University Press, 1992.

COUTO, M. T. “Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero”. In **Revista Antropológicas**. Vol. 16, nº 1, 2005.

CROMPTON, S.; GERAN, L. “Women as main wage-earners”. In **Perspectives**. Statistics Canada, 1995.

CROMPTON, R.; BROCKMANN, M; LYONETTE, C. “Attitudes, women’s employment and the domestic division of labour: a cross-national analysis in two waves”. In **Work, employment and society**. London: BSA Publications, 2005.

DEDECCA, C. S. “Tempo, trabalho e gênero”. In COSTA, A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

_____; RIBEIRO, C. S. M. F; ISHII, F. H. “Ocupação e tempo de trabalho”. In **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG: ABEP, 2008. CD-ROM.

_____. “Uso do tempo e gênero. Uma dimensão da desigualdade socioeconômica Brasileira”. In ARRILHA, M.; CAETANO, A. J.; GUEDES, M. C.;

MARCONDES, G.S. **Diálogos transversais em gênero e fecundidade**. Campinas: Librum Editora, ABEP, 2012.

DEUSTCH, F. M.; ROSKA, J.; MEESKE, C. “How gender counts when couples count their money. In **Sex Roles: o Journal of Research**: 2003.

DIEESE. “Introdução”. In **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. SP. Biblioteca Dieese: 2012.

DURHAM, E. R. “Família e Casamento”. In: **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Vitória: ABEP. v. 1: 1982.

FAVARO. C. S. **‘Ser pai e mãe ao mesmo tempo’: estratégias familiares de mulheres chefes de domicílios monoparentais**. Campinas: 2009. (Dissertação de Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FRANCH, M. “Tempo e gênero entre mulheres jovens em união conjugal em grupos populares do Recife”. In **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2008.

FLECK, A. C., WAGNER, A. “A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar”. In **Psicologia em Estudo**, Maringá: vol. 8, 2003.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2004.

GARCIA, B.; ROJAS, O. “Recent transformations in latinoamericans families: a sociodemographic perspective”. In **XXIV General Population Conference of IUSSP**. Brasil, 2001.

GERSHUNY, J.; BITTMAN, M.; BRICE, J. “Exit, voice, and suffering: do couples adapt to changing employment patterns?”. In **Journal of marriage and family**. NCFR: Vol. 67, nº 3, 2005.

GOLDANI, A. M. “Reinventar políticas para familias reinventadas: entre la realidad brasileña y la utopia”. In ARRIAGADA, Irma (coord.). **Familias y políticas publicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

GOLDSCHIEDER, F. K. Interpolating demography with families and households. In **Demography**. Baltimore: vol. 32, 1995.

GUEDES, M. C. “Gênero e mercado de trabalho. Alguns elementos do debate.” In ARRILHA, M.; CAETANO, A. J.; GUEDES, M. C.; MARCONDES, G.S. **Diálogos transversais em gênero e fecundidade**. Campinas: Librum Editora, ABEP, 2012.

GUIMARÃES, J. R. S. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação**. Brasília: OIT, 2012.

HIRATA, H. “Globalização e divisão sexual do trabalho”. In **Cadernos Pagu**. Campinas: nº 17/18, 2001.

_____; PRÉTECEILLE, E. “Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França”. In **Cadernos CRH**. Salvador: nº 37, 2002.

_____; KERGOAT, D. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. In **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 37, nº 132: 2007.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. “Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981 – 2002”. In **Nova Economia**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte: vol. 14, nº 2, 2004.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2009. Notas Metodológicas**: 2009.

IPEA. “Impacto da crise sobre as mulheres”. In **Observatório Brasil da igualdade de gênero**. Brasília: 2009.

IPEA. “Trabalho para o mercado e trabalho para casais: persistentes desigualdades de gênero”. In **Comunicados IPEA**. Brasília: nº 149, 2012.

JELIN, E. “Familia y género”. In **Estudos Feministas**. Florianópolis: 2005.

LAVINAS, L. “Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?”. In **DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**. RJ, vol. 49, nº 1: 2006.

_____. “Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos”. In IPEA, **Texto para discussão nº 826**. RJ: IPEA, 2010.

LEONE, E. T. “Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90”. In BALTAR, M. I. R. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas, ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, SP: 2000.

_____. “Mercado de trabalho no Brasil: diferenças de gênero”. In **XXVIII Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**. Toronto/Canadá: LASA, 2010.

_____; BALTAR, P. “A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro”. In **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, v. 25, nº 2, 2008.

_____. “População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico (2004-2008)”. In **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, ABEP: 2010.

_____; TEIXEIRA, M. O. “As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical”. In **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG: ABEP, 2010.

LESTHAEGHE, R. On theory development: applications to the study of family formation. In **Population and Development Review**. New York, v. 24: 1998.

LISTER, R. “Gender and the analysis of social policy”. In Lewis, G; GEWIRTZ, S.; CLARKE, J. (eds). **Rethinking social policy**. London: The Open University/Sage Publications, 2000.

MACEDO, M. S. **Na trama das interseccionalidades: Mulheres chefes de família em Salvador**. Salvador, 2008. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

MARCONDES, G. S. **Refazendo Famílias: Trajetórias Familiares de homens recasados**. Campinas: 2008. (Tese de Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARRI, I. G.; WAJNMAN, S. “Esposas como principais provedoras de renda familiar”. In **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo: vol. 24, nº 1, 2007.

MARTINS, H. H. T. de S. “Metodologia Qualitativa de Pesquisa”. In **Educação e Pesquisa**. São Paulo/SP, vol. 30. nº 2, 2004.

MATTINGLY, M. J.; SMITH, K. E. “Changes in wives’ employment when husbands stop working: a recession-prosperity comparison”. In **Family Relations**. NCFR, 2010.

MCCALLUM, C., BUSTAMANTE, V. “Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa de um bairro popular de Salvador da Bahia”. In **Etnográfica**. Vol. 16, nº 2: 2012.

MELO, F. L. B. “Casais na Grande São Paulo”. In **Nova Economia**. Belo Horizonte/MG: 2007.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. “Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?”. In **Projeto “Comércio, género y equidad en América Latina: generando conocimiento para la acción política”**. Rio de Janeiro: 2003.

MENDES, M. A. “Mulheres chefes de domicílio em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de género”. In **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG: ABEP, 2004.

MONTALI, L. “Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego”. In **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu\MG, ABEP: 2006. CD-ROM.

_____ “Homens e mulheres no mercado de trabalho e os desafios para a equidade”. In ARRILHA, Margareth; CAETANO, André J.; GUEDES, Moema C.; MARCONDES, Gláucia S. **Diálogos transversais em género e fecundidade**. Campinas, Librum Editora, ABEP: 2012.

MORGAN, D. **Family Connections: an introduction to family studies**. Polity Press: 1996.

NASCIMENTO, P. F. G. “Não provedores: desemprego e alcoolismo masculino em comunidades de baixa renda”. In **Seminário Famílias e as Políticas Públicas no Brasil**. Belo Horizonte/MG: ABEP, 2005.

NEVES, D. P. “Nesse terreno galo não canta. Estudo do carácter matrifocal de unidades familiares de baixa renda”. **Anuário antropológico** 83. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro, 1985.

NOBRE, M. “Trabalho doméstico e emprego doméstico”. In COSTA, Ana et. al. (orgs.). **Reconfiguração das relações de género no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação**. Brasília: OIT, 2012.

OKIN, S. “Gender, the public and the private”. In PHILIPS, Anne (ed.). **Feminism and politics**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO. **Impacto da crise sobre o as mulheres**. Brasília: IPEA, 2009.

OLIVEIRA, S.; SABÓIA, A. L.; SOARES, B. C. “Gênero e participação social – dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios”. In **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Ouro Preto/MG: ABEP, 2002.

OLIVEIRA, M. C. **A mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora**. São Paulo, 1982. (Tese de Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. “Constrangimentos e motivações: a propósito da queda da fecundidade em Göran Therborn”. In **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/SP, ABEP: 2008.

OLIVEIRA, Z. L. C. “A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis”. In ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ, Editora FGV: 2005.

PACHECO, A. L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família**. Rio de Janeiro, 2005. (Tese de Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PERISTA, H. “Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”. In **Análise Social**. Vol. 38, nº 163, 2002.

PICANÇO, F. S. “Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar”. In ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ, Editora FGV: 2005.

PINELLI, A. “Gênero e família nos países desenvolvidos”. In: PINELLI, Antonella (orgs.). **Gênero nos estudos de população**. Campinas/SP: ABEP, 2004.

PORTELA, G. L. “Pesquisa quantitativa ou qualitativa? Eis a questão”. In **Abordagens teórico-metodológicas**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana: 2004.

QUILODRÁN, J. “La familia, referentes en transición”. In **Papeles de Población**. México: 2003.

RAMOS, D. P. “Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero”. In **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 17, nº 3: 2009.

RILEY, N. E. “Research on gender in demography: limitations and constraints”. In **Populations Research and Policy Review**. Nº 17: 1998.

ROCHA-COUTINHO, M. L. “A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero”. In **Estudos de Psicologia**. Vol. 11, nº 1: 2008.

RODRIGUEZ, J. “Cohabitación y matrimonio: disparidades en el origen y em el desempeño y sus implicaciones en materia de protección social”. In ARRIAGADA, Irma (ed.). **Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales**. Santiago de Chile: CEPAL: 2005.

SABÓIA, A. L.; SOARES, C. “O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da “feminização da pobreza””. In **Revista Gênero**. Niterói, vol. 04, nº 02: 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SALÉM, T. “Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista”. **Mana**, Rio de Janeiro, v.2, n.12, 1981.

_____. “Mulheres faveladas: com venda nos olhos”. In: FRANCHETTO, B. et al. (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, v.1, 1981.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1996.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. “Demography without numbers”. In: KERTZER, David I.; FRICKE, Tom. (eds). **Anthropological Demography. Toward a New Synthesis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

SILVA, L. C. M. “Trabalho e família na percepção de mulheres provedoras”. In **Gênero na Amazônia**. Belém: nº 1, 2012.

SOARES, C.; SABÓIA, A. L. “Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 a 2005”. In **Textos para Discussão – IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais** Rio de Janeiro, nº 21: 2007.

SORJ, B. “Percepções sobre esferas separadas de gênero. In ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ, Editora FGV: 2005.

_____. “Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil”. In **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 37, nº 132: 2007.

SULLIVAN, O. “Changing gender practices within the household: a theoretical perspective”. In **Gender and Society**. Vol. 18, nº 2: 2004.

STACEY, J. "Backward toward the postmodern family: reflections on gender, kinship and class in the Silicon Valley". In: THORNE, B.; YALOM, M. (Org.). **Rethinking the family: some feminist questions**. Boston: Northeastern University Press, 1992.

TAGLIAMENTO, G. **Com a palavra, o prover: uma análise das masculinidades produzidas em contextos familiares nos quais a mãe é a provedora**. Florianópolis: 2007 (Dissertação de Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

THERBORN, G. **Sexo e Poder: a família no mundo: 1900-2000**. São Paulo/SP: Contexto, 2006.

THORNE, B. "Feminism and the family: two decades of thought". In **Rethinking the family: some feminist questions**. Boston. Northeastern University Press: 1992.

TORRES, A. "Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero". In **Caderno CRH**. Salvador: vol. 17, nº 42, 2004.

VAITSMAN, J. "Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda". **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v.5, n.2, 1997.

VAN DE KAA, D. J. "Europe's Second Demographic Transition". In **Population Bullentin**. Washington: 1987.

VASCONCELOS, M.; FONTOURA, N.; PINHEIRO, L.; GALIZA, M. "Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal". In **Revista Econômica**. Rio de Janeiro, vol. 12, nº 1: 2010.

ZALUAR, A. **A Máquina e a revolta**. São Paulo/SP: Brasiliense: 2001.

WAINERMAN, C. "Conyugalidad y paternidad. Una revolución estancada? In GUTIÉRREZ, M. A. **Género, familias y trabajo: rupturas y continuidades. Desafíos para la investigación política**. Buenos Aires: CLASCO, 2007.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B. L.; LIBERATO, V. C. "O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil". In **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: 1998.

WINKLER, A. E.; MCBRIDE, T. D.; ANDREWS, C. "Wives who outearn their husbands: a transitory or persistent phenomenon for couples?" In **Demography**, v. 42, n.3: 2005.

WOORTAMAN, K. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro: 1987.